



João Apolinário da Silva

Análise Criminal

Teoria e Prática





ANÁLISE CRIMINAL

Teoria e Prática

João Apolinário da Silva

ANÁLISE CRIMINAL

Teoria e Prática

Salvador – Bahia – 2015

Copyright © 2015, João Apolinário da Silva. Todos direitos reservados e protegidos por lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito do autor ou da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, conforme a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1996. Feito o Depósito Legal.

Projeto gráfico e editoração: Lino Greenhalgh
Editor: Carlos Alberto Barreto
Impressão e acabamento: Graphium Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586 Silva, João Apolinário da

Análise criminal: teoria e prática / João Apolinário da Silva. –
Salvador: Artpoesia, 2015.

288 p. : il. ; 24 cm

ISBN: 978-85-66783-14-8

1. Direito penal. 2. Criminologia. I. Título.

CDD: 341.5

Pedidos:

João Apolinário da Silva

Tel.: (71) 9908.1704

e-mail: prof.joaopolinario@gmail.com

Dedico este trabalho a três pessoas que dão sentido à minha vida.

À minha esposa Simone Maria Caldas Alves da Silva e filhos:

Vivian Caldas Alves da Silva e

Leonardo Caldas Apolinário da Silva

AGRADECIMENTOS

Nos últimos trinta anos de estudos, encontrei diversas personalidades que têm contribuído bastante para o avanço da compreensão da criminalidade e a segurança pública. Neste período, busquei uma aproximação dos métodos aplicados pelas diversas ciências para interferir no modo de atuação dos gestores públicos com a finalidade de reduzir a criminalidade e violência nos territórios. Mas, foi nos últimos dez anos que me aproximei do corpo de conhecimento composto pela Análise Criminal, conduzindo-me a conhecer suas técnicas e teorias aplicadas e concluir que é o método mais adequado para prover a Administração Pública do serviço de segurança pública de um território.

Desta forma, congratulo a todos que contribuíram para a finalização deste trabalho, formando um marco especial, no Brasil, para o debate.

A formulação desta obra, sob a perspectiva da Administração Pública, foi orientada pela Profa. Dra. Mônica McAllister que, por meio do Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA – da Universidade Federal da Bahia, possibilitou o desenvolvimento e conclusão deste texto no durante estágio de Pós-Doutorado na Escola de Administração da UFBA.

Tenho que reconhecer, também, a contribuição da Profa. Dra. Ivone Freire Costa, Coordenadora do Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania (vinculado à Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia) e do PROGESP, pelo incentivo à produção científica e a formação de operadores e gestores da Segurança Pública, Magistratura e outros profissionais que demonstram interesse pelo tema.

Reconheço ainda a contribuição do Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes – professor titular do programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Salvador, o qual deu uma grande contribuição para a formação do meu pensamento crítico e científico para construção da Análise Criminal Estratégica e de outros temas, tendo-me orientado durante a conclusão dos cursos de Mestrado e Doutorado.

Agradeço a contribuição da Faculdade Maurício de Nassau, na pessoa de seu Diretor Geral: Prof. Dr. Janguê Diniz e da Diretora: Cecília Queiroz, por possibilitarem a criação e desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Análise Criminal.

Em especial esta obra é dedicada e três pessoas: Simone Maria Caldas Alves da Silva, Vivian Caldas Alves da Silva e Leonardo Caldas Apolinário da Silva. Eles representam a síntese do meu modo de vida, são o alicerce de minha caminhada e estão sempre disponíveis e apoiando as minhas realizações.

Por fim, deixo consignado o mais profundo sentimento de amor e gratidão aos meus pais (*post mortem*) Manoel Apolinário da Silva e Blandina Maria da Silva, por terem me dado uma educação exemplar, formando a base para construção de meu conhecimento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa temático de crimes registrados pela população no site www.wikicrime.org	46
Figura 2 – Três tipos básicos de padrões espaciais de crimes em série	47
Figura 3 – Cena básica do crime – investigação de homicídio	136
Figura 4 – Jovem morto com 666 facadas em ritual satânico	145
Figura 5 – Cena de homicídio por arma de fogo	147
Figura 6 – Distância da atuação dos criminosos Saqueador e Andarilho em relação às suas residências	148
Figura 7 – Registro de alguns crimes em Salvador nos anos de 1971-1980 ...	168
Figura 8 – Homicídios em Salvador entre os anos 1971 e 1980 Fonte: SSP/BA	169
Figura 9 – Índice de mortes no trânsito de Salvador nos anos de 1971 – 1980 por cem mil habitantes	172
Figura 10 – Furtos e roubos registrados em Salvador nos anos 1971-2000, por grupo de cem mil habitantes	174
Figura 11– Número de infratores, com menos de 18 anos, acusados de furtos e roubos, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1960 e 1994 (por 100 mil habitantes)	175
Figura 12 – Crimes de uso e tráfico de entorpecentes registrados em Salvador, nos anos 1980 – 2000, por grupo de cem mil habitantes	176
Figura 13 – Homicídios registrados em Salvador, entre 1971 e 2000, por grupo de cem mil habitantes	177
Figura 14 – Evolução dos índices de homicídios registrados no Brasil e em Salvador, entre os anos de 1980 e 2000, por grupos de cem mil habitantes	178
Figura 15 – Crimes contra o patrimônio registrados em Salvador nos anos de 1971 – 2000, por grupo de cem mil habitantes	179

Figura 16 – <i>Boxplots</i> das médias de roubos registrados em Salvador, nas décadas de 70, 80 e 90, por grupo de cem mil habitantes	180
Figura 17 – Índices de suicídios registrados em Salvador, nos anos de 1972 – 1998, por grupos de cem mil habitantes	183
Figura 18 – Estupros registrados em Salvador, nos anos 1980 – 2000, por cem mil habitantes	185
Figura 19 – Evolução do índice de lesões corporais decorrentes de acidentes de trânsito em Salvador, nos anos de 1971 – 2000, por grupo de cem mil habitantes	187
Figura 20 – Evolução do índice de mortes registradas no trânsito de Salvador, nos anos de 1971 – 2000 (valores calculados por cem mil habitantes)	188
Figura 21 – Distribuição dos Estados da região Nordeste do Brasil, segundo o percentual de moradores vivendo em favelas ou similares – 2008	210
Figura 22 – Distribuição dos índices de homicídio nas cidades baianas, segundo seu contingente populacional, no ano de 2009	216
Figura 23 – Rede urbana – Brasil – 2007	226
Figura 24 – Rede de influência da metrópole: Salvador – 2007	228
Figura 25 – Disposição geográfica das cidades baianas segundo a hierarquia das cidades	229
Figura 26 – Distribuição dos crimes de homicídios dolosos nos municípios baianos, segundo seu nível de criminalidade – 2009	243
Figura 27 – Evolução do crime de homicídio culposo no trânsito nos municípios baianos, distribuídos segundo o quantitativo da população entre os anos de 2004 – 2009	244
Figura 28 – Distribuição dos crimes de estupro nos municípios baianos, segundo seu nível de intensidade – 2009	246
Figura 29 – Distribuição dos crimes de furto de veículo nos municípios baianos, segundo seu nível de intensidade – 2009	249
Figura 30 – Furtos qualificados registrados nas agências bancárias no Estado da Paraíba no ano de 2014	255
Figura 31 – Roubos em vias públicas em Portland State – USA, no ano 1995	259
Figura 32 – Roubos em vias públicas em Portland State – USA, no ano 2010	260
Figura 33 – Rede social extraída do Fecebook	261

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Ocorrências policiais registradas em vinte bairros de Salvador-BA, segundo os locais de origem, entre os anos de 1972 - 1982	161
Tabela 2 – Ocorrências policiais registradas em vinte bairros de Salvador - BA, segundo os locais de origem, entre os anos de 1987 - 1991	163
Tabela 3 – Alguns tipos de crimes registrados no Estado da Bahia e em Salvador, no ano de 1940	165
Tabela 4 – Alguns tipos de crimes registrados no Estado da Bahia, nos anos de 1966 – 1970	166
Tabela 5 – Evolução de alguns delitos registrados em Salvador, nos anos de 1971–1980	170
Tabela 6 – Taxa média de crescimento anual de alguns crimes em Salvador, nos anos de 1971 – 1980	171
Tabela 7 – Outras ocorrências registradas em Salvador, nos anos de 1971-1980	171
Tabela 8 – Comparação dos índices de homicídios registrados em Salvador, entre os anos de 1980 – 2000, por grupo de cem mil habitantes, segundo a fonte de informação	182
Tabela 9 – Dimensão das redes de primeiro nível de cidades brasileiras em 2007	195
Tabela 10 – Municípios com população superior a 100.000 habitantes e grau de urbanização, Bahia 2000	208
Tabela 11 – Municípios totais e que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, por critérios de classificação usados pelos municípios, na Região Nordeste e Unidades da Federação – no ano de 2008	209
Tabela 12 – Distribuição percentual da população brasileira que mora em favelas e similares, por regiões, no ano de 2008	210

Tabela 13 – Distribuição dos municípios baianos, segundo seu quantitativo populacional no ano 2009, com os respectivos índices de homicídio	215
Tabela 14 – Distribuição do índice de homicídio nas cidades baianas, segundo o quantitativo da população, no ano de 2009	217
Tabela 15 – Quantitativo de cidades brasileiras classificadas segundo sua região de influência – ano 2007	225
Tabela 16 – Quantitativo de cidades baianas classificadas segundo sua região de influência – ano 2007	227
Tabela 17 – Distribuição dos crimes letais na Bahia, nos anos de 2004 – 2009	241
Tabela 18 – Taxa de crescimento dos homicídios e da população residente na Bahia entre os anos de 2004 – 2009	242
Tabela 19 – Evolução dos roubos de veículos na Bahia entre os anos de 2004 – 2009, ano base 2004, segundo a hierarquia da cidade ..	247
Tabela 20 – Evolução dos furtos de veículos na Bahia entre os anos de 2004 – 2009, ano base 2004, segundo a hierarquia da cidade ...	248
Tabela 21 – Furtos qualificados registrados nas agências bancárias no Estado da Paraíba no ano de 2014	256
 Quadro 1 – Características cena de crime com criminoso organizado desorganizado	145
Quadro 2 – Análise de variância dos homicídios registrados em Salvador nas décadas de 70/80/90	181
Quadro 3 – Furtos qualificados registrados nas agências bancárias no Estado da Paraíba, nos oito primeiros dias do mês de janeiro de 2015	256

APRESENTAÇÃO

O livro *Análise Criminal: teoria e prática* foi concluído durante o pós-doutoramento de João Apolinário Silva, mas a origem desse livro muito antecede esse período, sendo ele resultado de uma trajetória acadêmica e científica que se entrelaça com uma trajetória profissional e técnica; trajetórias essas distintas e complementares, que se tangenciam e convergem para conferir ao autor sólida formação, alta qualificação e ampla experiência como militar, professor e pesquisador.

Na biografia do autor destacam-se os seguintes títulos e cargos:

- (2014 – 2015) Pós-doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, UFBA;
- (2013 – atual) Presidente da Agência Brasileira de Análise Criminal, ABACRIM;
- (2007 – 2010) Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, UNIFACS;
- (2001 – 2004) Servidor Público e Técnico lotado na Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, SSP-BA, desempenhando a função de Assessor Técnico em Métodos Quantitativos e Ouvidoria;
- (2001 – 2002) Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, UNIFACS;
- (1997 – 2010) Especialista em: Segurança Pública; Gestão de Instituição de Ensino Superior; Formação em Psicanálise e Psicoterapias; e Formação em Métodos Quantitativos;
- (1983 – 2007) Graduado em: Formação de Oficiais da Polícia Militar; Matemática e Administração;

- (1982 - atual) Professor em cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas e disciplinas, incluindo as de formação militar, matemática, estatística, segurança e políticas públicas, e administração; isto em diversas instituições de ensino e pesquisa;
- (1982 – 2011) Servidor Público e Militar lotado na Polícia Militar do Estado da Bahia, PMBA, desempenhando dentre outras as funções de: Chefe da Unidade de Estatística e da Unidade de Projetos Estratégicos e Chefe do Programa de Pesquisa Científica.

A relevância e a coerência da vida acadêmica e profissional do autor se evidenciam em suas produções; tendo sido a inquietação e a insatisfação com as consequências da ação policial ao longo do tempo que o conduziram de volta para os estudos e as pesquisas. Sua dissertação de mestrado - Transformações urbana, socioeconômica e da criminalidade em Salvador (1980 – 2000) - permitiu enxergar a inexistência de correlações positivas entre a série histórica da criminalidade violenta e a adoção das diferentes formas de policiamento preventivo. Essa inesperada disfunção o obrigou a desenvolver uma tese de doutorado - Criminalidade nas Cidades Centrais da Bahia - para compreender como a criminalidade se espalha ou comporta em relação aos demais dados psicossociais. A tese o levou a pesquisar uma ferramenta que permitisse empregar esses dados na elaboração de formas de elucidação e de planejamento. Essas e outras produções deram respostas e provocaram mais questões, atenderam e geraram demandas, estimularam o pós-doutorado e, a título de conclusão, resultaram em uma nova produção, qual seja, esse livro sobre a teoria e a prática de análise criminal.

Trata-se uma produção que atende a demandas por conhecimento sobre criminalidade, segurança pública e justiça na sociedade. Essa produção se revela como um trabalho valioso e pioneiro que deve impulsionar outras pesquisas diante da necessidade de estudos sobre o tema. Esse livro é uma obra que deve ser lida em sua plenitude e compreendida como uma forma de conhecer os aspectos que são relevantes para gestão da segurança pública.

A criminalidade é um fenômeno que tem atingido ocupações humanas em todo o mundo, especialmente nos centros urbanos, onde ampliam as estatísticas policiais. No Brasil, nas últimas décadas, essa questão tem assumido um papel central, tornando-se uma preocupação cotidiana da sociedade e do Estado. Apesar das novas discussões acerca da governa-

bilidade urbana, cidadania e participação comunitária como possibilidades de encontrar mecanismos de enfrentamento conjunto desta situação, de responsabilidade conjunta dos governos e da sociedade, envolvendo o conceito mais amplo de segurança humana, a segurança pública é um serviço público que subentende o dever do Estado e o direito do cidadão.

Todos cobram do Estado uma resposta, na suposição ou, pelo menos, no entendimento de que cabe ao Estado a provisão de serviços públicos aos cidadãos, um dos quais - a segurança pública. Apesar das transformações ocorridas no papel do Estado nos últimos anos, a sua responsabilidade na garantia e manutenção de condições básicas para a convivência em coletividade ainda é consenso geral.

Essa responsabilidade se expressa, dentre outras formas, na produção de certos serviços públicos coletivos, que ocupam lugar social e institucional específico nas sociedades contemporâneas e passam a exercer uma pluralidade de funções sociais, tanto para o funcionamento do aparato produtivo, como para a reprodução da força de trabalho e para a manutenção da ordem social.

Nesta obra, o autor traz um tema de extrema importância para este serviço de segurança pública, crucial nos centros urbanos. A análise criminal, além de proporcionar um apoio à formulação de políticas públicas e à tomada de decisões, tem um papel relevante no processo de encontrar soluções adequadas em situações específicas, reduzir a criminalidade e o grande mérito de ampliar o foco da segurança como prevenção. Conhecendo as sistemáticas de operação dos criminosos é possível não apenas melhorar e agilizar a investigação dos crimes, mas, também, estabelecer estratégias para realizar a sua prevenção e repressão, alterando os fatores geradores de insegurança.

Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva
Carlos Alberto da Costa Gomes
Élvia Mirian Cavalcanti Fadul
Ivone Freire Costa

MÔNICA DE AGUIAR MAC-ALLISTER DA SILVA

Possui graduação em Arquitetura (1988), mestrado em Arquitetura e Urbanismo (1995) e doutorado em Administração (2001). É professora adjunta da Universidade Federal da Bahia, UFBA, e particularmente da Escola de Administração, tendo ensinado e orientado em diversos cursos de graduação, graduação tecnológica, bacharelado interdisciplinar, especialização, mestrados acadêmico e profissional, e doutorado, e ainda realizado atividades administrativas e de editoria. Atua também como técnica e consultora em administração, arquitetura e urbanismo, destacando-se os trabalhos de planejamento e gestão urbanos, e os projetos de arquitetura e urbanismo. Desenvolve pesquisas de caráter científico e tecnológico e publica nos campos de administração, arquitetura, urbanismo, interdisciplinar e principalmente nos campos da administração pública e dos estudos organizacionais, tendo explorado diversas abordagens epistemológicas, teóricas e metodológicas sobre gestão e organização, em diversas dimensões e escalas e também de diversos tipos; e ainda investigado a produção de conhecimento.

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/9609851692251588>

CARLOS ALBERTO DA COSTA GOMES

Professor da Universidade Salvador - Laureate International Universities. Doutorado, Mestrado e Graduação. Possui doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1995). É professor titular das cadeiras de Sociedade, Direito e Cidadania do Eixo de Formação Humanística da Universidade; Metodologia das Ciências Sociais Aplicadas; Tópicos Avançados em Política dos Serviços Públicos e Fundamentos de Amostragem do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - PPDRU, mestrado e doutorado. Coordena o Observatório Interdisciplinar de Segurança Pública do Território e o Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Violência e Cidades (CNPq), ambos inscritos no Grupo de Recherches en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine (GRESAL). Tem experiência em operações de garantia da lei e da ordem. Coordenou o Centro Comunitário de Defesa da Cidadania da Favela de Acari, Rio de Janeiro-RJ, 98/99. Trabalha com o seguinte tema: Direitos Humanos e Cidadania aplicados aos Serviços Regionais e Urba-

nos, Segurança Pública, Desenvolvimento Sustentável, Planejamento Regional e Urbano.

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/8714842360803219>

ÉLVIA MIRIAN CAVALCANTI FADUL

Doutora em Urbanismo pela UPEC - Université Paris-Est Créteil Val de Marne (ex-Université Paris 12) Institut d'Urbanisme de Paris, com Diplôme d'Études Approfondies em Politiques Urbaines, Aménagement et Gestion de l'Espace pela UPEC - Université Paris-Est Créteil Institut d'Urbanisme de Paris. Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia e graduada em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia. É professora Titular e pesquisadora da Universidade Salvador-Unifacs, Laureate International Universities, onde é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração. É também pesquisadora do CIAGS/EAUFBA, integrando o corpo docente do Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social. Foi professora e pesquisadora do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, onde coordenou o Mestrado em Administração. Foi Coordenadora da Divisão de Administração Pública da ANPAD nos biênios 2009-2010 e 2011-2012. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: administração pública, políticas e gestão de serviços públicos, regulação de serviços públicos em setores tais como recursos hídricos, saneamento básico, energia, gás, transportes públicos e limpeza urbana, e gestão de organizações públicas.

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/5372714527331385>

IVONE FREIRE COSTA

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa - UTL (2003). Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia UFBA (1990). Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia UFBA (1974). Atualmente é Professora Associada I da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora

do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (MPSPJC). Coordenadora do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública (PROGESP) vinculado a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no qual Coordena os Cursos de Especialização de Políticas e Gestão em Segurança Pública e de Especialização de Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania. Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Representante da Rede Nacional Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) na Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), 2008/2009. Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão de Segurança Pública; Segurança Pública, Violência e Criminalidade Urbana. Atua principalmente nos seguintes temas: Organizações de Segurança Pública e suas dinâmicas; Gestão Contemporânea em Segurança Pública; Polícia no Sistema de Segurança Pública; Polícia e relações com Comunidade(s).

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/5491343008126642>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. TIPOLOGIA DA ANÁLISE CRIMINAL	33
3. ANÁLISE CRIMINAL TÁTICA - ACT	45
4. ANÁLISE CRIMINAL ADMINISTRATIVA - ACA	59
5. ANÁLISE CRIMINAL DE OPERAÇÕES	65
5.1 EXEMPLO DE INDICADORES DE ATIVIDADE POLICIAL OSTENSIVA	66
5.1.1 Sistemas de Indicadores	72
5.1.2 Os indicadores	77
5.1.3 Indicadores de atividade de segurança pública ostensiva	108
5.1.4 indicadores de atividade de policiamento ostensivo	110
• Indicadores de aplicação de policiamento	110
5.1.5 Indicadores de criminalidade	119
• Indicadores de crimes e contravenções contra a pessoa	121
• Indicadores de crimes contra o patrimônio	124
• Indicador de crimes e contravenções contra a paz pública	125
• Indicador de crimes contra o sentimento religioso	126
• Indicadores de crimes e contravenções contra a administração pública	126
• Índice de crimes e contravenções contra os costumes	127
• Indicadores de crimes contra a liberdade do trabalho	129
• Indicadores de crimes e contravenções contra a fé pública	130
• Indicador de crime e contravenção contra a incolumidade pública	130
• Indicadores de crimes de uso e tráfico de tóxicos e entorpecentes	131

6. ANÁLISE CRIMINAL INVESTIGATIVA	133
6.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	135
6.2 PROFILING CRIMINAL	139
6.2.1 Metodologia do profiling criminal	140
6.3 PROFILING GEOGRÁFICO	147
6.4 INTERROGATÓRIO	150
7. ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA- ACE	157
7.1 ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA: NÍVEL LOCAL	159
7.1.2 Análise da estatística criminal em Salvador - Bahia	159
7.1.3 Vida nas ruas: medo e insegurança	189
7.2 APLICAÇÃO DA TEORIA DA LOCALIDADE CENTRAL NA ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA	191
7.3 APLICAÇÃO DE ANÁLISE DA CRIMINAL ESTRATÉGICA REGIONAL NAS CIDADES CENTRAIS BAIANAS	230
8. ANÁLISE CRIMINAL DE INTELIGÊNCIA	251
8.1 APLICAÇÕES E FERRAMENTAS DA ANÁLISE CRIMINAL DE INTELIGÊNCIA	257
8.1.1 Georeferenciamento	258
8.1.2 Análise das redes sociais	261
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS E FUTURO DA ANÁLISE CRIMINAL	263
9.1 O FUTURO DA ANÁLISE CRIMINAL	268
REFERÊNCIAS	271

1. INTRODUÇÃO

Embora o termo: “Análise Criminal” tenha ganho uma referência mais acentuada no final do século XX e tornado um campo de estudo no século XXI, o uso das práticas que envolve a aplicação do termo, sempre esteve presente na atividade do trabalho policial. A Análise Criminal pode ser considerada uma área específica da Administração Pública que se ocupa com a gestão da segurança pública de um território. Embora não se tenha estudos conclusivos nesse sentido, a presente abordagem busca identificar quais teorias, técnicas e ferramentas são apropriadas para a gestão do serviço público de segurança para a sociedade.

Historicamente, compreende-se que (BRUCE, 2012) as técnicas de análise criminal já tinham uso corrente nos anos de 1800. Os produtos decorrentes de informações sobre crimes e da criminalidade foram utilizados pela polícia londrina para conter o aumento da criminalidade e da violência, face ao aumento extraordinário dos núcleos urbanos. A identificação dos padrões da criminalidade, com suporte das estatísticas criminais, já estava disponível para seu uso.

A partir da manipulação das estatísticas foi possível identificar o *modus operandi* dos criminosos e estabelecer estratégias para se realizar a prevenção e a investigação de crimes. Bruce (2012) ressalta que a análise criminal informal é realizada por todos os policiais. Eles são capazes de fazer inferências sobre as ocorrências usuais que acontecem no perímetro territorial que atuam. Cada policial em seu “posto” de serviço ou na sua função de investigação realiza a análise criminal simplificada de um evento criminoso. É comum, por exemplo, policiais que realizam o rádio patrulhamento saberem quais são os pontos que onde se tem maior incidência de crimes e qual tipo de crime é mais recorrente. Para Bruce (2012), cada policial representa uma unidade de análise criminal. Potencialmente, cada policial é capaz de perceber o aumento ou diminuição da criminalidade ou saber as mudanças de seu perfil, quando compara as ati-

vidades criminosas ocorridas ao longo de sua trajetória de trabalho na Corporação.

O avanço tecnológico e ideias inovadoras dos reformadores da polícia Norte Americana (BRUCE, 2012, p. 9), no século XX, propiciaram a formalização e utilização das técnicas de análise de crime conhecidas na atualidade. Para o autor, o pioneirismo da análise criminal é devido a August Vollmer (1876-1955) que serviu como Chefe de Polícia de Berkeley, Califórnia, de 1905 a 1932. Suas inovações variaram de rádios da polícia a impressões digitais, e incluem o mapeamento com pino, a revisão regular dos relatórios policiais e a formação de distritos policiais com base no volume crime. Essas técnicas inovaram o serviço policial e deram novas dimensões à atividade.

Além de tais medidas, o Chefe Vollmer ampliou as modalidades de policiamento, aplicando, já em 1909, o policiamento com bicicletas nas áreas que possuíam maior concentração de criminalidade, considerando as chamadas para intervenção policial. Esse episódio ficou conhecido como antecipação ao problema com base na concentração de ocorrências policiais; que hoje é a base do policiamento ostensivo preventivo.

Ampliando a compreensão sobre o policiamento ostensivo, a análise criminal parte da regularidade das ocorrências criminais para planejar a aplicação do policiamento, quer seja preventivo ou repressivo para conter o avanço da atividade criminosa. O policiamento dirigido ao problema é realizado a partir da identificação dos pontos que possuem maior número de delitos (maior perigo) aos pontos que possuem menor vulnerabilidade (menor perigo) para aplicação racional dos meios e policiamento.

Se hoje o vocábulo: “Análise Criminal” tem uma multiplicidade de empregos, a sua origem data de 1963 quando é citado na segunda edição da obra: *Police Administration*¹, por Wilson (1963, apud BRUCE, 2012, p. 11). Para Wilson (1963)¹,

Análise criminal. Uma seção de análise criminal cuida dos relatórios diários de crimes graves, a fim de determinar a localização, a hora, as características especiais, semelhanças com outros atos criminosos, e vários fatos significativos que possam ajudar a identificar um criminoso ou a existência de um padrão de atividade criminosa. Essa informação é útil para o planejamento das operações de uma divisão ou distrito. (Tradução livre).

¹ Orlando W. Wilson, *Police Administration*, 2nd ed. (New York: McGraw-Hill, 1963), 103. (apud BRUCE, 2010).

Bruce (2012) deduz que o fato de Wilson (1963) usar a designação de planejamento por parte de uma divisão ou distrito já aponta para existência de unidades de análise criminal. A partir do final dos anos 70 já se tem o crescimento da profissão de analista criminal, face as contribuições decorrentes o exercício desta atividade nos diversos departamentos de polícia, segundo relata a terceira edição da obra: *Police Administration*. O progresso da profissão de analista criminal nos Estados Unidos se deu por meio do financiamento público. O investimento público através da Law Enforcement Assistance Administration (LEAA) para patrocinar a publicação de manuais e diretrizes para análise criminal, propiciou a disseminação do conhecimento e simultaneamente o fortalecimento da profissão de analista criminal. Ao se modificar as estratégias de estímulo à análise criminal, criou-se a Integrated Criminal Apprehension Program (ICAP), e ao se tirar investimento do ICAP, promoveu-se a morte do desenvolvimento do programa de análise criminal. A retirada dos estímulos financeiros fez com que muitos analistas criminais perdessem seus empregos.

Depreende-se desses fatores históricos que o desenvolvimento da análise criminal passa por investimento público, quer pelo financiamento de meios educacionais ou por instituição de agências que promovam a produção e disseminação do conhecimento. O fator motivador é estimular a criação de cursos e linhas de pesquisas acadêmicas que fortaleçam a produção do conhecimento. Tem-se, a partir dessas medidas, chances de se criar, aprimorar e disseminar o conhecimento de análise criminal.

Segundo Bruce (2012, p. 10), a década de noventa foi considerada a “Idade de ouro para a Análise Criminal” em função dos seguintes episódios por ele listados:

- A publicação de 1990 do Policiamento Orientado ao Problema por Herman Goldstein, que trabalhou com O.W. Wilson em Chicago.
- A formação da Associação Internacional de Analistas Criminais (IACA), em 1990, e sua primeira conferência em 1991.
- Um programa de certificação em análise criminal oferecido pelo Departamento de Justiça da Califórnia, a partir de 1992.
- Novo e abundante financiamento do Departamento de Justiça dos EUA. Muito focado no policiamento comunitário e policiamento orientado para o problema.

- Tecnologia poderosa e acessível, incluindo aplicações de mapeamento do crime, editoração eletrônica e bancos de dados relacionais.
- O desenvolvimento do “CompStat” sistema de desenvolvimento de estratégia e responsabilidade de gestão em New York City Police Department. (As reuniões do CompStat primeiro foram realizadas em 1994.) O processo CompStat depende fortemente de análise e mapeamento.
- A fundação do National Institute of Justice Crime Mapping Research Center (agora chamado de Mapping & Analysis for Public Safety), em 1997.
- A fundação do National Law Enforcement and Corrections Technology Center’s Crime Mapping and Analysis Program (CMAP) em 1998. (Tradução livre)

Com estes eventos teve-se a proliferação do uso da análise criminal nos Estados Unidos, favorecendo a ampliação desse método de análise para se compreender a atividade criminosa. Para Bruce (2012) houve o apogeu da análise criminal nos Estados Unidos na década de 90, tendo um declínio nos anos 2000 em função da mudança de atenção da segurança interna para o combate ao terrorismo. Contudo, o desenvolvimento da análise criminal continuou sendo incorporado ao cotidiano do serviço policial. No mesmo período registrou-se ainda o avanço da análise criminal no Reino Unido e em outros países, a exemplo da Fundacion Paz Ciudadana, no Chile, que desenvolve um programa de Analise Criminal com a Associação Internacional de Analistas Criminais (IACA).

Vistas as condicionantes que marcaram a origens da análise criminal, será preciso analisar as diversas visões sobre o termo e as variantes que dividem as várias aplicações da Análise Criminal. Para se compreender as unidades mínimas do termo: “análise criminal” será preciso compreender, separadamente, seus significados.

O termo análise, a metalinguística nos dá conta que ‘analisar’ é verbo transitivo direto e significa “fazer análise de; separar (um todo) em seus elementos ou partes componentes” se propõe ainda a “investigar, examinar minuciosamente; esquadrinhar, dissecar”, “submeter à crítica; criticar, comentar”, realizar a análise, a avaliação de outrem ou de si próprio”, “decompor (uma unidade linguística de qualquer nível) nos seus elementos

constitutivos para descrevê-los e classificá-los”². Logo, a Análise Criminal tem o propósito de esmiuçar os eventos sociais que estão diretamente relacionados à ocorrência do crime e, em particular, examinar cada evento criminoso para buscar os detalhes de seu episódio para determinar o perfil completo de cada ocorrência e verificar se há conexões entre os diversos tipos de crimes.

Por outro lado é preciso examinar o vocábulo criminal. Enquanto adjetivo ele é empregado para classificar situações “concernente a ou que envolve crime; criminoso”², ainda é empregado para informar de processos sociais “que se refere a julgamento de crimes”². Juridicamente, o termo também é empregado para a “jurisdição que trata dos processos criminais”². Quando reunimos as palavras para formarmos o termo Análise Criminal, obtemos uma nova categoria que se define da seguinte forma, segundo Bruce (2012, p. 13):

É um conjunto sistemático de processos analíticos direcionados à prestação de informações oportunas e pertinentes em relação aos padrões de crime, suas correlações e tendências, a fim de auxiliar o pessoal que atua de forma operacional e administrativa no planejamento e aplicação de recursos mínimos para a prevenção e repressão de atos criminosos, auxiliando o processo de investigação, prisões e apuração de casos. Dentro deste contexto, os analistas criminais suportam um número de funções nos Departamentos, abrangendo a implantação de patrulhas, operações especiais, unidades táticas, investigações, planejamento e pesquisa, prevenção da criminalidade e serviços administrativos. (Tradução livre).

Notadamente, esta definição abrange alguns aspectos importantes da definição de análise criminal. As partes que envolvem a definição tratam da “sistematização de dados”, “processo analítico”, “definir padrões, correlações e tendências”. Cada parte, dentro do processo de análise criminal prescinde da aplicação de ferramentas para obtenção de resultados. Outro aspecto relevante, contido na análise criminal, é saída de “produtos” para utilização por parte de agentes que dirigem ou executam a atividade de segurança pública. Assim, a análise criminal pode ser compreendida preliminarmente como um processo.

A complementação da definição de Análise Criminal é adicionada por Bruce (2012, p. 13) da seguinte maneira:

² Houaiss Eletrônico. Versão 3.0. Editora Objetiva Ltda., 2009.

Análise de crime é o estudo sistemático dos problemas de criminalidade e desordem, bem como outras questões relacionadas com a polícia, incluindo – fatores sociodemográficas, espaciais e temporais - para ajudar a polícia na apreensão criminal, redução de crimes e desordens, prevenção da criminalidade e sua evolução. (Tradução livre).

Há, no conceito de Análise Criminal, a necessidade de ter um conjunto de informações para se dar início à análise e obter o seu produto finalístico que é o oferecimento de resultados analíticos para assessoramento de ações táticas, administrativas e estratégicas para realização de investigação criminal, distribuição de recursos, prevenção, planejamento e avaliação da atuação das agências que trabalham na redução da atividade criminosa. Desta forma, a análise criminal se importa em descrever os padrões dos crimes e aplicar as tecnologias de análise para oferecer melhores respostas àqueles que realizam a investigação e aos que estão na gestão da atividade de prevenção e repressão criminal.

A decomposição de que trata o termo “análise” e sua complementaridade, quando trata de um fato social criminoso, indica a multidisciplinaridade dos profissionais que estão no exercício desta atividade. A Análise Criminal usa de informações qualitativas e quantitativas, aplicando de forma apropriada os métodos quantitativos para examinar dados, com a finalidade de descobrir a existência ou não de padrões significativos e subjacentes que relacionam um único crime ou diversos crimes. Nesse contexto analítico, a Análise Criminal utiliza pesquisas qualitativas específicas, além de dados públicos, incluindo pesquisa de campo (a exemplo de investigação do local de crime e narrativas de relatórios policiais e relatos de ocorrências das vítimas), análise de conteúdo e outras técnicas, para compreender as diversas falas que envolvem o crime e suas manifestações.

Usa-se a aplicação de métodos quantitativos tais como estatística básica e aplicada, econometria, georeferenciamento, entre outros para acompanhar a evolução e aderência de crimes em determinados territórios. De forma acessória, a Análise Criminal ainda utiliza-se dos conhecimentos de Psicologia, Psiquiatria, Geografia, Direito, Criminologia, Sociologia, entre outras ciências, para buscar compreender a lógica do criminoso e explicar os resultados das análises quantitativas depuradas da análise dos crimes ocorridos.

No contexto central da Análise Criminal, tem-se o estudo do crime como seu objeto de pesquisa. Dele derivam as suas qualidades e quantida-

des. Enquanto ‘fato social’³ o crime é estudado segundo as dimensões socio-demográficas, espacial e temporal. Quanto à dimensão sociodemográfica, a Análise Criminal se importa com dados que revelam as características dos envolvidos nos crimes (autor, vítima e testemunhas), tais como: sexo, idade, raça, renda, idade, escolaridade, parentesco, características físicas, etc. Na dimensão espacial tem-se o interesse pela localização do crime (via pública, tipo de imóvel, atividade econômica desenvolvida, área urbana ou rural, etc.), mapas criminais (mapa eletrônicos) e suas relações com outros eventos, relações entre espaços de convívio social de vítimas e atores de delitos, natureza do crime e sua aderência a espaços físicos específicos, entre outros. Já na dimensão temporal avalia-se hora, dia, mês, ano, estações climáticas, evolução temporal da criminalidade (questões da sazonalidade, exames de curto, médio e longo prazo, análise de séries temporais) entre outras variantes. Tais dimensões apontam para avaliação das condições criminógenas e auxiliam a avaliação de atividade de construção das políticas públicas voltadas para gestão da segurança pública no território.

Outra atividade típica da Análise criminal é o estudo do trabalho policial, no tocante às operações desenvolvidas para contenção da atividade criminosa e a gestão pública das corporações policiais. Este tipo de estudo relaciona o quanto as rotinas de patrulhamento e os serviços de policiamento preventivo e repressivo conseguem conter o crime. Avaliam ainda qual a relação entre a atividade criminosa e o tipo de operação desenvolvida pelos corpos policiais e a interveniência entre as duas atividades.

Outro emprego valioso da atividade de Análise Criminal é permitir a avaliação constante da atividade policial. Além de apoiar as operações policiais, por meio do emprego de informações confiáveis, a análise do crime possibilita ao gestor da segurança pública do território medir a eficiência e eficácia do serviço policial. Mede a eficiência, na média em que o policiamento obedece aos padrões determinados pelas diretrizes e planos de execução. Avalia a eficácia, se as atividades planejadas, a partir de suas metas com os respectivos indicadores, foram alcançadas. Nesse contexto, tem-se na Análise Criminal uma ferramenta de grande valia para gestão do serviço de segurança pública.

A Análise Criminal tem como objetivos básicos:

- Auxiliar na investigação criminal,

3 DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- Assessorar a polícia a prevenir o crime,
- Dar apoio à tomada de decisão,
- Encontrar soluções para redução da criminalidade,
- Avaliar se os esforços implementados pelo Estado são capazes de produzir redução da criminalidade local e regional.

Tais objetivos incidem diretamente sobre a qualidade do trabalho desenvolvido pelo analista criminal e as expectativas de uso de suas análises. Quanto ao auxílio na investigação policial, a Análise Criminal se interessa em identificar e analisar os problemas que interferem ou perturbam a ordem pública de uma localidade e busca encontrar soluções para tal problemática. A partir da identificação dos problemas, a unidade policial poderá desenvolver programas específicos para conter a criminalidade identificada, trazendo para a os analistas criminais os resultados das operações e assim, proverem novas diretrizes para o policiamento.

A prevenção do crime é outro objetivo bem definido da utilizada prática da Análise Criminal. Com este escopo, pretende-se aplicar a intervenção policial diante do estudo e a identificação de potencialidade de atuação de agentes criminosos. São aplicações típicas: os estudos de concentração de atividade comercial, turística, residencial, industrial e outras, que merecem tipos específicos de trabalho preventivo, a fim de evitar ação delituosa. O planejamento da prevenção antecipa a ação do delinquente, antepondo soluções antes de seu agravamento.

O apoio às decisões de aplicação de um recurso público, quer seja este físico ou operacional, deve ter como pressuposto uma análise mais detalhada das condicionantes sociais presentes no território. A análise detalhada do crime e das potencialidades de ação do Estado (força policial) antecipa a aplicação racional dos recursos e dirige a ação para se ter menor nível de erros e atingir os problemas segundo suas causas identificadas, favorecendo minimizar os efeitos danosos. Nesse sentido, a Análise Criminal é indispensável diante da ação da força policial.

A ação delituosa possui, em seu nível mais detalhado, algumas relações de causa e efeito bem determinadas. A aplicação da Análise Criminal possibilita encontrar soluções mais adequadas para acompanhar o seu aparecimento e desenvolvimento. As ações do Estado buscam minimizar seus efeitos e/ou extinguir suas causas e consequências. A aplicação de estudos analíticos bem delineados, por meio de técnicas e tecnologias próprias da Análise Criminal, favorece a construção de soluções para redução

da criminalidade local e/ou regional em territórios. O uso adequado dos resultados das análises visa a redução do crime.

Por fim, a Análise Criminal também deve ser empregada para avaliar os esforços empreendidos pelo Estado, através de suas diversas agências (não somente da polícia) para reduzir a criminalidade de forma sistêmica. O papel do analista é revelar, por meio de estudos específicos, as relações de causa e efeito entre a aplicação de tecnologias sociais e seus resultados, buscando compreender se as consequências estão de acordo com o que foi planejado para redução do crime. A adequação dos estudos podem ajudar a diminuição de esforços e evitar ações concorrentes que produzem o mesmo efeito diante de um território com problemas que não são apenas de natureza policial, mas de intervenção diversa do emprego da força policial.

No Brasil, Furtado (2002) define e explica o termo “análise criminal”, esclarece a sua funcionalidade e encerra o texto ressaltando que a análise criminal é parte integrante de um sistema de informações, mas é “[...] procedimento típico de polícia judiciária”. (FURTADO, 2002, p. 177). A visão de Furtado (2002) é que a análise criminal é adstrita apenas à análise de inteligência, desconhecendo as demais aplicações deste corpo de conhecimento.

É comum, no Brasil, falar de sistemas de informações para apoio às decisões como se fossem adstritos apenas ao setor de inteligência. A mudança nesse entendimento passou a ser mais bem definida quando o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, implementou os cursos de Análise Criminal à distância. Com a difusão do conhecimento teve-se maior acurácia sobre a utilidade prática da aplicação do conhecimento. Na esteira dessa difusão em massa os demais Estados da Federação passaram a usar a Análise Criminal, fazendo com que houvesse aplicação mais adequada dos recursos públicos. Vale ressaltar que este uso possibilitou reduções significativas da criminalidade, fato que ocorreu principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Já os estudos e pesquisas que revelam o conhecimento sobre a Análise Criminal ganham maior visibilidade a partir dos anos 60 do século XX, segundo Bruce (2012), Gottlieb, Arenberg, Singh (1998). Para Bruce (2012), provavelmente o uso da análise do crime antecedeu à profissão de analista criminal. Neste ponto, é necessário ressaltar que nos Estados Unidos o exercício da análise criminal é devido ao profissional Analista de Crime ou Analista Criminal, diferentemente do que ocorre no Brasil. Nas

polícias brasileiras não há regulamentação do exercício da atividade, e a análise do crime é realizada de forma difusa.

Para melhor compreensão do assunto, o presente texto está dividido em seis partes. No capítulo dois, tem-se a definição das tipologias da Análise Criminal de forma geral, buscando compreender a sua evolução histórica. O texto foi baseado em referências da Associação Internacional de Analistas Criminais (IACA) e na literatura americana. O terceiro capítulo trata da Análise Criminal Tática (ACT). Nesta parte do texto são abordados os temas que propiciam ao analista trabalhar com horizonte de gestão de curtíssimo prazo para prevenção do crime. No capítulo quatro são apresentadas as bases para Análise Criminal Administrativa. (ACA) Embora o termo possa confundir o leitor, indicando que será realizada uma avaliação das organizações na perspectiva da Administração, este tipo de análise refere-se a forma de comunicar os aspectos da Segurança Pública para os diversos segmentos da sociedade. No capítulo quinto, o qual trata da Análise Criminal de Operações (ACO), traz-se para o leitor, por meio de exemplo de construção de indicadores, a forma de atuação do analista criminal de operações. Neste tipo de análise é que se realiza os estudos organizacionais e a forma de atuação administrativa e operacional das organizações que lidam com a segurança pública. O texto que trata dos indicadores de gestão fora apresentado em momentos anteriores, porém julguei adequado incluí-lo nesta parte do trabalho, a fim de demonstrar uma das ferramentas para gestão do trabalho policial. O texto não é completo, carecendo de complementações que não foram abordadas neste momento. No capítulo seis, fez-se uma introdução do vasto conhecimento sobre Análise Criminal Investigativa (ACI). Neste ponto, o texto aborda alguns aspectos importantes da atividade do analista, buscando compreender os papéis do analista criminal, investigador e detetive. São apresentadas também algumas técnicas úteis aos analistas criminais. O capítulo sete trata da Análise Criminal Estratégica (ACE) e trago duas abordagens diferentes sobre o tema. O primeiro foi fruto de pesquisa sobre a cidade de Salvador no período de 1980 a 2000. Esta investigação fez parte da dissertação de conclusão de mestrado de minha autoria. É demonstrado também o uso de Análise Criminal Estratégica no âmbito regional, analisando o Estado da Bahia. Esta investigação fez parte da tese doutoral apresentada por este autor. Já no capítulo oito, faz-se uma discussão sobre a Análise Criminal de Inteligência, apresentando algumas ferramentas para uso do analista criminal. Ressalta-se que este

tipo de análise é bem desenvolvido por um grupo especializado de analistas que se dedicam exclusivamente à análise de inteligência. Este grupo forma uma associação apartada dos Analistas Criminais e possui uma doutrinação própria.

Ultimando o texto são apresentadas as conclusões e as estimativas de futuro da Análise Criminal no Brasil.

2. TIPOLOGIA DA ANÁLISE CRIMINAL

A Análise Criminal se distingue segundo a sua aplicação e uso de fonte de dados, embora seus tipos não sejam genuinamente apartados. Tal diferenciação se dá apenas pelo foco principal do uso das informações analisadas e o produto da análise. Todos os tipos de análise possuem um entrelaçamento quanto ao campo do conhecimento aplicado e a finalidade.

Segundo Bruce (2012), Gottlieb, Arenberg, Singh (1998), existem cinco tipos de análise criminal usadas mais frequentemente por analistas de segurança pública. São elas:

- Análise Criminal Tática.
- Análise Criminal Estratégica.
- Análise Criminal Administrativa.
- Análise de Operações Policiais.
- Análise Criminal Investigativa.

Fica claro que dentre os tipos de análise criminal exclui-se a Análise de Inteligência, já que esta compõe outro tipo de conhecimento. Esta não se aplica apenas às informações que terão caráter público, isto é, não possuem disseminação global dentro das corporações em função do secretismo ou confidencialidade de seu conteúdo. Segundo Bruce (2012), nos Estados Unidos, há uma separação entre Análise Criminal e Análise Criminal de Inteligência. As atividades que seus profissionais realizam são de natureza diferenciada e se organizam em entidades de classe também distinta. Os profissionais da Análise Criminal se apoiam na Associação Internacional de Analistas Criminais (IACA) e os que realizam a Análise Criminal de Inteligência compartilham da Associação Internacional de Analistas de Inteligência e Cumprimento da Lei (IALEIA).

Ao largo das discussões que apontam para a separação dos profissionais que realizam os dois tipos de análise criminal, deve-se considerar que

ambas possuem peculiaridades que as difere. Quer seja pela razão da qualidade e quantidade de informação ou pelo uso desta para realizar o cumprimento da lei, ambas buscam analisar as atividades de violadores de direitos humanos. Se fizermos uma comparação com a matemática, a teoria dos conjuntos (em particular), pode-se inferir que a Análise Criminal de Inteligência está contida na Análise Criminal.

Para se realizar a Análise de Inteligência, o analista dever reunir o maior número de informações para estimar todas as relações possíveis entre os fenômenos, objetos ou pessoas analisadas. Importa para Análise de Inteligência apontar o crime e identificar de forma minuciosa os fatos, os sujeitos e coisas que se relacionam às atividades criminosas. Importa ainda desvelar as grandes redes criminosas que produzem efeito na criminalidade cotidiana (micro criminalidade). Por exemplo: quando se descobre e prende uma rede de traficantes de drogas, isto produz um efeito imediato nos pontos de venda. Se as operações de inteligência forem realizadas com continuidade, pode-se extinguir a venda de entorpecentes num dado território. Obviamente, haverá uma metamorfose da atividade criminosa, podendo ocorrer mudança do tipo de crime ou do lugar de atuação. Outra aplicação da Análise de Inteligência é a investigação da cadeia produtiva do crime organizado, o qual não é perceptível pela Análise Criminal. Esta tem capacidade de identificar os crimes de bando, que por vezes se confundem com crime organizado.

Nestes temos, nota-se que há uma diferença bem acentuada entre os dois tipos de produção de conhecimento. Enquanto a Análise Criminal produz um conhecimento de natureza pública, a segunda análise depende da segurança da informação para ter sucesso em sua atividade.

Gottlieb, Arenberg, Singh (1998, p. 15-16) aponta as funcionalidades da Análise Criminal, a qual se destaca pelo uso das informações para aumentar a eficiência do trabalho policial, não tendo valor apenas como meio para prender criminosos. A análise do crime ajuda uma unidade policial a alcançar seus objetivos estratégicos por meio do acompanhamento de suas atividades de controle do crime. Os autores destacam as seguintes funções da análise criminal:

- Identificação dos envolvidos no crime ou de existência de padrões de crimes em séries.
- Previsão de ocorrências criminais.
- Análise dos perfis, dos objetivos ou lugares em que poderão ocorrer crimes.

- Oferecer suporte para a investigação criminal.
- Oferecer dados de suporte para o policiamento comunitário e programas de prevenção ao crime.
- Auxiliar o processo de investigação de crimes específicos.
- Fornecer dados para dar suporte ao planejamento de uma unidade.
- Analisar dados operacionais para planejamento de alocação de recursos e orçamentos de uma unidade.

Ainda segundo Gottlieb, Arenberg, Singh (1998), enquanto as agências servem como repositório de informações, a unidade de análise criminal as processa. O sucesso de uma unidade de análise criminal reside na capacidade de seus integrantes de pegar um grande volume de dados, dispostos em partes, muitas vezes fragmentados, e conectá-los para determinar a natureza da atividade criminosa dentro de uma comunidade.

O Analista Criminal é um profissional que agrega um conjunto de conhecimentos que o capacita a realizar análise de cenários, com uso de técnicas qualitativas e quantitativas, para aprimorar a aplicação de recursos para prevenir e/ou reprimir atividade criminosa em determinado território. O conhecimento produzido pelo Analista Criminal favorece:

- Resolver crimes, quando a técnica é aplicada para o setor investigativo.
- Desenvolver análises para fins estratégicos e táticos voltadas para a prevenção da criminalidade.
- Identificar os padrões de comportamento de criminosos, viabilizando a sua prisão.
- Produção de análise qualificada para se fazer melhorias nas operações policiais.
- Racionalizar a aplicação do serviço polícia. Empregar o esforço necessário no lugar preciso.
- Estimar problemas locais e propor solução, antecipando o seu agravamento.
- Produção de informações para planejamento de ações futuras.
- Adoção de medidas eficazes com base em informações fidedignas.
- Melhorar, por meio de informações qualificadas, o comportamento da população e da polícia para fins de melhorias da segurança da comunidade.

No Brasil a análise criminal é realizada por policiais. Há, também, forte relação entre a Análise Criminal e atividade de inteligência. Cabe ressaltar que a Análise de Inteligência e Análise Criminal são instâncias diferentes. A Análise Criminal é gênero e a Análise de Inteligência é espécie. A segunda está contida na primeira, contudo são conhecimentos com aplicações diferenciadas, não podendo a segunda incorporar a primeira em função da perda da funcionalidade de seu produto final.

Não há restrições quanto a atividade de Análise Criminal. Ela pode ser realizada por qualquer pessoa fora da atividade policial. As administrações de Shopping Centers devem ter analistas criminais para acompanhar as atividades de delinquentes nas suas dependências, identificando padrões de comportamento para fins de prevenção e alocação de recursos. Estações de transbordo de passageiros (rodoviárias, ferroviárias, aeroportos, entre outros), empresas que realizam eventos de grande porte, e as Guardas Municipais têm grande necessidade deste tipo de conhecimento, assim como os componentes dos Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública. Adicionam-se a esse rol de profissões, aqueles profissionais que lidam com o planejamento de recursos públicos e os que realizam o planejamento plurianual das Prefeituras, Estados e União.

O conhecimento sobre Análise Criminal e a expansão de profissionais - Analistas Criminais, é uma realidade em outros países e está em fase de implantação e crescimento no Brasil.

São conhecimentos necessários para se realizar a Análise Criminal e que devem possuir um Analista criminal, segundo a Associação Internacional de Analista Criminal – IACA:

- Conhecimento dos fundamentos de Análise de Crime.

Conhecer e compreender os conceitos e definições necessárias para o desenvolvimento da análise criminal, bem como os tipos, funções e processos de realização de uma análise do crime.

- Avaliação de integridade de informações.

Ter habilidade para determinar a validade, confiabilidade e credibilidade verbal e escrita, numérica e gráfica das informações encontradas durante o processo de análise criminal.

- Conhecimento sobre o Comportamento criminoso.

Entender o padrão de comportamento e motivações para o crime desenvolvidas por criminosos seriais, delinquentes de rua, grupos organizados de criminosos (crime de bando), violência doméstica e familiar, interveniência das drogas lícitas (álcool) e drogas ilícitas (narcóticos) nos crimes. Compreender as teorias explicativas do crime e as influências dos aspectos socioeconômico, cultural, psicológico, biológico, ambiental e histórico no comportamento criminoso, e ter conhecimento sobre vitimologia.

- Compreensão do Sistema de Justiça Criminal.

Compreender as relações jurídicas que tenham interface com segurança pública, estabelecimentos penais e tribunais, enquanto voltados para correção de pessoas delinquentes, considerando as instâncias da justiça Federal e Estadual. Conhecer a dinâmica do processo do sistema judiciário aplicado a persecução penal, e análise do contexto dos papéis dos indivíduos no sistema de justiça criminal.

- Comportamento de séries temporais.

Dominar as técnicas de análise de séries temporais distribuídas segundo as frequências diária, semanal, mensal e anual. Identificar os intervalos, durações, tempos, ciclos, sazonalidade e irregularidades. Identificar padrões e tendências de criminalidade nas séries de curto e longo prazo. Fazer previsões e comparações com outras séries de tempo.

- Uso e aplicação de estatísticas descritivas.

Conhecer como se faz resumo de dados estatísticos, analisar dados qualitativos e quantitativos. Calcular frequências relativas, percentuais e acumuladas dos dados. Calcular medidas de tendência central, de posição e de variabilidade. Conhecer os tipos de variáveis e seu uso apropriado, assim como de medidas estatísticas em geral. Empregar, apropriadamente, os testes estatísticos para apoiar as análises criminais tática, administrativa e estratégica.

- Uso e aplicação de estatística inferencial.

Conhecer técnicas de amostragem aleatórias e utilizar resultados de pesquisas amostrais para inferir fenômenos criminais na população alvo. Estabelecer a diferenciação entre estatística inferencial e descritiva, aplicando devidamente a estatística inferencial na análise de crime.

- Análise de comportamento de dados demográficos.

Desenvolver habilidade para agrupar dados de várias fontes, principalmente dados demográficos, para compreender processos criminais no conjunto de moradores de comunidades. Descrever os processos criminais segundo segmentação por raça, etnia, idade, renda, religião, etc. Entender as relações e possibilidade de análise das diversas variáveis no contexto do território policiado.

- Interpretação de estatísticas criminais.

Ter habilidade para compreender e comparar as estatísticas criminais e relativizá-las segundo o nível de análise (local, regional e global). Usar as bases de dados para coleta de informações e compreender a metodologia de coleta de dados. Reconhecer padrões de análise de dados estatísticos. Construir indicadores de criminalidade e de gestão.

- Análise de dados espaciais.

Compreender os princípios básicos e técnicas de análise geográfica de dados. Dominar as técnicas de criação de dados mapeados eletronicamente. Dominar as técnicas de georeferenciamento e construção de mapas temáticos e de densidade. Desenvolver habilidade de análise de mapas geográficos, correlacionando problemas de ordem criminal, e produzir previsões relativas às tendências das séries temporais, segundo as unidades territoriais. Interpretar dados georeferenciados e calcular estatísticas e indicadores espaciais.

- Desenvolvimento de fluxos de cenário investigativo e de análise de inteligência.

Conhecer as condições de análise e investigação de inteligência, reconhecer símbolos, produtos e técnicas descritivas de informações para o processo investigativo.

- Análise textual/Análise de conteúdo.

Desenvolver a habilidade para compreender documentos ou informação escrita decorrente de informação útil e lógica proveniente de relatório, documento de pesquisa ou de qualquer outra fonte. Nesse tópico, o analista deve desenvolver a habilidade de aplicar técnicas de análise textual.

- Escrita de relatório de análise.

Desenvolver a habilidade de escrever relatórios necessários para expor informações derivadas de análise de crime. Prover conclusões e recomendações em formato narrativo, objetivo, sucinto, articulado, pertinente e vinculados aos dados analisados.

- Desenvolvimento de apresentações de dados.

Desenvolver a habilidade para apresentar verbalmente as informações decorrentes de relatórios de análise criminal. Construir apresentações úteis e expor em audiências de explicações sobre controle da criminalidade. Conhecer e dominar software que auxilie na construção de apresentações de resultados de pesquisa. Fazer apresentações em pequenos intervalos de tempo sem perder a riqueza da informação e responder a perguntas concisamente e de forma precisa.

- Desenvolvimento de apresentação textual.

Desenvolver a habilidade para produzir documentos, tais como boletins periódicos e relatórios para satisfazer a disseminação de informações, utilizando recursos de software (gráficos, quadros, tabelas, mapas, diagramas, etc.) para apresentar de forma concisa e precisa os dados analisados.

- Operar planilhas eletrônicas.

Operar softwares para criar planilhas eletrônicas e manipular dados por meio de gerenciamento de fórmulas estatísticas e estatísticas básicas necessárias para produzir sumários de dados criminais (frequências, somas, médias, desvios, análise de regressão, previsão e correlação, entre outros). Efetuar cruzamento de dados e criar tabelas de contingência, gráficos, e exportar e importar dados para outras aplicações.

- Habilidades em pesquisas na internet.

Manipular os ambientes de pesquisa pela internet e intranet, pesquisa eletrônica por e-mail e redes sociais. Uso de recursos on-line para pesquisa de informações criminais, produzir análise correlacionadas e usar “fontes abertas” de informações para análise criminal.

- Métodos de pesquisa aplicados em análise de crime.

Administrar pesquisa aplicada à análise criminal, dominar métodos básicos de pesquisa. Entender os processos científicos de coleta de dados, análise e avaliação, correlacionando a análise do crime com as teorias sociais. Compreender os conceitos e uso do Método IARA (Identificação, Análise, Resposta, Avaliação) – modelo de pesquisa baseado na administração e resolução de problemas.

- Avaliação de informação qualitativa.

Ter a habilidade para analisar o conteúdo de informação qualitativa decorrente de pesquisa criminal e relatórios, narrativas e declarações de vítimas, testemunhas e suspeitos. Ter a habilidade de entender, categorizar e resumir dados qualitativos e incluir informações qualitativas pertinentes ao relatórios e instruções específicas.

- Habilidade de pensamento crítico.

Agregar conhecimentos capazes de pensar criticamente, aplicando métodos, procedimentos, ferramentas e técnicas em análise de crime. Empregar, criticamente, os conhecimentos para análise do trabalho de execução da lei. Aplicar os métodos analíticos: raciocínio indutivo e dedutivo, lógico, aplicados às técnicas de solução de problemas. Desenvolver a criatividade, autoconsciência e autocrítica para produção do conhecimento.

- Análise urbana e territorial.

Conhecer e aplicar as teorias e técnicas de análise territorial e urbana para análise do desenvolvimento das cidades. Avaliar o crescimento urbano, crescimento socioeconômico e efetuar projeções de espalhamento dos centros urbanos e possíveis intervenções para se evitar territórios dominados pela criminalidade.

O analista criminal tem algumas funções específicas, para fins de atingir os resultados esperados de suas análises. Assim, ele deve:

- Coletar, analisar e interpretar dados e estatísticas através de métodos quantitativos e qualitativos.
- Preparar e apresentar complexos e detalhados relatórios estatísticos.

- Usar sistemas integrados para criar e acessar arquivos de banco de dados e preparar tabelas e gráficos estatísticos para exposições.
- Realizar estudos de reconfiguração de cenário estratégico de segurança pública.
- Desenvolver e realizar pesquisas abrangentes que envolva a resolução de problemas.
- Construir projetos de pesquisa abrangentes, incluindo assistência com estudos de avaliação de programas e outros estudos administrativos.
- Compilar e gerenciar os dados estatísticos e produzir o relatório anual da unidade, do departamento e do sistema de segurança pública.
- Fornecer informações para a polícia (informações de caráter geral e que tenha interveniência com a segurança), a administração da cidade, e do Conselho da Cidade para a tomada de decisões; fazer-se presente através de análise e estatísticas em vários fóruns internos e externos, bem como participar e fornecer informações para a polícia / Conselhos comunitários dos bairros e das Cidades.
- Fornecer informações e a metodologia aplicada à construção das estatísticas de criminalidade.
- Realizar projetos especiais e apresentar dados imparciais com base apenas em dados estatísticos.
- Iniciar, gerir e relatar projetos usando o gerenciamento de projeto padrão, contabilidade de custos e os princípios de gestão orçamental.
- Monitorar cronograma, escopo e orçamento do projeto / programa e coordenar projeto / programa de avaliação e melhorias.
- Fornecer treinamento e orientação para o pessoal da polícia e outros funcionários sobre o trabalho da unidade e andamento dos projetos.
- Compilar, analisar e relatar informações criminais e operacionais,

incluindo as tendências da criminalidade, pessoal / alocação de recursos e orçamentos.

- Empregar princípios e aplicações de matemática e estatística, o que pode exigir conhecimento de princípios e técnicas de investigação científica.
- Publicar relatórios e fazer apresentações para os meios de comunicação, empresas e grupos comunitários.
- Realizar análise de custos e custos de projeto que envolva ação conjunta de pessoal e outros agentes associados com os esforços de redução da criminalidade.
- Fornecer análise às autoridades da cidade e aos cidadãos sobre o crime e a desordem.
- Realizar estudos de alocação de recursos públicos para fins de orçamento e programação orçamentária.
- Realizar pesquisas abrangentes e projetos de pesquisa, incluindo assistência com estudos de avaliação de programas e outros estudos administrativos.
- Estudar literatura atual sobre questões metodologia de pesquisa e da polícia, e fazer recomendações apropriadas para a melhoria das práticas de análise da criminalidade.
- Fornecer treinamento em análise de crime para a polícia e pessoal da cidade, fora os grupos profissionais e outras entidades / indivíduos / grupos que visitam os diversos departamentos de polícia e unidades operacionais.
- Assegurar que as políticas e procedimentos relativos à análise de crime, construção de relatórios para cumprir metas ou leis federais e estaduais, determinadas por leis ou por autoridades judiciais, dando a elas os padrões de acreditação.
- Monitorar e determinar a eficácia dos serviços de análise de informações criminais fornecidas ou solicitadas por outros órgãos;
- Fornecer análise, feedback e avaliação de programas, usando dados de criminalidade disponíveis.

- Elaborar e preparar os pedidos gerais, procedimentos operacionais padrão e materiais similares relativos à análise de crime.

No bojo dessa discussão, será preciso clarear o conhecimento de cada tipo de análise criminal e apontar suas características e funcionalidade para se compreender a sua aplicação.

3. ANÁLISE CRIMINAL TÁTICA – ACT

A Análise Criminal Tática tem um papel importante na abordagem dos conteúdos aplicáveis aos problemas criminais específicos, quotidianos e imediatos. É neste tipo de análise que se utiliza grande parte das ferramentas quantitativas e qualitativas para promover a aplicação de efetivo para o patrulhamento ostensivo do dia a dia, com vistas à redução da criminalidade. Ela engloba ainda a análise da criminalidade, a fim de promover mudanças imediatas de escalas de serviço, emprego adicional de efetivo ou deslocamento de efetivo de uma área para outra. Este tipo de análise envolve a detecção de padrões dos crimes, sua localização e concentração, lugares potenciais que estão emergindo como grandes concentradoras de criminalidade e violência.

A ACT utiliza fatos e informações recentes para realizar as previsões de curto prazo. Ela envolve a utilização de informações específicas sobre *modus operandi* de criminosos ou de grupos de criminosos, assim como o uso de ferramentas específicas para análise das práticas de crimes. Os dados utilizados para análise têm origem nos relatórios de atividades do policiamento diário e de registros oficiais de denúncias de crimes. Os crimes analisados são aqueles que ocorrem de forma difusa, isto é, sem que autor e vítimas tenham qualquer relacionamento anterior. Busca-se compreender o volume de crimes que ocorrem nas áreas comerciais, roubo a residências, tais como invasão de edifícios residenciais, roubos de modo geral, estupros sem que haja relação familiar entre as vítimas, entre outros delitos.

Outras investigações, próprias da ACT, são as que se concentram no exame das informações coletadas pelos policiais em sua atividade diária. Nesses relatórios são examinadas as informações sobre os atendimentos realizados, prisões executadas juntando-se as informações sobre as características dos delinquentes, tais como: tatuagem, deformações físicas, dados biométricos, idade, gênero, entre outros dados. Utiliza-se ainda as

notificações sobre as vítimas e as condições em que se deu o fato criminoso. Outra informação importante examinada pela ACT é o conjunto de chamadas efetuadas para o serviço policial. Identifica-se a origem, frequência, tipo de crime relatado e providências adotadas.

O que caracteriza o uso da ACT é a rapidez da aplicação de seus resultados. Ela se apropria de mapas temáticos para realizar a prevenção do crime. Um dos primeiros passos para realizar a tarefa de Análise Criminal Tática é a coleta de dados. Aliás, a Estatística considera a “coleta de dados” como uma das fases mais importantes do trabalho estatístico. Os dados sobre a criminalidade devem trazer respostas às questões: como, quando, quem e onde o crime ocorreu. As informações devem trazer ainda aspectos qualitativos e quantitativos sobre a ocorrência. Nos relatos dos crimes devem constar a origem das informações para que o conjunto dos dados seja confiável.

O conjunto dos dados deve ser sistematizado em meio eletrônico, para que se tenha condições de organizar e tabular as informações de forma mais rápida. O uso de software para a realização da Análise Criminal Tática é indispensável. O georeferenciamento da ocorrência, apontado num mapa eletrônico, torna mais visível a replicação do crime no território.



Figura 1 – Mapa temático de crimes registrados pela população no site www.wikicrime.org

Fonte: Disponível em www.wikicrime.org. Acessado em 17 mar 2013 às 20h10min.

A figura 1 é bem similar aos mapas temáticos que reportam os registros policiais de crimes. Nota-se que há uma concentração de crimes na região dos bairros de Cosme de Farias, Brotas e Engenho Velho de Brotas. Os que conhecem os bairros mencionados notam que há uma forte concentração de crimes nessa região. Para a polícia, esse fato reveste-se de carência de planejamento de aplicação de policiamento. A concentra-

ção de crime é muito grande e a aplicação de tipos específicos de policiamento é extremamente necessária.

Este exemplo é importante, pois o mapeamento do crime foi feito pela população. A própria polícia deve realizar o seu mapeamento com base nos seus próprios registros. O exemplo a seguir, mostra o mapeamento da criminalidade realizado pela polícia e a identificação de padrões de crimes em série.

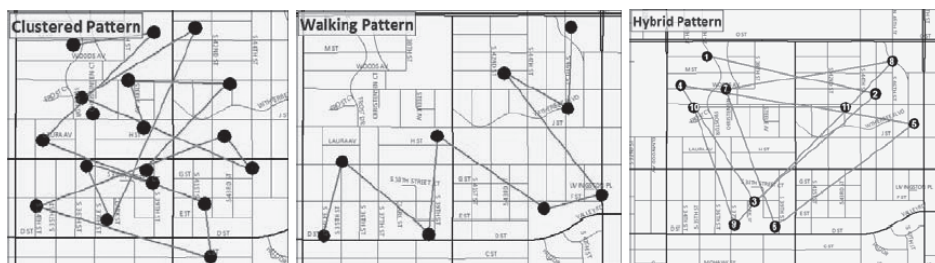


Figura 2 – Três tipos básicos de padrões espaciais de crimes em série.

Fonte: BRUCE; SMITH (2013, p. 31).

Nota-se que a descrição dos pontos onde ocorreram os crimes conserva entre si um distanciamento bastante reduzido. Verifica-se ainda certo padrão de comportamento entre as ocorrências registradas e regularidade de deslocamento, concentração, roteiro e outras peculiaridades que podem estar implícitas no banco de dados, tais como: horário, *modus operandi*, características das vítimas e dos autores, meios empregados (veículo e armas), tipo de objeto envolvido na prática do crime, entre outras informações.

O primeiro padrão (da esquerda para direita da figura 2) mostra a ação criminal realizada em um agrupamento próximo ou concentrado a determinados objetivos. Neste caso, o criminoso ou criminosos atuam num aglomerado de alvos e suas ações são delimitadas. No centro da figura 2, tem-se o padrão de um criminoso que segue uma determinada rota. Neste caso, a atividade criminosa segue uma rotina de um “andarilho”. Já o terceiro padrão a atividade criminosa possui uma sequência delimitadas de ação (“andarilho”) e se concentra em área específica.

A aplicação da ACT tem uma peculiaridade, ela deve ter uma utilização imediata. Ela tem maior aplicabilidade se suas análises servirem para emprego rápido do policiamento, a fim de conter atividade rotineira de concentração de crimes que ocorrem em pequenos espaços territoriais. Não se descarta a sua aplicação em territórios maiores, contudo, reco-

menda-se a atuação de patrulhamento de uma só unidade operacional no controle do efetivo, já que o problema é local.

A fonte de informação mais relevante para obtenção de dados para Análise Criminal Tática é o relatório de serviço do policial. Neste relatório, precisam constar informações mínimas, tais como: tipo de envolvimento da pessoa, nome do delinquente (quando identificado), identificação familiar (pai e mãe, se identificados), traços biométricos, tais como: idade, peso, altura, cor da pele, sexo, característica do cabelo, etc. Quando se identifica o criminoso, recolhe-se o endereço, foto (quando houver), aparência, cicatriz, outras características e georeferencia-se o local de residência do autor e vítima.

Outra informação importante é o *modus operandi* do delinquente. Tais informações darão suporte à teoria de análise da atividade rotineira do crime, tanto por parte do delinquente como da vítima. Com a análise mais minudente do local do crime, será possível identificar as atividades desenvolvidas pelas vítimas e quais as oportunidades que o criminoso se apropria para prática do delito. Busca-se reconhecer se há nesse espaço de prática de crime aqueles delitos que envolvem os “crimes de oportunidade”, isto é, se existem condutas das vítimas que potencializam a ação dos criminosos. Por sua vez, o criminoso escolhe o espaço urbano para prática do delito em função de conhecer as rotinas daqueles que habitam ou transitam no local escolhido para a realização de atos criminosos. A escolha do estilo de vida por parte das vítimas potenciais pode criar ou limitar as oportunidades de crime para o criminoso motivado.

Embora o estilo de vida ou as rotinas das vítimas facilitem a ACT, acredita-se que as atividades rotineiras não ofereçam realmente uma teoria que possa explicar o crime na sua totalidade, contudo não se deve descartá-la ao analisar a vitimização. Nesse aspecto, a Análise Criminal Tática deve analisar os registros de crimes e acompanhar as atividades ocorridas no território para se aplicar o policiamento adequado, a fim de prevenir o crime ou prender os criminosos habituais. Deve-se conhecer os tipos de armas e meios empregados para prática de crimes, hábitos de prática o delito (se acompanhado de comparsas ou o faz de forma solitária), predileção por tipo de habitat (casa comercial, rua, condomínio residencial, shoppings centers, caixas eletrônicos, pequenas lojas, etc.) para prática do crime, tipos de objetos que são subtraídos nos crimes, a exemplo de: bolsas femininas, celulares, joias, fios elétricos, eletrodomésticos, eletroeletrônico, veículos, motocicletas, bagagem em aero-

portos, bicicletas, etc. Já o meio empregado para a ação durante o crime pode ser: arma de fogo, arma branca ou material para arrombamento. Por outro lado, o delinquente aproveita-se do descuido da vítima para a prática de furtos e outros crimes que não envolvam a ameaça física. Tem-se que considerar também a forma de acesso aos lugares onde são praticados os delitos: como o criminoso acessa o local do crime (porta da frente, janelas, portas dos fundos, desconhecido, etc.), método de entrada no local de crime: emprego de ferramentas para arrombamento, esforço físico, uso de ferramentas que simulam chaves, etc. Estuda-se ações do criminoso durante o ato delituoso: se bate nas vítimas, se comete estupro, se sequestra etc., ações que comete contra a propriedade: se danifica fechadura, se quebra portas e vidros, se quebra telhado para entrar no imóvel, etc., condições da temporalidade: quando comete o crime (manhã, tarde ou noite, madrugada, dias com chuva, feriados, período de férias escolares, entre outros).

Outro aspecto relevante é a prática de delitos com uso de veículos. A Análise Criminal Tática deve capturar essas informações e agregá-las ao processo de análise do crime. É importante conhecer quais veículos roubados são frequentemente utilizados na prática de crimes. Três tipos de informações devem ser coletados sobre veículos: a informação oficial, descrição física, e as características do veículo no momento da ocorrência. A informação oficial sobre um veículo é composta do número de identificação do veículo (“placa policial”), que é um identificador único e estado de emissão. Em alguns casos, apenas um número parcial da placa é visível, mas essa informação ainda pode ser útil, com os recursos de consulta aos registros do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) pode-se identificar a origem do veículo, usando várias combinações dos números e das letras.

A descrição física de um veículo inclui: conhecer o fabricante (por exemplo: Chevrolet, Ford, Honda, etc.), o modelo (por exemplo: Focus, HB20, Mille, etc.) e o estilo (por exemplo: se de quatro portas, duas portas, hatchback, cupê, caminhão, etc.). Detalhes como a cor, o ano do modelo e o tipo geral de veículo (caminhão, passageiro, etc.) devem ser coletados por meio de informações de uma testemunha que viu o carro, mesmo que apenas por alguns instantes.

Para se realizar a Análise Criminal Tática, o analista deve realizar algumas atividades elementares, as quais são essenciais para sua tarefa. A seguir encontram-se algumas dessas atividades, propostas pela IACA.

- Executar tarefas rotineiras de análise do crime, tais como o desenvolvimento regular de leituras dos boletins de ocorrências e dos relatórios de serviço, a realização e apresentação de análise histórica dos delitos na área de responsabilidade de policiamento da Unidade, tanto da criminalidade em geral como de crimes específicos; solicitar informações sobre o serviço daqueles policiais que deixem de apresentar os relatórios de serviço e ajudar com projetos de pesquisa de investigação pormenorizada de crimes.
- Fazer apresentações escrita e oral, usando tabelas e gráficos, para informar aos policiais, investigadores e comandantes sobre a existência de crimes em série, identificar padrões e tendências, bem como descrever perfil de suspeito e de vítimas e as suas relações.
- Identificar séries da criminalidade atual e os pontos quentes, preparar planos de ação táticos.
- Identificar padrões comuns aos crimes quotidianos e de crimes que tenham grande repercussão na localidade, contribuir para investigação e prisão de suspeitos.
- Desenvolver e produzir mapas de crime, utilizando sistemas de informação geográfica (SIG), atender às solicitações para realizar análise espacial de dados de criminalidade.
- Identificar padrões de crime em toda a cidade, especificando a distribuição espacial, temporal e tendências.
- Desenvolver relacionamento com outras Unidades Operacionais que estão no mesmo território ou que desempenham serviço de policiamento nele, mantendo contato pessoal e tomar as providências legais para a troca de informações sobre determinados crimes.
- Determinar qualquer assistência que possa ser fornecida para o serviço de policiamento presente na Unidade ou para o serviço de investigação de crimes incidente na área de responsabilidade da Unidade Policial, incluindo dados sobre agressor, vítima e pesquisa sobre padrão de *modus operandi*.
- Fornecer análises precisas, oportunas e relevantes de padrões do crime e tendências que ajudem na distribuição eficiente dos recursos da Unidade, Comando ou Departamento, para fins de aumen-

tar a apreensões de objetos, armas e drogas envolvidas em crimes e aumentar o poder de apuração de crimes.

- Pesquisar a existência de crimes dentro e fora da área de responsabilidade de policiamento, para fins de identificação de padrões de crime em séries.
- Analisar os *modus operandi* dos infratores conhecidos e estabelecer prazos para realizar correlação entre suspeito/crime ao longo do tempo, a fim de fornecer informações de fundadas suspeitas e dirigir o patrulhamento e vigilância para impedir a ação criminosa ou prender suspeitos.
- Criar perfis de criminosos conhecidos e presos, e pesquisar seus antecedentes criminais através de vários bancos de dados ou outras fontes disponíveis, a fim de estabelecer seus *modos operandi*.
- Utilizar os recursos de identificação criminal (AFIS - Automated Fingerprint Identification System), sistema automatizado de identificação de impressões digitais, a fim de desenvolver ligações com suspeitos de cometerem crimes semelhantes.
- Preparar e publicar boletins de análise do crime para manter o pessoal atualizado sobre as tendências de criminalidade de modo regular.
- Preparar mapas, tabelas e gráficos que indicam as tendências da criminalidade e fornecer análises e explicações para tais tendências, assim como outras correlações e indicadores (por exemplo, possíveis suspeitos responsáveis pelo aumento e diminuição de crimes específicos).
- Participar de reuniões de início de jornada de trabalho, reuniões de alinhamento de investigação, devendo o analista de crime fornecer e receber informações sobre séries crime e tendências, principalmente de suspeitos envolvidos em casos graves.
- Compartilhar informações relevantes recolhidas em reuniões para o pessoal do Departamento ou Comando de maior amplitude de área de responsabilidade de policiamento, para fins de planejamento das respostas de policiamento ou de apoio à investigação.
- Coletar e encaminhar boletins de crime que façam referência às

áreas de responsabilidade da Unidade ou Departamentos contíguos ou que ocupem o mesmo espaço de atuação; destacar informações relevantes ou fornecer comentários quanto ao nexo causal dos crimes; avaliar o nível de risco dos infratores no que se refere à questão de segurança policial.

- Manter a lista atualizada de criminosos sexuais e seus *modus operandi*, a fim de desenvolver ligações suspeitas potenciais para crimes atuais e identificar crimes seriais.
- Monitorar a transferência de valores monetários rotineiramente e verificar capacidade de pagamento de valores em agências bancárias nas cidades para fins de prevenir roubos na área de responsabilidade.
- Verificar regularmente informações sobre as atividades de delinquentes conhecidos que atuam em delitos ligados a instituições financeiras, buscando vínculos com os roubos as agências bancárias que lidam com grande volume monetário dentro da área de competência e fora dela.
- Identificar séries de crimes tanto dentro como fora da área de responsabilidade. Recomendar estratégia de policiamento ostensivo e investigação e coordenar a troca de informações entre as Unidades Operacionais e Departamento e dos policiais fora da área de atuação operacional.
- Fornecer resumos de crime, boletins, mapas, planilhas de série de crimes, e outras informações para apoiar e coordenar os esforços da investigação e policiamento.
- Usar gráficos e soluções automatizadas para permitir métodos de mapeamento (análise de links, análise de fluxo de eventos, criação de gráficos da atividade) para destacar atividades criminosas e preparar relatórios analíticos do crime.
- Utilizar software de mapeamento e outras ferramentas estatísticas complexas para controlar a atividade e executar análise *ad-hoc* do crime e encaminhar informações para o analista de inteligência.
- Fornecer informações atualizadas e acessíveis para agências de inteligência sobre histórico de crimes, assim como de crimes presentes em sua área e examinar as tendências de ocorrências criminais.

- Rever a variedade de informações, incluindo relatórios de crimes e bancos de dados associados, com o objetivo de encontrar padrões na atividade criminosa. Relacionar esses padrões para crimes que estão sendo investigados simultaneamente e entregar essa informação a quem precisa.
- Coordenar o fluxo de informações e esforços de trabalho entre os analistas de crime e investigadores com as autoridades policiais de toda a região.
- Recuperar e analisar informações sobre crimes diversos, incidentes, chamada durante as trocas de serviços, e outros dados gerados em todo o departamento e nas unidades operacionais.
- Usar uma variedade de aplicações de software de computador para recuperar e analisar dados, por exemplo, planilhas, mapeamento e software estatístico.
- Criar uma variedade de arquivos para identificar e fazer referência cruzada de bens roubados, prisões por tipo e criminoso conhecido e suspeitos de atividade delituosa.
- Realizar análise criminal tática, identificando série de crimes em andamento por meio de *hotspots*, preparar boletins e planos de ação táticos.
- Desenvolver e produzir mapas de crime, utilizando sistemas de informação geográfica (SIG) para satisfazer solicitações e realizar análise espacial de dados de criminalidade.
- Realizar previsões de tendências criminais com base em análise computacional de crimes atuais e passados relativos às atividades criminosas.
- Avaliar e analisar informações de crime, selecionar elementos essenciais, e correlacionar informações de novos padrões de crimes com a informação existente para a produção de relatórios analíticos.
- Realizar pesquisas de profundidade sobre criminosos ou suspeitos de crimes sob investigação, por meio de acesso direto ou utilizando meios computacionais, contatos pessoais ou com uso de sistemas e informações de organizações.

- Trabalhar em estreita colaboração com o policiamento ostensivo e divisões de investigação para fornecer informações analíticas atuais e relevantes para ação imediata.
- Desenvolver, organizar, analisar e disseminar informações sobre os padrões de crime e tendências para prover unidades operacionais do conhecimento de estratégias operacionais eficazes para a prevenção e investigação de crimes.
- Desenvolver e administrar programas para coletar, analisar e distribuir dados de criminalidade para fins de prevenção de crimes.
- Identificar padrões de criminalidade, por área geográfica, relatando local, hora do dia, dia da semana, *modus operandi* e outras estatísticas e probabilidades.
- Desenvolver análise regular de crime a partir dos boletins de serviço e ajudar com projetos de pesquisa.

a) Teorias criminológicas aplicadas à Análise Criminal Tática

Existem diversas teorias aplicadas à Análise Criminal Tática, mesmo sabendo-se que esse tipo de análise seja eminentemente prática. Não se pode descartar que atividades práticas devem ter como suporte teorias já solidificadas. De forma aproximada a ACT utiliza duas grandes teorias criminológicas: a Teoria da Escolha Racional e a Teoria da Atividade Rotineira. A primeira é uma versão contemporânea da teoria clássica da criminologia, desenvolvida mais plenamente por Cornish e Clarke (1986). Nesta teoria, supõe-se que, antes de muitas pessoas cometerem crimes, elas consideram os riscos e recompensas. Os economistas têm apresentado uma versão mais quantitativa da Teoria da Escolha Racional em sua tentativa de explicar o comportamento criminoso por meio de uma análise de custo e benefício. Os custos e benefícios podem ser tanto material (por exemplo, dinheiro) como psicológico.

Na Teoria da Escolha Racional, Cornish e Clarke (1986) estendem ou modificam a teoria criminológica clássica de três maneiras. Primeiro, Cornish e Clarke (1986) não acreditam que todas as pessoas são racionais o tempo todo. Eles argumentam que as pessoas utilizam uma racionalidade que é limitada, ou “limitada” por informações incompletas, hora e capacidade. Segundo, amplia o conceito de “custos” do crime para incluir não apenas aos oficiais, sanções estatais, mas também sanções informais (de-

saprovação, por exemplo, dos pais), a vergonha, e outras consequências, como a perda de um emprego. Finalmente, Cornish e Clarke argumentam que pessoas diferentes calculam os custos e benefícios de crime de forma diferente. Baseando-se em outras perspectivas teóricas, eles alegam que a estimativa de custos e benefícios de crime são influenciados por fatores como: o nível individual de autocontrole, as crenças morais, estado emocional e associação com outros delinquentes.

Nessa perspectiva, a vigilância do Estado, através do policiamento, pode dar um peso maior na escolha do delinquente em praticar o crime. Nesse sentido, o papel do analista é compreender as múltiplas possibilidades de análise da atividade criminosa e oferecer ao gestor do policiamento, alternativas para impedir a escolha do delinquente pela prática do crime no seu território de responsabilidade de policiamento.

Já a segunda teoria aplicada a ACT (Teoria da Atividade Rotineira) parte da compreensão das atividades criminosas que ocorrem com certo grau de regularidade em determinados territórios. Enquanto a Escola de Chicago examina as características criminógenas de bairros, têm-se dois derivados dessa teoria, que são: a Teoria da Prevenção Situacional do Crime (por vezes chamada de Teoria de Oportunidade) e Teoria da Atividade Rotineira que tem como foco as possibilidades de cometer-se o crime em função do meio físico e das ações cotidianas dos indivíduos. Em outras palavras, a atenção é desviada da motivação do infrator à presença de oportunidades para cometer crimes, e o que pode ser feito para limitar as oportunidades dos crimes serem tentados e/ou consumados. Ambas as perspectivas se apoiam em teoria clássica, assumindo a existência de um delinquente, racional motivado.

A Teoria da Prevenção Situacional do Crime é mais associada com o trabalho de Ronald Clarke (1980), em conexão com a Teoria da Escolha Racional. Clarke afirma que a redução da criminalidade depende de dois fatores: a redução das oportunidades físicas necessárias para cometer crimes e o aumento dos riscos de ser preso. Oportunidades físicas incluem objetos de valor, portas destravadas e pedestres distraídos. Por outro lado, o criminoso também analisa a possibilidade de ser “apanhado” por um policial, ou por qualquer observador que, provavelmente, pode tomar alguma medida contra o ele, tais como vigilantes de imóveis, porteiros, vigilantes de estacionamento e agentes de segurança privada.

A Teoria da Oportunidade de Clarke foi influenciada pela obra do arquiteto Newman (1976), espaço defensivo: Prevenção do Crime Através

de Desenho Urbano. Em sua obra, Newman estendeu a teoria da Escola de Chicago a uma consideração da forma física real do ambiente urbano e como isso afeta a forma de crime. Por exemplo, ele relata que os edifícios mal concebidos e ambientes de projetos habitacionais de baixa e média renda têm taxas de criminalidade muito maiores do que os projetos mais bem desenhados que têm tipos semelhantes de moradores e locais de renda mais alta.

O Espaço defensável é um modelo para ambientes residenciais projetados para inibir a criminalidade através de uma série de mecanismos que incluem barreiras reais e simbólicas, áreas fortemente definidas para fins de influenciar menos e ou reduzir as oportunidades de sofrer a ação delituosa e permitir a melhoria da vigilância. O objetivo, como o do Projeto de Áreas Seguras, é de reduzir a criminalidade, trazendo o ambiente ao controle de seus moradores. A ideia de aumentar a vigilância, aliás, é a base para os programas de vigilância populares do bairro que possuem censo comunitário. Há histórico de que se deve estimular a criação de construções que possam ter seu mérito de espaço defensável. Cisneros (1995) reconheceu que espaço defensivo não é uma “panaceia” para os problemas de criminalidade e delinquência em regiões urbanas e admitiu que são necessárias mudanças estruturais para afetar o problema da criminalidade como um todo. No entanto, ele acredita que os sucessos práticos de iniciativas espaciais defensáveis é o fato de que elas podem ser implementadas rapidamente e exigem muito pouco financiamento público. Custo para se construir espaços inseguros resulta num valor muito maior para prover a sua vigilância. Já a construção de espaços defensáveis deve ser levando em consideração em função do seu custo de manutenção de segurança.

Outra teoria derivada da teoria da Escola de Chicago é a Teoria da Atividade Rotineira de Cohen e Felson (1979). Cohen e Felson fazem uma abordagem da atividade de rotina diante da criminalidade, estendendo a análise de ecologia humana para a explicação do crime e as taxas de vitimização no tempo. Para Cohen e Felson, as mudanças estruturais nas atividades rotineiras da vida cotidiana afetam os crimes contra pessoas e o patrimônio. As mudanças estruturais nas atividades de rotina influenciam esses crimes através de seu efeito em qualquer um dos três fatores: (1) criminosos motivados (por exemplo, adolescentes, desempregados, viciados em drogas), (2) alvos adequados (como arrombamento de casas ou carros), e (3) a ausência de guardiões capazes de impedir uma violação (por exemplo, a ausência de policiais, proprietários de imóveis, sistemas

de segurança). Cohen e Felson sustentam que os três fatores são necessários para a conclusão bem sucedida de crimes. É importante ressaltar que Cohen e Felson não tentam explicar a motivação criminal, mas, em vez disso, assumem que algumas pessoas vão cometer um crime a menos que sejam impedidas de fazê-lo. Atividades criminosas são vistas, por Cohen e Felson, como atividades de rotina. Eles concluem que o crime está tão enraizado na estrutura de oportunidade “legítima” de parte da nossa sociedade e diante da liberdade de ostentação de prosperidades de inúmeras pessoas, face ao crescimento da desigualdade que, para reduzir a criminalidade será preciso exigir modificações substanciais em nossas atividades todos os dias da vida.

Assim, as implicações para a prevenção da criminalidade, com foco na teoria das atividades de rotina, incidem diretamente sobre vítimas em potencial de crimes, as quais devem mudar seu estilo de vida para que elas não sejam mais como alvos fáceis para os criminosos. Grande parte da ênfase está na proteção do meio ambiente imediato através da criação de espaço defensivo. Neste sentido, deve-se buscar o endurecimento na vigilância, e aumentar a presença de guardiões capazes de fazer a prevenção. Neste ponto, a utilização da Análise Criminal Tática é a mais indicada para prover a atuação do guardião exatamente onde os lugares necessitam. A prevenção feita de forma difusa não tem efeito desejado sobre o crime. Se essa técnica não é aplicada, a redução do crime torna-se uma questão de sorte.

A teoria da atividade de rotineira tem sido criticada por sua suposição de que todas as pessoas irão cometer crime, a menos que sejam impedidas de fazê-lo, uma suposição de que teoria compartilha com as teorias de controle social. Alguns criminólogos têm restrições quanto à suposição da teoria de que a motivação criminosa está enraizada na natureza humana. Contudo, a ostensividade da vigilância tem impedido a ação de criminosos.

Outro problema com a Teoria da Atividade Rotineira é que ela não consegue explicar seus principais conceitos de rotina de atividades. Em outras palavras, a teoria não especifica atividades de rotina, ou quais são os tipos de tais atividades que afetam crimes. Todas as atividades rotineiras afetam crimes? Todas as atividades rotineiras influenciam o número de criminosos motivados, a disponibilidade de alvos adequados, ou o grau de proteção? Provavelmente não. Além disso, a teoria não especifica como os três conceitos-chave interagem para afetar o crime. A teoria formulada,

também tem sido criticada por ser aplicável apenas à atividade criminosa predatória. Diante dessas críticas, o analista criminal não pode descartar o aumento de crimes em certos locais em função das atividades que são realizadas cotidianamente. A exemplo de furtos em locais de grande aglomeração de pessoas, furto em residências no período de férias, arrombamento de casas no período noturno, etc. É notável que as rotinas de certas atividades estimulam ou aguçam a ação de determinados delinquentes e não da população de modo geral.

Finalmente, a teoria da atividade de rotina tem sido criticada por insinuar que existe culpa da vítima. Ao sugerir que a solução para o problema da criminalidade depende de vítimas potenciais mudarem suas atividades de rotina, a teoria induz que as atividades de rotina das mulheres, por exemplo, são o que faz com que ocorra ataque de crimes sexuais – uma implicação que muitas pessoas, particularmente críticos feministas, encontram suporte para sustentar suas críticas mais aguçadas.

Nesse sentido, a prevenção do crime deve ser voltada para garantir o direito de liberdade dos indivíduos na sociedade. A rotina de uma pessoa não deverá servir de base para ação de violadores de direitos. A apropriação dos conceitos teóricos dessa teoria e de outras servirão para propiciar as atividades de vigilância do Estado e da comunidade para garantir a liberdade de todos.

4. ANÁLISE CRIMINAL ADMINISTRATIVA – ACA

Análise Criminal Administrativa é a apresentação de conclusões importantes da pesquisa e análise da criminalidade com base em questões legais, políticas e práticas, tendo como objetivo informar ao público no âmbito da administração da polícia, ao governo da cidade e aos prefeitos dos municípios e aos cidadãos. Análise Criminal Administrativa é diferente da Tática, Estratégica e Operações, porque esta se preocupa com a apresentação dos resultados, em vez de fazer a identificação de padrão, a análise estatística, ou avaliação de resultado. É o processo de seleção de resultados relevantes e importantes realizadas por outros tipos de análise, não importando com o tipo, mas busca demonstrar as informações de forma adequada para um público específico.

Muitas vezes, o tipo de informação apresentada representa apenas a “ponta do iceberg” da análise criminal completa. O objetivo da apresentação para o público determina, em grande medida a prestação de contas da atividade da gestão da segurança pública e, além disso, o analista criminal deve levar em conta o aspecto legal (por exemplo, privacidade e confidencialidade), política (por exemplo, questões sindicais e eleições) e prática (por exemplo, complexidade e extensão das informações).

O objetivo principal da Análise Criminal Administrativa é o de informar ao público sobre as condicionantes da criminalidade e os esforços que estão sendo realizados para conter o crime. Tais informações devem variar de acordo com o público e de uma situação para outra. O tipo e a quantidade de informações devem ser selecionados e variar para cada modalidade de apresentação. Outra questão com que a Análise Criminal Administrativa deve se preocupar é o uso da Internet para divulgar informações e análise do crime. As informações de crimes em um site da Internet devem incluir aspectos que não atentem contra os cidadãos, a polícia, os negócios, as vítimas, os criminosos e a confidencialidade imposta por lei, de modo que o tipo de informação publicada em tal local deve ser

bem selecionada, tendo um formato que leve em consideração uma ampla gama de consumidores e mentes que podem interpretar tais exposições de forma diferenciada.

A disponibilização dos fatos sociais relacionados aos crimes, através da Análise Criminal Administrativa, é de grande importância para a população. É através da exposição de dados sobre a criminalidade que o cidadão terá o livre arbítrio para contribuir para a melhoria da qualidade da segurança pública para seu bairro, cidade, estado ou país.

O analista criminal administrativo tem uma importância decisiva para a Unidade Polícia. Assim, este tipo de análise enquadra-se numa categoria ampla, incluindo uma seleção eclética de relatórios administrativos e estatísticos, pesquisas e outros projetos focados na redução imediata ou a longo prazo, na eliminação de crimes específicos, análise de um padrão ou tendência de criminalidade. Alguns exemplos incluem: relatórios sobre as mudanças demográficas na região; investigação histórica sobre o crime durante e entre período definidos; exposição de estatísticas de crimes diversos para apoiar os pedidos de verba orçamentária; elaboração de relatórios corporativos e intersetoriais sobre atividades relativas à criminalidade; construir relatórios de incidentes para fins de transmissão de informação; criação de tabelas e gráficos para suporte à apresentação do chefe, comandantes e diretores dos organismos policiais aos Conselhos das Cidades (Conselho Comunitário, Conselho Municipal e Conselho Estadual de Segurança Pública); criação de mapas de efetivos para fins de explicação de implantação ou emprego de efetivo em evento especial e fornecimento de informações decorrentes de atividade policial em operações integradas de segurança pública.

Os analistas criminais administrativos devem ter a habilidade de realizar reflexões analíticas introdutórias às apresentações de dados sobre segurança pública. Tais habilidades devem ser observadas em função da diferenciação de público e circunstância em que a informação é divulgada. Desde reuniões que não precisam de detalhes específicos a notas explicativas de informações de dados isolados ou agregados, o Analista Criminal Administrativo deve fazer uso de diferentes ferramentas para tornar sua informação compreensível.

Santos R. (2006, p. 246) evidencia cinco propósitos para o trabalho do analista criminal administrativo durante suas atividades na unidade policial, são elas: informação, alertas, segurança da comunidade, prevenção do crime e tomada de decisão. As informações referem-se aos momen-

tos em que o analista é chamado para apresentar os resultados da atuação da unidade policial e descrever as atividades do crime no território. Neste caso, o analista deve apresentar os índices de criminalidades, evidenciando os indicadores que devem chamar a atenção da autoridade que recebe a audiência. É importante que a análise faça uma referência histórica para que se compreenda a evolução do crime e das condições de prevenção e repressão a ele.

Quanto aos alertas, estes servem para chamar a atenção do público a respeito de determinados eventos de importância imediata, tais como: pessoas desaparecidas nas imediações da vizinhança, emergência sobre desastres ou catástrofes, comportamento e cuidados durante grandes eventos, entre outros. O objetivo é contar com a colaboração da comunidade para prover sua própria segurança e ajudar a solução de crimes.

Quando se deseja obter a contribuição da comunidade para a prevenção do crime, o analista criminal administrativo deve informar ao público sobre os padrões ou problemas específicos de ocorrência na vizinhança e fazer recomendações sobre como potenciais vítimas podem proteger a si ou à sua propriedade para evitar a ação dos violadores de direitos humanos. Embora a imprensa faça isso de forma habitual, tal informação deve fazer parte do repertório de audiências públicas dos departamentos de polícia, a fim de prestar contas do serviço público de segurança. Por exemplo: o analista criminal administrativo deverá informar que tipo de veículo é mais visado para furto ou roubo, localidade onde são mais furtados ou roubados, alerta sobre roubo de residência, saídas de saques em bancos ou caixas eletrônicos, *modus operandi* dos delinquentes, recomendações sobre procedimentos de segurança, uso de dispositivos para dificultar ou inibir a ação delituosa. O analista deve ressaltar que a polícia tem que trabalhar junto com a comunidade para realizar a prevenção ao crime.

Para a tomada de decisões, o analista deve oferecer informações úteis para a gestão policial e o governo, assim como outras instâncias que integram a gestão pública do território (comerciantes, sindicatos, sociedade civil organizada, organizações não governamentais e religiosas, comunidade estudantil e científica, etc.) para tomar decisões. Por exemplo: instalação de câmeras de vigilância (identificar autor, vítima e padrão de crime), faixa de pedestre para evitar atropelos, medidores de velocidade, sinalizadores de trânsito, entre outras medidas.

Santos R. (2006, p. 247) ressalta que o analista criminal administrativo deve observar alguns fatores importantes para a difusão da infor-

mação, principalmente no que tange ao contexto de uma apresentação, devendo-se analisar os climas social e político presentes na comunidade, bem como preocupações legais e práticas relacionadas com a informação em si. Quanto ao clima social de uma comunidade pode-se incluir as condições de habitação, geração de emprego e renda, melhorias da qualidade de vida (esgotamento sanitário, equipamento de saúde, entre outros) que demonstram fragilidade na assistência do Estado para com a comunidade. Tal quadro de abandono pode gerar áreas degradadas, favorecendo a reunião de delinquentes, causando cooptação da comunidade pelo medo. Diante deste clima social tem-se uma tendência de enfraquecimento das relações entre a polícia e a comunidade.

O analista criminal administrativo deve estar atendo ao clima político presente na comunidade e o clima político administrativo da sociedade. É razoável que algumas comunidades tenham predileções por algumas agremiações políticas (partidos políticos) e que após o pleito eleitoral apresentem resistência à inovação de técnicas de policiamento dirigida à comunidade. Seja pelo fato de estarem cooptadas pelo crime ou pela resistência à mudança do cenário político-administrativo, o analista criminal deve ter uma atenção especial quanto aos fatores que podem dificultar a prestação do serviço de segurança para algumas comunidades.

Já os problemas de ordem legal podem estar vinculados à difusão da informação sobre uma nova lei, podendo produzir comportamentos desviantes quanto ao ordenamento jurídico em vigor. Por exemplo: é comum que os grandes canais de difusão da informação divulguem resultados das comissões de justiça das casas legislativas, dando conta da aprovação de projetos de leis. Ocorre que parte da população compreende que tal dispositivo legal, aprovado naquelas instâncias, já faz parte do ordenamento jurídico pátrio, produzindo, por vezes, mudanças de comportamento contrário à lei (quando a notícia informa mudança que ocorrerá, mas que no momento é crime). Um caso recente foi a ampliação do conceito de estupro através da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. A partir deste dispositivo, teve-se um aumento substancial do crime de estupro em função do novo enquadramento. Notadamente, o endurecimento da pena contra estupradores (violadores de direitos humanos) tem como objetivo tornar o convívio social mais harmônico, impedindo condutas que violem a liberdade dos indivíduos. O analista deve ser ainda mais cuidadoso no tocante à difusão de informações que particularizem ou estigmatizem pessoas ou grupos sociais. Quando o fato pode provocar comoção social, despertando

atos de justiça privada por parte da comunidade, a sua difusão deve ser criteriosamente analisada.

Quanto às preocupações de ordem práticas, estas referem-se a cuidados em relação ao público. O propósito da informação, bem como da própria apresentação, podem influenciar as decisões do administrador. Exemplos de preocupações práticas que influenciam a seleção da informação de apresentação é o tempo de preparação, a duração da apresentação desejada ou necessária, a complexidade da informação, o nível de habilidade do público, o formato da apresentação (por exemplo: papel, eletrônica, pessoal), e a habilidade da pessoa que vai apresentar a informação ao público (exemplo: o comandante de polícia vai apresentar as informações ao prefeito ou ao governador, etc.).

Uma das preocupações é a forma como a apresentação dos dados é interpretada pelos ouvintes ou expectadores da notícia. A Análise Criminal Administrativa é considerada um dos tipos mais difíceis de trabalho, pois envolve, além da seleção da informação (tipo, grau de profundidade, público alvo, momento social e político, aspecto legal e prático, canal de difusão, entre outros), o tempo da apresentação, o meio, e, principalmente a escolha do interlocutor. Uma expressão não compreendida ou uma palavra mal posicionada no discurso de apresentação pode gerar diferentes tipos de aceitação ou rejeição do fato gerador da notícia.

5. ANÁLISE CRIMINAL DE OPERAÇÕES

Análise de Operações refere-se ao estudo das políticas e práticas de um departamento de polícia, de uma unidade operacional, ou mesmo, de um Comando Regional e de uma Organização, incluindo a sua alocação de pessoal, de recursos financeiros, de equipamentos e de outros meios materiais, da divisão territorial, da estrutura organizacional e da sua atuação temporal. Ainda se encarrega de estudar as operações realizadas e busca identificar qual a influência do trabalho policial sobre o crime e a desordem em determinada circunscrição policial ou área de atuação de polícia ostensiva.

Esse tipo de análise se distingue dos outros, pois lida com a “operação” das agências de polícia e não com a identificação de padrões de criminalidade ou da prevenção do crime e dos problemas de desordem.

Nos exemplos de análise de operações, inclui-se a análise de atribuição de pessoal e de policiamento por áreas geográficas e turno, comparando o número de ocorrências registradas; as chamadas e respostas para ocorrências e as horas extras utilizadas pelo pessoal; a determinação dos limites das áreas geográficas de patrulhamento, entre outros aspectos.

Esse tipo de análise envolve o emprego das teorias da Administração, tais como gestão de pessoas, gestão de processos, gestão de projetos, pesquisa operacional, construção de indicadores etc. Esse conjunto de teorias e técnicas de análise constitui-se em ferramentas para uso cotidiano do analista criminal de operações.

Nesse tipo de análise, destacam-se diversos estudos, dentre eles, os seguintes:

- Divisão territorial do efetivo para o policiamento ostensivo, investigação e perícia técnica-científica.
- Estudos demográficos relativos à constituição dos agentes policiais.
- Estudos de recursos públicos destinados à atuação do efetivo policial.
- Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que devem ser empregadas para atuação nas operações policiais.

- Estudos sobre emprego de efetivo policial.
- Formação e requalificação de efetivo.
- Análise de atuação policial em operações.
- Saúde e qualidade de vida dos agentes policiais.
- Controle da atividade policial (accountability).
- Estudos e organizações de valorização profissional etc.

A partir dessa lista sumária, evidencia-se a importância do Analista Criminal de Operações. Tal analista deve ter formação bem diversificada, implicando a necessidade de se manter um corpo multidisciplinar de atuação nesse tipo de análise.

Uma função importante da Análise Criminal de Operações é o controle sobre as atividades das organizações que implicam, inteiramente, na forma de atuação da polícia e no controle da criminalidade. A instituição de indicadores de gestão é uma maneira eficiente de se medir a atividade e os resultados decorrentes do planejamento bem como a forma de atuação dos policiais.

Um exemplo de controle é a instituição de indicadores de atividade. A seguir, é demonstrado um conjunto de indicadores que podem servir para acompanhar a atividade policial ostensiva e avaliar seu impacto na prevenção do crime. O que se espera dos indicadores é mensurar o quanto se está atingindo o resultado pretendido.

5.1 EXEMPLO DE INDICADORES DE ATIVIDADE POLICIAL OSTENSIVA¹

Os indicadores são representações numéricas ou qualitativas de constructos, processos ou serviços e servem para o acompanhamento de seu desenvolvimento, ou resultados, ao longo do tempo. Em grande medida, são instrumentos de aferição do quanto está sendo feito e se os resultados estão distantes dos padrões preestabelecidos. Os indicadores têm a função de apontar o desempenho da atividade, processo ou resultados específicos desejados.

Os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos. Os quantitativos são capazes de aferir as mudanças do padrão inicial pretendido, indicando as mudanças ocorridas, exemplo: tempo de atendimento a uma ocorrência policial. Já os qualitativos não dão conta das alterações consta-

¹ Este texto foi resultado de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB no ano de 2006 (PET0005/2006) e está voltado para atividade exercida pela Polícia Militar da Bahia. Embora tenha sido concebida para o Estado, não se tem notícia de sua utilização. (Silva, 2013).

tadas em termos de qualidade, de relações interpessoais, de status social, cordialidade no atendimento, grau de instrução e treinamento policial.

Os indicadores ainda podem se subdividir em: estratégicos, produtividade (eficiência), qualidade (eficácia), efetividade e capacidade. O indicador estratégico demonstra o “quanto” a organização policial está na direção do alcance de sua visão estratégica. O indicador de produtividade (eficiência) proporciona a mensuração dos recursos alocados e usados em determinada atividade em relação aos resultados obtidos. Neste caso, o analista de operações pode perceber, através de indicadores, se o uso de combustível em viaturas corresponde à quilometragem e ao trajeto realizado e se proporcionou menor quantidade de crimes na região. O indicador de qualidade (eficácia) dá uma visão panorâmica da satisfação dos serviços prestados. Através desses indicadores, pode-se aferir se a atividade realizada atingiu o resultado pretendido, isto é, se a segurança realizada, através dos meios alocados, está atendendo ao nível de exigência do cidadão. O indicador de efetividade irá demonstrar se os serviços estão sendo realizados de forma correta.

A concepção de indicadores é, verdadeiramente, uma tarefa árdua. A expertise e a engenharia de sua construção passam por um profundo conhecimento da atividade para a qual o indicador será construído. Por outro lado, quando ele é apresentado para outros sujeitos que realizam a mesma atividade, tais indicadores sempre serão incompletos, ou não tão bem concebidos, isto é, cada ator, dentro de um processo, desejaria ter seu próprio índice, ou ter sua atividade mensurada à luz daquilo que ele acredita ser a melhor maneira para se medir.

Um indicador acaba trazendo consigo algumas necessidades e outros aspectos que julgo importantes serem notificados; dentre as necessidades destaco: é preciso fazer uma boa coleta de dados, sem isso é impossível construir e calcular os indicadores. Por mais eficiente que pareça o sistema de indicadores, eles não terão valor algum se não existirem dados para serem calculados.

Já os outros aspectos que advêm dos indicadores dizem respeito ao resumo das atividades executadas por certo segmento laborioso. A representação tabular da respectiva construção resumida (índices e taxas) acaba medindo a atividade dos atores que produzem os dados necessários para seu cálculo. Nesse sentido, tem-se alguns fatores que dificultam a sua implementação. Um deles é a produção superdimensionada de informações que servem para o cálculo de um indicador, podendo-se construir indica-

dores que sejam favoráveis para certa administração e, por outro lado, algumas administrações podem omitir dados cujos indicadores medem uma atividade que demonstra uma inabilidade administrativa. Nos dois casos, um sistema de indicadores é pouco produtivo, e sua aplicação, enquanto processo de avaliação, fica comprometida.

O contraponto a esses dois vieses é que a existência de indicadores que medem determinada atividade, principalmente a atividade pública, serve apenas para os administradores do serviço policial. Por outro lado, a sociedade não tem acesso direto a tais informações, por isso não tem condição de aprovar o tipo de serviço que lhe é prestado.

Além da atividade de avaliação, os indicadores servem para o acompanhamento das transformações dos processos que envolvem a produção ou a prestação de serviços. Ao se tratar de indicadores de serviços públicos no segmento de segurança pública, estes se revestem de importância extraordinária. A evolução de determinados grupos de indicadores poderá revelar transformações sociais não perceptíveis de forma qualitativa, podendo ser de grande utilidade para estudos e planejamentos táticos e estratégicos para a organização e para outros órgãos da administração pública nas várias esferas do governo.

O outro sentido encontrado para o estabelecimento de indicadores do exercício da atividade pública deverá ser regido sempre pelo princípio da publicidade de suas ações. Essa conduta é regulada pela Constituição Federal (1988), norma esta que cita o seguinte:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade [...].

Tal publicidade se reveste de uma característica imprescindível para a sociedade. O fato de se divulgar o macroplanejamento das organizações públicas indica que o seu cumprimento estará vinculado ao acompanhamento de suas tarefas obrigatórias, as quais tiveram o investimento de recursos públicos. O acompanhamento das atividades dos serviços públicos, através de indicadores, pode medir a evolução do empenho de seus gestores e dos servidores públicos; serve, também, para medir a eficácia, eficiência e efetividade do trabalho de seus funcionários, assim como avaliar o retorno dos investimentos em cada setor da administração pública.

Por outro lado, a transparência do que é feito pelo serviço público é útil para que a sociedade possa conhecer o seu desenvolvimento e o seu

progresso em determinadas áreas do desenvolvimento social e do serviço público, assim como acompanhar as áreas estratégicas do Estado.

Uma ferramenta importante para que haja um bom acompanhamento do desenvolvimento das atividades dos setores da administração pública é o estabelecimento de indicadores de atividades, os quais podem ter diversas subcategorias. Os indicadores são, em verdade, uma medida quantitativa que expressa uma ação qualitativa ou não. Exemplo: quando se deseja saber se um determinado corpo humano está “febril”, aplica-se um instrumento de medida (termômetro) e, de acordo com escalas previamente determinadas para temperaturas de corpos humanos, pode-se comparar com o indicador de temperatura medido. Desta forma, será possível afirmar se o corpo está acima ou abaixo da temperatura considerada como “febre”.

Do exemplo dado é possível estabelecer algumas conclusões: 1) “febre” é uma qualidade do corpo, isto é, a sensibilidade do corpo humano que pode ser avaliada por meio do contato físico de outro indivíduo, porém a quantidade de calor exalado por certo corpo para que este seja considerado “corpo febril” precisa ter uma medida quantitativa para que haja um número que indique o quanto o corpo está quente ou muito quente. De outra maneira, para que um estado de quentura seja considerado febre, é preciso ter padrões de comparação para que seja avaliado o estado de calor do corpo.

O modelo mental que se tem, diante do exemplo, é o seguinte:

1. Qualidade a ser identificada: “febre”
2. Identificação da qualidade: corpo humano quente
3. Intensidade do calor exalado pelo corpo: temperatura
4. Mensuração do calor exalado: uso de instrumento medidor de temperatura
5. Quantificação do calor: obtenção da medida termométrica
6. Constatação da presença de “febre”: comparar a medida obtida com padrões de temperatura do corpo humano.

Através desse exemplo, é possível conhecer alguns caminhos necessários para se ter o processo de mensuração de uma atividade que, *a priori*, carece do estabelecimento de regras para medir variáveis qualitativas.

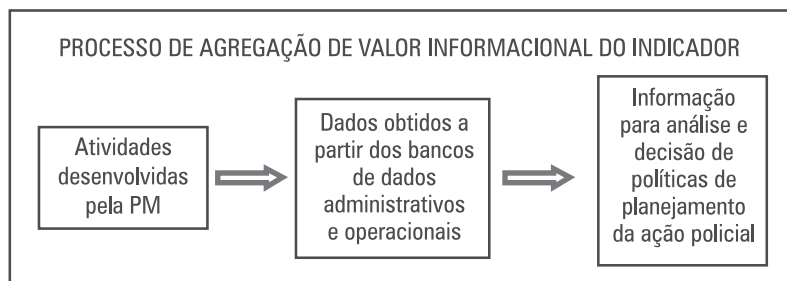
Neste sentido, será preciso estabelecer o conceito de indicadores. Para tanto, deve-se partir do interesse básico de um indicador que é o de produzir quantificação de uma realidade que se deseja avaliar. Quando se trata de uma atividade policial militar, entende-se que este indicador parte de

uma ação social, podendo, também, referir-se a um processo de ação da sua atividade endógena para se atingir um objetivo exógeno. Nota-se, assim, que os indicadores admitidos para essa atividade também serão considerados, em parte, indicadores sociais. Para tal grupo de indicadores Jannuzzi (2001, p. 15) indica que:

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisas acadêmicas) ou pragmático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Nos termos da definição de Jannuzzi (2001), alguns dos indicadores admitidos para mensuração da atividade policial se revestem de características propriamente sociais, nas quais se procura mensurar os impactos da atividade militar estadual no contexto das estruturas socioeconômicas e nas diversas configurações urbanas onde se aplica o policiamento ostensivo fardado.

Tal qual propôs Jannuzzi (2001), a estrutura da sistematização dos indicadores das atividades desenvolvidas pelas polícias ostensivas (mais propriamente pela Polícia Militar da Bahia) seguirá o seguinte esquema:



Adaptado de Jannuzzi (2001, p. 16)

Tomando-se por base a classificação proposta por Jannuzzi (2001), os indicadores possuem amplitude de aplicação quando se trata da sua abrangência total ou parcial da cobertura do serviço ou processo a ser mensurado. Por exemplo: um indicador de homicídio, por grupo de cem mil habitantes, pode ter uma referência local, regional ou global. Ainda dentro da perspectiva da aplicação do indicador, este poderá ser aplicado em áreas temáticas bem diversas nas quais tais indicadores propiciarão a to-

mada de decisão com base na análise da interveniência de seus aspectos teóricos e empíricos de suas métricas.

Na atividade desenvolvida pela Polícia Militar, especificamente a da Bahia, o estudo em referência conclui que o sistema de indicadores de atividade policial militar poderá ser decomposto em vários subsistemas que podem agregar informações de natureza bem diferenciada.

O conjunto total dos processos e atividades de policiamento ostensivo pode ser dividido em dois grandes segmentos: atividade administrativa e atividade operacional (atividade meio e fim, respectivamente). Dentro da atividade operacional, pode-se dividi-la em atividade auxiliar e atividade fim propriamente dita. A primeira consiste em atividades que auxiliam o policiamento de rua, já essa última é a atividade de linha do sistema. É através dela que a sociedade tem contato mais incisivo com o serviço de segurança do Estado. A atividade auxiliar tem importância imediata para a realização do serviço fim das Corporações e, em alguns casos, ela também tem contato imediato com a sociedade. É o caso dos tele-atendimentos. Porém alguns deles não possuem interface com a comunidade, exemplo: serviços de refeitórios, sala de armamento, planejamento de ações policiais, entre outros. Embora tais serviços sejam subsidiários da atividade de rua, eles não têm interface com a comunidade local.

Dentro dessa perspectiva, para cada conjunto de atividade devem-se gerar três grupos de estatísticas, as quais propiciarão a concepção de indicadores nos três ramos de atividades. O conjunto total dos valores indicativos das tarefas será dividido em subsistemas, a saber: subsistema de estatísticas administrativas, subsistema de estatísticas operacionais e subsistema de estatística criminal.

Espera-se que, a partir desta literatura, possam-se estabelecer novas regras de avaliação de atividade policial, assim como tem um uso diversificado dos resultados dos indicadores para fins de planejamento da atividade policial militar.

Pensou-se o sistema de indicadores a partir de três eixos norteadores. Um deles é o Sistema de Indicadores de Atividade Administrativa – SIAA, o qual incorpora todos os indicadores das atividades que são desenvolvidas para o exercício de atividades meio dirigidas para a execução do policiamento ostensivo fardado. O Sistema de Indicadores de Atividade Operacional – SIEO reúne os indicadores de atividades fim da Corporação, mostrando o andamento da atividade de policiamento que é

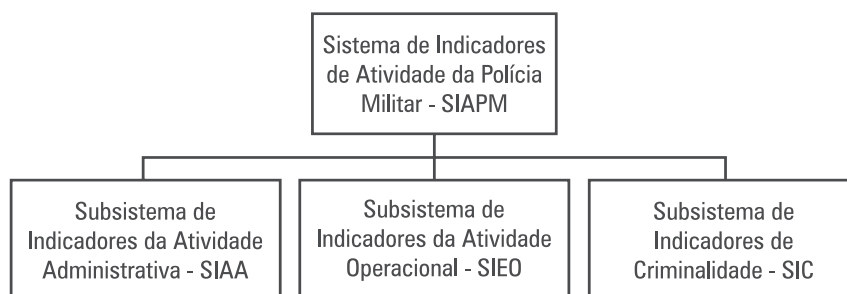
executada nas ruas dos diversos territórios do Estado da Bahia. Já o último é o Sistema de Indicadores de Criminalidade – SIC, nesse sistema, reuniu-se o conjunto de indicadores que pudessem mostrar, numericamente, o total de crimes registrados pela Polícia Militar.

5.1.1 Sistemas de indicadores

Os indicadores da atividade policial militar serão formados por três segmentos constituídos por grupos de atividades distintas, que passarão a ser descritos a seguir. Para tanto, serão expostas, a seguir, as definições dos grupos agregados dos sistemas de indicadores propostos para medir as diversas atividades da Polícia Militar, bem como a formalização dos constructos matemáticos para sua contabilização.

- Sistema de Indicadores de Atividade da Polícia Militar – SIAPM

Esse sistema consiste na agregação de todos os valores quantitativos e qualitativos das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar (indicadores quantitativos) e a forma como este serviço é percebido pela sociedade (indicadores qualitativos). Este sistema será constituído por três subsistemas: Subsistema de Indicadores da Atividade Administrativa – SIAA, Subsistema de Indicadores de Atividade Operacional – SIAO e Subsistema de Indicadores de Criminalidade – SIC.



- Sistema de Indicadores da Atividade Administrativa – SIAA

Agregam-se, nesse sistema, os valores representativos dos indicadores das atividades administrativas desenvolvidas pela Polícia Militar, tomando-se, com exclusividade, os índices da atividade meio da Corporação. Tais indicadores podem ser representados por índices ou taxas. Os índices são proporções relativas que expressam a razão comparativa entre valores de grandezas diferentes. Já as taxas são a razão da parte de um

conjunto de valores sobre o valor total, as taxas são razões entre valores da mesma unidade de medida. É normalmente expressa em porcentagem ou fração unitária.

Os indicadores da atividade administrativa terão a seguinte subdivisão: Indicadores de Atividade de Ensino, Indicadores de Atividade de Saúde, Indicadores de Gestão de Capital Humano, Indicadores de Atividade de Correição, Indicadores de Atividade de Apoio Logístico, Indicadores de Atividade de Controladoria, Finanças e Orçamento.

Tais indicadores têm, como origem, o subsistema de estatística de atividade administrativa e utilizarão o seguinte método de coleta de dados:

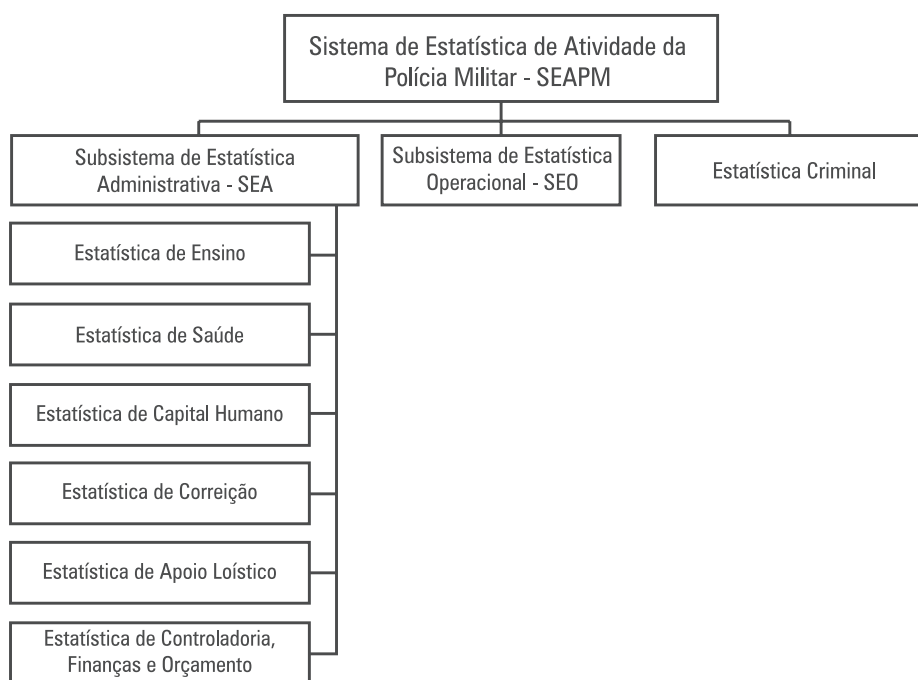
1. A coleta deverá ser realizada por uma unidade específica de cada setor, a qual deverá ter suas atribuições regulamentadas por publicação explicitada em Boletim Geral Ostensivo da Unidade
2. A sistematização de dados estatísticos deverá ser contínua
3. A síntese das estatísticas e o cálculo dos indicadores deverão ser mensais
4. A remessa dos indicadores para a Unidade de Central de Estatística deverá ser, também, mensal

O Subsistema de Indicadores de Atividade Administrativa será composto pelos seguintes indicadores: Ensino, Gestão de Capital Humano, Saúde, Apoio Logístico, Controladoria, Finanças e Correição.

Cada um deles é possuidor de estatísticas e indicadores próprios de atividades bem peculiares. O Sistema de Estatísticas Administrativas – SAE será composto pelo cômputo numérico das atividades de:

- a) Ensino – Academia de Polícia Militar (ensino superior de graduação e pós-graduação), Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ensino tecnológico) e Colégios da Polícia Militar (ensino pré-escolar, fundamental e médio);
- b) Gestão de Capital Humano – esta atividade será composta por estatísticas originárias da Diretoria de Pessoal;
- c) Saúde – neste grupo de estatísticas ter-se-á o cômputo de dados das atividades direcionadas pela prestação de serviços médicos e odontológicos aos policiais militares e seus dependentes;
- d) Apoio Logístico – agrupa-se, neste conjunto de estatísticas, o cômputo de todas as atividades desenvolvidas para estruturação da aplicação do policiamento ostensivo em todo território;

- e) Controladoria e Finanças – Agrupar-se-ão os registros estatísticos das atividades de auditoria, finanças e orçamentário-financeiro da Corporação;
- f) Correição – serão agrupadas, neste ramo de atividade, as estatísticas decorrentes das atividades de justiça e disciplina da Polícia Militar.



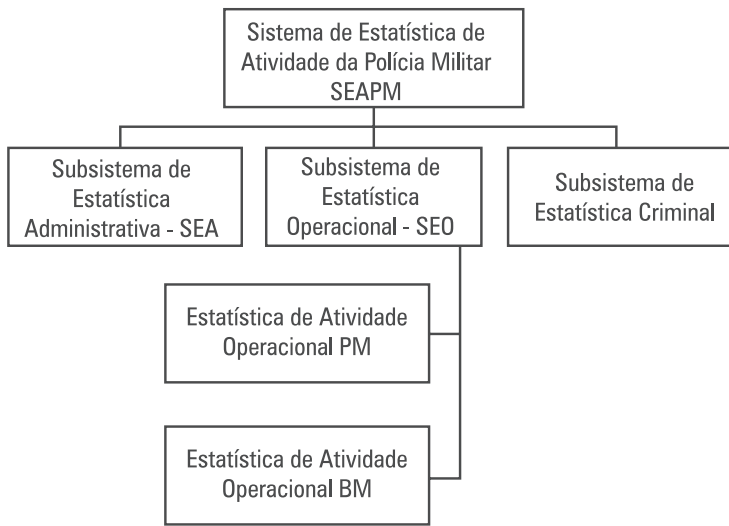
Já o Sistema de Estatísticas Operacionais será composto por dois segmentos de atividade, a saber:

1. Atividade de Policiamento Ostensivo Fardado – serão agrupadas, neste segmento de coleta de dados, as estatísticas decorrentes dos registros dos serviços de policiamento preventivo ou repressivo desencadeado pela Polícia Militar;
2. Atividade de Bombeiros Militares – no caso específico do estado da Bahia, as atividades de bombeiro e defesa civil são inerentes à Polícia Militar e, dessa forma, serão computados os registros dessa atividade neste grupamento de estatística.

Por fim, tem-se um subsistema de estatísticas criminais que agregará os dados territoriais de crimes e contravenções que tiveram a intervenção do efetivo da Polícia Militar. Vale ressaltar que as medidas decorrentes

dessas estatísticas não representam a totalidade de crimes e contravenções no território medido. Devem-se considerar os dados registrados na Polícia Judiciária.

De forma esquemática, tem-se, abaixo, a representação dos subsistemas de estatísticas operacionais e criminais.

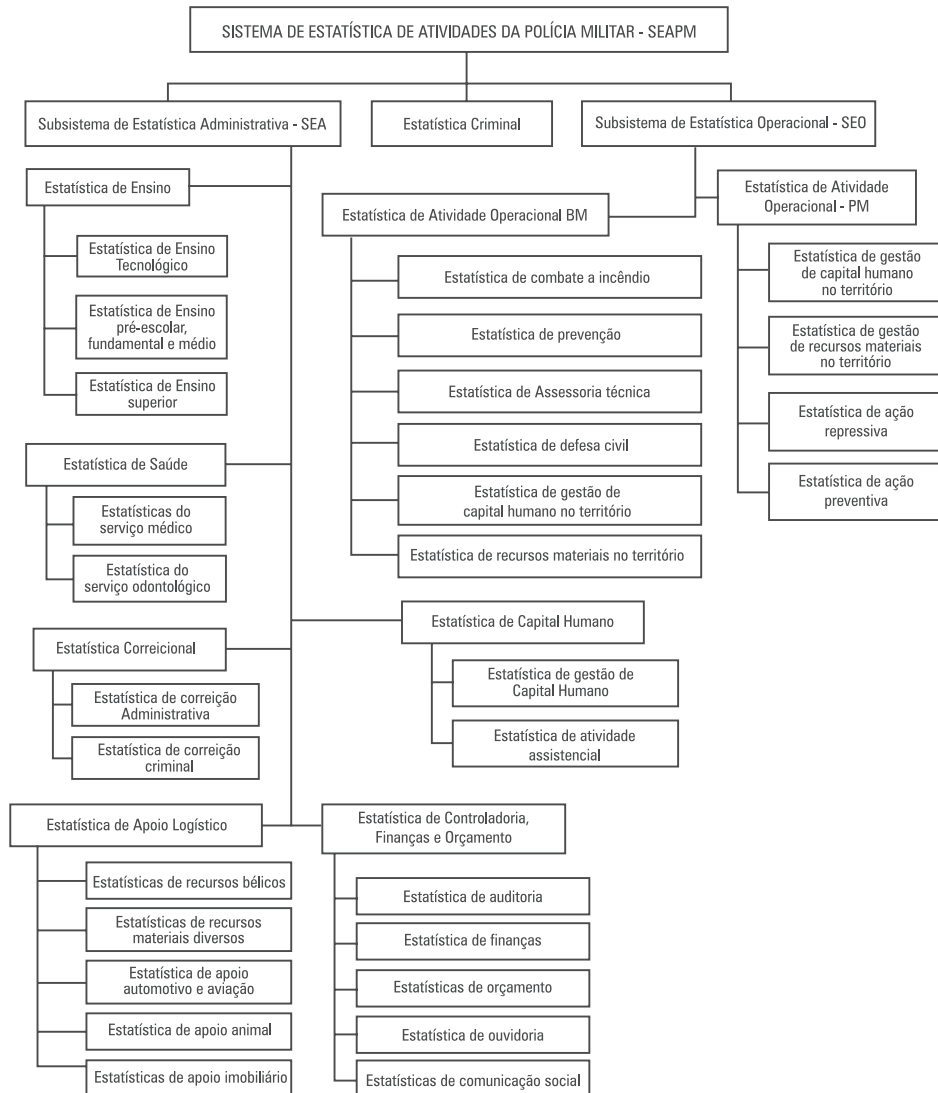


O Subsistema de Estatísticas Operacionais da Polícia Militar – SEOPM será subdividido em partes agregadas de dados que servirão para se ter uma visão numérica relativa dos diversos processos e atividades desenvolvidos em determinados territórios. Neste sentido, este grupo de estatística apresenta a seguinte segmentação: gestão de capital humano no território – esse grupo de estatística agregará a relativização do efetivo da unidade operacional diante do território, buscando identificar a relação das frações do efetivo com o total de pessoal da própria unidade e sua aplicação com o espaço territorial e a população local; gestão de recursos materiais no território a qual será composta por um grupo de indicadores que mostrarão a distribuição territorial dos recursos materiais e sua relativização com a população em referência; o grupo de estatísticas de ações preventivas busca identificar a ação policial por meio de ações preventivas desenvolvidas num certo território e voltadas para as comunidades; o grupo de estatísticas de ações repressivas busca sintetizar o cômputo dos dados decorrentes das atividades repressivas desenvolvidas no território da unidade operacional.

O Sistema de Estatística de Atividade Operacional de Bombeiros Militar será composto pelo cômputo dos dados referentes às atividades de: es-

tatísticas de combate a incêndio, estatísticas de prevenção, estatísticas de assessoria técnica, estatísticas de defesa civil, estatísticas de gestão de capital humano no território e estatísticas de gestão dos recursos materiais no território.

De forma esquemática, o Sistema de Estatística da Atividade de Polícia Militar - SEAPM terá a seguinte forma:



Para cada um dos grupos de estatísticas, será estabelecido um grupo de indicadores para compor os valores individuais a serem coletados e agrupados em cada grupo de valores.

5.1.2 Os indicadores

A construção de indicadores deve ser encarada com muita cautela para que eles possam revelar o que realmente se deseja medir. O vernáculo indicador tem origem no latim *indicare*, e faz referência ao verbo aportar. O uso do termo, a partir da representação quantitativa e simbólica de um processo, revela a intensidade da evolução do evento, processo ou serviço em andamento. A construção do valor matemático representativo dos indicadores deve obedecer às fases descritas por Trzesniak (2002), nas quais o agente que estabelece os indicadores deverá obedecer à padronização do método de obtenção dos dados, através do estabelecimento de uma forma única de coleta, a fim de se obter consistência da série histórica. Deve-se buscar uma interpretação única para os valores revelados pelo indicador, para que não haja interpretação diversa da que foi estabelecida para o valor observado.

É necessário que os indicadores tenham propriedades indispensáveis para sua constituição, dentre elas, pode-se ressaltar, segundo Deponi et. al. (2002, p. 45), o seguinte:

- ser significativo para a avaliação do sistema;
- ter validade, objetividade e consistência;
- ter coerência e ser sensível a mudanças no tempo e no sistema;
- ser centrado em aspectos práticos e claros, fáceis de entender e que contribuam para a participação da população local no processo de mensuração;
- permitir enfoque integrador, ou seja, fornecer informações condensadas sobre os vários aspectos do sistema;
- ser de fácil mensuração, baseado em informações facilmente disponíveis e de baixo custo;
- permitir ampla participação dos atores envolvidos na sua definição;
- permitir a relação com outros indicadores, facilitando a interação entre eles.

Tais características revelam a grande responsabilidade em estabelecer indicadores para os processos desenvolvidos na atividade policial, pois é necessário apontar os processos sociais em que a sociedade está imersa,

não cumprindo ao indicador apontar se a condição medida é socialmente boa ou ruim. Tais valores ainda devem ter relevância social, confiabilidade, especificidade, inteligibilidade na construção, periodicidade, desagregabilidade e historicidade.

- Indicadores de Ensino

Os indicadores de ensino farão a síntese das atividades dos ensinos de pós-graduação, graduação, ensino tecnológico, ensino médio, ensino fundamental e pré-escolar desenvolvidos pela Polícia Militar.

- Indicadores de Graduação e Pós-Graduação.

São indicadores que revelam as atividades desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem dos cursos de graduação e pós-graduação ministrados pela Escola de Ensino Superior da Polícia Militar.

- Taxa de professores com titulação de Graduados

Essa taxa indicará a proporção de professores em relação ao corpo docente total da instituição de ensino superior que possui o curso de graduação como titulação máxima.

$$Tx_Prof_Graduado = \frac{\text{Número de professores com titulação de Graduação}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

- Taxa de professores com titulação de Especialista

Essa taxa indicará a proporção de professores em relação ao corpo docente total da instituição de ensino superior que possui o curso de pós-graduação como titulação máxima.

$$Tx_Prof_Especialista = \frac{\text{Número de professores com titulação de Especialista}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

- Taxa de professores com titulação de Mestre

Essa taxa indicará a proporção de professores em relação ao corpo docente total da instituição de ensino superior que possui o curso de mestrado como titulação máxima.

$$Tx_Prof_Mestrado = \frac{\text{Número de professores com titulação de Mestre}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

- Taxa de professores com titulação de Doutor

Essa taxa indicará a proporção de professores em relação ao corpo docente total da instituição de ensino superior que possui o curso de doutorado como titulação máxima.

$$Tx_Prof_Doutorado = \frac{\text{Número de professores com titulação de Doutor}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

- Taxa de professores com titulação de Pós-Doutor

Essa taxa indicará a proporção de professores em relação ao corpo docente total da instituição de ensino superior que possui o curso de pós-doutorado como titulação máxima.

$$Tx_Prof_Pós_Doutorado = \frac{\text{Número de professores com titulação de Pós – Doutor}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

- Taxa de professores com titulação de Livre Docente

Essa taxa indicará a proporção de professores em relação ao corpo docente total da instituição de ensino superior que possui a formação de livre-docente como titulação máxima.

$$Tx_Prof_Livre_Docente = \frac{\text{Número de professores com titulação de Livre – Docente}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

- Taxa de professores com dedicação e com carga horária de 20 horas semanais.

$$Tx_Prof(20h) = \frac{\text{Número de professores com 20h semanais}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

- Taxa de professores com dedicação e com carga horária de 40 horas semanais.

$$Tx_Prof(40h) = \frac{\text{Número de professores com 40h semanais}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

- Taxa de professores com dedicação e com carga horária de dedicação exclusiva (DE).

$$Tx_Prof(DE) = \frac{\text{Número de professores com DE}}{\text{Número total de professores}} \times 100$$

A aplicação dos indicadores de carga horária será útil para se compreender a dedicação dos profissionais do ensino superior às atividades de orientação, pesquisa e extensão dentro do órgão. Compreende-se que pesquisa e extensão são próprias para as universidades, entretanto é facultado aos outros órgãos de ensino superior desenvolver tais atividades.

Os indicadores seguintes se referem às maneiras como o corpo docente é inserido nas atividades da comunidade científica e profissional.

- Taxa de professores que participam de comitês/comissão científica.

$$Tx_Prof(Ciência) = \frac{Número\ prof\ com\ Participação\ em\ comitês\ / \ comissões\ científicas}{Número\ total\ de\ professores} \times 100$$

- Taxa de professores que participam de grupos de pesquisa.

$$Tx_Prof(Pesquisa) = \frac{Número\ prof\ com\ Participação\ em\ grupos\ de\ pesquisa}{Número\ total\ de\ professores} \times 100$$

- Taxa de professores que participam de eventos científicos e profissionais.

$$Tx_Prof(Eventos) = \frac{Número\ prof\ com\ Participação\ de\ eventos\ científicos}{Número\ total\ de\ professores} \times 100$$

- Taxa de professores que participam como orientadores de trabalhos científicos.

$$Tx_Prof(Orientadores) = \frac{Número\ prof\ com\ Participação\ / \ orientação\ trab.\ científicos}{Número\ total\ de\ professores} \times 100$$

- Taxa de publicação anual de trabalhos acadêmicos de professores empregados na organização.

$$Tx_Prof(Publicação) = \frac{Número\ prof\ com\ publicação\ anual}{Número\ total\ de\ professores} \times 100$$

O indicador anterior (Taxa de Publicação) pode ter uma referência ao corpo total de professores da instituição, assim como fazer referência ao valor absoluto de publicação anual de cada professor. Exemplo: Proporção de publicação de cada professor, considerando o total de publicação efetuado por todos os professores da organização.

- Taxa de publicação anual de trabalhos acadêmicos de professores empregados na organização.

$$Tx_Prof(Publicação\ por\ prof.) = \frac{Número\ publicação\ por\ professor}{Número\ total\ de\ publicações} \times 100$$

Para o cômputo de tais publicações, será necessário desenvolver um canal competente dentro da organização para se promover a publicação da produção científica dos integrantes da organização.

Os indicadores que tratam das atividades docentes e de outros processos no interior de uma organização de ensino, também deverão fazer referência às atividades do corpo discente. Nesse sentido, os indicadores descritos a seguir buscam fazer uma representação quantitativa da realidade do processo que é desenvolvido em uma unidade de ensino superior policial militar. Busca-se, dessa maneira, medir o grau de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a participação do aluno dentro da instituição de ensino e sua relação com a sociedade exterior ao mundo acadêmico, com a qual se espera que ele tenha uma estreita relação, permitindo-lhe estabelecer um elo entre ela e a instituição.

- Taxa de participação de alunos em iniciação científica (InCien).

$$Tx_Aluno(InCien) = \frac{Número\ alunos\ em\ iniciação\ científica}{Número\ total\ de\ alunos} \times 100$$

- Taxa de participação de alunos em eventos e cursos (Eventos/Cursos)

$$Tx_Aluno(Eventos / Cursos) = \frac{Número\ alunos\ que\ participam\ de\ Eventos\ e\ Cursos}{Número\ total\ de\ alunos} \times 100$$

Essa taxa deve identificar o grau de comprometimento do aluno com outras atividades extracurriculares desenvolvidas no interior da Academia de Polícia e que servirão de complementação à formação policial do discente.

- Taxa de participação de alunos em Monitoria

$$Tx_Aluno(Monitoria) = \frac{Número\ alunos\ que\ participam\ de\ Monitoria}{Número\ total\ de\ alunos} \times 100$$

A prática de se empregar os alunos que tenham notável desenvolvimento acadêmico, em algumas disciplinas, para atuarem como monitores desenvolve o aperfeiçoamento do discente e o estimula para o aperfeiçoamento profissional.

- Taxa de frequência de alunos na Biblioteca

Essa taxa indica a frequência com que os alunos visitam a biblioteca.

$$Tx_Alunos(Biblioteca) = \frac{Número\ de\ alunos\ que\ frequentam\ biblioteca}{Número\ total\ de\ alunos} \times 100$$

- Taxa de frequência de alunos em eventos e cursos

$$Tx_Alunos(Evento/Cursos) = \frac{Número\ de\ alunos\ que\ frequentam\ Eventos/Cursos}{Número\ total\ de\ alunos} \times 100$$

- Taxa de publicações realizadas por alunos

Essa taxa calcula o percentual de alunos que publicaram artigos e/ou livros, em parte ou todo, em relação ao total de alunos da escola.

$$Tx_Aluno(Publicações) = \frac{Número\ alunos\ que\ publicaram}{Número\ total\ de\ alunos} \times 100$$

- Taxa de participação de alunos em grupos de pesquisa e extensão

Essa taxa calcula o percentual de alunos que publicaram artigos e/ou livros, em parte ou todo, em relação ao total de alunos da escola.

$$Tx_Aluno(Pesquisa/Extensão) = \frac{Número\ alunos\ que\ participaram(Pesquisa/Extensão)}{Número\ total\ de\ alunos} \times 100$$

- Indicadores da educação de 1º e 2º graus.

Os indicadores de 1º e 2º graus enunciados a seguir foram adaptados e/ou tomados *in totum* da obra de Cordeiro (1988), cuja autora, através de indicadores, estabelece uma relação de controle do ensino de forma exemplar.

- Taxa de Aprovação – TAp

Esse indicador representa a porcentagem de alunos considerados aprovados dentre aqueles que concluíram o ano letivo em referência.

$$TAp = \frac{Ap}{MF} \times 100$$

Ap – Número de alunos aprovados no ano letivo em referência.

MF – Número de alunos (Matrícula Final) que concluíram o ano letivo em referência.

Esse indicador pode ser aplicado ao total de alunos na escola, como também para uma série em particular, disciplina, turno escolar, ou outra categoria analítica dentro do ambiente escolar. O cuidado que se deve ter é a modificação do valor de referência para a divisão.

- Taxa de Aprovação na Idade Apropriada – TApIA

Esse indicador aponta a porcentagem de alunos que foram aprovados no ano letivo em referência e que possuíam a idade apropriada para cursar a série em referência. Deve-se considerar a norma legal vigente que fixa a faixa etária de alunos às séries escolares.

$$TApIA = \frac{ApIA}{MF} \times 100$$

ApIA – Número de alunos que foram aprovados no ano letivo em referência e que possuíam idade não apropriada para a série em referência, segundo norma legal em vigor.

Esse indicador poderá ter a mesma aplicação referida pela *TAp*, isto é, para séries, disciplinas, entre outros.

- Taxa de Aprovação de Alunos com Idade acima da Apropriada – TApAIA

Esse indicador aponta a porcentagem de alunos que foram aprovados no ano letivo em referência e que tinham idade acima da apropriada para a série, considerando-se a norma legal que fixa a faixa etária de alunos às séries escolares.

$$TApAIA = \frac{ApAIA}{MF} \times 100$$

ApAIA – Número de alunos que foram aprovados no ano letivo em referência e que possuíam idade acima da apropriada para a série em referência, segundo norma legal em vigor.

Esse indicador poderá ter a mesma aplicação referida pela *TAp*.

- Taxa de Reprovação – TR

Esse indicador mostra a proporção de alunos reprovados no ano letivo em referência. Essa taxa, também, pode ser aplicada para avaliação bimestral e semestral. Diz respeito ao quociente entre o total de alunos reprovados e o total de alunos matriculados e que concluíram o ano letivo, semestre ou bimestre referido. A reprovação poderá ser calculada para toda a escola, por série, por turno escolar ou por disciplina.

$$TR = \frac{R}{MF} \times 100$$

R – Número de alunos reprovados no ano letivo em referência, ou semestre, ou turno, ou bimestre ou disciplina.

MF – Número de alunos (Matrícula Final) que concluíram o ano letivo em referência.

- Taxa de Transferência Expedida – TTE

Esse indicador produz uma relação entre o número de transferência expedida pela escola e o número total de alunos matriculados ao final do ano letivo em referência. Sua aplicação pode ser feita por série, por turma (classe) ou por turno letivo. Para cada segmento, deve-se mudar a base de cálculo (*MF*) para número de aluno por série, turno letivo ou turma (classe).

- Taxa de Transferência Recebida – TTR

Essa taxa revela a porcentagem dos novos alunos que ingressaram na escola por meio de transferência em certo ano letivo.

$$TTR = \frac{TR}{MF} \times 100$$

TR – Número de transferências recebidas.

MF – Número de alunos (Matrícula Final) que concluíram o ano letivo em referência.

Aplica-se esse indicador por série, turma, turno ou toda a escola.

- Taxa de Incorporação ao Sistema – TIS

Essa taxa fornece a porcentagem dos alunos que cursam pela primeira vez determinada série na escola em relação ao total de alunos da série. Esse valor pode ser calculado, ainda, para alunos novos em relação à forma, ao livro ou ao número total de alunos matriculados na escola, devendo-se mudar o valor do denominador.

$$TIS = \frac{AN}{MT} \times 100$$

AN – Número de matrículas de alunos novos em uma série qualquer (turma, turno ou escola).

MT – Número total de alunos matriculados na série em referência (turma, turno ou escola).

- Taxa de Conclusão

A taxa de conclusão calcula a porcentagem dos alunos que finalizaram a última série do ciclo letivo em relação ao número de alunos que ingressaram na série inicial deste mesmo ciclo. Para um ciclo de 1ª a 4ª série, divide-se o total de alunos concluintes da 4ª série pelo total de alunos matriculados na 1ª série, quatro anos antes. Para um ciclo com oito anos (1ª a 8ª série), calcula-se a taxa, dividindo-se o total de concluintes da 8ª série pelo total de alunos que ingressaram na 1ª série, oito anos antes.

$$TC = \frac{AC_{SF}}{AN_{SI}} \times 100$$

AC_{SF} – Alunos concluintes da série final do ciclo letivo.

AN_{SI} – Número de alunos matriculados na série inicial do ciclo, sete anos antes do final do ciclo.

- Taxa de conclusão da 1ª à 4ª série

$$TC = \frac{AC_{4^a \text{ SÉRIE}}}{AN_{1^a \text{ SÉRIE (4 ANOS ANTES)}}} \times 100$$

- Taxa de conclusão da 1ª à 8ª série

$$TC = \frac{AC_{8^a \text{ SÉRIE}}}{AN_{1^a \text{ SÉRIE (8 ANOS ANTES)}}} \times 100$$

Essa taxa poderá ser calculada para quaisquer dois períodos contínuos.

- Taxa de Conclusão Tardia

A referida taxa calcula a porcentagem de alunos que concluem os estudos numa determinada série, com idade superior à fixada por lei, para alunos concluintes daquela série.

$$TCT = \frac{CT}{AP_{SÉRIE}} \times 100$$

CT – Número de alunos que concluíram a série em referência com idade superior àquela fixada por lei para aquela série.

$AP_{SÉRIE}$ – Número de alunos aprovados na série em referência.

- Taxa de Escolarização nas idades apropriadas – TEIA

A referida taxa calcula a proporção percentual de alunos que concluíram e foram aprovados em uma determinada série, possuindo idade apropriada para ela, seguindo legislação em vigor, em relação ao número de matriculados na série e com a mesma condição de idade.

$$TEIA = \frac{NTIA}{NAIA} \times 100$$

$NTIA$ – Número de alunos matriculados numa determinada série e com idade apropriada para ela, segundo legislação vigente.

$NAIA$ – Número total de alunos matriculados na série em referência que possuem idade apropriada.

- Taxa de Docente por Grau de Formação – TDGF

Essa taxa calcula a porcentagem dos professores, com seus respectivos graus de formação, em relação ao total de professores da escola. Os graus de formação considerados podem ser: Graduados (unidades ou Bacharéis), especialistas (Pós-graduado Lato Sensu), mestres e doutores.

$$TGF = \frac{DGF}{TD} \times 100$$

DGF – Número de professores com certo grau de formação.

TD – Número total de docentes da escola.

- **Índices**

- Relação Aluno – Estabelecimento – RAE

Calcula o quantitativo médio de alunos por unidade de ensino.

$$RAE = \frac{MI}{E}$$

MI – Número total de matriculados no início do ano letivo.

E – Número de estabelecimentos de ensino.

- Relação Aluno-Docente

Esse índice calcula o número médio de alunos por cada docente.

$$RAD = \frac{MI}{D}$$

D – Número total de docentes no estabelecimento de ensino.

- Relação aluno-área

Esse indicador calcula a medida do espaço físico médio em m² (metro quadrados) para cada aluno.

$$RAR = \frac{ÁREA(m^2)}{MI}$$

Área (m²) – Medida da área mesurada em m².

Esse indicador pode ser empregado para área total da escola ou para sala de aula em outro espaço destinado à ocupação dos alunos.

- Relação Aluno Turma – RAT

Calcula-se, através deste índice, a relação entre o número de alunos matriculados na escola pelo número de turmas existentes no estabelecimento de ensino.

$$RAT = \frac{MI}{TT}$$

TT – Número total de turmas no estabelecimento de ensino.

- Relação Aluno-Orientador Educacional – RAO

Esse indicador calcula a proporção de alunos para cada orientador educacional presente no estabelecimento de ensino.

$$RAO = \frac{MI}{OE}$$

OE – Número de orientadores educacionais presentes no estabelecimento de ensino.

- Indicadores de Gestão de Capital Humano

Os indicadores de movimentação demográfica do efetivo policial demonstrarão o potencial de aproveitamento da disponibilidade da força de trabalho disponível para emprego operacional. Pretende-se medir o número de policiais disponíveis para pronto emprego, segmentando-se por gênero, faixa etária, rotatividade, grau de instrução, entre outros aspectos relevantes para o planejamento da organização.

Tais indicadores terão duas dimensões: uma refere-se ao controle demográfico do efetivo e sua alocação nas diversas unidades da Polícia Militar, e a outra é o efetivo empregado na atividade de policiamento ostensivo.

- Efetivo Total da Polícia Militar – ETPM

Esse indicador é um valor absoluto no qual se deverá contabilizar o total do efetivo ativo da Polícia Militar ao final de cada exercício (deve-se publicar o quantitativo do efetivo no final de cada ano para que se conheça o efetivo com o qual a Corporação finalizou o referido ano).

Publicar-se-á esse mesmo indicador para todas as unidades da Polícia Militar, isoladamente.

- Efetivo Mensal – EM

Esse indicador será publicado, mensalmente, por todas as OPM, através da escala de serviço, momento em que se descreverá, pormenorizando numericamente, o emprego do efetivo.

- Taxa de Emprego de Policiais Militares em Atividade Meio – TEAM

Essa taxa expressa a proporção do efetivo empregado na atividade meio sobre o efetivo total da PM.

$$TEAM = \frac{NEAM}{ETPM} \times 100$$

NEAM – Número do efetivo da atividade meio da Polícia Militar.

ETPM – Efetivo total da Polícia Militar que se encontra na ativa.

Esse indicador será aplicado ao efetivo total da PM.

- Taxa de Emprego de Policiais Militares em Atividade Fim – TEAF

Essa taxa demonstrará o percentual de emprego total do efetivo na atividade fim da Corporação sobre o efetivo total da PM.

$$TEAF = \frac{NEAF}{ETPM} \times 100$$

NEAF – Número do efetivo da atividade fim da Polícia Militar.

- Taxa de Efetivo por Sexo – TES

Essa taxa informará a proporção do efetivo, distribuído por sexo, em relação ao efetivo total da PM.

$$TES = \frac{NES}{ETPM} \times 100$$

NES – Número total do efetivo segundo o sexo.

Esse indicador poderá ser empregado para quantificar a proporção de efetivo, segmentado por sexo, em todas as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar.

- Taxa de efetivo segundo o vínculo de trabalho – TVT

A seguinte taxa demonstrará a proporção do efetivo, segundo o vínculo de trabalho, em relação ao efetivo total da PM.

$$TVT = \frac{NVT}{ETot} \times 100$$

NVT – Número do efetivo segundo o vínculo de trabalho.

O vínculo de trabalho será tomado, inicialmente, como pessoal civil e militar. Entre o pessoal civil pode-se discriminar os que são contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, Direção e Assessoramento Superior – DAS, Estagiário, entre outros

- Taxa de absenteísmo – TAbs

Essa taxa servirá para avaliar a proporção dos dias deixados de trabalhar por parte do efetivo da PM em relação ao efetivo total dos dias que deveriam ser trabalhados. O cálculo dessa taxa far-se-á da seguinte maneira:

$$TAbs = \frac{NAbs}{N^{\circ} \text{ Dias } \acute{u}teis \times ETPM} \times 100$$

NAbs – Número de dias deixados de ser trabalhados por afastamentos. Este número será constituído pelos afastamentos decorrentes de licenças médicas, licenças maternidade, afastamentos decorrentes de atestados fornecidos pela Junta Militar de Saúde – JMS, entre outros.

NDU x ETPM – Número de dias úteis multiplicado pelo efetivo total da unidade.

- Taxa de transferência de entrada – TTE

Essa taxa calcula a proporção do efetivo transferido para a OPM sobre o efetivo presente no período de referência. Para calcular este indicador para a Polícia Militar, deve-se considerar a taxa de admissão.

$$TTE = \frac{NTE}{ETOPM} \times 100$$

NTE – Número de transferência de entrada.

ETOPM – Efetivo total da OPM

- Taxa de Admissão – TAd

A taxa de admissão refere-se ao total de policiais militares que ingressaram na PM em determinado período de referência. O seu cálculo é realizado da seguinte maneira: divide-se o número de policiais militares que ingressaram em determinado período pelo efetivo total (ativo) existente no mesmo tempo, multiplicando-se por cem o quociente obtido

$$TAd = \frac{NAd}{ETPM} \times 100$$

NAd – Número de policiais admitidos em um período de referência.

ETPM – Efetivo total ativo da Polícia Militar no período de referência ao ingresso de novos policiais militares.

- Taxa de Transferência de Saída – TTS

Essa taxa calcula a proporção dos policiais que foram transferidos da Unidade de referência para outra OPM. A fórmula de cálculo será composta pelo quociente entre o número de transferências de policiais militares da OPM para outras unidades e o efetivo total da OPM de referência no período considerado multiplicado por cem.

$$TTS = \frac{NTS}{ETOPM} \times 100$$

NTS – Número total do efetivo transferido para outra OPM.

ETOPM – Efetivo total da OPM.

- Taxa de Saída – TS

Essa taxa representa, em termos totais, a proporção do efetivo da PM que saiu da corporação através dos diversos meios, como: reserva remu-

nerada, reserva não remunerada, demissão, morte, licença definitiva, exclusão do serviço ativo, entre outras. Calcula-se esta taxa da seguinte maneira: quociente do número total do efetivo que saiu da corporação pelo efetivo ativo total da corporação no período de referência multiplicado por cem.

$$TS = \frac{NS}{ETPM} \times 100$$

NS – Número de policiais militares que saíram da Corporação.

- Taxa de Comando – TC

Essa taxa representa a proporção de comandados para cada classe de grau hierárquico a ele subordinado. Essa taxa deverá revelar a proporção de comandados para comandantes, isto é, proporção de comandados para cada coronel, proporção de cada comandado para cada Tenente Coronel e assim por diante. Busca-se através dessa taxa o equilíbrio de comando assim como prevê o plano da carreira para grau hierárquico.

$$TC = \frac{NSub_i}{NGH_j}$$

NSub_i – Número de policiais militares subordinados a um nível hierárquico imediatamente superior.

NGH_j – Número de policiais militares que compõem o grau hierárquico em comparação aos seus subordinados.

Exemplo: Taxa de comando para Coronéis.

$$TC = \frac{\text{Efetivo Total(sem os coronéis)}}{\text{Número de Coronéis}_j}$$

O resultado dessa operação representa o número de policiais que, em tese, são comandados por um coronel.

- Taxa de efetivo por faixa etária – TEFE

Essa taxa representará a proporção do efetivo por faixa etária em relação ao efetivo total da Polícia Militar. A taxa poderá ser calculada em re-

lação a uma taxa específica ou em relação a uma taxa de corte, isto é, uma faixa etária específica (intervalo de faixa etária de cinco anos, à exceção da primeira)

Faixa etária específicas:

De 18 a 25 anos;
de 26 a 30 anos;
de 31 a 35 anos;
de 36 a 40 anos;
de 41 a 50 anos;
de 51 a 55 anos;
de 56 a 60 anos.

A taxa de efetivo por faixa etária será calculada por meio da divisão do efetivo que estiver na faixa etária em referência pelo número total do efetivo ativo existente, tomado por grupo de 100.

$$TEFE = \frac{NEFE}{ETPM} \times 100$$

NEFE – Número de policiais que pertencem à faixa etária em referência sobre o efetivo total ativo da Polícia Militar. Essa taxa deverá ser calculada semestralmente, para fins de cálculo de substituição de efetivo em função de estudo dos fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados ao envelhecimento da tropa.

- Indicadores de Atividade de Saúde

Os indicadores de saúde devem ser entendidos como medidas indiretas do nível geral de desenvolvimento, assim como medidas diretas da qualidade de vida do policial militar. Os planejadores devem estar, cada vez mais, utilizando tais indicadores sociais como ferramentas para acompanhar o progresso obtido com diferentes estratégias de desenvolvimento.

Os indicadores propostos devem acompanhar os indicadores previstos para o Sistema Único de Saúde – SUS, devendo seus valores serem calculados tomando-se por base de cálculo o efetivo total da Polícia Militar ou a população de policiais assistidos. Caso o serviço de saúde esteja vinculado apenas a uma unidade, a exemplo das formações sanitárias, a base de cálculo será o efetivo da unidade.

Os indicadores de saúde serão segmentados em duas especificidades de naturezas distintas em relação à prestação de serviços de saúde, a saber: Medicina e Odontologia. O cômputo dos dados poderá ser segmentado por sexo, cor da cútis, idade, grau hierárquico, dependentes, pessoal da ativa, pessoal da reserva ou outra característica necessária para se compreender a prevalência de determinada enfermidade ou procedimento médico/ odontológico.

- Indicadores de Odontologia

Os indicadores de Odontologia, assim como os de Medicina serão divididos em dois grupos: os de prevenção e os de intervenção (procedimentos).

Indicadores de prevenção: Para fins de cômputo estatístico, serão coletados dados absolutos referentes às ações preventivas educativas, tais como: Bochechos com flúor, educação em saúde/palestras, educação com revelação de placas, escovação com flúor e exame de seleção.

A avaliação de tais procedimentos servirá para identificar a evolução do serviço ao longo de determinado período. O cálculo relativizado dos indicadores será realizado da seguinte maneira:

- Taxa de Ação Preventiva – TAPrev

$$TAPrev = \frac{NAPrev}{ETPM} \times 1000$$

NAPrev – Número de ações preventivas

ETPM – Efetivo total da Polícia Militar

Além dos indicadores de saúde considerados pelo Ministério da Saúde, eles deverão ser aplicados, ainda, aos atendimentos realizados pela Junta Militar de Saúde – JMS, que deve relatar, mensalmente, os atendimentos efetuados.

Os indicadores deverão ser segmentados por unidade territorial, sexo, idade, ciclo, grau hierárquico, efetivo ativo e reserva remunerada. A razão considerada deverá ser multiplicada por cem mil para comparar com a prevalência calculada para outras populações.

- **Indicadores de Atividade de Correição**

As atividades de correição revelam a transparência da administração policial no que diz respeito à correção dos desvios éticos ou de condutas inadequadas atribuídas a policial militar. Ressalta-se que a correição também é conduzida para evidenciar o dolo ou culpa de crimes que são imputados ao policial militar. Nos dois casos, tem-se como objetivo primeiro fazer justiça a partir do exercício da ampla defesa e do contraditório.

Para tanto, são úteis os seguintes indicadores:

- **Indicadores de Procedimentos de apuração**

- **Índice de Sindicância – ISind**

Esse índice calcula a relação entre o número de apurações de denúncias (apurações feitas por sindicância) acerca da conduta do policial militar e o efetivo total da Unidade Operacional em referência ou o efetivo total de toda a Polícia Militar. Esse índice será calculado para grupos de cem policiais militares.

$$ISind = \frac{NSind}{ETOPM} \times 100$$

NSind – Número de sindicâncias instauradas.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar.

Quando se tratar do número total de sindicâncias instauradas na Polícia Militar, deve-se dividir pelo efetivo total da Corporação.

$$ISind = \frac{NSind}{ETPM} \times 100$$

Esse índice informa o número de sindicâncias instauradas por grupos de cem policiais militares.

- **Índice de Inquérito Policial Militar – IIPM**

Esse índice calcula a relação entre o número de apurações de denúncias acerca de crimes atribuídos a policial militar e o efetivo total da Unidade Operacional em referência ou em toda a Polícia Militar e deverá ser calculado para grupos de cem policiais militares.

$$IIPM = \frac{NIPM}{ETOPM} \times 100$$

NIPM – Número de Inquérito Policial Militar instaurado.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar.

Quando se tratar do número total de IPM instaurados na Polícia Militar, deve-se dividir pelo efetivo total da Corporação.

$$IIPM = \frac{NIPM}{ETPM} \times 100$$

Esse índice informa o número de IPM instaurados por grupos de cem policiais militares.

- Índice de Processo Administrativo Disciplinar – IPAD

Esse índice calcula a relação entre o número de Processo Disciplinar Administrativo acerca de conduta inadequada atribuída a policial militar e o efetivo total da Unidade Operacional em referência, ou em toda Polícia militar. Esse índice será calculado para grupos de cem policiais militares.

$$IPAD = \frac{NPAD}{ETPM} \times 100$$

NPAD – Número de Processos Administrativos Disciplinares.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar.

Quando se tratar do número total de Processos Administrativos Disciplinares instaurados na Polícia Militar, deve-se dividir pelo efetivo total da Corporação.

$$IPAD = \frac{NPAD}{ETPM} \times 100$$

Esse índice informa o número de Processos Administrativos Disciplinares instaurados por grupos de cem policiais militares.

- **Indicadores de Punições Disciplinares**

- Índice de Advertência – IAd

Esse indicador calcula a relação entre o número de advertências e o

número de policiais existentes em uma Unidade da Policial Militar, tomado por cem policiais militares. O valor obtido revela quantos policiais foram punidos com advertência num certo intervalo de tempo, considerando-se um grupo de cem policiais militares como referência.

$$IAd = \frac{NAd}{ETOPM} \times 100$$

NAd – Número de Advertências atribuídas a policiais militares.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar.

Quando se tratar do número total de Advertências aplicadas ao efetivo da Polícia Militar, deve-se dividir pelo efetivo total da Corporação.

$$IAd = \frac{NAd}{ETPM} \times 100$$

Esse índice informa o número de Advertências aplicadas por grupos de cem policiais militares.

- Índice de Detenção – IDet

Esse indicador calcula a relação entre o número de detenções e o número de policiais existentes em uma Unidade da Policial Militar, tomado por cem policiais militares. O valor obtido revela quantos policiais foram punidos com pena de detenção, num certo intervalo de tempo, considerando-se um grupo de cem policiais militares como referência.

$$IDet = \frac{NDet}{ETOPM} \times 100$$

NDet – Número de Detenções atribuídas a policiais militares.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar.

Quando se tratar do número total de Detenções aplicadas ao efetivo da Polícia Militar, deve-se dividir pelo efetivo total da Corporação.

$$IDet = \frac{NDet}{ETPM} \times 100$$

Esse índice informa o número de Detenções aplicadas por grupos de cem policiais militares.

- Índice de Demissões – IDem

Esse indicador calcula a relação entre o número de demissões de policiais militares, em razão de atos disciplinares, em uma Unidade da Polícia Militar, e o efetivo total da Organização Policial Militar, tomado por cem policiais militares. O valor obtido revela quantos policiais foram punidos, com pena de demissões, num certo intervalo de tempo, considerando-se um grupo de cem policiais militares como referência.

$$IDem = \frac{NDem}{ETOPM} \times 100$$

NDem – Número de Demissões de policiais militares.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar.

Quando se tratar do número total de demissões de policiais militares da Polícia Militar, deve-se dividir pelo efetivo total da Corporação.

$$IDem = \frac{NDem}{ETPM} \times 100$$

Esse índice informa o número de demissões aplicadas por grupos de cem policiais militares.

- Taxa de Transgressão Disciplinar – TTD

Esse indicador revela a proporção de cada tipo de transgressão em relação ao total de transgressões praticadas por policiais militares de uma determinada OPM, ou intervalo de tempo. Pode-se calcular o mesmo indicador para toda a Corporação Policial.

$$TTD = \frac{NTD_{tipo}}{NTD} \times 100$$

NTD_{tipo} – Número de transgressões disciplinares por tipo.

NTD – Número total de transgressões disciplinares praticadas.

- **Indicadores de Acompanhamento Correicional**

- Taxa de Cancelamento de Penalidade – TCP

Esse indicador revela a razão percentual do número de cancelamento de penalidades sobre o número total de penalidades impostas aos policiais militares de uma determinada unidade policial. Cada taxa de cancelamento deverá ser calculada para um tipo específico de transgressão.

$$TCP = \frac{NCP_{tipol}}{NTP_{tipol}} \times 100$$

NCP_{tipol} – Número de cancelamento de um tipo específico de transgressão.

NTP_{tipol} – Número total de transgressão disciplinar referente ao mesmo tipo em que houve o cancelamento

- Taxa de Deserção – TDes

Esse indicador calcula o número relativo de policiais que desertaram do serviço policial pelo número total de policiais da ativa de determinada Unidade Policial, tomado por grupo de cem policiais. A mesma taxa se aplica ao efetivo total da Polícia Militar.

$$TDes = \frac{NDes}{ETOPM} \times 100$$

$NDes$ – Número de policiais desertores de uma determinada unidade.

Para se calcular essa taxa em relação ao efetivo total da Polícia Militar, deve-se proceder da seguinte forma:

$$TDes = \frac{NDes}{ETPM} \times 100$$

$NDes$ – Número de policiais desertores do serviço policial militar.

- Taxa de Arquivamento de Procedimentos – TAP

Essa taxa indica a proporção do número de procedimentos arquivados em relação ao número de procedimentos abertos, segundo o tipo de procedimento.

$$TAP = \frac{NAP_{TipoI}}{NTIT_{TipoI}} \times 100$$

NAP_{TipoI} – Número de arquivamentos de procedimentos, segundo o tipo.

$NTIT_{TipoI}$ – Número total de procedimentos iniciados e terminados, segundo o tipo.

- Taxa de Inquéritos Concluídos com Autoria Definida – TICAD

Essa taxa demonstrará a taxa de eficácia das apurações realizadas por meio do Inquérito Policial Militar. Seu cálculo será efetuado por meio do quociente entre o número de inquéritos concluídos com autoria definida e o total de inquéritos concluídos, vezes cem.

$$TICAD = \frac{NICAD}{NTIC} \times 100$$

$NICAD$ – Número de inquéritos concluídos com autoria definida

$NTIC$ – Número total de inquéritos concluídos

- Taxa de Inquéritos Concluídos com Autoria indefinida – TICAI

Essa taxa demonstrará a taxa de ineficácia das apurações realizadas por meio do Inquérito Policial Militar. Seu cálculo será efetuado por meio do quociente entre o número de inquéritos concluídos com autoria indefinida e o total de inquéritos concluídos, vezes cem.

$$TICAI = \frac{NICAI}{NTIC} \times 100$$

$NICAI$ – Número de inquéritos concluídos com autoria indefinida.

$NTIC$ – Número total de inquéritos concluídos.

- Taxa de Inquéritos Retornados da Justiça – TIRJ

Essa taxa demonstrará a taxa de ineficiência das apurações realizadas por meio do Inquérito Policial Militar. Seu cálculo será efetuado por meio do quociente entre o número de inquéritos que retornam da Justiça e o total de inquéritos enviados a ela.

$$TIRJ = \frac{NIRJ}{NTEJ} \times 100$$

NIRJ – Número de inquéritos recebidos da Justiça.

NTEJ – Número total de inquéritos encaminhados à Justiça.

- **Indicadores de Atividade de Apoio Logístico**

Os indicadores de apoio logístico dizem respeito ao nível de cobertura de logística de apoio para a atividade operacional. Os valores calculados devem evidenciar o quanto a tropa tem de material, para uso individual e coletivo, para enfrentar as adversidades advindas do controle da criminalidade. Neste sentido, os índices e taxas deverão retratar o quanto de recurso é disponibilizado para uso nas atividades quotidianas da Polícia Militar. O emprego de tais indicadores serve para o planejamento de ações policiais, assim como para traçar políticas de crescimento da organização no que diz respeito à cobertura de itens necessários à proteção individual e à ação coletiva do serviço policial

- **Indicadores de Cobertura de Material Bélico e Equipamento de Comunicação**
- Índice de Cobertura de Arma de Fogo de Porte – ICAFP

Esse indicador calcula a proporção de armas de fogo para cada policial na unidade. Ele poderá ser calculado para todo o efetivo da Unidade Operacional – UOp, para toda a Polícia Militar ou, apenas, para o efetivo empenhado em certa operação policial. O seu cálculo será realizado por meio da divisão do número de policiais existentes na UOp (ou na PM) em referência pelo quantitativo de armas de fogo de porte disponíveis para pronto emprego na UOp ou na PM.

$$ICAFP = \frac{ETOPM}{NAFP}$$

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

NAFP – Número de armas de fogo de porte disponíveis para uso na UOp.

Esse indicador poderá ser calculado para todos os tipos de armas disponíveis na unidade, sejam elas de cano curto ou longo, ou de acordo com o calibre da arma ou tipo de raia.

- Índice de Cobertura Cartuchos Arma de Fogo de Porte – ICCAFP

Esse indicador calcula a proporção de cartuchos para arma de fogo para cada policial na unidade. Ele poderá ser calculado para todo o efetivo da Unidade Operacional – UOp, para toda a Polícia Militar ou, apenas, para o efetivo empenhado em certa operação policial. O seu cálculo será realizado por meio da divisão do número de policiais existentes na UOp (ou na PM) em referência pelo quantitativo de cartuchos para armas de fogo de porte disponíveis para pronto emprego na UOp ou na PM.

$$ICCAFP = \frac{ETOPM}{NAFP}$$

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

NCAFP – Número de cartuchos para armas de fogo de porte disponíveis para uso na UOp.

Esse indicador poderá ser calculado para todos os tipos de cartuchos de armas disponíveis na unidade e em relação aos calibres existentes.

- Índice de Cobertura de Rádio Comunicação – ICRC

Esse indicador calcula a proporção de rádio de comunicação para cada policial na unidade. Ele poderá ser calculado para todo o efetivo da Unidade Operacional – UOp, para toda a Polícia Militar ou, apenas, para o efetivo empenhado em certa operação policial. O seu cálculo será realizado por meio da divisão do número de policiais existentes na UOp (ou na PM) em referência pelo quantitativo de rádios de comunicação disponíveis para pronto emprego na UOp ou na PM.

$$ICRC = \frac{ETOPM}{NRC}$$

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

NRC – Número de rádios de comunicação disponíveis para uso na UOp.

- Índice de Cobertura de Telefone Móvel – ICTM

Esse indicador calcula a proporção de telefones móveis para cada policial na unidade. Ele poderá ser calculado para todo o efetivo da Unidade Operacional – UOp, para toda a Polícia Militar ou, apenas, para o efetivo empenhado em certa operação policial. O seu cálculo será realizado por meio da divisão do número de policiais existentes na UOp (ou na PM) em referência pelo quantitativo de telefones móveis disponíveis para pronto emprego na UOp ou na PM.

$$ICTM = \frac{ETOPM}{NTM}$$

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

NTM – Número de telefones móveis disponíveis para uso na UOp.

- **Indicadores de Cobertura de Equipamentos de Proteção Individual – ICEPI**
- Índice de Cobertura de Colete Balístico – ICCB

Esse indicador calcula a proporção de coletes balísticos para cada policial na unidade. Ele poderá ser calculado para todo o efetivo da Unidade Operacional – UOp, para toda a Polícia Militar ou, apenas, para o efetivo empenhado em certa operação policial. O seu cálculo será realizado por meio da divisão do número de policiais existentes na UOp (ou na PM) em referência pelo quantitativo de coletes balísticos disponíveis para pronto emprego na UOp ou na PM.

$$ICCB = \frac{ETOPM}{NCCB}$$

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

NCCB – Número de coletes balísticos disponíveis para uso na UOp.

Ressalta-se que esse indicador deverá considerar o tempo de validade do equipamento que é recomendado pelo fabricante

- Índice de Cobertura de Capacete – ICC

Esse indicador calcula a proporção de capacetes para cada policial da unidade. Ele poderá ser calculado para todo o efetivo da Unidade Operacional – UOp, para toda a Polícia Militar ou, apenas, para o efetivo empenhado em certa operação policial. O seu cálculo será realizado por meio da divisão do número de policiais existentes na UOp (ou na PM) em referência pelo quantitativo de capacetes disponíveis para pronto emprego na UOp ou na PM.

$$ICCB = \frac{ETOPM}{NCCB}$$

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

NCCB – Número de coletes balísticos disponíveis para uso na UOp.

Ressalta-se que esse indicador deverá considerar o tempo de validade do equipamento recomendado pelo fabricante

- Índice de Cobertura de Peças de Uniforme – IPU

Esse indicador calcula a proporção de peças de uniformes para cada policial na unidade. Ele poderá ser calculado para todo o efetivo da Unidade Operacional – UOp ou para toda a Polícia Militar ou, apenas, para o efetivo empenhado em certa operação policial. O seu cálculo será realizado por meio da divisão do número de policiais existentes na UOp (ou na PM) em referência pelo quantitativo de peças de uniforme disponíveis para pronto emprego na UOp ou na PM.

$$IPU = \frac{ETOPM}{NPU_{\text{Peça do Uniforme}}}$$

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

NPU_{Tipo do Uniforme} – Número de peças de determinado tipo de uniforme disponível para uso na UOp.

Ressalta-se que esse indicador deverá considerar o tempo de compra da peça do uniforme a fim de atualizar o material de consumo.

- **Indicadores de Atividade de Controladoria**

A atividade de controladoria vincula, estreitamente, o acompanhamento dos processos e a avaliação de atividades desenvolvidas pelos órgãos da Polícia Militar. Podendo desenvolver controladorias contábeis e administrativas, seus indicadores devem revelar os valores quantitativos de evolução dos processos administrativos e operacionais para os tomadores de decisões. Neste sentido, os indicadores propostos para a atividade de controladoria são aqueles decorrentes das atividades propostas neste trabalho. Assim, o acompanhamento desses indicadores e a realização de relatórios periódicos, informando os rumos de cada um deles e seus impactos em curto, médio e longo prazo, poderão nortear a tomada de decisão.

- **Finanças**

Os indicadores de finanças revelam os custos envolvidos em toda atividade de segurança pública que é desenvolvida pela Polícia Militar. Destacadamente, podem-se tomar alguns indicadores que revelam a maior aplicação de recursos para fins de contenção da criminalidade. Para tanto têm-se adiante alguns indicadores importantes para essa mensuração.

- **Indicadores de Recursos em Operações Policiais**

- **Índice de Consumo de Combustível por Serviço Policial – ICCSP**

Esse indicador calcula o consumo de combustível por tipo de serviço que é realizado pela Polícia Militar. Sabe-se que, para realizar o serviço policial, são utilizados dois tipos de viaturas, um que é do tipo operacional, e outro que é do tipo administrativo. Neste sentido, é preciso mensurar o gasto com combustível com esses dois tipos de serviços, a fim de comparar os gastos de cada um. O seu cálculo é feito com a divisão do gasto total com combustível para viaturas administrativas pelo gasto total de combustível pela Corporação.

$$ICCSP_{ADM} = \frac{GTC_{VTR\ ADM}}{GTC}$$

$GTC_{VTR\ ADM}$ – Gasto total de combustível com viatura administrativa
 GTC – Gasto total de combustível.

$$ICCSP_{OP} = \frac{GTC_{VTR\ OP}}{GTC}$$

$GTC_{VTR\ OP}$ – Gasto total de combustível com viatura operacional
 GTC – Gasto total de combustível.

- Índice de Consumo de Combustível por Operação Policial- ICCOP

Esse indicador calcula o consumo de combustível por tipo de operação policial que é realizada pela Polícia Militar. Neste sentido, é preciso mensurar o gasto com combustível para cada tipo de operação policial, a fim de se avaliar o seu custo e o seu impacto na contenção da criminalidade. Neste caso, o gasto de combustível ficará reduzido, apenas, àquele destinado ao uso operacional. Seu cálculo será efetuado da seguinte forma: quociente entre o consumo de combustível por operação e o total de consumo em viaturas operacionais.

$$ICCOP = \frac{GTC_{VTR\ Na\ Operação}}{GTC_{VTR\ OP}}$$

$GTC_{VTR\ ADM}$ – Gasto total de combustível com viatura administrativa
 $GTC_{VTR\ OP}$ – Gasto total de combustível com viatura operacional.

- Taxa de Remuneração por Atividade Policial – TRAP

Essa taxa revela a proporção de participação de cada ramo de atividade na remuneração total do efetivo ativo da Polícia Militar. O cálculo é feito pela divisão do total da remuneração de cada ramo de atividade pelo total da remuneração dos policiais da ativa, vezes cem.

$$TRAP_{ADM} = \frac{TS_{ADM}}{TS} \times 100$$

TS_{ADM} – Total do salário pago ao efetivo que desenvolve o serviço administrativo.

TS – Total da folha de pagamento do efetivo ativo da PM.

$$TRAP_{OP} = \frac{TS_{OP}}{TS} \times 100$$

TS_{OP} – Total do salário pago ao efetivo que desenvolve o serviço operacional.

TS – Total da folha de pagamento do efetivo ativo da PM.

- Valor médio de homem-hora de serviço prestado – VMHH

Esse valor indica a base de cálculo para que se estime o custo de cada serviço e de cada operação policial, considerando-se o efetivo empenhado em cada operação policial.

- Valor médio de homem-hora para um nível hierárquico qualquer - $VMHH_{GH}$

$$ii) \quad VMHH_{GH} = \frac{VMS_{GH}}{180h} \times 100$$

VMS_{GH} – Valor médio do salário de policiais de certo grau hierárquico.
180 h – Corresponde ao total da carga horária mensal de trabalho.

$$VMS_{GH} = \frac{VTS_{GH}}{TOTPM_{GH}} \times 100$$

VTS_{GH} – Valor total dos salários dos policiais de certo grau hierárquico.
 $TOTPM_{GH}$ – Total de policiais militares de certo grau hierárquico.

O valor médio de homem-hora para cada nível hierárquico é calculado por meio da divisão do salário médio de cada categoria por 180 (cento e oitenta) horas de trabalho mensal de cada policial. O valor médio do salário de certo grau hierárquico é calculado por meio da média aritmética dos salários de policiais militares de certo grau hierárquico.

A atualização dos valores deverá ser feita sempre que houver majoração de salário ou atualização de efetivo. Recomenda-se que esta atualização seja feita semestralmente a fim de acompanhar a movimentação demográfica do efetivo da Corporação, assim como a evolução salarial.

- Valor médio de uso por hora de equipamento policial – VMHEP

Esse valor revela o quanto se consome (em valores monetários) em equipamentos, por hora de uso e por cada policial militar, em operação ou atividade operacional.

$$VMHEP = \frac{\sum_{i=1}^n VMEP_i}{2160h} \times 100$$

$\sum_{i=1}^n VMEP_i$ - Somatório dos valores médios dos equipamentos utilizados pelo policial (exemplo: colete balístico, armamento, viatura, cartucho, entre outros).
2160 h – Horas de trabalho anual.

iii) Custo do Serviço ou Operação Policial – CSOP

Esse custo será calculado para fins de equilíbrio financeiro e otimização de recursos para cada operação policial e, também, para a avaliação dos impactos gerados.

$$CSOP = \sum (VMHH, VMHEP, ICCSP)$$

- Orçamento

Os indicadores previstos para o macroplanejamento orientam a política de desenvolvimento organizacional voltada para ação administrativa e operacional. É importante se conhecerem os recursos financeiros decorrentes das fontes de custeio e de investimentos, assim como os recursos decorrentes de projetos financiados por agências externas ao Estado.

Assim, tais indicadores devem oferecer uma visão estratégica para os gerentes tomadores de decisão.

5.1.3 Indicadores de atividade de segurança pública ostensiva

O cômputo das estatísticas dos serviços que são desenvolvidos na Polícia Militar deve ter, pelo menos, duas segmentações bem definidas. A primeira deve ressaltar as atividades puramente administrativas

e que não tenham interface com a comunidade, as quais não resultam em ações de prevenção ou repressão à ação criminosa. São exemplos delas: atividade de ensino, atividade de saúde, *controller* (controladoria, finanças, auditoria contábil financeira, auditoria criminal, corregedoria, entre outras) etc. Já o outro tipo de atividade interna é aquele em que o policial militar é empregado na atividade auxiliar dentro de uma unidade operacional. Neste caso, tem-se, através da ação desse tipo de serviço, uma interferência imediata do seu emprego nas ações de prevenção e repressão da ação criminosa. Em grande medida, esse efetivo tem emprego mais imediato do que aquele que é empregado em atividade-meio.

Outro tipo de atividade interna que tem consumido uma quantidade substancial de efetivo, em todas as corporações, é o emprego diverso da atividade própria de polícia militar, exemplo: atividade de acompanhamento e segurança de dignitários diverso dos chefes do poder executivo, acompanhamento de auditores fiscais, serviços de assessorias diversas, entre outros. Para esses casos é preciso se estabelecer níveis de controle para que não exceda as proporções de emprego em atividades que não estejam voltadas diretamente para a segurança da sociedade.

- Os serviços prestados

Os indicadores devem trazer uma noção bem aproximada da totalidade dos serviços que são prestados pelo policiamento ostensivo e outras atividades. Cada grupo de estatística deverá revelar a quantidade do serviço prestado, assim como a quem é dirigido. A construção dos indicadores deverá trazer a indicação de localização espacial do seu cômputo, bem como a população em referência. Nesse sentido, os indicadores serão relativizados de acordo com algumas referências básicas: espaço, tempo e população.

- Os resultados

Outro sentido dos indicadores é revelar o alcance das atividades que foram programadas para serem executadas em determinado tempo e espaço. Cada um deles deverá ter uma referência aos objetivos pretendidos e deverá revelar um aspecto descritivo ou normativo, segundo Jannuzzi (2001). Um indicador descritivo revelará características da realidade empírica do que está sendo observado. Por exemplo: número de carros fur-

tados. Esse tipo de indicador é pouco valorativo no que diz respeito ao processo social que está se desenvolvendo. Por outro lado, um número maior ou menor de homicídios pode indicar alguma transformação na criminalidade a qual deve estar se tornando mais, ou menos, violenta. Nesse aspecto, o índice de homicídios será tratado como um indicador normativo, pois, através dele, podem-se tecer “juízos de valor” acerca do processo social que está em andamento.

Cada indicador revela transformações sociais bem distintas. A leitura de cada um deles depende da ótica do observador e de sua capacidade de reflexão e interpretação, segundo o seu nível de conhecimento e seu desejo de despertar um novo olhar sobre os eventos revelados através das cifras indicadas.

Assim, não se deve prescindir do uso dos indicadores para mensurar e acompanhar os resultados de uma ação social ou da atividade policial.

5.1.4 indicadores de atividade de policiamento ostensivo

Esses indicadores revelam o resultado da ação policial sob a perspectiva da prestação de serviço realizada de maneira planejada e responsavelmente mensurada através de valores numéricos. Os indicadores que serão expostos a seguir devem fazer parte das medidas necessárias para se avaliar a aplicação do policiamento ostensivo, assim como prever melhorias para este tipo de serviço público.

- **Indicadores de aplicação de policiamento**

Dizem respeito aos índices e taxas de aplicação de policiamento em determinado território e em operações policiais ao longo do tempo.

- **Índice de Policial por Habitante – IPH**

Esse indicador revela o número de policiais por habitantes num determinado território. O seu cálculo é feito através do quociente entre o número de habitantes de um determinado território e o número de policiais que prestam serviço no território em referência.

$$IPH = \frac{NHab}{NPM}$$

NHab – Número de habitantes de um determinado território

NPM – Número de policiais militares empregados no território em referência.

O valor obtido a partir dessa razão será interpretado como sendo a quantidade de habitantes para cada policial militar. O decorrente da razão será arredondado segundo critérios matemáticos.

- Índice de Policial por Habitante (escalados em serviço) – IPHES

Esse indicador revela o número real de policiais escalados para o serviço, por habitante e em um determinado território. O seu cálculo é feito através do quociente entre o número de habitantes de um determinado território e o número de policiais que prestam serviço no território em referência.

$$IPH_{ES} = \frac{NHab}{NPM_{ES}}$$

NHab – Número de habitantes de um determinado território

NPM_{ES} – Número de policiais militares empregados e escalados em serviço no território em referência.

O presente indicador deve ser calculado para cada turno de serviço.

- Índice de policial por área territorial policiada – IPAP

Esse indicador revela o número total de policiais responsáveis para o serviço policial, pela área policiada e em um determinado território. O seu cálculo é feito através do quociente entre área (em km²) de um determinado território e o número de policiais que prestam serviço no território em referência.

$$IPAP = \frac{NPM}{Área(km^2)}$$

Área (km²) – Área de certo território em km².

NPM – Número de policiais militares empregados e escalados em serviço no território em referência.

O presente indicador deve ser calculado para cada turno de serviço.

- Índice da utilização de viatura policial por habitantes – IVPH

Esse indicador revela o número total de viaturas utilizadas para o serviço policial em relação ao número de habitantes, em um determinado território. O seu cálculo é feito através do quociente entre o número de habitantes de um determinado território e o número de viaturas utilizadas em serviço do território em referência.

$$IVPH = \frac{NHab}{NVtr}$$

NHab – Número de habitantes de um determinado território

NVtr – Número de viaturas utilizadas em serviço do território em referência.

O presente indicador deve ser calculado para cada turno de serviço.

- Índice do emprego de viaturas por área policiada – IVÁrea

Esse indicador revela o número total de policiais responsáveis para o serviço policial, por área policiada, em um determinado território. O seu cálculo é feito através do quociente entre a área (em km²) de um determinado território e o número de policiais que prestam serviço no território em referência.

$$IVÁrea = \frac{Área(km^2)}{NPM}$$

Área (km²) – Área de certo território em km².

NPM – Número de policiais militares empregados e escalados para um serviço no território em referência.

O presente indicador deve ser calculado para cada turno de serviço.

- Índice de atendimento a ocorrências policiais – IAOP

Esse indicador revela a relação entre o número de ocorrências atendidas e o número de policiais empenhados no território onde as ocorrências foram atendidas. Para seu cálculo, deve-se dividir o número de ocorrên-

cias pelo número de policiais militares responsáveis pelo policiamento da localidade.

$$IAOP = \frac{NOcor}{NPM}$$

NOcor – Número de ocorrências registradas no território em referência.

NPM – Número de policiais militares empregados no policiamento do território em referência.

- Taxa de atendimento no tempo – TAP

A taxa de atendimento no tempo indica o quantitativo de ocorrências registradas pelo policiamento ao longo de certo intervalo de tempo, podendo ser: de hora em hora, diário, semanal, mensal, semestral ou anual.

$$TAP = \frac{NOcor}{Tempo}$$

- Índice de abordagem a pessoas por policial militar – IAPM

Esse valor indica a razão de abordagens a pessoas ou a veículos efetuadas pelos policiais militares de certo território. O seu cálculo será realizado por meio da razão entre o número de abordagens realizadas e o número de policiais responsáveis pelo policiamento em determinado território.

$$IAPM = \frac{NAPM}{NPM}$$

NAPM – Número de abordagens realizadas pelo policial militar no território em referência.

NPM – Número de policiais militares empregados no policiamento do território em referência.

- Tempo de demanda à ocorrência Policial – TDOP

O tempo de atendimento revela a diferença entre o tempo de chamada e o tempo de chegada do policial até o local de origem da ocorrência.

$$TDOP = HCheg - HCham$$

HCheg – Horário da chegada do policial até o ponto da chamada.

HCham – Horário da chamada do policiamento.

- Tempo de atendimento (resolução) da ocorrência policial

O tempo de atendimento revela a diferença entre o tempo de chegada no local de origem da ocorrência e o tempo de resolução da mesma.

$$TAOP = HCheg - HRes$$

HCheg – Horário da chegada do policial ao ponto da chamada.

HRes – Horário final da resolução da ocorrência.

- Índice recuperação de veículo – IRV

Esse índice calcula a relação entre o número de veículos recuperados pelos policiais militares empregados no policiamento de determinada região.

$$IRV = \frac{NVR}{NPM}$$

NVR – Número de veículos recuperados.

NPM – Número de policiais militares empregados no policiamento do território em referência.

- Índice de documentos recuperados – IDR

Esse índice calcula a relação entre o número de documentos recuperados pelos policiais militares empregados no policiamento de determinada região.

$$IDR = \frac{NDR}{NPM}$$

NDR – Número de documentos recuperados.

NPM – Número de policiais militares empregados no policiamento do território em referência.

- Índice de documentos recuperados – IDR

Esse índice calcula a relação entre o número de documentos recuperados pelos policiais militares empregados no policiamento de determinada região.

$$IDR = \frac{NDR}{NPM}$$

NDR – Número de documentos recuperados.

NPM – Número de policiais militares empregados no policiamento do território em referência.

- Taxa de ruas policiadas com policiamento a pé – TRP

Essa taxa revela o quantitativo percentual de ruas do território cujo policiamento é feito a pé. O cálculo é feito por meio da divisão do número de ruas policiadas pelo total de ruas cadastradas na prefeitura da cidade, vezes cem.

$$TRP = \frac{NRP}{TRC} \times 100$$

NRP – Número de ruas policiadas.

TRC – Total de ruas cadastradas na prefeitura da localidade.

- Taxa de crimes por ruas em relação ao total de ruas – TCR

A taxa de crimes por ruas em relação ao número total de ruas de uma cidade expressa o percentual de ruas, de um determinado território, que sofrem a ação criminosa, considerando-se o número total de ruas existentes no território.

$$TCR = \frac{NRC}{TRC} \times 100$$

NRC – Número de ruas que tiveram crimes registrados.

TRC – Total de ruas cadastradas na prefeitura da localidade.

- Tempo de despacho para atendimento a ocorrências – TDA

Esse tempo de despacho para atendimento à ocorrência policial é calculado fazendo a subtração da hora em que a viatura (ou policial) foi acio-

nada pela hora que o cidadão teve seu telefonema atendido no serviço de emergência.

$$TDA = HChaama - HDespacho$$

HChamada – Horário da chamada do solicitante.

HDepacho – Horário do despacho do serviço

- Taxa de trote – TT

Essa taxa calcula o percentual de chamadas telefônicas para o serviço de emergência que resultaram em uma declaração que não resultou em uma intervenção policial sobre o total de ligações que chegaram até o serviço de emergência, vezes cem.

$$TT = \frac{NLigTrote}{LigTotal} \times 100$$

NLigTrote – Número de ligações de trote.

LigTotal – Número de ligações totais para o serviço de emergência.

- Índice de abordagem policial – IAP

O índice de abordagem aponta para o nível de ação policial de caráter preventivo a fim de coibir a ação criminosa. Embora uma abordagem se caracterize como uma ação que interrompe o direito de ir e vir do cidadão, ela pode ser interpretada como uma ação repressiva, por outro lado, essa ação também pode possibilitar a prevenção de um crime. Na perspectiva do policiamento, uma abordagem é uma ação preventiva. Assim, espera-se que o aumento da ação de abordagem reduza a frequência de certos crimes.

Esse índice é calculado fazendo-se a divisão do quantitativo de abordagens pelo número de policiais que atuam numa unidade operacional. A sua leitura deverá ser entendida como sendo o número de abordagens feitas por policial militar.

$$IAP = \frac{NAP}{ETOPM}$$

NAP – Número de abordagens a pessoas.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

- Índice de apreensão de arma de fogo – IAAF

O índice de apreensão de armas de fogo calcula a quantidade dessas armas que foram apreendidas pelo efetivo empregado. Seu cálculo será feito por meio da divisão do número de armas de fogo apreendidas pelo número total do efetivo da Unidade Operacional. O indicador servirá para determinar a proporção de armas de fogo apreendidas por cada policial da Unidade.

$$IAAF = \frac{NAFA}{ETOPM}$$

NAFA – Número de armas de fogo apreendidas.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar.

- Índice de abordagem a veículo – IAV

O índice de abordagem a veículos calcula quantas abordagens o efetivo empregado realizou para fins de prevenção criminal, ou a fim de visitoriar documentação ou outro aspecto vinculado à segurança pública. Seu cálculo será feito por meio da divisão do número de abordagens a veículos que foram realizadas pelo número total do efetivo da Unidade Operacional. O indicador servirá para indicar a proporção de abordagens a veículos realizadas por cada policial da Unidade.

$$IAV = \frac{NAV}{ETOPM}$$

NAV – Número de abordagem a veículo.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

- Índice de ocorrência envolvendo drogas – IOcorD

O índice de ocorrência envolvendo drogas calcula o número de ocorrências envolvendo uso ou tráfico de drogas atendidas pelo efetivo da Organização. Seu cálculo será feito por meio da divisão do número de ocorrências atendidas envolvendo uso ou tráfico de drogas pelo número total do efetivo da Unidade Operacional. O indicador servirá para explicitar a proporção de ocorrências envolvendo uso ou tráfico de drogas atendidas por cada policial da Unidade.

$$IOcorD = \frac{NOcorD}{ETOPM}$$

NOcorD – Número de ocorrências envolvendo drogas.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

- Índice de prisão em flagrante de delito – IPFD

O índice de prisões em flagrante de delito calcula a quantidade de prisões em flagrante de delito realizadas pelo efetivo em um determinado período. Seu cálculo será feito por meio da divisão do número de prisões em flagrante pelo número total do efetivo da Unidade Operacional. O indicador servirá para quantificar as prisões em flagrante, realizadas em determinado período, por cada policial da Unidade.

$$IPFD = \frac{NPFD}{ETOPM}$$

NPFD – Número de prisões em flagrante de delito.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar

- Índice de apreensão de arma branca – IAAB

O índice de apreensão de arma branca calcula a quantidade de armas brancas apreendidas pelo efetivo empregado. Seu cálculo será feito por meio da divisão do número de armas brancas pelo número total do efetivo da Unidade Operacional. O indicador servirá para indicar a proporção de armas brancas apreendidas por cada policial da Unidade.

$$IAAF = \frac{NABA}{ETOPM}$$

NABA – Número de arma branca apreendida.

ETOPM – Efetivo total da Organização Policial Militar.

- Taxa de despacho com constatação da ocorrência – TDCO

Essa taxa indica a proporção de ocorrências que realmente foram atendidas após ter sido dada a ordem de deslocamento para seu atendimento. É sabido que, depois de feito o despacho da viatura, existe um grande nú-

mero de condicionantes para que a viatura, ao chegar ao local, não tenha identificado o fato gerador da chamada. Por exemplo: grande tempo de espera entre o chamado até o atendimento, o fato teve desfecho em outra localidade, entre outros. Nesse sentido, deve-se medir o quanto houve de atendimento realizado em razão do deslocamento de policiamento para certa localidade. O cálculo do indicador será feito pela divisão do número de atendimentos com constatação da ocorrência pelo número total de despachos, vezes cem.

$$TDCO = \frac{NDCO}{NTOcor} \times 100$$

NDCO – Número de despachos com constatação de ocorrência.

NTOcor – Número total de ocorrências.

Outros indicadores devem ser calculados a partir das atividades realizadas pelas unidades de policiamento ostensivo. Alguns desses indicadores podem se revestir apenas de contagem de fatos, tais como:

- Número de operações policiais realizadas
- Número de ordens de serviços atendidas
- Número de eventos policiados
- Número de ações policiais executadas, entre outras.

Qualquer novo indicador pode ser tomado como base para planejamento de ações de policiamento preventivo. Recomenda-se que a criação de novos indicadores seja descrita através de representação matemática, bem como sua fórmula de cálculo.

5.1.5 Indicadores de criminalidade

Os indicadores de criminalidade se caracterizam pela mensuração da atividade criminosa em determinado território. O crime, tomado sob a perspectiva da atividade que quebra as regras sociais, deve ser considerado como conduta regulada por lei e que tem sanção imposta a seus autores diretos ou indiretos. A criminalidade, para efeito de seus indicadores, será dividida em dois grandes grupos, a saber: criminalidade violenta e criminalidade não violenta.

A criminalidade violenta é formada pelo cômputo dos crimes que atentam contra a integridade física ou coação psicológica de suas vítimas. Já a criminalidade não violenta se constitui na agregação de todos os crimes não violentos sofridos por pessoas dentro de comunidades.

Os indicadores de criminalidade ainda podem ser diferenciados segundo alguns grupos, tais como:

- Indicadores de Crimes e Contravenções CONTRA A PESSOA.
- Indicadores de Crimes CONTRA O PATRIMÔNIO.
- Indicadores de Crimes e Contravenções CONTRA A PAZ PÚBLICA.
- Indicadores de Crimes CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO
- Indicadores de Crimes e Contravenções CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
- Indicadores de Crimes e Contravenções CONTRA OS COSTUMES.
- Indicadores de Crimes CONTRA A LIBERDADE DO TRABALHO.
- Indicadores de Crimes e Contravenções CONTRA A FÉ PÚBLICA.
- Indicadores de Crimes e Contravenções CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.
- Indicadores de Crimes de USO E TRÁFICO DE TÓXICOS E ENTORPECENTES.
- Indicadores de OCORRÊNCIAS ASSISTENCIAIS.
- Indicadores de OCORRÊNCIAS DIVERSAS.

Para cada uma das categorias enumeradas acima, pretende-se medir qual a incidência dos crimes na sociedade tomados por grupos de 100.000 (cem mil) habitantes. Podem-se calcular tais indicadores para grupos sociais; localidades específicas; segmentação por gênero, idade, religião, raça, temporalidade, entre outras.

- **Indicadores de crimes e contravenções contra a pessoa**

Os crimes contra pessoas são caracterizados por agressões que produzem mortalidade ou morbidade nas suas vítimas, constituindo-se em uma das modalidades criminosas mais repudiadas por todos.

- Índice de Homicídio – IH

Esse índice indica a relação entre o número total de homicídios ocorridos em uma comunidade e o número total da população de moradores dessa comunidade, tomando-se por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes.

$$IH = \frac{\text{Número Homicídios}}{\text{População Total}} \times 100.000$$

Para o cômputo desse indicador, deve-se considerar o número total de mortes ocorridas em um determinado período e em um mesmo território, considerando-se os homicídios em suas diversas modalidades (doloso e culposos), excetuando-se as mortes no trânsito.

- Índice de crimes letais – ICL

Nesse indicador, pretende-se agrupar o número de mortes ocorridas nas diversas modalidades, excetuando-se as mortes por acidente de trabalho, que são registradas pelo sistema de segurança pública (homicídio doloso, culposos, resistência, latrocínio etc.).

$$ICL = \frac{\text{Número Total de Mortes Violentas}}{\text{População Total}} \times 100.000$$

- Índice de Fabricação, Comércio ou Detenção de Arma ou Munição - IFCDAM

Esse indicador retrata a incidência da Contravenção Penal, art.18, que descreve o seguinte ato: Fabricar, importar, exportar, ter em depósito ou vender, sem permissão da autoridade, arma ou munição.

$$IFCDAM = \frac{\text{NFCDAM}}{\text{População Total}} \times 100.000$$

NFCDAM – Número de contravenções que envolvem a Fabricação, Comércio ou Detenção de Arma ou Munição.

- Índice de Crime de Porte de Arma de Fogo – ICPAF

Esse indicador mede a relação entre o número de crimes de porte ilegal de armas de fogo e a população em referência, tomando grupos de 100.000 (cem mil) habitantes.

$$IFCDAM = \frac{NCPAF}{População\ Total} \times 100.000$$

NCPAF – Número de Crimes de Porte de Arma de Fogo

- Índice de Vias de Fato – IVF

O índice de Vias de Fato mostra a relação entre o número total da contravenção de vias de fato e a população total, considerando-se grupos de 100.000 (cem mil) habitantes.

$$IVF = \frac{NVF}{População\ Total} \times 100.000$$

NVF – Número de contravenções de Vias de Fato

- Índice de Tentativa de Homicídio – ITH

Esse indicador revela a relação entre o número de crimes de tentativa de homicídio e a população em referência. O crime é considerado tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

$$ITH = \frac{NTH}{População\ Total} \times 100.000$$

NTH – Número de Tentativas de Homicídios

- Índice de Suicídio – IS

O índice de suicídio mostra a relação ocorrida, em uma comunidade, entre o número de autolesão fatal e o número total de seus moradores.

$$IS = \frac{NS}{População\ Total} \times 100.000$$

NS – Número total de suicídio registrado.

- Índice de Infanticídio – IInfant

Esse indicador revela a relação entre o número de crimes de infanticídio ocorridos em uma determinada sociedade e o número total de crianças nascidas vivas.

$$IInfant = \frac{NInfant}{\text{Número Total de Nascimentos Vivos}} \times 100.000$$

NInfant – Número de total de crianças nascidas vivas em uma comunidade.

- Índice de Aborto – IAborto

O índice de aborto indica a relação entre o número total de abortos e o número total de mulheres em idade fértil, tomando-se por grupos de 100.000 mulheres. Esse indicador revela o movimento do fim de gravidez provocado no grupo possível de incidência.

$$IAborto = \frac{NAborto}{\text{Número Total de Mulheres Estado Fértil}} \times 100.000$$

NAborto – Número de aborto provocado no grupo de mulheres em estado fértil.

- Índice de Lesão Corporal – ILC

Esse indicador revela a relação entre o número de crimes de lesão corporal ocorridos em uma comunidade e o número total da população em referência.

$$ILC = \frac{NLC}{\text{População Total}} \times 100.000$$

NCL – Número total de registros de lesão corporal.

- Índice de Rixa – IRixa

Busca-se, através desse indicador, avaliar o grau crescente de violência presente em uma comunidade. Assim, ele será calculado por meio do

quociente entre o número de Rixas ocorridas em uma comunidade pelo total de população presente nela. Embora não seja hábito mensurar esse tipo de delito, quotidianamente, fazendo-se, apenas, em eventos que envolvam grande aglomeração de pessoas, nota-se que o crime mais violento tem, por vezes, início por questões menores. Esse crime se caracteriza por um tumulto, de modo que cada sujeito age por si mesmo contra qualquer um dos contendores. É uma briga entre mais de duas pessoas, acompanhada de vias de fato, ou violência física recíproca. Não pratica esse delito quem se envolve para separar os contendores.

$$IRixa = \frac{NRixa}{População\ Total} \times 100.000$$

NRixa – Número de crimes de rixa registrados.

- Índice de Sequestro e Cárcere Privado – ISCP

Esse indicador revela o quantitativo de crimes de sequestro e cárcere privado a que uma população foi acometida. O cálculo do indicador é feito por meio da divisão do número de crimes de sequestro e cárcere privado ocorridos pelo número total da população em referência.

$$ISCP = \frac{NSCP}{População\ Total} \times 100.000$$

NSCP – Número de crimes de sequestro e cárcere privado ocorridos.

- **Indicadores de crimes contra o patrimônio**

- Índice de Furto – IF_i

Esse indicador revela o quantitativo de crimes de furto cometidos em uma comunidade. Ele pode ser calculado em relação ao total de furtos ocorridos ou em relação a uma categoria específica de determinado objeto ou animal. Seu cálculo será feito através do quociente entre o número de furtos e o quantitativo total da população em referência.

$$IF_i = \frac{NF_i}{População\ Total} \times 100.000$$

F_i – Número de furtos de determinado bem (total ou de objetos/animais) registrado.

- Índice de Roubo – IR_i

O índice de roubo será entendido como o quantitativo de subtração de coisa móvel, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzida à impossibilidade de resistência, dividindo-se pelo total da população em referência.

$$IR_i = \frac{NR_i}{População\ Total} \times 100.000$$

NR_i – Número de roubos de determinado bem registrado.

- Índice de Tentativa de Roubo - ITR_i

Aplica-se ao indicador de tentativa de roubo o mesmo critério para o cálculo do índice de roubos.

$$ITR_i = \frac{NTR_i}{População\ Total} \times 100.000$$

NTR_i – Número de tentativas de roubos de determinado bem registrado.

- Índice de Extorsão - IE

Esse indicador revela o número de extorsão ocorrida em certa comunidade dividindo-se pela população total.

$$IE = \frac{NE}{População\ Total} \times 100.000$$

NE – Número de extorsão registrado.

- **Indicador de crimes e contravenções contra a paz pública**
- Índice de crime de formação de Quadrilha e Bando – IFQB

Procura-se calcular, através desse indicador, o número relativo de crimes de formação de quadrilha pelo total da população residente em certo território.

$$IFQB = \frac{NFQB}{População\ Total} \times 100.000$$

NFQB – Número registrado de crime de formação de quadrilha ou bando.

Os outros crimes presentes nesta categoria farão parte do indicador de criminalidade.

- **Indicador de crimes contra o sentimento religioso**

Índice de crime de Impedimento ou Ultraje a Culto, e Impedimento ou Perturbação de ato a ele relativo – IICulto.

Esse indicador revela a relação de crime de ultraje a culto, e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo, dividido pelo número total da população.

$$IICulto = \frac{NICulto}{População\ Total} \times 100.000$$

NICulto – Número de crime de ultraje a culto, e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.

Os outros crimes presentes nessa categoria farão parte do indicador de criminalidade.

- **Indicadores de crimes e contravenções contra a administração pública**

- Índice de Violência Arbitrária – IVA

Esse indicador revela a relação da prática da violência no exercício de função, ou a pretexto de exercê-la, contra a população de certo território.

$$IVA = \frac{NVA}{População\ Total} \times 100.000$$

NVA – Número crime de prática de violência arbitrária registrada.

- Índice de Resistência – IR

O índice de Resistência resultando morte mostra a relação de mortes ocorridas na ação policial, e que a legislação em vigor descreve que o autor do crime é o agente vitimado, embora o resultado morte esteja a ele vinculado. Essa resistência deve ser ativa, isto é, deve constituir uma violência, ou grave ameaça contra o funcionário, no exercício de suas funções.

$$IR = \frac{\text{Número Total de Mortes Violentas Ação Policial}}{\text{População Total}} \times 100.000$$

Os outros crimes presentes nesta categoria farão parte do indicador de criminalidade.

- **Índice de crimes e contravenções contra os costumes**

- Índice de Contravenção de Jogo de Azar – ICJA

O indicador de contravenção de Jogo de Azar medirá a incidência desse tipo de delito em relação ao total da população de uma comunidade.

$$ICJA = \frac{NCJA}{\text{População Total}} \times 100.000$$

NCJA – Número de contravenções de jogos de azar registrados.

- Índice de Contravenção de Jogo do Bicho – ICJB

O indicador de contravenção de Jogo do Bicho medirá a incidência desse tipo de delito em relação ao total da população de uma comunidade.

$$ICJB = \frac{NCJB}{\text{População Total}} \times 100.000$$

NCJA – Número de contravenções de Jogo do Bicho registradas.

- Índice de Uso de Bebida Alcoólica – IUBA

O indicador medirá a incidência da contravenção e/ou crime de uso de bebida alcoólica simultâneo ao ato de condução de veículo automotor em relação ao total da população de uma comunidade.

$$IUBA = \frac{NUBA}{População\ Total} \times 100.000$$

NUBA – Número de contravenção, ou crime de uso de bebida alcoólica registrado.

- Índice de Perturbação da Tranquilidade – IPT

Esse indicador mostrará a incidência da contravenção penal de perturbação da tranquilidade pública, ou acinte, por motivo reprovável, produzido por outrem a uma população em referência. Seu cálculo será feito por meio do quociente do número de delito desta natureza e o total da população residente em determinado território.

$$IPT = \frac{NPT}{População\ Total} \times 100.000$$

NUBA – Número de registros de contravenções de perturbação da tranquilidade.

- Índice de Estupro – IE

Esse indicador mostra a incidência relativa entre o número de crimes de estupro e o total da população feminina residente em um território.

$$IE = \frac{NE}{População\ Feminina\ Total} \times 100.000$$

NE – Número de estupro registrados.

- Índice de crime de Atentado Violento ao Pudor - IAVP

Esse indicador mostra a incidência relativa entre o número de crimes de atentado violento ao pudor e o total da população residente em um território.

$$IAVP = \frac{NAVP}{População\ Total} \times 100.000$$

NAVP – Número de atentados violentos ao pudor registrados.

- Índice de Corrupção de Menores - ICM

O indicador de crimes de corrupção de menores calcula a proporção de crimes que revelam o ato de corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo, em relação à população com idade maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos.

$$ICM = \frac{NCM}{População\ Total_{(faixa\ etária)}} \times 100.000$$

NCM – Número de crimes de corrupção de menores registrados.

População Total_(faixa etária) – População total com idade maior de 14(catorze) e menor de 18(dezoito) anos.

- **Indicadores de crimes contra a liberdade do trabalho**

- Índice de Atentado contra a Liberdade do Trabalho – IALT

Esse indicador revela a relação entre as paralisações de trabalho e a população empregada.

$$IALT = \frac{NALT}{População\ Total_{(Empregada)}} \times 100.000$$

NALT – Número de crimes de atentados à liberdade do trabalho registrado.

População Total_(Empregada) – População Total de uma comunidade que está empregada formalmente.

- Taxa de Paralisação de Trabalho de Interesse Coletivo –TPTIC

Esse indicador revela a participação de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo (Ex: paralisação de transporte coletivo, abandonando o veículo em via pública, prejudicando o trânsito). Seu método de cálculo é a divisão do número de paralisações, em determinado período, pelo total de manifestações públicas no mesmo período.

$$TPTIC = \frac{NPTIC}{NMP} \times 100$$

NPTIC – Número de paralisação do transporte de interesse coletivo registrado.

NALT – Número de manifestação pública registrado.

- **Indicadores de crimes e contravenções contra a fé pública**

Taxa de Moeda Falsa – TMF

Esse indicador revela a proporção do crime de falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda, de curso legal no país ou no estrangeiro, sobre o total de crimes registrados.

$$TMF = \frac{NRMF}{NTOc} \times 100$$

NRMF – Número de registros de ocorrências de moeda falsa.

NTOc – Número total de ocorrências registradas.

Taxa de Falsidade Ideológica – TFI

Esse indicador revela a proporção do crime de falsidade ideológica registrado sobre o total de ocorrências registradas.

$$TFI = \frac{NFI}{NTOc} \times 100$$

NFI – Número de ocorrências de falsidade ideológica.

NTOc – Número total de ocorrências registradas.

- **Indicador de crime e contravenção contra a incolumidade pública**

Taxa de Disparo de Arma de Fogo – TDAF

Esse indicador mostra a proporção de ocorrências de disparo de arma de fogo em lugar habitado ou em ruas adjacências, em via pública ou em direção a ela. Incorre nas penalidades deste artigo, também, quem, em lugar habitado ou em ruas adjacências, em via pública ou em direção a ela,

sem licença da autoridade, causar deflagração perigosa, queimar fogos de artifício ou soltar balão aceso, sobre o total de ocorrências registradas.

$$TDAF = \frac{NDAF}{NTOc} \times 100$$

NDAF – Número de ocorrências de disparo de arma de fogo.

NTOc – Número total de ocorrências registradas.

- **Indicadores de crimes de uso e tráfico de tóxicos e entorpecentes**

Taxa de crime de Tráfico de Entorpecente – TTE

Esse indicador mostra a proporção de ocorrências de tráfico de entorpecentes pelo total de ocorrências registradas.

$$TTE = \frac{NTE}{NTOc} \times 100$$

NTE – Número de ocorrências de tráfico de Entorpecente.

NTOc – Número total de ocorrências registradas.

Taxa de Uso de Entorpecente – TUE

Esse indicador mostra a proporção de ocorrências de tráfico de entorpecentes pelo total de ocorrências registradas.

$$TUE = \frac{NUE}{NTOc} \times 100$$

NUE – Número de ocorrências de uso de Entorpecente.

NTOc – Número total de ocorrências registradas.

6. ANÁLISE CRIMINAL INVESTIGATIVA

Este tipo de análise criminal, segundo Santos R. (2013) entre as décadas de 70 e 80, do século XX, era conhecida como *criminal profiling*. Nos anos 90 passa-se a usar a designação mais frequente do termo: Análise Criminal Investigativa. Esta tipologia analítica busca identificar o perfil do violador de direitos humano, principalmente daquele que pratica o crime de homicídio, tentando individualizar e detalhar as características dos sujeitos envolvidos no crime. Nessa identificação inclui-se: tipo de personalidade, hábitos sociais e de trabalho. Um exemplo descrito por Santos é o seguinte: uma cena de crime que é muito sangrenta e confusa indica um tipo diferente de ação de criminoso do que uma cena de crime em que o autor limpou todo o sangue e vestígios.

Além das características dos envolvidos no crime, o analista criminal investigativo busca compreender as características do local do crime, tais como: pertences da(s) vítima(s), marcas deixadas pelo autor e vítima, assim como a disposição de objetos deixados no local do crime. Essa análise é designada como *profiling* geográfico ou análise de local de crime. O *profiler*¹ analisa a localização geográfica do crime (exemplo: locais onde corpo é encontrado), identifica, prioriza e estima as áreas em que o autor provavelmente reside.

A Análise Criminal Investigativa é um conjunto de ferramentas e conhecimentos de investigação utilizados por integrantes do sistema de justiça criminal para resolver crimes violentos. A análise é baseada em revisão de evidências da cena do crime, das provas materiais e das de testemunhas e vítimas.

Neste tipo de análise destacam-se quatro aspectos importante: são eles:

- Método de investigação;
- Perfis do autor e vítima (*profiling* criminal);
- Análise do cenário do crime (*profiling* geográfico);
- Interrogatório

¹ Profissional que constrói o perfil criminal.

Por outro lado, deve-se estabelecer uma diferença entre Analista Criminal Investigativo, Investigador e Detetive. Para tanto, tem-se uma diferença que é relevante considerar neste aspecto. Brooks (2006) estabelece a diferença entre o investigador e o detetive da seguinte maneira:

I remember having a discussion with a group of homicide detectives in England about the difference between a detective and an investigator. It went something like this: all detectives might be called investigators, but not all investigators can be called detectives. Investigators need a trail of investigative factors, which might eventually lead to a successful conclusion of their inquiry. If there are no investigative factors to pursue then they are finished. That is where the detective comes in — a person who can paint a landscape he or she has never seen from inside a darkened room, which is actually the crime scene. That's the difference between the craft and the art. (Brooks, 2006, In: GEBERTH, 2006, p. 19)².

Tal diferença marca o princípio da aplicação do método para a elucidação de um delito. Existem investigadores que percorrem apenas o rastro deixado pelos sinais (quando existentes) no local do crime, mas o pensamento crítico, a partir do exame científico do local do crime e que vai indicar o sucesso da elucidação dos fatos.

Estamos diante de três atores importantes para elucidação de um crime, mas é importante fazer a devida distinção. O investigador que trata Brooks (2006) é um sujeito que se condiciona a examinar apenas os fatos que burocraticamente são apresentados como evidências no local do crime; já o detetive, segundo o mesmo Brooks (2006), vai além das evidências e busca reconstituir não apenas o local do crime, mas o cenário deste, reunindo as evidências em um enredo de provas.

A questão que se apresenta entre estas duas personalidades do Sistema de Justiça Criminal é a presença do Analista Criminal Investigativo. Este personagem é o elo que liga as evidências colhidas (burocraticamente) no local do crime e pesquisa quais outros delitos reúnem as mesmas carac-

² (Tradução livre) Lembro-me de uma discussão que tive com um grupo de detetives de homicídios na Inglaterra sobre a diferença entre um detetive e um investigador. Isto se deu da seguinte forma: todos os detetives podem ser chamados de investigadores, mas nem todos os investigadores podem ser chamados de detetives. Os investigadores precisam de um rastro de pistas para uma investigação, o que pode eventualmente levar a uma conclusão bem sucedida sobre as evidências. Se não há indícios para prosseguir a investigação, então eles não podem prosseguir. É aí que o detetive entra - de dentro de um quarto escuro, uma pessoa pode pintar uma paisagem que ele ou ela nunca viu, que é, na verdade, a cena do crime. Essa é a diferença entre o artesanato e arte.

terísticas, juntando o perfil do crime, *modus operandi* do autor (profiling criminal) e profiling geográfico. O analista criminal vai além do investigador e reúne elementos para oferecer evidências adicionais para as conclusões do detetive. Obviamente não se tem uma linha divisória entre os três personagens, mas as condutas de cada um os separa de forma bem nítida.

6.1 MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Uma investigação sobre qualquer crime deve obedecer sempre os princípios legais. Tais procedimentos investigativos são regulados a partir da Constituição Federal até as leis complementares, obedecendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Secundariamente, a investigação deve estar adequada ao ordenamento jurídico e os agentes devem agir com respeito, tratamento cordial com custodiados e detidos, cordialidade e urbanidade com a comunidade, manter segredo das informações que obtiver no exercício profissional, dedicação e responsabilidade.

Tomando-se esses pressupostos como norteadores da investigação criminal, cabe ao responsável pela apresentação do violador de direitos humanos (criminoso) à justiça reunir, por meio de provas técnicas e testemunhais, os fatos e os meios empregados para a prática do crime, tornando possível oferecer a denúncia.

Dois métodos amplamente empregados para iniciar uma investigação criminal, são: método indutivo e dedutivo. O método indutivo usado pelo investigador consiste em tomar evidências e conhecimentos singulares acerca de um determinado crime para se chegar ao enredo totalizante do autor do delito. Por exemplo: numa série de homicídios, o investigador coleciona os projéteis encontrados nas vítimas. Assim, ao efetuarem a prisão de um suspeito com uma arma cujo exame balístico indique ter efetuado os disparos que levaram as vítimas à morte, tem-se a solução do assassinato. Notemos que neste caso há uma presunção de que o portador da arma seja o responsável pelos disparos, mesmo tendo como único elemento concreto a existência da arma. O nexo de causalidade que relaciona o portador da arma e o crime precisa ser bastante comprovador.

É evidente que ao tornar um suspeito em indiciado num inquérito é uma passo bastante cuidadoso e que envolve muito trabalho. Porém, o método indutivo tem uma necessidade de comprovação de muitas evidências singulares para se chegar à confirmação geral das premissas iniciais. Isto foi chamado por Popper (1972) como “O problema de indução”. Para ele:

[...] de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares independentemente de quão numerosos sejam estes, com efeito, qualquer conclusão colhida desse modo sempre pode revelar-se falsa; independentemente de quantos cisnes brancos possamos observar, isto não justifica a conclusão de que *todos* os cisnes são brancos. (POPPER, 1971, p. 27-28).

A partir desta perspectiva as conclusões do caso enunciado podem ser contestadas pelo indiciado, já que o porte da arma não indica necessariamente ter cometido os homicídios.

Nota-se que há um risco muito grande quando se investiga um crime por meio do uso do método indutivo. Por outro lado, há quem prefira usar o método dedutivo. Aliás, é largamente usado por grande parte dos investigadores. O método dedutivo também é parte do repertório do método *profiling criminal*. A partir deste método, a linhas de investigação seguem o mesmo modelo de investigação dos casos similares. Um exemplo elucidativo foi expresso por Geberth (2006, p. 5).



Figura 3 - Cena básica do crime – investigação de homicídio.

Fonte: GEBERTH , 2006, p. 5

A cena do crime (figura 3), pode indicar ao investigador que se trata de um homicídio com características de crime sexual. O somatório dos fatores associados à cena do crime faz com que o investigador tome como linha inicial de investigação de um crime de estupro seguido de homicídio. Note que há uma dedução das premissas particulares que são advindas do cenário comum a todos os crimes que apresentam tais características. São elas: corpo da vítima semidesnudo ou completamente nu, marcas de sague e outras características próprias.

Um dos problemas de dedução é a influências das determinantes antecedentes que podem dificultar que o investigador busque evidências notáveis no local do crime que indique quem o cometeu. Neste caso, trata-se de uma cena descrita por Geberth (2006, p. 6) como sendo “[...] um caso aparente de um assassinato envolvendo sexo, quando na verdade foi uma morte natural devido a um aneurisma roto³. A falecida estava na cama com o namorado casado quando ela de repente desmaiou. Ele a colocou no chão e tentou reanimá-la antes de tentar vesti-la. Ele ligou para o 911 antes de deixar rapidamente o apartamento.” Diante da cena encontrada, de pronto, vem à tona a teoria dedutiva dos crimes sexuais, podendo deixar de lado outras evidências importantes para a elucidação dos fatos.

Segundo Popper (1972, p. 33-34):

Podemos, se quisermos, distinguir quatro diferentes linhas ao longo das quais se pode submeter a prova uma teoria. Há, em primeiro lugar, a comparação lógica das conclusões umas às outras, com o que se põe à prova a coerência interna do sistema. Há, em segundo lugar, a investigação da forma lógica da teoria, com o objetivo de determinar se ela apresenta o caráter de uma teoria empírica ou científica, ou se é, por exemplo, tautológica. Em terceiro lugar, vem a comparação com outras teorias, com o objetivo sobretudo de determinar se a teoria representará um avanço de ordem científica, no caso de passar satisfatoriamente as várias provas. Finalmente, há a comprovação da teoria por meio de aplicações empíricas das conclusões que dela se possam deduzir.

A finalidade desta última espécie de prova é verificar até que ponto as novas consequências da teoria – quaisquer que sejam os aspectos novos que esta apresente no que assevera – respon-

³ “Os sintomas do aneurisma cerebral podem ser divididos em sintomas do aneurisma cerebral roto (quando ocorre o sangramento, a hemorragia cerebral), e não roto (quando ele não estourou).” (<http://cefaleias.com.br/dor-de-cabeca-aneurisma-cerebral>)

dem às exigências da prática, suscitadas quer por experimentos puramente científicos quer por aplicações tecnológicas práticas. Aqui também o processo de prova mostra seu caráter dedutivo. Com o auxílio de outros enunciados previamente aceitos, certos enunciados singulares – que poderíamos denominar “predições” – são deduzidos da teoria; especialmente predições suscetíveis de serem submetidas facilmente a prova ou predições aplicáveis na prática. Dentre os enunciados referidos, selecionam-se os que não sejam deduzíveis da teoria vigente e, em particular, os que essa teoria contradiga. A seguir, procura-se chegar a uma decisão quanto a esses (e outros) enunciados deduzidos, confrontando-os com os resultados das aplicações práticas e dos experimentos. Se a decisão for positiva, isto é, se as conclusões singulares se mostrarem aceitáveis ou *comprovadas*, a teoria terá, pelo menos provisoriamente, passado pela prova: não se descobriu motivo para rejeitá-la. Contudo, se a decisão for negativa, ou, em outras palavras, se as conclusões tiverem sido *falseadas*, esse resultado falseará também a teoria da qual as conclusões foram logicamente deduzidas.

A percepção de Popper nos coloca diante da falibilidade de uso único do método indutivo ou dedutivo para elucidação de crimes. Quanto ao primeiro método (indutivo), este pode conduzir a erro em função da necessidade de se colher uma grande quantidade de evidências para chegar a conclusões universais. Caso uma delas apresente falha, isto coloca em suspeita todo o conjunto probatório. Já o segundo método (dedutivo) pode produzir viés inesperado quando se enquadra num modelo um caso particular, já que cada crime é um episódio diferente do outro, mas a causa resulte num mesmo enquadramento legal.

Diante destas questões levantadas julga-se apropriada a admissão do método hipotético-dedutivo para empreender uma investigação criminal. Deve-se notar que não há um abandono completo dos outros métodos, mas sim uma adequação quanto a sistematização das evidências para se chegar às conclusões. No método hipotético-dedutivo tem-se um problema a solucionar e, para que isto ocorra, será preciso estabelecer hipóteses iniciais para, depois de testá-las, partir para as conclusões.

Observa-se que se inclui nessa nova metodologia a questão da testabilidade, isto é, um enunciado deve ser investigado exhaustivamente antes de ser considerado verdadeiro ou falso. Isto posto, Popper considerou tratar-se do método hipotético-dedutivo, demonstrando que nesse novo método

não se abandonou por completo os anteriores. Não se deve abandonar também a experiência que cada um tem acerca do conhecimento sobre o objeto de pesquisa, mas é imprescindível a imparcialidade sobre a questão que está sendo investigada. É comum o investigador olhar seu objeto de investigação sob a perspectiva do saber ao qual ele está habituado a ver as condicionantes que a envolve. Quando ele supervaloriza as novas evidências em nome de seus velhos saberes, ele não consegue avaliar bem os novos fatos que estão em destaque.

Não se deseja neste momento traçar uma discussão sobre o método científico e seu emprego na solução de crimes. A forma empírica de se solucionar um delito, pode ser um sinal em que a defesa ou acusação do autor se baseie para livrá-lo da pena ou submetê-lo a um tempo longo de reclusão. A adequação de uma forma científica de coleta de provas e de evidências, a fim de tornar as hipóteses irrefutáveis, pode ser um limiar entre produzir a justiça ou semear a impunidade.

Para atender a um bom método é preciso o estudo bem detalhado do crime, do criminoso, da vítima e do local crime

6.2 PROFILING CRIMINAL

Profiling Criminal é uma especialidade da criminologia forense, segundo Turvey (2012). O segmento da criminologia que se interessa pelo perfil do criminoso, pela vítima e pelo local do crime tem uma íntima relação com profiling criminal. É, portanto, uma disciplina dentro da criminologia, apoiando-se nas bases das ciências comportamentais e ciências forenses. Nesse sentido, é imperativo que os analistas criminais procurem desenvolver habilidades complementares, na metodologia científica e nas ciências comportamentais.

De um modo geral, criar perfis criminais envolve fazer inferências sobre as características físicas, hábitos, comportamentos emocionais, psicológicos e até mesmo profissionais de criminosos. No entanto, existem muitos métodos diferentes de traçar perfis criminais, e todos variam com relação à solidez da teoria subjacente admitida na análise, lógica e experiência do analista. Alguns métodos são abstratos e, em geral, buscam traços preditivos; outros são de natureza concreta, específicos e se enquadram num estado descritivo a partir da análise das provas deixadas no local do crime. Alguns contam com as estatísticas do grupo de autores de crimes; alguns confiam apenas na experiência dos investigadores; e ou-

tros se baseiam na análise de cada evidência comportamental do caso em questão.

É importante ressaltar a diferença entre o papel do investigador e do analista criminal investigativo. O primeiro está atento aos casos que tem a incumbência de investigar, já o analista terá o papel de reunir os diversos casos que aparecem na delegacia ou departamento e coligir os dados, evidências, *modus operandi*, meios e vítimas para buscar coincidências entre os diversos crimes. É ainda atribuição do analista criminal verificar se o mesmo tipo de crime, com as características notificadas, teve ocorrências em outras localidades, isto é, fora de suas áreas de responsabilidade.

O analista que se tornar um *profiler*⁴ deve buscar uma atualização de conhecimento diferenciada, pois a variedade de métodos utilizados resultaria em um estado de diversidade profissional. No Brasil, não temos um profissional *Profiler*. Os crimes ocorrem numa quantidade tão descontrolada que torna inviável a condução de trabalhos de profiling criminal, uma exceção ao invés de regra. Grande parte dos perfis criminais são construídos quando os crimes chamam atenção da sociedade por meio da imprensa ou atingem alguma personalidade de destaque na sociedade. Do ponto de vista mais científico da elucidação de crimes, os *profilers* devem ser levadas a sério como agentes profissionais com uma contribuição substancial para oferecer ao sistema de justiça criminal. O primeiro passo para tal área é iniciar o processo de formação desses profissionais.

6.2.1 Metodologia do *profiling* criminal

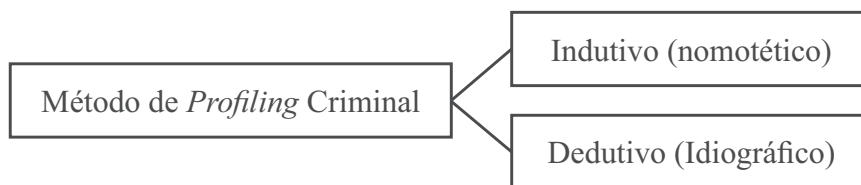
O *profiler* criminal é o profissional que lida com fatos e provas, e não suposições e hipóteses emocionais acerca do crime. O método escolhido pelo *profiler* será, portanto, objetivo e necessariamente baseado em princípios científicos. Assim, o estudo do método é vital para traçar o perfil do criminoso e do local de crime. O moderno método para estabelecer o perfil criminal se baseia no estudo do crime e comportamento criminoso (criminologia), no estudo da saúde e doença mental (psicologia e psiquiatria), e do exame das provas físicas (as ciências forenses). Em suas diversas formas, sempre teremos a inferência de características criminais para fins de investigação e auxílio à prestação de serviço jurisdicional. A lógica por

⁴ *Profiler* é o profissional que se especializa em construir o perfil do criminoso ou do local do crime.

trás dessas inferências, no entanto, nem sempre tem sido consistente. Ela varia com base na argumentação estatística, a análise específica de comportamentos de criminosos, provas subjetivas, opiniões intuitivas baseadas em crença e experiência pessoal (TURVEY, 2012).

Para tornar, metodologicamente, o trabalho do Analista Criminal Investigativo mais aprimorado é importante seguir um dos métodos empregados para realizar o *profiling* criminal.

O método do *profiling* criminal obedece a dois métodos (KONVALINA-SIMAS, 2012; TURVEY, 2012) indutivo e dedutivo. O primeiro também é nominado **nomotético** e “[...] diz respeito à aplicação de previsões, baseadas em informação de outros casos, a um caso específico.” (KONVALINA-SIMAS, 2012, p. 23). Já o segundo, designado por **idiográfico**, “[...] diz respeito à análise dos padrões comportamentais identificáveis na(s) ocorrência(s) de uma investigação decorrente com o fim de formar teorias e opiniões acerca desse mesmo caso.” (KONVALINA-SIMAS, 2012, p. 23).



Para Turvey (2012, p. 69 – 70) em termos do estudo do crime e dos criminosos, ou algum assunto relacionado a qualquer matéria, existem duas grandes abordagens para a pesquisa e construção do conhecimento subsequente. O primeiro é o conhecimento nomotético, referindo-se ao estudo do abstrato: exame de grupos e leis universais. O segundo é o conhecimento idiográfico, referindo-se ao estudo do concreto: examinando os indivíduos e suas qualidades reais. O estudo idiográfico concentra-se em casos específicos e as características únicas ou no funcionamento dos indivíduos. Ainda segundo Turvey, mais uma vez, os estudos nomotéticos são aqueles realizados em grupos, e os estudos idiográficos são os realizados sobre os indivíduos. Em termos de perfil criminal, é justo dizer que existem métodos nomotéticos e métodos idiográficos. A meta principal do estudo ideográfico (exemplo: dedutivo) de perfis criminais, é estudar e determinar as características únicas do ofensor principal responsável por um crime específico. O principal objetivo dos estudos de perfis criminais

nomotéticos é acumular características gerais, típicos comuns ou médios de grupos delinquentes. Estas características são um resumo, no sentido de que elas não precisam necessariamente existir em cada caso individualmente, elas representam o teoricamente possível e, na melhor das hipóteses, provável. Os problemas surgem quando os métodos nomotéticos são utilizados de forma inadequada para fazer inferências excessivamente confiantes ou interpretações conclusivas sobre criminosos individuais; em outras palavras, quando amplo conhecimento nomotético é aplicada para responder a perguntas estritamente idiográficas.

Konvalina-Simas (2012, p. 22 - 23) ressalta que a técnica do *profiling* criminal, que possui os dois métodos acima, tem alguns pressupostos básicos para sua aplicação. São eles:

Pressupostos da Técnica de *Profiling* Criminal

Existem seis pressupostos fundamentais na técnica de *Profiling* Criminal e que regulam os parâmetros dentro dos quais a mesma se pode aplicar e desenvolver:

1. O *Profiling* diz respeito ao processo pelo qual se tenta estabelecer o perfil psicossocial de um agressor (ainda desconhecido pelas autoridades) a partir do estudo de toda a informação disponível acerca do(s) seu(s) crime(s), tal como: o estudo da cena do(s) crime(s), da vitimologia e das perícias forenses.
2. No cerne da técnica do *Profiling* está a crença de que se pode deduzir as características de um agressor a partir das características dos seus actos.
3. O *Profiling* é mais utilizado em crimes nos quais a polícia tem poucas pistas e não sabe que tipo de suspeito deve procurar.
4. A tendência na técnica de análise comportamental é para haver uma junção do raciocínio indutivo e do raciocínio dedutivo sobre a informação reunida.
5. O *Profiling* Criminal tem sido utilizado especialmente na investigação dos crimes de violação e de homicídio, sobretudo quando estes crimes são cometidos em série. Ainsworth (2001) justifica esta «limitação» da forma:
 - a) Embora estes crimes sejam bastante raros tendem a ser considerados os mais horrendos e geram mais ansiedade na população em geral; na maior parte das vezes os ataques

violentos são perpetrados entre pessoas que se conhecem de alguma forma, mas muitas pessoas vivem com medo de sofrer um ataque espontâneo por um estranho;

- b) Os crimes deste tipo que envolvem ataques a desconhecidos são muito difíceis de resolver apenas com os métodos de investigação policial tradicionais; nos crimes de homicídio, por exemplo, a polícia não tem que considerar suspeitos para além da família e dos amigos porque, na maior parte das vezes, o crime foi cometido por alguém de dentro destes grupos de pessoas. No entanto, nos casos em que as suspeitas recaem sobre desconhecidos, a investigação torna-se bastante mais extensa;
 - c) Do ponto de vista psicológico, que os crimes de homicídio e de violação (crimes de contacto) são os tipos de crime mais passíveis de serem fortemente caracterizados pela personalidade e pelas motivações dos ofensores.
6. Segundo Ressler e Shachtman (1992) devemos tentar saber o máximo possível acerca da ocorrência, usar a nossa experiência para ponderar as possíveis motivações para o sucedido e, por fim, a partir destes elementos, traçar um perfil do autor do crime.

Tipos de crimes em que a utilização da técnica de Profiling é mais apropriada e eficaz
Ofensas sexuais sádicas
Homicídio sexual
Casos de abuso e humilhação <i>post-mortem</i>
Fogo posto
Homicídio com mutilação
Violação
Crimes ritualistas e do oculto
Abuso sexual de menores, incluindo pedofilia
Assaltos
Comunicações anónimas obscenas

O desenvolvimento do *profiling* criminal conduziu a métodos de análise do local do crime juntamente com o perfil do autor. O Federal Bu-

reau of Investigation – FBI desenvolveu a técnica em que incorpora o local do crime e as características de personalidade dos criminosos. Turvey (2012), Konvalina-Simas (2012), Young (2015) decrevem o modelo de análise da seguinte forma:

A teoria da análise do local do crime, classifica a cena em organizada e desorganizada, representando uma divisão puramente conceitual, mas comumente referindo-se a esta como uma dicotomia. Nesses termos, significa que esta divisão dimensiona a cena do crime em duas partes ou opiniões polarizadas ou contraditórias. Tal dicotomia organizada / desorganizada tem a intenção de simplificar a linguagem do perfil da cena do crime. A partir desses dois conceitos, passou-se a discriminar o perfil do autor do crime segundo a forma como era deixado o cenário em que a vítima era encontrada.

Pela observação empírica desses traços da análise da cena do crime, foi possível identificar o tipo de crime e o perfil do criminoso. Segundo Turvey (2012) essa discriminação (organizado/desorganizado) substituiu as classificações psicológicas dos possíveis autores, já que os policiais não tinham formação em psicologia e os termos relacionados ao perfil psicológico é típico da psicologia. Assim, em vez de dizer que a cena do crime mostrava evidências de uma personalidade psicopática, os policiais passaram a caracterizá-lo, em particular, como provável autor que tinha hábitos “organizados”, isto é, pessoa que tinha hábitos regulares, enquanto outro, o autor poderia apresentar transtorno mental, deixando a cena do crime muito “desorganizada”.

Uma cena organizada do crime (características mostradas no quadro 1) é um cenário com evidência de planejamento, em que a vítima é um estranho para autor, a cena do crime reflete o controle geral do criminoso, há imobilização completa da vítima, e ocorrem atos agressivos antes da morte. Isto sugere que o infrator é organizado (características mostradas no quadro 1). A cena do crime reflete a personalidade do criminoso, ou seja, o infrator tem inteligência acima da média; é bem relacionado socialmente; tem hábitos perfeccionistas; na ordem de nascimento na família – tende ser um dos mais velhos, mantém o desenvolvimento dos atos do crime sob seu completo controle; e pode utilizar substância psicoativa durante o cometimento do crime.

As cenas organizadas de crimes são próprias de alguns crimes sexuais (homo ou heterossexuais) ou de rituais de “magia negra”.



Figura 4 – Jovem morto com 666 facadas em ritual satânico⁵.

Fonte: <http://jancem.com/?p=798>

A figura 4 demonstra o quanto a vítima estava completamente submissa por meio de algemas, ainda possuía punhos amarrados e boca amordaçada. O fato de ter sofrido 666 facadas, demonstra o grau de sofrimento a que foi submetida antes de sua morte.

Quadro 1- Características da cena de crime com criminoso organizado e desorganizado

Psicopatas (organizado) Características da Cena do Crime	Psicóticos (desorganizado) características da Cena do Crime
Crime planejado	Agressão espontânea
A vítima é um alvo estranho ao criminoso	A vítima e/ou o local são conhecidos
Vítima (previamente) escolhida	Despersonalização da vítima
Conversação entre vítima e autor é controlada	Mínimo de conversação entre autor e vítima
A cena do crime reflete o controle geral da ação pelo criminoso	Local e cena do crime é aleatório e desarrumado
A vítima permanece submissa ao criminoso	Violência súbita sobre a vítima

⁵ Oito jovens foram detidos acusados de matar com 666 punhaladas e comer parte dos corpos de quatro adolescentes em um aparente ritual satânico na Rússia, segundo informações divulgadas ontem pelo jornal britânico Times. As vítimas foram mortas em dois momentos diferentes. A polícia acredita que, primeiro, foram assassinadas Olga Pukhova e Anna Gorokhova, em 28 de junho. No dia seguinte, o grupo teria matado Varya Kuzmina e seu namorado, Andrei Sorokin.

A vítima fica completamente imobilizada	Uso mínimo de meios para imobilizar a vítima
Ocorre agressão à vítima antes da morte	Ocorrem agressões à vítima após sua morte
Ocorre ocultação do cadáver	Corpo da vítima deixado em local visível
Ausência de provas materiais do crime (armas)	Há presença, no local do crime, de prova material (armas e outros meios)
Transporte (deslocamento) da vítima	Corpo da vítima deixado no local do crime

Fonte: TURVEY, 2012, p. 76.

Segundo Turvey (2012, p. 76) “Deve-se ressaltar que a cena do crime raramente será completamente organizada ou desorganizada. É mais provável que seja em algum lugar um contínuo entre os dois extremos, a cena do crime poderá ser puramente ordenada a desordenadas ou desorganizada”.

A cena do crime desorganizado mostra certa espontaneidade, onde a vítima ou local do crime é conhecido, a cena do crime é aleatória e desarrumada, há violência súbita, são usadas restrições mínimas sobre a vítima, e há, em alguns casos, atos sexuais após a morte (quando a vítima é mulher). Sugere-se assim, que o criminoso tenha uma personalidade desorganizada, baixo nível de inteligência, possuindo conduta socialmente inadequada. Em relação à ordem cronológica de nascimento na família, ele tende a ser o filho mais jovem. Geralmente apresenta humor ansioso durante o crime e usa quantidades mínimas de álcool. Apesar de ter tais classificações tão distintas, em grande medida, tais perfis admitidos para alguns criminosos irão se adequar perfeitamente a eles. Em alguns casos, os assassinos podem se enquadrar em uma ou outra categoria. A maioria dos ofensores de direitos humanos pode se enquadrar dentro das duas categorias estudadas (organizados/desorganizados), e quando isto ocorre, esses criminosos são chamados de “misto” (TURVEY, 2012).

A figura 5 mostra uma cena de crime desorganizada. Autor e vítima possivelmente não se conheciam e o local não sofreu alterações que indiquem premeditação. Não há traços de submissão, de tortura ou quaisquer outros meios de imobilização antes do assassinato.



Figura 5 – Cena de homicídio por arma de fogo.

Fonte: GEBERTH (2006, p. 12)

Nota: Esta vítima foi morta a tiros por ladrões e teve morte instantânea no local.

6.3 PROFILING GEOGRÁFICO

Profiling Geográfico centra-se na determinação do “[...] provável comportamento espacial do infrator no contexto dos locais de crime, e as relações espaciais entre os vários locais de crimes” (Rossmo, 1997, p. 161, *apud* Turvey, 2012, p. 76). É considerada uma metodologia de investigação criminal que analisa os locais onde ocorreram uma série de crimes e busca determinar a área mais provável de residência do criminoso ou criminosos. Assume-se que a casa de um autor ou outros locais com que ele está familiarizado (trabalho, associação, entre outros) pode ser determinada a partir dos locais onde os crimes ocorreram. Tal como acontece com outros ramos da análise de perfil, o perfil geográfico não se destina a ser uma panaceia investigativa; ao contrário, é uma ferramenta para auxiliar na aplicação da lei e priorizar áreas de pesquisa. Busca-se, a através do geoprofiling, um perfil geográfico. O qual deve contribuir, e aumentar, a chance de identificar o autor ou os autores de determinados crimes. Não se espera que a construção do perfil geográfico resulte na identificação do perfil do criminoso, mas pode ser uma ferramenta bastante útil para alcançar prováveis criminosos.

Entende-se que o perfil geográfico se caracteriza como um sistema de apoio à decisão usado para identificar a região geográfica provável de localização de residência de um criminoso (Rossmo, 2005), embora também possa identificar onde ele trabalha ou outros locais que são familiares (referidos como nós de atividade). Essencialmente, o perfil geográfico faz uso da natureza não aleatória de comportamento criminoso, pressupondo-se que a maioria dos crimes têm padrões.

Quando se faz a análise geográfica de ação dos criminosos, Turvey (2012, p. 88) destaca dois princípios. O primeiro faz referência à localidade onde o criminoso pratica seus atos. Para Turvey existe uma redução da prática de crimes, por parte do criminoso, à medida que ele se encontra próximo à sua residência. Isto ocorre em razão do receio de ser reconhecido. Os crimes aumentam em um espaço cada vez mais distante do local onde mora. Considera-se ainda os locais onde ele exerce atividades laborais (trabalho) ou recreativo. Essa distância também pode ser afetada pelo princípio da oportunidade (menor esforço para prática do crime).

Outra referência para o geoprofiling é a “Teoria do Círculo”. Essa teoria indica que há um limite de atuação do ofensor de direitos humanos na prática de seus delitos e que esta está diretamente ligada ao ambiente psicológico do local do crime. Para Turvey (2012) há dois modelos de comportamento criminoso: a) “saqueador” – aquele que atuar num raio fixo a partir do local onde ele reside; b) “andarilho” ou “em trânsito” – neste modelo os criminosos irão percorrer uma distância considerável da sua residência ou local em que poderia ser reconhecido para perpetrar suas atividades criminosas. A base não é necessariamente a localização da casa do delinquente; pode ser algum outro lugar em que o agressor tem uma afinidade psicológica ou física.

Turvey (2012, p. 89) propõe o seguinte modelo esquemático de análise do perfil de atuação geográfica do criminoso, conforme figura 6:

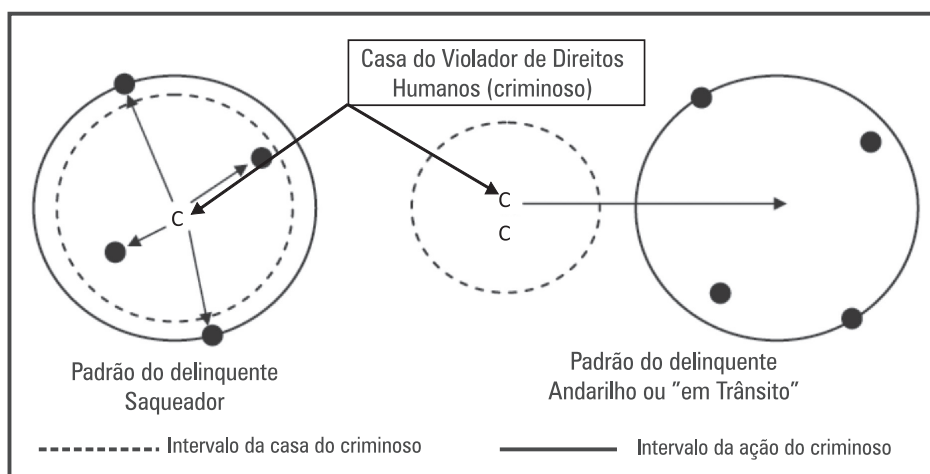


Figura 6 - Distância da atuação dos criminosos Saqueador e Andarilho em relação às suas residências.

Fonte: Adaptado de Turvey (2012, p. 89)

Para o analista criminal investigativo, o mapeamento do crime e da residência dos delinquentes detidos ou presos é de suma importância para avaliar a diminuição de alguns tipos de delitos. À medida que se tem a redução de crimes em certas regiões, no mesmo intervalo de tempo em que um ou alguns criminosos foram presos, tem-se a dedução da possível autoria daqueles delitos.

Uma das conclusões mais imediata é: os crimes não são aleatórios. Eles seguem um determinado padrão. Tem sido dito que os criminosos não são tão diferentes dos compradores ou mesmo de leões caçando presas (Turvey, 2012). Quando criminosos cometem uma série de crimes, eles deixam para trás uma impressão digital do seu mapa mental. Assim é possível decodificar certas coisas a partir de seu rastro. Ao coletarmos dados sobre a localização de crimes e registrarmos tais informações em um programa apropriado de computador teremos um mapa, mostrando as áreas mais prováveis em que a polícia deve atuar para prevenir ou reprimir atividade criminosa.

Em todos os métodos de criação de perfil nomotéticos e indutivos, os problemas surgem quando as teorias gerais são aplicados a casos reais. Turvey identificou uma série de preocupações com o perfil geográfico as quais continuam sem solução mais apropriada. Elas incluem o seguinte:

1. Este método divide o mesmo princípio de análise comportamental do sujeito delinquente, considerando que pela análise do local pode-se identificar possíveis suspeitos. Leva em consideração uma única manifestação do comportamento criminoso (seleção local da autoria do crime), buscando compreender o seu significado fora do contexto comportamental e emocional geral em que o crime foi cometido.
2. Este método é empregado sem o benefício do perfil psicológico. Embora se recomende a obtenção do perfil psicológico completo para uma boa análise geográfica.
3. O método não é empregado no contexto global das provas e a base comportamental completa dos envolvidos; o perfil geográfico consegue distinguir entre duas ou mais condutas de criminosos que operam na mesma área.
4. Este método assume que todos os casos que lhe são submetidos foram positivamente ligados pela polícia. Ele não verifica a vera-

cidade de informações ou de qualquer outra evidência conhecida pela polícia.

5. Este método assume que os infratores, na maioria das vezes, vivem perto ou de fácil acesso de sua área de atuação.

Recomenda-se o aprofundamento dos estudos do profiling geográfico para que o analista criminal investigativo possa identificar autores de delitos.

6.4 INTERROGATÓRIO

O interrogatório é uma das fases da análise do crime mais importantes para a determinação das seguintes condicionantes: determinação do perfil do criminoso, conhecer o *modus operandi*, local de atuação, motivação do crime e, possivelmente, a confissão. É uma fase crítica, pois envolve um jogo de interesses em que é necessário conhecer os fatos, circunstância, autoria e destino da vítima, caso esta esteja em local desconhecido para a família e polícia. Destacando-se que todo interrogatório deve ser rigorosamente dentro dos parâmetros regulados por lei.

Mas é importante ressaltar que o interrogatório é o momento para se conhecer como o ofensor de direitos humanos age. Qual a sua forma predileta de cometer crimes, quais as vítimas preferidas, perfil etário dos ofendidos, local de atuação, preferência por gênero da vítima, perfil de conduta preconceituosa, tipo de armamento que usa, local de atuação, entre outros hábitos da carreira criminosa.

Para cada tipo de crime e criminoso, o analista deve possuir um roteiro específico para interrogatório. Ressalta-se a importância da presença de analistas que tenham formação em ciências comportamentais para conhecer as múltiplas formas de abordagens e nas manifestações físicas e discursos dos ofensores de direitos humanos. Tal medida pode precaver a equipe de medidas judiciais futuras.

O interrogatório das vítimas também é importante, pois através da escuta das vítimas pode-se obter informações valiosas do autor do crime. O repertório de perguntas para cada tipo de vítima (principalmente quanto se tratar de crianças) e tipo de crime devem ser previamente construídos. Tais medidas validam o resultado do interrogatório.

Há uma variedade de técnicas aplicadas aos interrogatórios. Tais técnicas são muito difundidas entre equipes de investigadores em vários pa-

íses. No Brasil, existe um ritual que deve ser seguido para a prática do interrogatório, ritual este que deve ser cumprido rigorosamente pelas autoridades policiais. Porém, é importante relatar experiências vivências em outros países para avaliar as semelhanças e desigualdades dos procedimentos de outras sociedades.

Uma técnica muito difundida para interrogatório e confissão de criminosos na América do Norte é a reconhecida como Reid. A técnica de interrogatório Reid, é um sistema de entrevista e interrogatório amplamente utilizado pelos departamentos de polícia nos Estados Unidos. O termo “The Reid Technique of Interviewing and Interrogation” é uma marca registrada da John E. Reid e Associates, Inc. Numa descrição crítica sobre a técnica, Gudjonsson (2015) aponta três suposições feitas pelos autores: muitas investigações criminais só podem ser resolvidas pela obtenção de uma confissão; a menos que os criminosos sejam apanhados em flagrante de delito, eles normalmente não vão fazer uma confissão, a menos que eles sejam interrogados, em particular, durante um período prolongado de tempo, utilizando técnicas persuasivas compostas por um enredo de ideias, estímulo à fala e escuta com apoio psicológico; para quebrar a resistência dos violadores de direitos humanos, os interrogadores necessitarão empregar técnicas que seriam aos olhos do público normalmente vistas como inadequadas.

A técnica “Reid” se baseia em dois processos. O primeiro consiste em separar as negações e resistência e o segundo aumentar o desejo do suspeito de confessar. Tem-se ainda como suporte à técnica três componentes: análise factual, entrevista e interrogatório. A análise factual consiste numa abordagem indutiva em que cada suspeito é avaliado sobre as questões específicas relacionadas ao crime. Esta análise não se baseia apenas no cenário do crime, mas nas condições biopsicossociais (gênero, raça, ocupação, estado civil, escolaridade, etc.) do entrevistado. Examina-se quais aspectos ele teve oportunidade e acesso ao cenário para cometimento do delito. Busca-se reunir seu comportamento antes e depois do crime, bem como suas motivações e propensões a cometer o delito, avaliando-o através do exame físico de provas circunstanciais. Esta análise factual reúne informações para o interrogatório.

A entrevista de análise de comportamento é descrita pela Técnica Reid como sendo uma sessão não acusatória, contendo perguntas e respostas, envolvendo as duas questões padrão da investigação: perguntas estruturadas com comportamento provocante por parte do investigador, provo-

cando, no interrogado, comportamentos de desejo de confessar ou negar sua participação no crime. Nessa entrevista, o entrevistador busca uma aproximação com o interrogado, buscando compreender suas verbalizações e o estado de normalidade de seu comportamento. Provoca-se o interrogado na tentativa de notar atos falhos ou contradições. Essa entrevista fornece critérios objetivos para avaliar o quanto de veracidade está contido nas respostas. O interrogador busca estabelecer um *rapport* com o interrogado.

Após a entrevista o suspeito é interrogado. O interrogatório, com aplicação da técnica Reid só deverá ocorrer se o investigador tiver evidências consistentes do envolvimento do suspeito com o cometimento do delito.

Cabe ressaltar que Gudjonsson (2015) distingue dois tipos de criminosos, segundo seu estado emocional. Os suspeitos são classificados em dois grandes grupos: criminoso emocional versus não-emocional. Criminosos emocionais são considerados propensos a experimentar sentimentos de angústia e remorso em relação ao cometimento da infração. Este grupo está mais relacionado a crimes sexuais, familiares, de pedofilia, e outros que envolvem crimes com contato corporal. Para infratores emocionais, uma abordagem simpática, atraente favorece estabelecer sentimento de compaixão e resgate momentâneo de alguns valores morais e “peso” na consciência, escolha da estratégia é decisiva para o sucesso da obtenção de informações sobre o crime. Os infratores não-emocionais são aqueles não propensos a experimentar sentimentos de remorso pelo crime e não se envolvem emocionalmente no processo de interrogatório. São matadores por recompensa, psicopatas, criminosos seriais, traficantes e soldados do crime. Comumente não experimentam compaixão pela vítima e negam a lembrança dos fatos.

Após reunir provas para seu conhecimento é que se deve iniciar o interrogatório a partir dos nove passos (de forma sintética) abaixo indicados pelos autores e reproduzidos por Gudjonsson (2015, p. 10 - 36).

Primeiro passo: O confronto direto positivo. Este primeiro momento consiste em dizer ao suspeito que se tem ‘certeza absoluta’ que ele cometeu o crime. O interrogador afirma com confiança que os resultados de extensas investigações realizados pela polícia indicam que ele cometeu o delito. Mesmo que as provas ainda não sejam conclusivas, o interrogador não deve dar qualquer indicação ao suspeito sobre tais condições, mas deve confrontá-lo com os fatos. Após o confronto inicial, há uma breve pausa, durante a qual deve-se observar de perto as reações comportamen-

tais do suspeito. Nesta primeira fase, busca-se instigar o suspeito e obter dele pistas sobre o seu envolvimento na ação do crime. O interrogatório então deve passar para a segunda etapa.

Segundo Passo: Desenvolvimento do tema. O investigador então apresenta uma justificativa moral (tema) para o crime, como colocar a culpa moral em alguém ou circunstâncias externas. O investigador apresenta o tema em um monólogo e de maneira simpática. O suspeito pode aceitar responsabilidade física pelo crime, enquanto ao mesmo tempo pode minimizar internamente a gravidade ou culpa sobre o ocorrido. Os autores salientam que este tipo de desenvolvimento do tema é mais eficaz com delinquentes emocionais, porque eles experimentam sentimentos de vergonha e culpa. Dando-lhes a oportunidade de aliviar sua culpa ao aceitar desculpas morais para o que eles fizeram. Isto atua como um fator poderoso de indução à confissão. Não está claro o quanto é útil na prática para fazer a distinção entre os criminosos emocionais e não-emocional, pois os interrogadores podem ter problemas para diferenciar entre os dois grupos. Recomenda-se que o tipo de tema utilizado por interrogadores deve ter em conta a personalidade do suspeito.

Terceiro passo: Manipulação das negações. Nesta fase, o suspeito pede permissão para falar (provavelmente irá negar as acusações), o interrogador deve desencorajá-lo, pois se permitido que o suspeito construa uma tese de negação, isto lhe dará uma vantagem psicológica. Portanto, isto deve ser desestimulado pelo interrogador. Isto significa que o interrogador não deve permitir que o suspeito persista com as negações. Tentativas persistentes de negação do suspeito devem ser interrompidas pelo interrogador. Este deve continuar permitindo que o suspeito diga o que deve ser confessado sobre o crime. Os autores da técnica, segundo Gudjonsson (2015), argumentam que existem diferenças qualitativas perceptíveis entre as negações de suspeitos inocentes e culpados, e estes comportamentos podem ser detectados por vários sinais verbais e não verbais. Por exemplo: negações dos suspeitos inocentes são ditas de maneira espontânea, enérgica e direta. Já as negações de suspeitos culpados são mais defensivas, qualificadas e hesitantes. Da mesma forma, o interrogador percebe, comumente, os gestos dos suspeitos inocentes através do olhar nos olhos, ao inclinar-se na cadeira de forma bastante rígida e outras posturas assertivas.

Quarto passo: Superar objeções. Quando as tentativas de negação, por parte do suspeito, não têm sucesso, um suspeito culpado, muitas ve-

zes, faz objeções para apoiar uma alegação de inocência (por exemplo, eu nunca faria isso porque eu amo meu trabalho ou minha família, etc.). O investigador deve geralmente aceitar tais objeções, como se fossem verdadeiras, em vez de discutir com o suspeito, devendo usar as objeções para aprofundar nas proposições. Existem várias formas de superar essas objeções, isto pode ser uma tentativa particular admitida pelos suspeitos culpados, para ganhar o controle sobre a conversa. Com negações eles começam a enfraquecer o discurso. Uma vez que o suspeito percebe que as objeções não vão levar a lugar algum ele se torna calmo e começa a mostrar sinais de retirada da participação ativa no interrogatório. Ele está agora em seu ponto mais baixo e o interrogador precisa agir rapidamente para não perder a vantagem psicológica que ele ganhou.

Quinto passo: Aquisição e retenção da atenção do suspeito. O investigador deve obter atenção do suspeito para que ele se concentre no tema do investigador em vez do castigo. Uma maneira que o investigador pode fazer isso é estreitar a distância física entre ele e o suspeito. O investigador deve também canalizar o tema para as componentes alternativas prováveis. Uma vez que o interrogador percebe sinais de passividade do suspeito, na tentativa de fuga do tema discutido, ele deve buscar reduzir a distância psicológica entre ele e o suspeito, para fins de recuperar toda a atenção deste. Os autores da técnica, segundo Gudjonsson (2015) recomendam uma aproximação física com o suspeito (sem contato corporal brusco). O interrogador consegue com isso, maior atenção do suspeito. Isto é feito por meio da inclinação para frente, indo em direção de onde o interrogado está acomodado (sentado), posicionando-se à frente do suspeito. O interrogador deve promover um pequeno contato físico com o interrogado (tocar suavemente no seu ombro), mencionando o seu nome e manter bom *rapport* com ele. O suspeito vai olhar derrotado e deprimido. Como resultado deste estratagema, um suspeito culpado torna-se mais atento às sugestões do interrogador.

Sexto passo: Manipulação passiva do humor do suspeito. O investigador deve intensificar a apresentação do tema e concentrar-se nas razões centrais que ele está oferecendo como justificativa psicológica para não ter cometido o delito. O interrogador deve continuar a exibir um comportamento compreensivo e simpático, buscando do suspeito uma iniciativa para contar a verdade sobre os fatos. Em seguida são feitas tentativas para que o suspeito recobre um sentimento de arrependimento, buscando nas suas lembranças (diante do que foi colhido na cena do crime) o momento

em que ainda estava consciente e se envolveu no stress que resultou no crime. Busca-se lembrar ao interrogado todo o sofrimento da vítima tentando fazer com que ele tenha algum tipo de compaixão e venha a relatar algum fato que elucide o crime ou que o confesse. O interrogador apela, apropriadamente, para os sentidos do suspeito de decência, honra, família e a religião.

Sétimo passo: Apresentar uma pergunta alternativa. O investigador deve apresentar duas escolhas ao suspeito, assumir a culpa pelo crime a partir de um desenvolvimento lógico do tema, oferecendo uma alternativa que melhor se enquadre como uma justificativa para o ocorrido (por exemplo: planejou o que fez ou aconteceu no calor do momento?). O investigador pode seguir a pergunta com uma declaração de apoio, de tal forma que incentive o suspeito a escolher o lado mais compreensível da alternativa. Esta é, sem dúvida, a mais importante parte da Técnica Reid (GUDJONSSON, 2015) e comumente visto em casos onde a resistência dos suspeitos é quebrada durante o interrogatório. É um procedimento altamente encorajador à confissão e para obter detalhes sobre o crime. Os suspeitos são pressionados a escolher entre duas alternativas incriminadoras em que nenhuma delas pode ser refutada. Esta é uma técnica muito perigosa para aplicar-se, sobretudo entre os suspeitos que são possuidores de inteligência abaixo da média, pois pode resultar em confissão de suspeito inocente que assume a culpa diante da baixa compreensão do diálogo. Os autores acreditam que o raciocínio psicológico que dá suporte à pergunta alternativa é o fato de que uma pessoa culpada encontra na pergunta a oportunidade para começar a dizer a verdade. Noutros termos, lhe é oportunizado um momento para iniciar a descrição de como o fato criminoso se deu.

Oitavo passo: Possibilitar ao suspeito relacionar, oralmente, os detalhes do crime. Depois que o suspeito aceita um lado da pergunta alternativa relatada no sétimo passo (admitindo assim a culpa), o investigador deve responder imediatamente com uma declaração de reforço reconhecendo que admitiu isso. Então, o investigador procura obter uma breve revisão oral dos eventos básicos, antes de fazer perguntas mais detalhadas. É esperado nesta etapa que o criminoso confesso faça uma confissão explosiva, oferecendo detalhes sobre as circunstâncias, o motivo e as ações desenvolvidas para cometer o crime. Os autores da técnica, segundo Gudjonsson (2015), recomendam que é importante, neste ponto da entrevista, que o interrogador esteja sozinho com o suspeito, porque na presença de

outra pessoa pode desencorajá-la a falar abertamente sobre o delito. Uma vez que obtida confissão completa o interrogador pede a alguém para testemunhar a confissão. Isso é feito no caso do suspeito se recusar a assinar uma declaração por escrito.

Nono passo: Converter uma confissão oral em uma confissão escrita. O investigador deve converter a confissão oral em uma confissão por escrito ou gravada. Isto é muito importante porque a confissão assinada é juridicamente muito mais forte do que a oral. Além disso, como um grande número de suspeitos podem posteriormente retirar sua confissão auto incriminadora é aconselhável converter a confissão oral em uma declaração por escrito logo que possível. Suspeitos podem facilmente negar o que eles já disseram numa confissão oral. A confissão por escrito oferece aos analistas criminais informações relevantes para correlacionar as provas materiais e, nos casos de ocultação de provas (cadáveres ou armas envolvidas no crime), busca resgatar as evidências para relatar o crime à justiça.

Existem muitas críticas à Técnica Reid, mas ela está consagrada nos Estados Unidos e os resultados são relevantes na apuração dos crimes. Para o trabalho de análise criminal, um interrogatório bem conduzido pode oferecer informações relevantes para a determinação da autoria de um crime ou de vários outros delitos. O investigador ou detetive tem a incumbência de um único caso, mas o analista criminal tem em seu escritório uma quantidade de crimes que podem estar relacionados, e uma confissão pode elucidar uma boa quantidade de crimes que até então estavam insolúveis.

Para que o Analista Criminal Investigativo tenha uma boa atuação em suas tarefas é necessário se cercar de uma equipe preparada para encontrar nas diversas investigações de crimes em seus departamentos ou unidades operacionais, um conjunto de relações entre os casos, a fim de determinar as autorias dos fatos criminosos.

7. ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA – ACE

Há certo consenso que a Análise Criminal Estratégica se preocupa com a análise do crime sob a perspectiva da busca de estratégias operacionais para solucionar problemas em curso ou que se manifesta como uma série crônica de crimes que se repete a longo prazo. Bruce (2012) e Gottlieb, Arenberg, Singh (1998) admitem que a análise estratégica tem forte aplicação na avaliação de características criminais de tendências mensais, anuais e decenais ou até seculares. Busca-se compreender as flutuações sazonais e cíclicas do crime e quais as macro influências que determinam o comportamento da criminalidade.

Embora a literatura internacional aponte para uma concepção da Análise Criminal Estratégica voltada eminentemente para compreensão da criminalidade que se manifesta num território, avaliando suas tendências é preciso ampliar tal modelo analítico para fins de dirigir as possibilidades de planejamento de aplicação de policiamento para solucionar problemas de segurança pública nos níveis local, regional, nacional e/ou global. Deve-se buscar explicações que possa auxiliar a tomada de decisões estratégicas e políticas para solucionar problemas da segurança pública. Visto desta forma, a Análise Criminal Estratégica deve utilizar um conjunto de ferramentas e teorias que possibilitam a construção de cenários prospectivos do desenvolvimento do território, sob múltiplas perspectivas, para se prover as medidas sociais para conter o aumento e prover a redução da criminalidade.

As ferramentas utilizadas pela ACE são derivadas da Análise Criminal Tática, tendo-se maior ênfase para os dados que forneçam informações com séries de longo alcance. Já as teorias são bem diversas, já que o analista de crime terá foco diferenciado. A seguir serão apresentadas algumas sugestões quanto ao tipo de análise que pode ser aplicada e quais os resultados derivados de sua aplicação.

São elementos de Análise Estratégica, segundo a IACA (The International Association of Crime Analysts):

- Analisar dados complexos de segurança pública, a fim de identificar e interpretar as condições atuais e esperadas da atividade criminosa, padrões e tendências de longo prazo.
- Fornecer subsídio e orientação para equipe de comando e autoridades municipais, estaduais e nacionais para tomada de decisão.
- Fornecer serviços de consultoria para a polícia e gestores públicos sobre como tratar apropriadamente as questões relativas à segurança urbana.
- Identificar e recomendar medidas proativas e propor planos de longo alcance para a prevenção do crime.
- Realizar pesquisas e análise criminal estratégica para identificar padrões e tendências de crimes, analisar padrões de crime de longos prazo, através de estudos longitudinais com emprego de probabilidade e análises estatísticas complexas, tais como amostragens probabilísticas, correlação e análise de regressão;
- Desenvolver e testar hipóteses e construir modelos de previsão futura de crime.
- Preparar planos de ação estratégica, apoiar as operações e gestão de pessoal no planejamento da implantação de recursos para a prevenção e repressão da criminalidade.
- Ser responsável pelos procedimentos e técnicas relacionadas com o mapeamento computadorizado, coletar, conceituar, analisar, interpretar dados de criminalidade e preparar relatórios para a polícia.
- Utilizar dados para avaliar a implantação de novas estratégias de prevenção aplicada pela polícia, e aferir as respostas e solução decorrentes das implementações dirigidas aos problemas.
- Preparar mapas, tabelas e gráficos que indicam as tendências do crime para determinar soluções estratégicas para reduzir a criminalidade.
- Desenvolver e priorizar pesquisas em áreas problemáticas que contenham criminosos com grande poder ofensivo e construir projetos inovadores de combate ao crime.
- Acompanhar as tendências do crime local, regional e nacional.
- Realizar análise de médio e de longo prazo das tendências, os padrões da série, e problemas criminais para a gestão policial.

- Preparar planos de ação estratégicos; apoiar as operações e gestão de pessoal no planejamento da implantação de recursos para a prevenção e repressão da criminalidade.
- Fornece informações para a unidade de prevenção do crime sobre os problemas, as tendências da criminalidade e novos recursos para serem utilizados para ajudar da comunidade e os esforços de prevenção da criminalidade.

7.1 ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA: NÍVEL LOCAL

As considerações que se recomenda para realizar a Análise Criminal Estratégica no exame do território no nível local é compreender os seguintes aspectos: transformações socioeconômicas, do meio ambiente e da criminalidade num grande intervalo de tempo. Quanto as transformações do meio ambiente, deve-se considerar alguns aspectos mínimos, são eles: transformação da paisagem urbana, padrões de segregação espacial, diferenciação do espaço social, crescimento populacional e organização coletiva da cidade. Tais aspectos devem ser relacionados com a transformação da criminalidade no mesmo período.

Adiante, segue um exemplo de estudo realizado pelo autor para a cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. O trabalho foi finalizado no ano de 2004. O Estudo já apontava a necessidade para mudanças no modelo de planejamento urbano e também indicava uma transformação da criminalidade, principalmente para um quadro de criminalidade violenta.

7.1.2 Análise da estatística criminal em Salvador - Bahia¹

A presente análise se refere a informações colhidas junto ao Centro de Documentação e Estatística da Polícia Civil da Bahia em que foi possível levantar dados estatísticos existentes na Polícia Civil desde 1940 até o ano 2000. Embora tais informações não estejam escalonadas em uma sequência contínua até o último ano do período analisado, foi possível reuni-las numa série temporal relevante para os objetivos deste trabalho, como se verá a seguir.

a) Territórios da violência e criminalidade

¹ Silva (2004)

A violência no Brasil tem maior visibilidade, exatamente, quando o país retorna à democracia:

No Brasil, o retorno à democracia foi marcado pela passagem das violências aquisitivas, cuja curva se havia elevado nos anos 70, dos crimes de sangue, cujas taxas mais que dobraram entre 1980 e 1997, situando-se hoje entre as mais elevadas do mundo. (PERALVA, 2000, p. 21).

Isso ocorre, paradoxalmente, quando se tem a população lutando por melhorias urbanas, por meio das manifestações populares, as quais tiveram origem ainda no regime militar. Em Salvador, o aumento da criminalidade e da violência tem a mesma configuração constatada para o resto do Brasil. Se, por um lado, a capital baiana, mergulhada na sedimentação das mudanças urbanas e na efervescência das transformações culturais, no bojo das quais ocorreu a criação de gêneros e ídolos musicais, por outro, a população assiste e protagoniza a exacerbação da criminalidade em razão da continuada prática da violência.

No início da década de 80, os jornais de grande circulação na cidade mostram as ocorrências criminais que acontecem na cidade à revelia da ação policial. A erupção da criminalidade, pontuada pelos periódicos locais, foi objeto de estudo de Barbosa (1999) em que o pesquisador constata a mudança de rotina da população em decorrência da ação criminosa dos delinquentes. Em partes de sua pesquisa, encontram-se relatos que mostram a ação delituosa de marginais atacando a população enquanto a polícia desenvolve ações repressivas em pontos opostos à localização da marginalidade. Tem-se a sensação de insegurança aumentada, principalmente, nos bairros centrais, em decorrência da ausência da polícia, como registra o jornal *A Tarde* de 10 de setembro de 1980 (*apud* BARBOSA, 1999, p. 78):

[...] a falta de policiamento na Barra e Barra Avenida tem ocasionado a ação crescente dos marginais no que se refere à prática de assaltos e incentivos ao consumo de tóxicos. Os moradores estão temerosos ante os frequentes roubos feitos por descuido das vítimas e assaltos à mão armada.

A ratificação do que é mostrado pelos jornais da época é constatada por meio dos registros policiais, que notificam os crimes de furtos, roubos (assaltos), furto de veículos, prisão de traficantes e de usuários de entorpecentes, bem como a prisão de menores infratores, entre outros, os quais são contados nesse período. Várias denúncias de crimes têm origem

em diversos bairros da cidade, entretanto, quando eles são praticados nos bairros “ricos”, acabam causando maior desconforto aos seus moradores, os quais possuem mais acesso aos meios de comunicação e, através destes, fazem suas reclamações de forma mais contundente. A constatação deste fato está na contagem dos crimes ocorridos em Salvador, feita pela Polícia Civil da Bahia, conforme dados da Tabela 1 a seguir, que mostram os vinte bairros que mais tiveram ação criminal entre os anos de 1972 e 1982, bem como os registrados na Barra Avenida, no mesmo período.

Tabela 1 - Ocorrências policiais registradas em vinte bairros de Salvador - BA, segundo os locais de origem, entre os anos de 1972 - 1982.

Bairros	Total	Assaltos	Furtos simples	Furtos de veículos
Centro	8323	241	7.797	285
Comércio	3686	238	3.123	325
Nazaré	3632	126	3.146	360
Barra	3243	76	2.915	252
Pituba	3129	216	2.621	292
Brotas	3107	111	2.790	206
Liberdade	3023	155	2.583	285
Itapuã	1563	59	1.380	124
Rio Vermelho	1404	94	1.158	152
Calçada	1315	61	1.188	66
Uruguai	1035	40	885	110
Campo Grande	1008	55	885	68
Federação	985	39	844	102
Amaralina	810	39	673	98
Retiro	796	135	582	79
Pernambués	796	66	696	34
Baixa dos Sapateiros	780	39	739	2
Quintas	572	31	482	59
Baixa do Fiscal	222	37	174	11
Barra Avenida	157	6	121	30

Fonte: SSP/BA

Nesse período, os crimes contra o patrimônio são mais frequentes nos bairros centrais. Os assaltos, furtos simples e de veículos são cometidos nas localidades onde os moradores são possuidores de valores capazes de criar cobiça aos delinquentes.

Diante do aumento da criminalidade, cresce a preocupação com a segurança. O direito de ir e vir é cerceado pelo medo do crime, o qual invade o cotidiano dos habitantes da cidade, pois a insegurança se tornou um sentimento coletivo dos soteropolitanos. A preocupação dos moradores de Salvador com a segurança foi incorporada pela indústria da construção civil, a qual passa a oferecer residências mais seguras, com grades, muros altos, em condomínios fechados, entre outros, mudando a paisagem urbana da cidade. Essa realidade é vivida não somente em Salvador: como ela é fruto do aumento dos crimes violentos, reproduz-se também nas grandes cidades brasileiras, conforme constataram Peralva (2000) e Caldeira (2000).

O discurso homogêneo do meio jornalístico, na década de 80, é que existe uma associação de grupos de delinquentes para a prática de crimes e que havia um despreparo da polícia para lidar com a ação dos criminosos. As ações das polícias, invariavelmente, se concentravam em atitudes repressivas, causando ainda mais violência do que a já existente. A visão embutida no discurso ideológico é a de que a criminalidade é um problema da polícia, ficando a sociedade apartada da solução do problema.

O sentimento de medo é ampliado pelo noticiário, que dá conta de assaltos a hotéis, a bancos, a casas comerciais, a residências, a transeuntes, entre outros, os quais ocorrem, principalmente, nos bairros centrais da cidade. Noticia-se, também, a existência de grupos (quadrilhas) que passam a atuar nos diversos pontos da cidade, promovendo ações criminosas que vão desde o assalto a mão armada, estupro até o latrocínio (BARBOSA, 1999). Nessa rotina de notícias criminais, constata-se que os criminosos não possuem apenas um território. Eles atuam de forma difusa, não há qualquer padrão na escolha de suas vítimas, todos podem sofrer a ação criminosa. A ideia que se tem é que a cidade está entregue aos assaltantes, segundo noticiário resumido na pesquisa de Barbosa (1999).

Os anos 80 são marcados, também, pela mudança das modalidades criminosas. Notificam-se mais assaltos a banco, a ônibus, a casas comerciais e a pessoas do que era registrado nos anos 70.

Na década de 90, a população assiste, indefesa, ao crescimento ainda maior dos crimes violentos. Nesses dez anos finais do século XX, tem-se o ressurgimento de crimes antigos com emprego de novos instrumentos. As fraudes, agora, são cometidas por meio de dispositivos eletrônicos, tais como a falsificação ou “clonagem” de cartões de crédito, invasão de contas bancárias e fraudes contra o sistema financeiro, entre outros, usando computadores (PARKER, 1977; ROBINSON, 2001)

Os criminosos se tornam mais cruéis nos anos 90. As ações de sequestradores, estupradores e latrocidistas mostram formas bestiais de cometimento de delitos. A população que compõe a “classe mais rica” passa a ter, também, participação mais ativa na delinquência urbana, além de cometer os crimes de “colarinho branco”, e protagoniza, ainda, a autoria de crimes hediondos e com requintes de crueldade. Tem-se o aumento dos grupos de extermínio (SANTANA, F.,1998) e a banalização da violência através do aumento do número de homicídios.

Esses fatos denotam o crescimento exacerbado dos crimes violentos em Salvador, aumentando a área de abrangência de todos os tipos de crimes registrados, conforme são mostrados na tabela 2.

Tabela 2 - Ocorrências policiais registradas em vinte bairros de Salvador - BA, segundo os locais de origem, entre os anos de 1987 - 1991

Local	Total	Assaltos	Furtos simples	Furtos de veículos
Pituba	4323	746	846	2731
Comércio	2652	620	1729	303
Centro	2108	417	1313	378
Barra	1982	245	648	1089
Brotas	1950	379	549	1022
Nazaré	1772	249	660	863
Uruguai	1698	698	921	79
Lobato	1469	549	887	33
Cabula	1077	228	399	450
Liberdade	1067	247	660	160
Graça	1024	108	368	548
Itapuã	1014	144	160	710
Rio Vermelho	996	142	162	692
Boca do Rio	980	140	179	661
Calçada	968	283	621	64
Piatã	878	65	160	653
São Caetano	803	282	424	97
Ondina	789	81	223	485
IAPI	732	213	350	169
Retiro	725	385	287	53

Fonte: SSP/BA

Embora os seis primeiros bairros – Pituba, Centro, Comércio, Barra, Nazaré e Brotas – não tenham sofrido mudança de posição acentuada entre os dois períodos, isto é, ainda continuem registrando os maiores índices de criminalidade, ocorre, no final da década de 80 e início dos anos 90, o aparecimento de novas localidades – tais como: Cabula, Lobato, Graça, Boca do Rio, Piatã, Ondina, IAPI, entre outros – que tiveram aumento na incidência criminal. Isso não indica, contudo, que não foram registrados delitos nos bairros mencionados antes: o que aconteceu foi um deslocamento da “mancha criminosa” para outras localidades, as quais, até então, não possuíam tanta visibilidade, definindo-se, assim, novos territórios para práticas de crimes. A percepção de aumento da criminalidade é descrita por Marconi Souza (1998) que leva à população baiana, por meio de notícia jornalística, o resultado dos registros policiais da época:

As ocorrências policiais na capital baiana cresceram 50% nas últimas semanas, de acordo com levantamento feito em boletins diários publicados pela Central de Polícia (Cepol). A cada duas horas alguém tem seu veículo roubado ou furtado em Salvador. A cidade vive, inconscientemente, um clima de terror semelhante à Iugoslávia – em plena guerra civil –, visto que um assassinato é cometido a cada três horas. A polícia está perdendo a ‘guerra’ contra os marginais, pois a Justiça baiana, além de morosa, colabora para colocar os bandidos nas ruas. (1998, p. 5)

b) Transformações das modalidades criminosas

O dano provocado em razão da ação criminosa continua sendo o mesmo ao longo do tempo, entretanto as práticas criminosas utilizadas para provocar a inquietação da população é que tem variado. Analisando as práticas criminosas em Salvador, durante as décadas de 80 e 90, verifica-se que houve uma acentuada mudança dos tipos de crimes cometidos pelos delinquentes no transcorrer desse período. Foi preciso, também recorrer aos registros de décadas anteriores ao período estudado aqui, para compreender melhor a transformação que aconteceu nele. Para isso, foi necessário avaliar se houve diferença entre a década anterior e o período 80-90.

A escolha da fonte de pesquisa, para a computação dos dados, foi determinada pela unicidade do destino de todas as ocorrências policiais, isto é, um fato delituoso que chega ao conhecimento tanto da Polícia Militar quanto da Civil deverá convergir para uma Delegacia de Polícia, a qual se

encarregará do procedimento investigativo. Esta, posteriormente, remeterá os resultados da apuração para o Poder Judiciário, a fim de se formalizar o processo para que se promova a justiça. Diante dessa premissa, foi necessário recorrer à Polícia Civil, pois ela detém a maior série temporal de registros utilizáveis por quem quer que precisasse levantar os delitos que eram praticados nas décadas em questão.

A estatística criminal da Bahia, na Secretaria de Segurança Pública, tem seu primeiro anuário datado do ano de 1941, que trouxe o registro dos crimes ocorridos no Estado da Bahia, no ano de 1940. Segundo inscrição do próprio documento, era o “Primeiro número do ‘Primeiro Anuário de Estatística Policial Criminal’ feito no Estado da Baía”, tendo-se iniciado a sua elaboração em “22 de abril de 1941 e terminado em 18 de julho do mesmo ano”. Uma das características desse documento é a riqueza de detalhes com que já era possível contar à época da sua publicação.

A Bahia, no ano de 1940, registrou um total de 10.011 crimes e contravenções, tendo Salvador uma participação de 8.294 registros, contribuindo com 82,85% dos delitos registrados. Nesse ano, os homicídios possuíam menor número de registros que os crimes sexuais, e ainda bem inferiores aos suicídios, conforme se pode ver na tabela 3.

Tabela 3 - Alguns tipos de crimes registrados no Estado da Bahia e em Salvador, no ano de 1940.

Crimes	Quantidade por local	
	Bahia	Salvador
Homicídios	157	36
Lesões corporais	1.309	901
Roubos	57	8
Furtos	205	34
Estupros	116	42
Deflorações	285	121
Suicídios	-	51
Mortes no trânsito	-	35
Vendas de entorpecentes	-	5
Lesões no trânsito	-	531

Fonte: BAHIA, 1941.

Nota: Foram extraídos apenas os crimes que possuíam registros semelhantes em períodos posteriores. Os quatros últimos delitos constantes na tabela só foram contados, segundo a fonte, apenas para Salvador.

Além dos tipos penais citados na tabela 5, o anuário tratava, também, de crimes militares praticados por agentes da força policial: deserção do Exército, crimes contra a segurança nacional, bigamia, infanticídio entre outros. O anuário, também, possuía informações sobre movimento de entrada de estrangeiros, incêndios e registros das unidades da força policial. Dentro dessa publicação, encontram-se, com uma riqueza impressionante, detalhes que não são encontrados nos dados mostrados nos últimos anos da década de noventa.

No ano de 1940, há o registro de uma situação que não se iria repetir nos dados do período em análise. Vê-se que os crimes sexuais têm uma maior participação do que os homicídios, principalmente, no crime de defloração (violação da virgindade) e estupro. Os suicídios só superariam o patamar registrado nesse ano somente em 1978, quando passou a contar com 58 casos, seguindo uma tendência de aumento nos anos seguintes.

No ano de 1974, publica-se um anuário estatístico, com dados de 1971, que contém informações sobre o período de 1966 a 1970, trazendo informações sobre vários crimes registrados na Bahia, dentre os quais ressaltamos os constantes na tabela 4.

Tabela 4 - Alguns tipos de crimes registrados no Estado da Bahia, nos anos de 1966 – 1970

Crimes	Anos				
	1966	1967	1968	1969	1970
Homicídios	117	112	129	153	181
Lesões corporais	414	387	469	602	635
Roubos	1	11	26	6	10
Furtos	23	143	105	227	234
Estupros	27	18	14	33	27
Seduções	155	123	173	225	232
Mortes no trânsito	-	-	-	-	294
Lesões no trânsito	-	-	-	-	160

Fonte: BAHIA, 1974.

Nota: Foram extraídos apenas os crimes que possuíram registros semelhantes em períodos posteriores. Os registros de Morte e Lesão no Trânsito não foram contados no período de 1966-1969.

A série de dados sofre uma transformação segundo algumas categorias que foram contadas no ano de 1940. Há uma redução de informações que constavam no primeiro anuário, pois desaparecem os registros de defloração, suicídio, venda de entorpecentes, entre outros.

Na série de dados que compreende os anos de 1971-2000, foram considerados os delitos que apresentaram alguma regularidade de coleta ao longo do período. Dentre eles foram contabilizados os seguintes crimes: arrombamento de casa comercial, arrombamento em residência, arrombamento de veículo, furto simples, furto de veículo, roubo² (assalto), ganância³, homicídio, lesão corporal, lesão corporal por acidente de veículo e morte por acidente de veículo⁴, estupro, sedução uso de entorpecentes e tráfico de entorpecentes. Outra categoria analisada foi suicídio. Dentre esses crimes serão avaliados quais sofreram transformações ao longo do período.

Entre os anos de 1966 e 1970, os números não são considerados confiáveis, conforme expressa a própria Secretaria da Segurança Pública em nota explicativa do anuário estatístico de 1971, publicado no ano de 1974, elaborada por FÉR, que considera que

Os dados aqui consignados representam 60% da criminalidade do Estado da Bahia no período de 1971, uma vez que 33,33% dos seus Municípios não estão enviando o movimento policial de suas Delegacias. (FÉR, 1974, p. 5).

Embora não se tenha precisão nas informações, temos relatos de Rios sobre a violência no Brasil da época. Este pesquisador traduz uma preocupação que está fundamentada no número de penas aplicadas a delinquentes pela justiça e que denunciam o pavor vivido pela população da época. Para o autor,

Os especialistas parecem concordar em que, de 1969 a 1970, a curva de delinquência foi descendente e, de 1970 em diante ascendente, sobretudo para roubos e furtos, uso de entorpecentes e de álcool, tentativas de homicídios e latrocínios; é errática quanto a homicídios intencionais, raptos e delitos sexuais, fraudes e crimes econômicos falsificações e contravenção. (RIOS, 1979, p. 5-6).

As afirmações de Rios (1979), que valem para todo o Brasil, são refletidas em Salvador, visto que os dados referentes a alguns crimes confirmam as suspeitas do autor, conforme se pode verificar na figura 7 seguir:

² Dentro dessa categoria foram incluídos os roubos envolvendo emprego de arma de fogo e arma branca praticados contra pessoas a fim de subtrair seus pertences, inclusive veículos.

³ Modalidade de roubo que emprega a força física para subtrair de outrem para si bens materiais.

⁴ Nessa categoria excluíram-se os atropelos, os quais são considerados homicídios culposos.

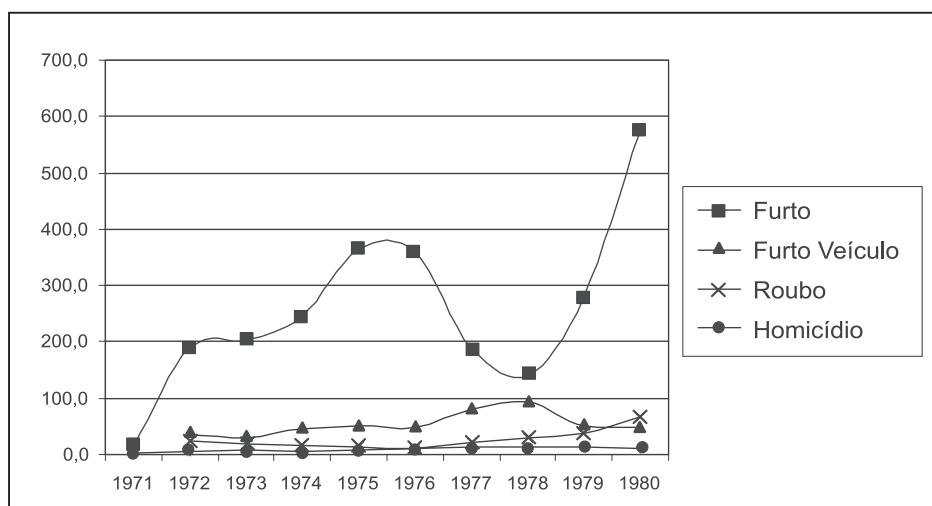


Figura 7 – Registro de alguns crimes em Salvador nos anos de 1971– 1980

Fonte: SSP/BA

Nota: Valores calculados com base em cem mil habitantes.

O aumento constante e gradual dos delitos tornaria a sociedade cada vez mais preocupada com seu destino. Tal quadro, para Rios (1979), que tem uma visão global do Brasil, era resultante da “mudança institucional” encontrada no desaparecimento da autoridade das instituições básicas da sociedade, tais como “família, escola, igreja”. Para o autor, a família passou a ter um caráter amistoso, o lar passou a se configurar como um ponto de encontro. O esvaziamento das práticas religiosas católicas proporcionou a diversificação das igrejas, as quais teriam um papel mais comercial do que religioso. O enfraquecimento do sistema de ensino tornaria a escola um mero local de certificação ao invés de transformar e educar os indivíduos. O amadurecimento precoce das crianças se fazia por intermédio dos meios de comunicação, já que elas não teriam valores fundamentais de suas famílias como alicerces básicos para inclusão nos seus grupos sociais.

Por outro lado, a violência passou a ser tema presente no cotidiano da mídia e da cultura do país.

Havia, nos anos 60 (um pouco antes e um pouco depois), a idéia do bom bandido, herói de seu povo, vingador, de sua classe, que enfrentava as forças do capitalismo e da propriedade privada nos mais diversos *fronts*, de peito aberto. Hélio Oiticica proclamou: ‘seja marginal, seja herói’. O cinema brasileiro, então no auge de sua revolução estética e política, atribuía densidade psicológica e riqueza subjetiva ao ‘bandido da luz vermelha’ (refiro-me ao

excelente filme de Rogério Sganzerda). O cangaceiro era objeto de estudos sérios, como o de Rui Facó, de criação cinematográfica, como a de Lima Barreto, e sua figura às vezes era superposta à imagem do líder popular messiânico, o condutor carismático das massas em um contexto sobre banditismo. Lembremo-nos da filmografia de Glauber Rocha, sobretudo de *Deus e o diabo na terra do sol* e *O dragão da maldade contra o Santo Guerreiro*. (SOARES, 2000, p. 24).

A imagem associada a uma nova categoria de indivíduos, além de uma outra boa quantidade de fatores, favoreceria o aparecimento do banditismo, seja ele organizado ou não (RIOS, 1979). Este mesmo autor constata que os crimes praticados até a década de 70 eram aqueles em que os autores agiam isoladamente ou em dupla. A partir daí, entretanto surgem inserções de delinquentes nos enquadramentos legais de crimes de bando e formação de quadrilha para prática de roubos de um modo geral, principalmente às instituições financeiras, furtos e roubos de automóveis e crescem de forma vertiginosa, assim como os homicídios.

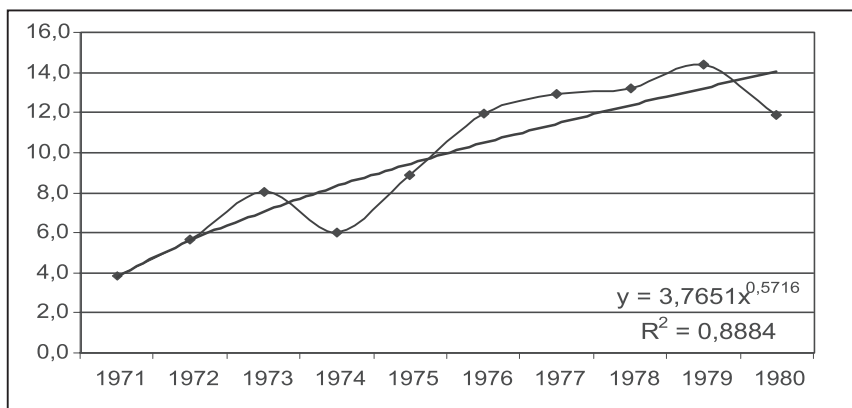


Figura 8 – Homicídios em Salvador entre os anos 1971 e 1980.

Fonte: SSP/BA

Nota: Valores calculados com base em cem mil habitantes.

Os registros policiais na cidade de Salvador, durante a década de 70, demonstram que há um aumento gradual das modalidades do crime de arrombamento de casa comercial e em residência, favorecendo transformação na paisagem urbana, propiciando a construção de casas que se comparam a grandes fortalezas. O arrombamento de veículos é um crime em ascensão, porém são os furtos que possuem predominância na década de 70. Mais timidamente, a categoria de roubo começa a se manifestar e

os assaltos, como uma modalidade violenta dessa categoria, passariam a ser o meio mais empregado para obtenção de dinheiro ou mercadoria de forma fácil.

Os homicídios avolumam-se rapidamente e, ao longo da década, apresentam um crescimento racional (figura 8), com possibilidade de estabilização futura, a qual poderá se confirmar ou não nas décadas seguintes.

A tendência de modificação permanece, praticamente estática para os furtos e roubos os quais possuem, em média, uma razão de 14,5 furtos simples para cada roubo, já os homicídios apresentam tendência de crescimento desordenado, assim como as lesões e mortes decorrentes de acidentes de trânsito, conforme dados da tabela seguinte:

Tabela 5 - Evolução de alguns delitos registrados em Salvador, nos anos de 1971-1980

CRIMES	A N O S									
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Arromb. em casa comercial	-	399	251	462	373	891	668	585	457	846
Arromb. em residência	-	1211	728	875	628	1117	1540	1180	1269	2152
Arromb. veíc.	-	1696	1772	951	842	1310	2945	2944	2908	3753
Furtos simples	-	2079	2323	2880	4502	4590	2493	1947	4034	8607
Furtos de veículo	190	381	348	547	613	613	1083	1309	732	740
Roubos	5	256	204	192	168	132	297	420	556	996
Homicídios	40	62	91	71	109	153	172	183	208	178
Lesões corporais por acid./veículo	2776	4526	6012	6201	6447	7418	8999	7961	7591	7333
Morte por acid./veículo	371	387	321	397	359	395	731	509	553	487

Fonte: SSP/BA

A descrição desse cenário, conforme tabela 5, mostra o aumento da criminalidade e o início de uma mudança que iria ocorrer nas décadas seguintes em Salvador. Os furtos qualificados, que incluem os crimes de arrombamento em casa comercial e residência, possuem um aumento si-

milar, porém o aumento da produção automobilística e o aumento da frota na cidade iriam provocar um aumento diferenciado nas taxas de crescimento dos arrombamentos em veículos seguido dos furtos de veículos. A elevação dos Roubos (Assalto) tem o mesmo destino dos Furtos Simples e Homicídios, o que parece estar mais dentro da realidade dos demais dados apresentados os quais possuem, de forma agregada, uma taxa média de crescimento anual de 11,9%, aproximadamente, conforme discriminação por crime constante na tabela 6.

Tabela 6 - Taxa média de crescimento anual de alguns crimes em Salvador, nos anos de 1971 – 1980.

Crimes	Taxa
Arrombamento em casa comercial	8,7%
Arrombamentos em residência	6,6%
Arrombamentos em veículo	9,2%
Furtos simples	17,1%
Furtos de veículo	14,6%
Roubo (assalto)	16,3%
Homicídios	16,1%

Fonte: SSP/BA

Nota: cálculos do autor

Outros fatos registrados durante a década de 70 merecem um certo destaque, visto que esses dados foram coletados ao longo das outras duas décadas e, de certa forma, dão um sentido à mudança de comportamento verificada nos vinte anos posteriores (tabela 7).

Tabela 7 - Outras ocorrências registradas em Salvador, nos anos de 1971-1980

Anos	OCORRÊNCIAS			
	Lesões corporais por acidente de veículo	Mortes por acidente de veículo	Suicídios	Afogamentos
1971	2776	371	-	-
1972	4526	387	35	80
1973	6012	321	50	99
1974	6201	397	32	97
1975	6447	359	37	132

1976	7418	395	41	157
1977	8999	731	46	189
1978	7961	509	59	158
1979	7591	553	53	174
1980	7333	487	58	206

Fonte: SSP/BA

Neste grupo de ocorrências, chamam atenção especial as lesões corporais decorrentes de acidente de veículo que, mesmo nessa década, já apresentavam valores próximos dos contados na década de 90, considerando o reduzido número de automóveis para o período. O gráfico 9 a seguir demonstra que a taxa de mortes no trânsito, por grupo de cem mil habitantes, sofreu oscilação, porém não apresentou elevação constante como ocorreu com outros fatos analisados no mesmo período.

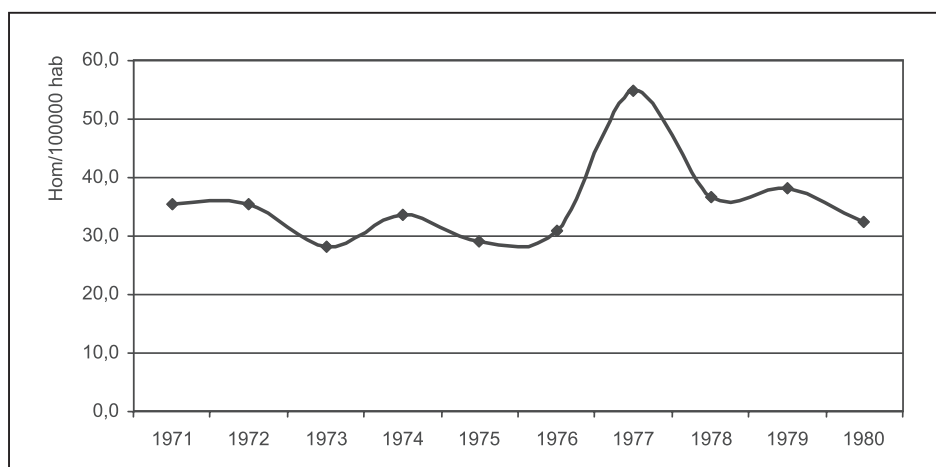


Figura 9 – Índice de mortes no trânsito de Salvador nos anos de 1971 – 1980 por cem mil habitantes

Fonte: SSP/BA

Iniciada a década de 80, encontraremos um outro perfil de criminalidade e, comparando com os anos noventa, teremos a sua nova dimensão, a qual avança, carregando consigo a alta dose de violência que deixa, cada vez mais, os moradores da cidade com o mesmo sentimento encontrado em outras capitais do Brasil. A trajetória encontrada nas partes do país é reproduzida em Salvador nas décadas de 80 e 90. Só para se ter uma ideia do que já ocorria em outras cidades brasileira, Rios

(1979) traça um perfil do que estava ocorrendo no Rio de Janeiro à época, e constata a presença do crime organizado e o avanço do crime violento deixando para trás a ideia do criminoso herói da literatura e da cinematografia, passando para condutas bestiais e desumanas, chegando às práticas do terror:

Outro aspecto importante é o aparecimento de quadrilhas ou bandos, até o momento nossa única variante de crime organizado. Sob esse aspecto, é singular a mudança. Até época relativamente recente eram poucos os atos delinquentes, capituláveis no art. 283 e seu parágrafo do Código Penal de 1940, onde se prevê a associação cujo fim específico é cometer crimes. Os delitos que eram objeto de associação se reduziam, com poucas exceções, a furto, contrabando, tráfico de mulheres e, nos últimos vinte anos, ao furto de automóveis para venda. A violência contra pessoa aparecia em tudo isso em caráter acessório e ocorria como defesa do delinquentes. De alguns anos para cá, no entanto, os bandos se tornaram mais frequentes, e armados. Quase sempre as armas são militares, obtidas de várias formas. E a variedade de crimes perpetrados é mais ampla, abrangendo, além dos tipos já citados, o tráfico de drogas, os assaltos a banco, supermercados ou postos de gasolina, churrascarias e restaurantes de luxo, todos os pontos, enfim, de afluência e seqüestros. Nessa nova e impressionante modalidade, a violência contra a vida e a integridade das vítimas passa a ser o elemento principal. E é hoje a forma de violência que se chama vulgarmente de ‘terrorismo’, embora despida entre nós, por enquanto, da conotação política ou ideológica da década de 60. (RIOS, 1979, p. 10).

Esse “terrorismo” já era uma prática constante na cidade do Rio de Janeiro, onde já não era possível se sentir seguro andando pelas ruas da cidade após as vinte horas (RIOS, 1979). Salvador iria experimentar de tal eventos anos depois, conforme figura 10.

Os registros de ocorrências da polícia baiana demonstram o avanço da criminalidade que induziria a construção de um quadro semelhante ao encontrado por Rios (1979) no Rio de Janeiro.

Houve, também, em Salvador, uma transformação na forma como eram praticados os crimes contra o patrimônio. As categorias de furto e roubo tomam rumos diferenciados, a partir da década de noventa, acarretando a transformação mais significativa do crime na cidade do Salvador.

Se a violência já era constatada em outras capitais nas décadas de 70 e 80, essa transformação alcança a capital baiana nos anos noventa. Embora sejam crimes cuja necessidade do autor é auferir, imediatamente, benefício financeiro, a superposição dos planos econômicos nos dá uma ideia aproximada do que caracterizava o contexto econômico do Brasil à época da transformação. Nada se pode afirmar sobre a influência de tais medidas econômicas sobre a atuação do criminoso, entretanto convém situar a realidade vivida pela nação no interregno de tempo estudado, embora não haja evidência estatística que possa sugerir que, se houvesse diante de alguma estabilidade financeira, haveria crescimento ou decréscimo dessas duas atividades criminosas.

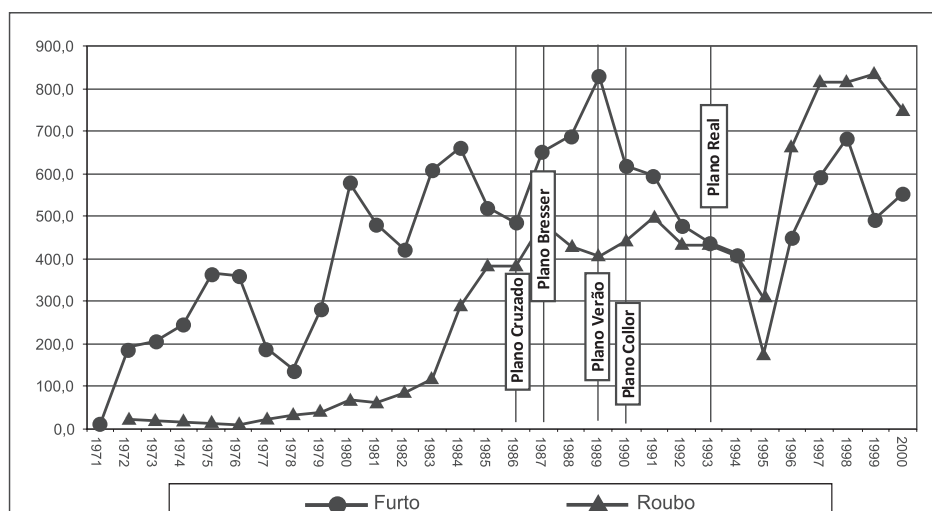


Figura 10 - Furtos e roubos registrados em Salvador nos anos 1971-2000, por grupo de cem mil habitantes.

Fonte: SSP/BA

A transformação do volume de crimes de roubos superando o de furtos ocorreu em Salvador, na década de 90, mais precisamente entre os anos de 1993 e 1994. Misse (2003) verifica essa mesma transformação, para o Rio de Janeiro, uma década antes, isto é, entre 1980 e 1983, confirmando uma tendência de aumento dos crimes violentos que assolavam o Estado já mostrada por Rios (1979). Caldeira (2001) constatou o mesmo evento em São Paulo, no início da década de 80, coincidindo com as informações do Rio de Janeiro.

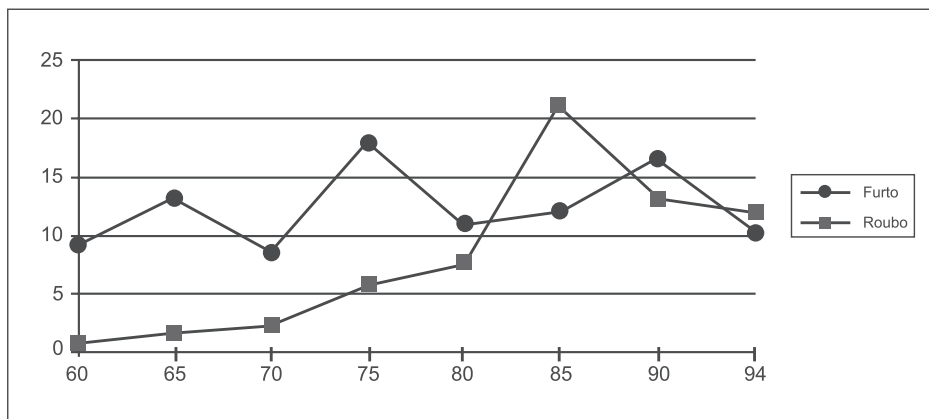


Figura 11– Número de infratores, com menos de 18 anos, acusados de furtos e roubos, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1960 e 1994 (por 100 mil habitantes).

Fonte: MISSE, 1003, p. 4.

A constatação de Misse sobre furtos e roubos é relevante (figura 11), pois foi possível averiguar a mesma transformação encontrada em Salvador duas décadas depois aproximadamente. O autor ainda ressalta que:

A mesma tendência pode ser observada, também no mesmo período, para a criminalidade convencional de adultos – a passagem do furto e do estelionato para os assaltos e roubos sistemáticos. Essa mudança de padrão ocorre, grosso modo, entre 1970 e 1980, associando-se ou substituindo-se, em seguida, ao crescimento do mercado, mais lucrativo e ainda menos arriscado, do tráfico de cocaína. (MISSE, 2003, p. 4).

Ainda de acordo com Misse (2003), houve, em seguida, outra troca de modalidade criminosa, isto é, optou-se por uma forma mais rentável de se obter maior renda: por meio da venda de drogas, já que esta propiciava maior renda do que a prática delituosa mais direta, representada pelo roubo.

Nos dados coletados junto à Secretaria da Segurança Pública da Bahia, não se pode ter essa constatação. Entretanto, no período, vê-se o crescimento do uso de entorpecentes e da prisão de traficantes, fatos que não eram contabilizados na década de setenta em Salvador, dada a sua pequena incidência. Nos anos seguintes, nota-se maior registro de crimes envolvendo drogas e o desaparecimento de contravenções como o jogo do bicho, os jogos de azar, a vadiagem, entre outras.

O tráfico de entorpecente e seu uso tiveram a seguinte evolução nas duas décadas em análise, conforme se vê exposto na figura 12:

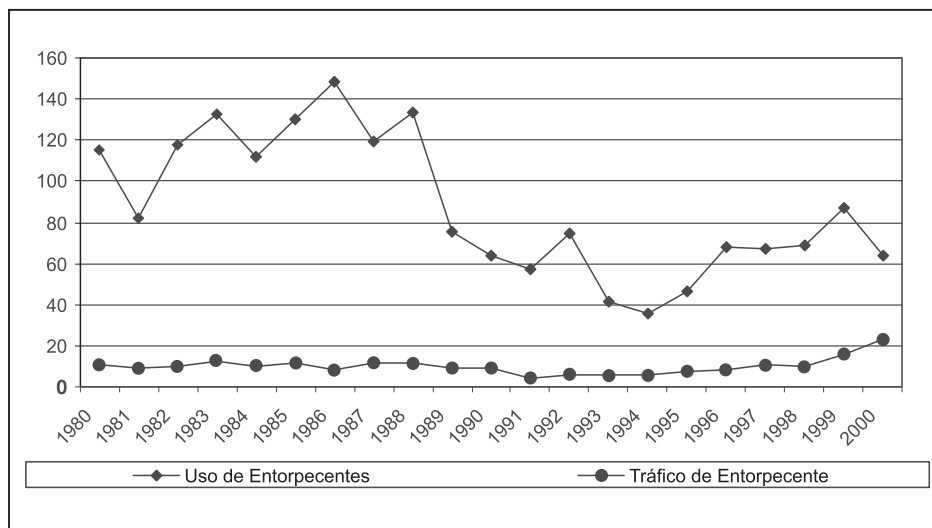


Figura 12 – Crimes de uso e tráfico de entorpecentes registrados em Salvador, nos anos 1980 – 2000, por grupo de cem mil habitantes.

Fonte: SSP/BA

A curva de uso é completamente disforme, pois não apresenta qualquer regularidade ao longo do período, enquanto a tendência do tráfico de drogas é mais regular e apresenta uma ascensão durante a década de noventa, apresentando um avanço temporal diferente do de outras capitais, as quais tiveram a aumento do tráfico de drogas em outro momento de sua evolução social. Segundo Dowdney (2002), no Rio de Janeiro, as drogas iniciaram sua história de tráfico desde a década de vinte, mas foi no final da década de setenta, com a expansão do tráfico da cocaína, que este crime veio a se transformar em algo mais preocupante, pois se adicionou, a esse mercado ilegal, a violência para domínio de territórios de distribuição e venda. Associou-se a esse advento o aumento dos crimes letais a fim de assegurar as demarcações de pontos de distribuição. Entretanto o fato mais importante foi a adesão da sociedade, principalmente da camada mais pobre da população, ao consumo das drogas.

Nesse período, os crimes de homicídio, no Rio de Janeiro, apresentaram uma alta considerável, sendo a arma de fogo o meio mais empregado para o cometimento de tal delito.

Em 1980, foram registradas 1430 mortes por arma de fogo no município do Rio de Janeiro. Em 2000, já eram 2649. As mortes por arma de pequeno porte atingiram o máximo em 1998 com um total de 3182 homicídios relacionados com arma de fogo. (DOWDNEY, 2002, p. 89).

A associação de crimes violentos ao tráfico de drogas, bem como a desorganização dos organismos responsáveis pela manutenção da ordem, é muito recorrente no Brasil. A questão é que a criminalidade violenta surge em momentos históricos que não condizem com algumas assertivas tomadas como corolário para seu aparecimento. Os planos econômicos, tomados como parâmetro, não trouxeram nenhuma contribuição para o esclarecimento sobre o aumento dos furtos e roubos, pois eles cresceram independentemente da estabilização da economia ou se reduziram em períodos de conturbações no cenário econômico.

Já os homicídios apresentaram a seguinte progressão (figura 13):

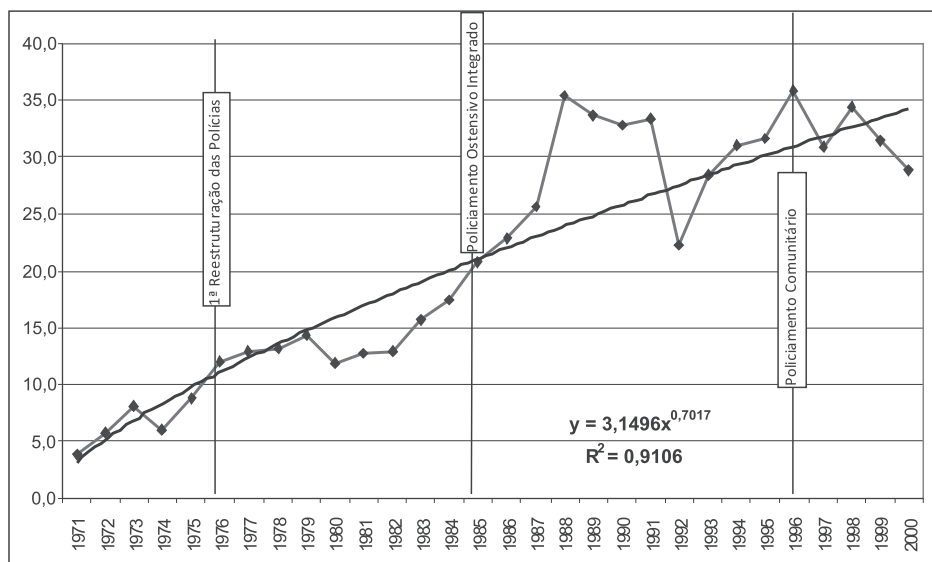


Figura 13 – Homicídios registrados em Salvador, entre 1971 e 2000, por grupo de cem mil habitantes.

Fonte: SSP/BA

Embora tivesse ocorrido uma estruturação da polícia baiana nos anos de 1976, 1985 e, por último, em 1996, as tecnologias de policiamento ostensivo aplicadas não foram suficientes para promover a redução da criminalidade, não se confirmando o que afirmou Peralva (2000, p. 87): “O

crescimento da criminalidade é inseparável da desorganização que afetou as instituições responsáveis pela ordem pública, no curso de uma transição democrática longa e difícil.” No caso de Salvador, houve uma atualização, realizada pela própria polícia, dos modelos aplicados, a qual, entretanto, não foi suficiente para conter o aumento da criminalidade violenta, sintetizada nos homicídios.

No Brasil, a tendência dos homicídios foi medida por Viapiana (2002). Em comparação com o que foi registrado em Salvador, nota-se que, em todo o período analisado, a capital baiana teve evolução dos índices de homicídios, por grupo de cem mil habitantes, sempre maior que a média nacional, conforme é possível se verificar na figura 14.

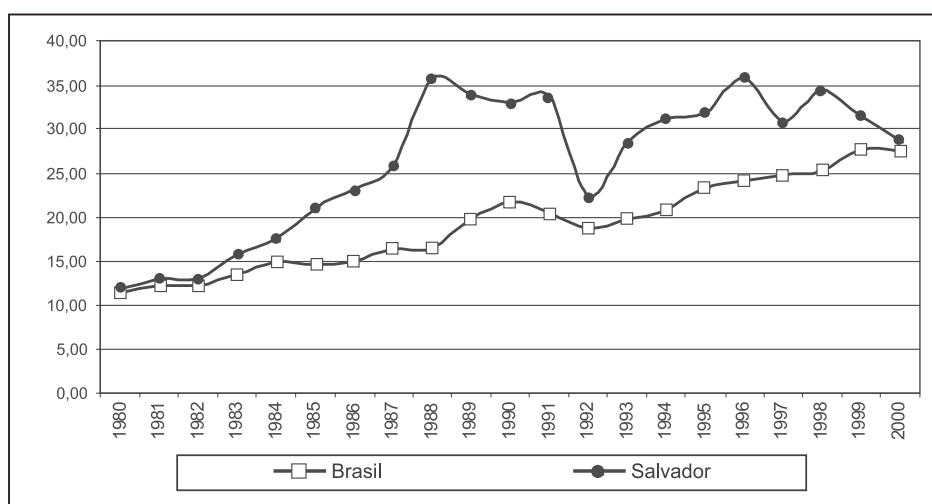


Figura 14 – Evolução dos índices de homicídios registrados no Brasil e em Salvador, entre os anos de 1980 e 2000, por grupos de cem mil habitantes.

Fontes: VIAPIANA, 2002, p. 25; SSP/BA

Nota: indicadores calculados pelo autor

Outros delitos, tais como arrombamento de casas comerciais, de residências e de veículos não tiveram seus quantitativos reduzidos depois de implementadas as modificações nas estruturas das polícias em Salvador. De um modo geral, os crimes apresentam aumento durante as décadas de 80 e 90, conforme verifica-se na figura 15.

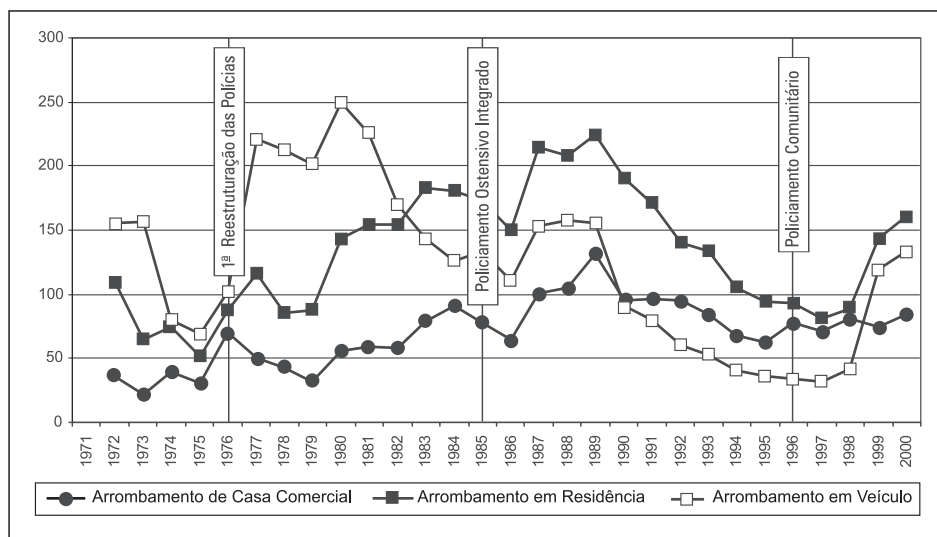


Figura 15 – Crimes contra o patrimônio registrados em Salvador nos anos de 1971 – 2000, por grupo de cem mil habitantes

Fonte – SSP/BA

As décadas de 80 e 90 tiveram um perfil bem diferenciado das anteriores. Para se confirmar tal hipótese, é preciso verificar se as médias decenais são iguais ou diferentes. É evidente que, se não houve mudança na atividade criminosa, as médias decenais apresentariam a tendência de ser iguais ou teria uma alta probabilidade de não ser diferentes. Aplicando-se um teste estatístico para comparação das médias, por meio do uso do software estatístico Minitab, obtiveram-se médias decenais referentes às décadas de 70, 80 e 90, que apresentaram, respectivamente, os valores: 323, 5.637 e 13.419 roubos. Confirmando-se que não há igualdade entre elas, mesmo considerando seus desvios-padrões iguais a 282, 3173 e 5.102 roubos, respectivamente, chega-se a concluir que, no nível de um intervalo de confiança de 95%, há uma probabilidade p igual a zero de que sejam iguais.

Desse modo, pode-se considerar como certa a inexistência de evidência estatística de igualdade entre as médias decenais dos crimes de roubos. Não restando dúvida de que as décadas de 70, 80 e 90 são completamente distintas entre si, comprova-se que elas apresentaram valores crescentes para o número de crimes violentos, apresentando, as últimas décadas, os maiores valores registrados para esse tipo de crime.

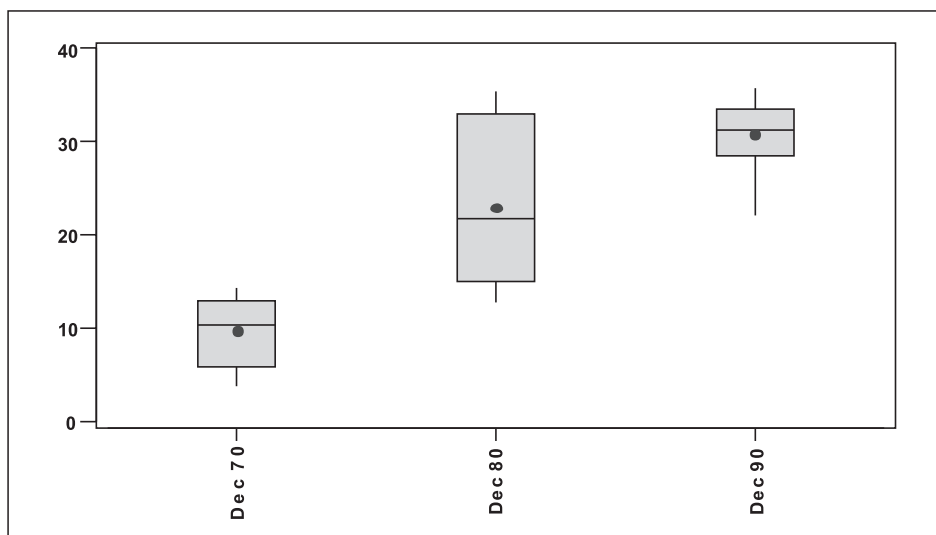


Figura 16– *Boxplots* das médias de roubos registrados em Salvador, nas décadas de 70, 80 e 90, por grupo de cem mil habitantes.

Fonte: cálculos do autor – Software Minitab.

Os retângulos contidos na figura 16 acima mostram divisões que são interpretadas do seguinte modo: a linha no seu interior representa a mediana e os valores acima e abaixo dela correspondem a 50% dos dados registrados. O retângulo que fica abaixo da linha mediana é a representação dos valores que estão entre o primeiro quartil e a mediana. Já o retângulo que se situa acima da mediana corresponde aos valores que separam a mediana e o valor do terceiro quartil.

Na década de 70, os valores são tão compactos que não se vê diferenciação entre os valores da média e a mediana e os quartis. Na década de 80, temos uma separação nítida entre os 50% dos registros mais baixos, os quais levaram a média a ser menor que a mediana, embora 50% dos registros estejam concentrados acima da média, demonstrando a tendência de aumento dos roubos que iria ocorrer da década seguinte. Nos anos noventa, a posição *boxplot* é inversa daquela registrada para os anos anteriores. Há uma maior quantidade de registros referentes aos anos finais da década, e a média se estabilizou nos 50% dos valores mais altos, havendo evidência estatística de que houve transformação neste tipo de delito, isto é, os anos noventa foram mais violentos que os anos oitenta e esses foram mais violentos que os anos setenta.

A mesma conclusão foi confirmada para os homicídios, os quais se comportaram da seguinte forma, conforme nos mostra o quadro de análise de variância univariada a seguir:

Quadro 2⁵ - Análise de variância dos homicídios registrados em Salvador nas décadas de 70/80/90

Análise de Variância Univariada

Análise de Variância					
Fonte	GF ⁶	SQ	QM	F	P
Entre	2	1581923	790962	48.52	0.000
Dentro	27	440122	16301		
Total	29	2022045			

Intervalo de confiança de 95% para média, baseada no desvio-padrão agrupado					
Níveis	N	Média	D. -padrão		
Década 70	10	126.7	59.2	(---*---)	
Década 80	10	420.2	190.3		(---*---)
Década 90	10	689.0	95.8		(---*---)

Desvio-padrão agrupado = 127.7			200	400	600
--------------------------------	--	--	-----	-----	-----

O quadro 2 mostra que, ao se analisarem os dez registros dos anos que foram contabilizados para cada década, 70, 80 e 90, obtiveram-se, respectivamente, os valores médios de homicídios iguais a 126,7, 420,2 e 689. Cada década teve, como desvio-padrão, os valores 59,2, 190,3 e 95,8 homicídios, cuja média, com o seu intervalo de confiança de 95%, está inscrita na parte inferior direita do quadro 1, acima.

A probabilidade p , que testa se as médias das décadas são iguais, resultou no valor de p igual a zero, pelo que se conclui que não há evidência estatística que permita afirmar a existência de igualdade entre as médias decenais dos homicídios, mostrando, inclusive, que os valores das médias dos homicídios se comportaram da mesma forma que as médias decenais dos roubos. Embora os valores de referência tomados aqui para os delitos sejam absolutos, é preciso atentar para seus índices relativos, considerando o aumento da população. Neste caso, é necessário encontrar a relação entre o número de homicídios e a população nos intervalos de tempo correspondentes. Outro fator relevante também é o estabelecimento de uma comparação com informações provenientes de outras fontes de registro desse tipo de delito, a fim de saber se há uma confirmação

⁵ Resultados obtidos por meio do *software* Minitab, para o cálculo de ANOVA (abreviação de *ANalysis Of VAriance*).

⁶ GL – Grau de liberdade; SQ – soma dos quadrados; QM – quadrado médio; F – estatística F; P – probabilidade

de crescimento da violência, independentemente do sistema de coleta de dados, o que confirmaria tal tendência. .

Além dos dados coletados junto à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, foram consideradas na confecção da tabela 8 abaixo, as informações existentes nas seguintes publicações Waiselfisz (2000 e 2002), inseridas como *Mapa da violência II* e *Mapa da violência III* Santana, Kalil e Oliveira (2002), que figuram sob a rubrica *Rastro da violência em Salvador – II*.

Tabela 8 - Comparação dos índices de homicídios registrados em Salvador, entre os anos de 1980 – 2000, por grupo de cem mil habitantes, segundo a fonte de informação.

Anos	SSP/BA		Mapa da violência II		Mapa da violência III		Rastro da violência II	
	Índice	Total	Índice	Total	Índice	Total	Índice	Total
1980	11,9	178	-	-	-	-	-	-
1981	12,8	198	-	-	-	-	-	-
1982	12,9	205	-	-	-	-	-	-
1983	15,7	258	-	-	-	-	-	-
1984	17,4	294	-	-	-	-	-	-
1985	20,8	363	-	-	-	-	-	-
1986	22,9	411	-	-	-	-	-	-
1987	25,7	474	-	-	-	-	-	-
1988	35,5	676	-	-	-	-	-	-
1989	33,7	660	21,5	425	-	-	-	-
1990	32,8	663	13	263	-	-	-	-
1991	33,4	697	1,9	39	1,9	39	-	-
1992	22,3	470	10,3	215	10,3	215	-	-
1993	28,4	607	33,1	701	33,1	701	-	-
1994	31	672	40,2	863	40,2	863	-	-
1995	31,7	696	30	653	30	653	-	-
1996	35,9	793	38,3	846	38,3	846	-	-
1997	30,9	700	41,6	935	41,2	935	35	787
1998	34,5	801	15,4	351	41,2	959	39,4	895
1999	31,5	750	-	-	41,2	983	32,2	741
2000	28,8	704	-	-	41,2	1.007	31,3	764

Fontes: SSP-BA; WASELFISZ (2000 e 2002); SANTANA; KALIL; OLIVEIRA (2002)

Nota: Para os dados da SSP-Ba, os cálculos dos índices, por grupo de cem mil habitantes, foram feitos pelo autor

Cada uma das fontes anteriormente citadas possui uma base de dados diferenciada. A Secretaria de Segurança Pública – SSP/BA apresenta dados coletados de fonte primária e classifica suas informações segundo a tipificação penal que posteriormente servirá ao Poder Judiciário para instruir o processo. Os *Mapas da violência II e III* têm sua base de dados no Datasus, do Sistema Único de Saúde. Há, porém, deficiência na consolidação das informações, pois existem registros diferentes para quantitativos de crimes de um mesmo período (1998). A obra *O rastro da violência em Salvador – II*, que coleta os dados junto ao Instituto Médico Legal, mostra números diferentes tanto daqueles da SSP/BA quanto dos contados pelo sistema Datasus, resultando disso uma confusão numérica que impossibilita uma constatação única sobre as mortes por homicídios. Apesar dessa disparidade, os valores demonstram que há uma evolução da violência na cidade de Salvador. Tal constatação, também, é válida para o resto do Brasil.

No que se refere a outras ocorrências cujas causas são independentes de outro agente humano, as mudanças foram pouco significativas ao longo do tempo, não havendo aprofundamento da violência durante o período em análise. Os suicídios, por exemplo, se comportaram da seguinte forma (figura 17):

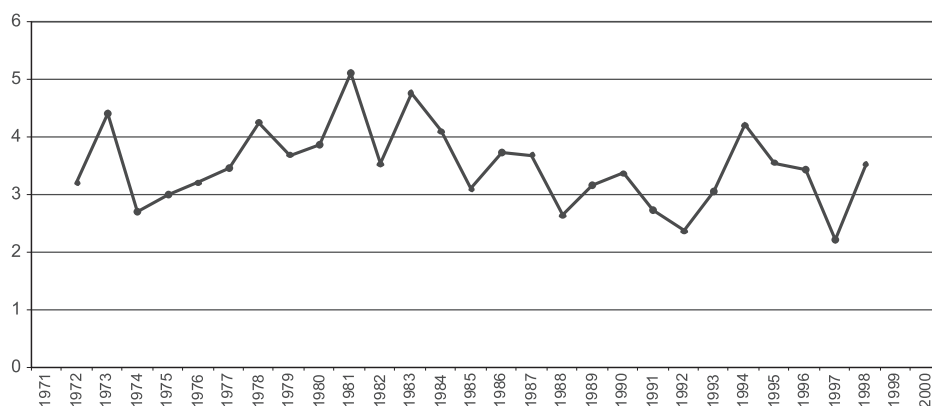


Figura 17 – Índices de suicídios registrados em Salvador, nos anos de 1972 – 1998, por grupos de cem mil habitantes

Fonte: SSP/BA

Para este tipo de ocorrência, seus índices não mostram diferenças abruptas, não denotando nenhum quadro de transformação. Segundo Durkheim (2000), essa pouca variabilidade pode estar relacionada com

tendência ao suicídio que cada sociedade possui.

Outra categoria de crimes violentos que merece uma certa análise são os de natureza sexual, cometidos contra mulheres e crianças, ou seja, os crimes de estupro e sedução. A história do estupro confirma as mudanças de interpretação desse delito. Em épocas anteriores, em algumas culturas, a mulher era considerada como alimentadora do processo que a conduziria ao estupro. Segundo Vigarello (1998), por volta do século XVI, os roubos, principalmente nas estradas, tinham uma penalidade maior que o estupro, isto é, a lei tratava com mais rigor os crimes contra o patrimônio que os contra a pessoa. A pesquisa do autor mostrou, também, que, na atualidade, houve uma transformação da sociedade para lidar com a questão dos crimes envolvendo pessoas, notadamente, contra grupos minoritários ou que não tenham as mesmas condições de se defender. Assim, Vigarello nota que:

O acentuado crescimento das cifras atuais, a emoção coletiva suscitada pelo crime sexual compõe uma outra imagem, esclarecendo, à sua maneira, a sociedade de hoje. Igualdade inédita entre o homem e a mulher, transformando inteiramente a atitude das vítimas, dando mais legitimidade à queixa e mais equidade ao processo. Visão totalmente diferente ainda dos efeitos do crime, dominados pelas conseqüências psicológicas e seu dano a longo prazo, o trauma, a dor interior. O resultado do crime não é mais a imoralidade, mas a morte psíquica; a questão não é mais a depravação, mas a quebra de identidade, irremediável ferida à qual a vítima parece condenada, o que concede um lugar definitivamente novo ao estupro contra crianças. A violência sexual se impõe aqui como violência primeira, crime ainda mais atroz por atingir um ser projetado como ideal de pureza, potencialidade ainda mais absoluta porque o sentido deixa de ser proveniente da imagem tradicional dos pais e da autoridade. (VIGARELLO, 1998, p. 248).

A visão de Vigarello (1998) se confirma por meio dos dados empíricos, os quais são reproduzidos para Salvador de forma mais acentuada. Os crimes de estupro são mais denunciados e as apurações são tratadas com maior rigor, entretanto foi encontrada, ao longo das décadas em análise, uma forte transformação em relação aos períodos anteriores. O gráfico seguinte, mostra a evolução dos crimes, o que torna mais visível a tendência de acréscimo ao longo das décadas, conforme figura 18.

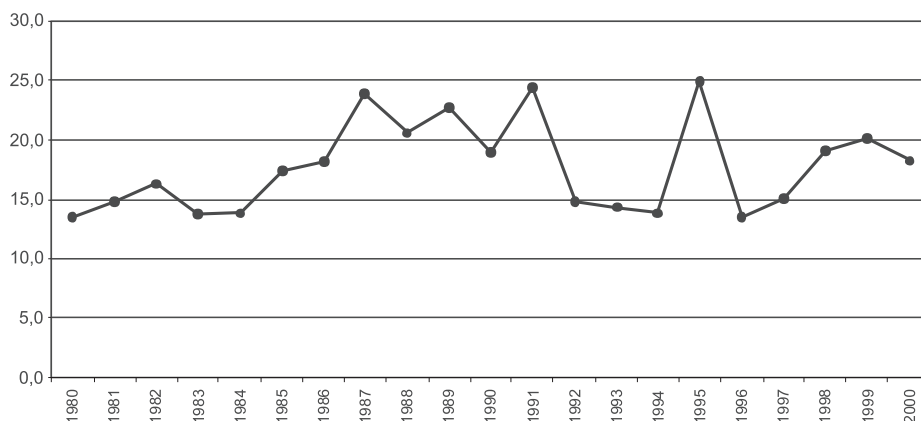


Figura 18 – Estupros registrados em Salvador, nos anos 1980 – 2000, por cem mil habitantes.

Fonte: SSP/BA

Outros aspectos relacionados à transformação desse delito estão adstritos aos perfis dos autores e das vítimas, os quais sugerem a necessidade da avaliação de alguns dados pormenorizados para que se possa entender o que realmente mudou ao longo do tempo. As interpretações para esse fenômeno são dadas por Araújo (2002), pesquisadora que esclarece que a década de 70 foi marcada pelos movimentos feministas. Deste modo, os discursos giravam em torno dos direitos da mulher e da guerra dos sexos, a verificação de virgindade (18% dos exames realizados) antecedia o início das apurações dos crimes de estupros (17% dos casos), que apresentavam aumento regular. Já a sedução tinha uma frequência percentual de 57% dos casos periciados e o atentado violento ao pudor apresentava uma participação de 8%. A maioria dos agressores dessa década se encontrava no seio da família, já que eram comumente parentes, namorados, vizinhos, entre outros.

O aumento considerável de perícias, na década de 80, conforme notou Araújo (2002), em sua pesquisa, demonstrou a continuidade e aumento dos crimes praticados contra mulheres e crianças. Nessa década, a verificação de virgindade ainda é o exame de maior incidência no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, em Salvador, segundo a pesquisadora. Tem-se ainda o tabu da virgindade (36,72% dos exames), porém os estupros passam a ter uma importância mais acentuada, tendo uma incidência de 28,77% das perícias. Já os exames de atentado violento ao pudor im-

portaram em 5,23% dos casos periciados pela medicina legal e a sedução teve 29,28% dos registros.

Um aspecto a ressaltar é que a década, apesar das estatísticas, foi marcada também pela quebra do silêncio feminino em relação aos crimes sexuais e pela mudança do perfil dos autores e da forma dos crimes: passaram a ser cometidos por pessoas não conhecidas pelas vítimas, há uma incidência de autoria múltipla e com emprego de arma de fogo e grave ameaça. Tornou-se comum a prática do estupro associada a roubo (assalto), principalmente nos casos em que as vítimas eram abordadas no interior de automóveis. A violência presumida em relação à idade esteve registrada nos casos em que se tratava a vítima era uma criança.

Na década de 90, há uma mudança na proporção das perícias: o estupro passa a participar de 51,35% dos casos, seguido pela verificação de virgindade (18,76%), sedução (17,18%) e atentado violento ao pudor (11,71%). Neste último também se insere o crime em que é um homem o “objeto” da sevícia do autor do estupro, havendo, nesses casos, silêncio por parte das vítimas. Constatou-se também um aumento exagerado da violência sexual familiar quando passaram a ter como autores padrastos, avós, irmãos e tios, em alguns casos seguido de homicídio das vítimas.

De um modo geral, é possível verificar transformações nos delitos que possuem uma ação direta do homem criminoso sobre suas vítimas. Os meios empregados para cometê-los tornam-se cada vez mais sofisticados e a ação muito mais cruel que em tempos passados, denotando, assim, uma transformação significativa ao longo do tempo.

Por outro lado, é preciso avaliar outras ocorrências, cujas características não têm relação com agentes criminógenos, isto é, não são atos dolosos, mas influenciam algum crescimento no número de casos de lesão corporal ou morte. Tais fatos estão diretamente ligados a ação de imprudência, imperícia ou negligência dos envolvidos.

Dentro desse contexto, temos o caso específico das lesões corporais e mortes advindas do mau uso do automóvel, das péssimas condições das vias e do tempo, as quais não circunscrevem o circuito dos crimes dolosos, mas promoveram uma grande comoção pública, deixando a população estarrecida diante da brutalidade da apresentação dos registros

policiais e de alguns acidentes individuais. A figura 19 mostra a evolução do índice de lesões corporais provenientes de acidentes de veículos.

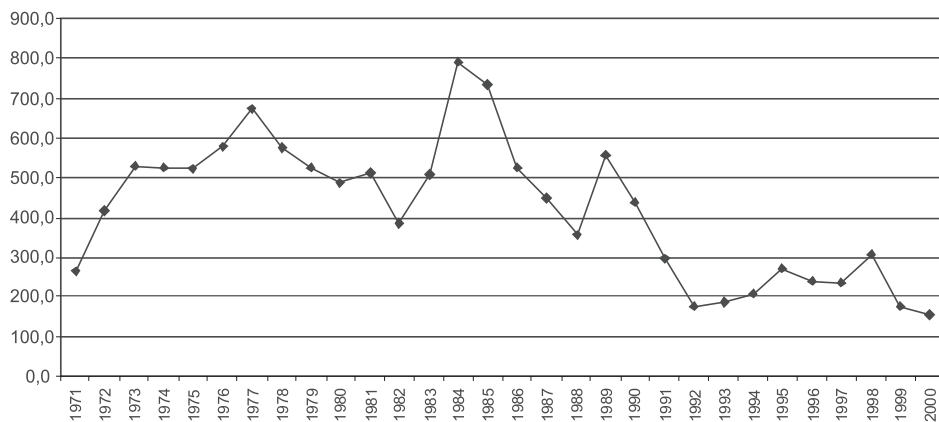


Figura 19 – Evolução do índice de lesões corporais decorrentes de acidentes de trânsito em Salvador, nos anos de 1971 – 2000, por grupo de cem mil habitantes.

Fonte: SSP/BA

Constata-se que houve uma queda acentuada do número de lesões corporais na década de noventa. O novo Código Nacional de Trânsito provocou mudanças na conduta dos motoristas, os quais foram submetidos a sanções mais severas em relação às multas aplicadas em decorrência das transgressões de trânsito e a sociedade passou a ser mais vigilante em relação à educação para o ato de dirigir. Ressalta-se que a década de 80 foi atípica, possuindo uma média anual de 9.281 lesões, distanciando-se das décadas de 70 e 90 que tiveram médias anuais de 6.526 e 5.018 lesões, respectivamente.

Dentro desse contexto, foi preciso analisar as mortes provocadas por acidentes de trânsito, as quais se apresentam de forma tão cruel quanto os homicídios. Ao se avaliar a incidência desse tipo de ocorrência, nota-se que as informações seguem o mesmo padrão das lesões. A década de noventa apresenta-se com valores inferiores aos anos anteriores, demonstrando uma maior conscientização e responsabilidade do ato de dirigir dos condutores de veículos.

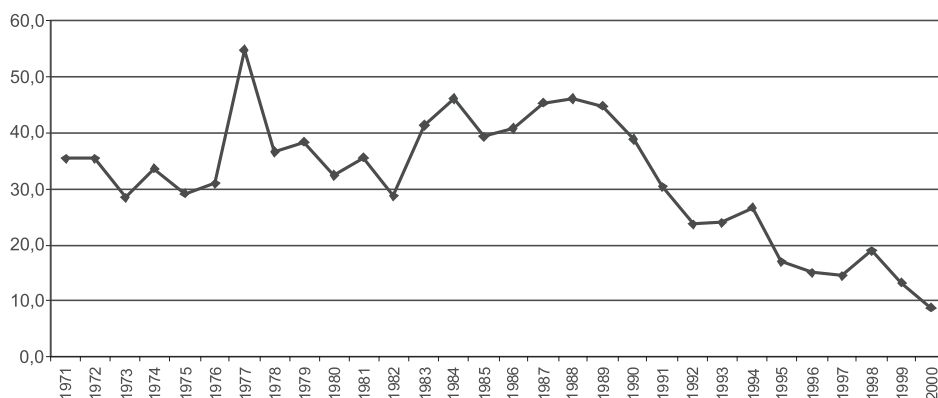


Figura 20 – Evolução do índice de mortes registradas no trânsito de Salvador, nos anos de 1971 – 2000 (valores calculados por cem mil habitantes)

Fonte: SSP/BA

As décadas de 70 e 90 são bem semelhantes e, novamente, a década de 80 (figura 20) também se destaca com o maior número de mortes provocadas por acidentes de veículos. O número médio de mortes nos anos oitenta foi de 725 pessoas, superando o registro de homicídios, que foi de 420 pessoas mortas, em média, na mesma década. Comparando-se os dados dos anos setenta, o trânsito também matou, em média, mais que os homicídios. Ocorreram 451 mortes no trânsito, contra 127 homicídios em média. Nos anos noventa, o quadro é bem diferente: foram registradas, em média, 422,6 mortes no trânsito contra 689 homicídios, contrariando o que fora constatado nas décadas anteriores e demonstrando, claramente, a violência presente na cidade do Salvador na última década do século XX.

Para outros delitos e contravenções penais não há uma regularidade na coleta de dados. O jogo do bicho, assim como embriaguez, vadiagem, falso alarme, perturbação do sossego público, entre outras, deixam de ter regularidade no computo estatístico das ocorrências policiais. Se, nas décadas anteriores, o serviço era feito de maneira precária (excetua-se a década de oitenta), nos anos noventa, mesmo se tendo um aporte de tecnologia computacional, a estatística deixou de ser calculada de forma regular.

Enfim, os dados numéricos comprovam que as décadas de 80 e 90 foram mais violentas que as anteriores. Essa violência se traduziu pelas formas difusas e bestiais com que os crimes eram cometidos na cidade de Salvador, fato este que só é evidenciado a partir do final da década de 80 e por todos os anos noventa. Tem-se, também, a inserção de novos atores no cometimento de delitos e a mudança de suas práticas, transformando a

cidade em um território uniforme da ação violenta dos criminosos. Na cidade, não há mais locais considerados seguros.

7.1.3 Vida nas ruas: medo e insegurança

Segundo afirmação de Robinson (2001), o mundo nunca esteve tão perigoso quanto no final do século XX. Robinson analisou as questões relacionadas ao crime organizado e sua ação global, num trabalho intitulado *A globalização do crime* no qual o pesquisador constatou que os grupos de criminosos estão cada vez mais organizados e possuem ação sem fronteiras em todo o mundo. Para ele, há uma profissionalização do crime que vem se aperfeiçoando ao longo do tempo, por meio da união de diversos tipos de grupos de criminosos os quais, dentro de suas especialidades, acabam formando uma logística complexa para práticas de delitos. Ele constatou que:

[...] as organizações criminosas transnacionais abordam a logística, gestão de pessoal e contabilidade de maneira profissional. Elas pesquisam e desenvolvem novos produtos. Contratam especialistas para orientá-los pelo labirinto complexo e em constante mudança dos assuntos legais, das técnicas de marketing e todos os aspectos das finanças. Elas conhecem fluxo de caixa, reinvestimentos, *franchising*, administração do tempo e administração dos riscos. Aprenderam a estabelecer e manter redes de empresas de fachada, a negociar preços, decidir métodos de entrega, criar cronogramas de pagamentos e instilar em tudo isso uma filosofia que leva em conta desenvolvimento futuros de mercado. (ROBINSON, 2001, p. 19).

Essas organizações criminosas internacionais possuem ramificações em boa parte dos países, principalmente naqueles que servem como rota para tráfico de toda espécie de produtos ilegais. O autor cita o Rio de Janeiro como local de conexão para o crime organizado internacional e como ponto de lavagem de dinheiro.

Nos anos 90, Salvador teve diversas apreensões de drogas em seu aeroporto internacional, com predominância da cocaína, a qual seria transportada para países da Europa. Além de caracterizar-se como conexão para o crime global, a capital baiana, também, foi palco do crime regional e local, com vistas à disputa pela liderança do território do jogo do bicho.

No primeiro ano da década de 90, Mota e Francisco publicam, no jornal *Folha de São Paulo*, em edição de 27/05/1991, que “Salvador vira a ‘capital’ da miséria e barbárie” (1991, p. 10), indicando que houve 53 lin-

chamentos e 37 mortes de meninos de rua. Ainda segundo o periódico, a miséria se espalha pelas ruas, onde famílias inteiras se abrigam ou moram debaixo das marquises dos prédios de classe média, convivendo junto com o lixo urbano depositado em local proibido.

Os meios de comunicação transmitem com ênfase a “onda de crimes” em que os habitantes da cidade se veem envolvidos. As notícias de assaltos, homicídios, furtos, extermínio de menores, exploração de jovens e crianças, roubos a ônibus e a motoristas de táxis fazem crescer o medo dos moradores e a descrença na polícia. O clima de insatisfação e de insegurança atinge as entidades de classe que, por meio de protestos e paralisações, reclamam por mais segurança na cidade. O medo pela grande quantidade a roubos e latrocínios aos cobradores ou motoristas de transporte coletivo resultou em movimentos de paralisação, fazendo com que houvesse mobilizações sociais e movimento de paralisação por parte de categoriais profissionais, a exemplo dos motoristas de ônibus.

O aumento dos registros das ocorrências criminais e das notícias veiculadas pelos meios de comunicação faz crescer o medo da coletividade soteropolitana. Apesar de a capital baiana não possuir programas de televisão específicos para mostrar a ação dos criminosos ou da polícia, ela acaba ficando refém dos episódios diários da ação dos marginais que atuam em São Paulo ou Rio de Janeiro, ampliando ainda mais o pavor em relação à criminalidade.

Há, igualmente, segundo afirma Caldeira “a fala do crime” a qual se reveste de “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante” (CALDEIRA, 2000, p. 27). Para a autora:

A repetição das histórias, no entanto só serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas. Assim, a fala do crime alimenta um vínculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é um só tempo combatida e ampliada. (2000, p. 27).

Essa fala é o cimento que calcifica o sentimento da comunidade diante dos fatos que são gerados a partir do aumento da criminalidade e a sua respectiva transformação numa modalidade mais violenta constatada em Salvador a partir das décadas de 80 e 90. Temos tal realidade apoiada nos indicadores de criminalidade violenta, apurados nos vinte últimos anos que demarcaram o final do século XX.

A aplicação da análise criminal no contexto local proporciona a antecipação de problemas que, certamente, viriam ao longo do tempo. Nos anos posteriores a cidade de Salvador se viu imersa na criminalidade, tendo índices altíssimos de homicídio. Os estudos efetuados no final do século XX já indicavam o aumento substancial de algumas modalidades de crime.

A Análise Criminal Estratégica tem esta finalidade, isto é, apontar as tendências de longo prazo, dando ao gestor público conhecimento das transformações em andamento, possibilitando a tomada de decisões quanto à aplicação dos recursos públicos.

Na seção seguinte, temos uma aplicação da Análise Criminal Estratégica em uma região. Neste caso, nos importa o comportamento da criminalidade em municípios com perfis diferenciados, desenvolvimento regional, centralidade das cidades e como a criminalidade se manifesta diante dessa diversidade. Para efeito de análise será aplicada uma teoria específica para compreender o fenômeno da criminalidade.

7.2 APLICAÇÃO DA TEORIA DA LOCALIDADE CENTRAL NA ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA⁷

Essa teoria é um exemplo de conhecimento que é bastante útil para análise criminal. Ela pressupõe a análise das cidades dentro do contexto de suas inter-relações. A seguir será apresentada uma Análise Criminal Estratégica Regional aplicada ao estado da Bahia, como exemplo de sua aplicação. Os dados do estudo referem-se a um intervalo temporal bem distante da atualidade (2015) para fins de comparação e de possibilidade de uso dos resultados do estudo com a finalidade de tomada de decisão e minimizar os efeitos decorrentes do que foi constatado.

O estudo do fenômeno urbano induziu a produção de teorias que visavam explicar as funções da cidade e sua influência sobre algumas outras cidades. A teoria da localidade central segue no esteio das teorias da localização (SILVA, S., 1976). A teoria do lugar central tem origem na década de 30 em que Christaller (1966) explica a distribuição de recursos e serviços em espaços urbanos, ocasionando o aparecimento de economias homogêneas na Alemanha sulista. A existência das cidades centrais, segundo Christaller, produziria a atração de consumidores para o mercado em crescimento nessas regiões, tendo como fenômeno predominante nessas cidades a concentração de assentamentos urbanos em demasia. Esse

⁷ Silva (2010)

aumento da população urbana nesses lugares resultaria num desequilíbrio entre as condições favoráveis para o crescimento da localidade.

As cidades centrais seriam responsáveis pela distribuição de bens e serviços tipicamente urbanos, tais como serviços médicos especializados, educação, entre outros. Tal disposição criaria níveis diferenciados de centralidade, resultando numa hierarquia entre os centros urbanos. Essa hierarquia estava vinculada à distribuição desses bens e serviços, ocasionando uma ordem de centralidade, isto é, localidades centrais de ordem superior que teriam uma vasta influência sobre outros centros regionais. Esses outros centros regionais fariam parte de uma centralidade de distribuição de bens e serviços de importância sub-regional ou local, obedecendo uma escala central de ordem inferior ou superior.

As localidades centrais possuem grande concentração de fluxos financeiros, comportando-se como centros polarizadores da economia regional. Na percepção de Andrade (1974, p. 12), “a polarização ou centralidade é encontrada em todas as áreas povoadas [...]”, ele excetua aquelas que estão sub-exploradas e se situam em regiões de grandes florestas. A constatação de Andrade induz a caracterização de uma cidade que também é vista como uma localidade que prova de processo de polarização econômica. A polarização traz consigo o fenômeno da centralidade, embora não sejam sinônimos (ANDRADE, 1974). Com a polarização da economia nas cidades ocorre o crescimento econômico, o que determina a atração de múltiplas relações com outras cidades. Como o crescimento econômico não aparece simultaneamente em todos os lugares (PERROUX, 1977), ele se manifesta em algumas cidades com variação de intensidade. As localidades que se destacam como polos de crescimento possuem graduações diferenciadas de aumento de suas economias, tendo nos seus interiores vetores de crescimento diferenciados e atuam de forma dispare em vários setores da economia.

A interpretação de Andrade (1974) sobre a coincidência dos termos polarização e centralidade coligem com percepção de Paelinck (1977, p. 163) o qual diferencia o conceito de polo de crescimento numa visão de crescimento econômico e funcional de Perroux decorrente da posição geográfica, e o crescimento econômico como uma “[...] combinação de fluxos de bens e serviços”. Nessa última afirmação encontra-se o apoio para confirmar que a centralidade é um efeito da polarização ou que a polarização causa o efeito da centralidade. Em ambos os casos tem-se o processo comum que é o adensamento populacional.

Christaller buscou explicar o arranjo espacial, tamanho e número de assentamentos na realidade alemã, contudo, notou que havia cidades que possuíam tamanhos equivalentes e aproximadamente equidistantes. Suas conclusões possibilitaram a definição das funções das cidades e modelar um padrão de ligação entre elas a partir dos processos produtivos em cada uma delas. A ligação entre as cidades era determinada por formas geométricas. Christaller partiu das seguintes premissas: todas as cidades tinham superfícies isotrópicas; havia uma distribuição uniforme da população entre elas; havia um poder de compra semelhante entre os consumidores de todas as localidades, o que determinaria sua proximidade aos mercados produtores; os custos de transportes eram iguais em todas as direções e proporcionais às distâncias dos centros distribuidores de mercadorias e não havia excesso de lucro, isto é, concorrência perfeita.

As explicações sobre as constatações de Christaller centram-se na constatação que havia uma oferta e demanda de bens e serviços urbanos que não estavam presentes em todas as cidades. Essa desproporcionalidade de oferta formaria dois tipos de economias: uma de alta ordem e outra de baixa ordem. Essa “ordem” diz respeito ao total de bens e serviços oferecidos. Assim, um lugar central é uma solução que fornece um ou mais serviços para a população que vive em torno dele. Ter um serviço de alta ordem implica a existência de serviços de baixa ordem em torno dele, mas não o oposto. Os assentamentos urbanos que oferecem bens ou prestam serviços de ordem baixa são considerados de assentamentos de ordem baixa. Já os que oferecem bens e serviços de alta ordem recebem a mesma nomenclatura.

A modelagem dos lugares centrais proposta por Christaller redundaria em constatação de três princípios, são eles: princípio do mercado; princípio do transporte e princípio administrativo. No primeiro concentraria, o centro distribuidor de mercadorias segundo a sua ordem. Isto representaria a formação psicológica do consumidor em buscar o lugar central onde ele tem a certeza de que encontra o bem pretendido. O segundo tem a convergência de vários meios de transporte, facilitando a procura de bens e serviços oferecidos pela cidade central. Já o terceiro princípio, conduz a população a buscar os serviços administrativos de ordem pública e privada que se instalam no lugar central, tais como: agências bancárias, serviços de governo, entre outros.

A constatação de Christaller, embora seja rica para a compreensão da cidade central, não obedece a um padrão tão uniforme como fora pre-

visto por ele. Por exemplo: os custos de produção podem variar não só por causa das economias de escala, mas também por compensações governamentais por falta de recursos naturais; os custos de transporte não são iguais em todas as direções, assim como a renda dos consumidores; os mercados rurais nem sempre estão distribuídos uniformemente; alguns fatores que influenciam na economia, tais como: cultura, política e liderança que são importantes, não estão distribuídas de maneira uniforme entre as cidades. Por fim, a competitividade entre as cidades pode conduzir a concorrências imperfeitas, produzindo custos adicionais que os consumidores não podem pagar.

A vantagem da teoria do lugar central de Christaller é ter uma forma de se descrever o padrão de urbanização, isto é, como é possível estimar o processo migratório e prever o acúmulo de assentamentos nos lugares que oferecem serviços de alta e baixa ordem. Essa teoria é fundamental para estabelecer a hierarquia entre os lugares e os centros urbanos. A hierarquização das cidades também produz o escalonamento da importância das cidades segundo as ordens de seus centros econômicos.

Outro aspecto relevante dentro da teoria das cidades centrais é a determinação das ligações entre os centros urbanos determinando o tipo de mobilização social dentro do território e a tipologia da cidade quanto à oferta e demanda por produtos e serviço. A partir dessa determinação, pode-se avaliar o desenvolvimento dos processos sociais que estão presentes no seu interior e viabilizar políticas públicas capazes de reduzir os impactos sociais danosos aos grupos que se formam em toda a cidade. A cidade, segundo a sua tipologia de centralidade, tem uma configuração urbana própria, fazendo com que seus habitantes desenvolvam características e hábitos bem diferenciados. Tais aspectos são norteadores para a compreensão de diversos processos sociais, inclusive da criminalidade. A importância regional delinea, em grande medida, o tipo de criminalidade presente em seu território. Assim, é importante avaliar a importância da centralidade da cidade e sua posição na rede urbana das cidades.

O exemplo da centralidade da Metrópole Nacional – São Paulo, revela o potencial de influência que uma cidade tem em relação às outras, cuja população converge para seu centro a fim de demandar produtos que são ofertados a partir dele, conforme conclusão do IBGE (2008). Na classificação do IBGE,

São Paulo, Grande Metrópole Nacional, tem projeção em todo o País, e sua rede abrange o Estado de São Paulo, parte do Tri-

ângulo Mineiro e do sul de Minas Gerais, estendendo-se a oeste pelos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Concentra, nos municípios que a compõem, cerca de 28,0% da população brasileira e 40,5% do Produto Interno Bruto - PIB de 2005. (IBGE, 2008, p. 13).

Com essa abrangência, São Paulo tem a maior número de capitais, assim como de centros sub-regionais e centros de zonas, conforme descrição da tabela 9. Tem-se também na tabela 5 os centros de importância regional numa quadro de rede de primeiro nível.

Tabela 9 - Dimensão das redes de primeiro nível de cidades brasileiras em 2007.

Redes de primeiro nível	Nº de capitais	Nº de centros sub-regionais	Nº de centros de zona	Nº de Municípios	População (2007)	Áreas (km²)
São Paulo	20	33	124	1.029	51.020.582	2.279.108,45
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20.750.595	137.811,66
Brasília	4	10	44	298	9.960.621	1.760.733,86
Manaus	1	2	4	72	3.480.028	1.617.427,98
Belém	3	11	10	161	7.686.082	1.189.659,23
Fortaleza	7	21	86	768	20.575.035	792.410,65
Recife	8	18	54	666	18.875.595	306.881,59
Salvador	6	16	41	486	16.335.288	589.229,74
Belo Horizonte	8	15	77	698	16.745.821	483.729,84
Curitiba	9	28	67	666	16.178.968	295.024,91
Porto Alegre	10	24	89	733	15.302.496	394.316,91
Goiânia	2	6	45	363	6.408.542	835.783,14

Fonte: IBGE (2008, p. 13).

Dentro das dimensões calculadas pelo IBGE, há entre os centros notificados uma centralidade dentro de cada território. Essa centralidade é determinada pelos níveis de oferta de bens e serviços urbanos descritos por Christaller (1966), bem como a formação da população urbana. Para se compreender o processo de urbanização, em especial a urbanização do Brasil, foi preciso recorrer à descrição de Santos (1994) sobre a urbanização brasileira. O estudo analítico feito por Santos (1994) revela o processo de assentamento populacional nas áreas urbanas no Brasil o que culminou com a formação dos centros metropolitanos além de ser um dos pressupostos para a formação dos mercados produtor e consumidor das cidades centrais.

O relato da urbanização pretérita ocorrida no Brasil descrito por Milton Santos (1994) revela o início do processo da constituição do meio

urbano no território brasileiro, criando um circuito urbano formado por quatro cidades do Recôncavo baiano, compostas pelas cidades de Salvador, Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré e apontadas como promissoras para o processo de início da urbanização do Brasil. Tal proposição não se confirmaria ao longo da história.

Santos (1994) destaca três períodos em que ocorreram formas diferenciadas da organização territorial no Brasil até o ano de 1720. Esse período compreende três marcos bem definidos, os quais foram classificados da seguinte forma: primeiro período, situado entre os anos de 1530 a 1570; segundo período, de 1580 a 1640 e por último entre os anos de 1650 e 1720. Nesses três intervalos de tempo teve-se a fundação de “[...] sessenta e três vilas e oito cidades.” (SANTOS, 1994, p. 18).

Já no século XVIII a urbanização tem maior amplitude em razão dos novos hábitos desenvolvidos pelos donos de engenhos, os quais passam a conservar grandes moradias nas cidades, retornando às fazendas nos períodos de colheitas e moagem, fazendo com que as residências citadinas se transformassem em suas principais residências.

As primeiras cidades brasileiras foram fundadas na sua parte litorânea e sua expansão se dá em decorrência do volume de comercialização dos produtos agrícolas. O que se nota, segundo Santos (1994), porém é que essa dependência do modelo de produção não produziu interdependência entre as cidades. Até o século XVIII as cidades e vilas que compunham os núcleos urbanos brasileiros tinham pouco ou quase nenhuma conexão.

Já no final do período colonial, poucas cidades se destacavam segundo seu núcleo urbano. Tem-se o início do processo de mecanização da produção e algumas cidades acumulam um grande volume de moradores, destacando-se a cidade de Salvador que reunia mais de cem mil habitantes no início do século XVIII. O crescimento urbano, após esse período, teve crescimento acelerado. No século XIX quatro cidades detinham população acima de cem mil habitantes (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife) (SANTOS, 1994, p. 21). No início desse século constata-se que a população deu um salto de 9,9 milhões de habitantes em relação ao ano de 1872, representando um incremento de 40% de crescimento populacional em vinte e oito anos. Nota-se o surgimento de cidades em todas as regiões do país entre 1920 e 1940, entretanto, o volume de nascimento dessas novas cidades se dá de forma desigual em vários territórios brasileiros, destacando-se as regiões de São Paulo, Nordeste, Leste e Sul do país.

O rápido crescimento demográfico é notável em todas as regiões do país, mas é nas cidades que esse volume populacional se aglomera. Entre os anos de 1920 e 1940 a população economicamente ativa se distribui entre os segmentos econômicos da agricultura, indústria e serviços, ficando perceptível o crescimento maior do setor de serviços em detrimento do volume de crescimento dos setores da indústria e agricultura. Após esse período, principalmente o pós-guerra, tem-se uma mudança significativa do setor produtivo do Brasil, o qual era fundamentado na agricultura, passando a indústria a ter uma contribuição maior no processo produtivo da economia brasileira. As cidades responsáveis pelo novo processo produtivo provam do aumento do volume populacional, juntamente com o acréscimo e importância dos processos administrativos do governo.

A mudança do modelo produtivo aliado à nova cultura agrícola (café) produz um modelo de desenvolvimento com base na interligação dos diversos territórios. Tem-se na criação das ferrovias e na criação dos meios de comunicação uma maior fluidez dos processos de integração dos diversos territórios. Por outro lado, há um aumento do fluxo de negócios internacionais, forçando o desenvolvimento de novas formas de trabalho e de consumo. A partir desse modelo de desenvolvimento, os diversos territórios passam por processo de diferenciação a partir da divisão territorial do trabalho. Segundo Santos (1994), a lógica da industrialização define os diversos territórios e os modelos de urbanização.

“A evolução recente da população urbana, agrícola e rural” (SANTOS, 1994, p. 29) se dá segundo o autor entre os anos de 1940 e 1980. Milton Santos trata esse período como a inversão do modelo da configuração espacial da distribuição da população brasileira. Contando com 68,86% da população morando em residências urbanas, contrapondo o volume de 26,35% verificada no ano de 1940, nota-se um aumento exagerado da população morando nas cidades. O índice de urbanização salta de 26,35% em 1940 para 77,13% e 1991. Esse aumento extraordinário iria trazer para esses núcleos urbanos carências que iriam refletir em diversos segmentos da sociedade, principalmente nas relações interpessoais.

Nessa parte da obra o autor destaca, por meio de estatísticas descritivas, a evolução da população total do Brasil, ressaltando o aumento da população da década de 80 em relação à década de 40, a qual cresce em 188,43%. Quando o item de comparação é o da população urbana a cifra registrada é de 653,03%, demonstrando o desequilíbrio da formação do processo de urbanização.

O contraponto desse crescimento da população urbana se dá no cômputo da população agrícola, na qual se constata que há um aumento dessa população, principalmente em razão da flutuação da população que reside em núcleos urbanos e trabalham no campo (boias-frias). Entre os anos de 1960 e 1980, tem-se o aumento de concentração de população agrícola na região Norte e redução em todas as demais. Quando se examina a população rural, esta se reduz em todas as regiões brasileiras, entretanto, tal redução é mais acentuada na região Sudeste.

Outro fator interveniente no processo de urbanização tratado por Santos (1994) foi “O meio técnico-científico” consubstanciado na inserção de novas descobertas científicas, mais propriamente as que têm aplicação imediata na agricultura e tecnologia da informação. Se para o meio agrícola, a aplicação de novas descobertas científicas favoreceu o aumento da produtividade, o meio urbano, através da população urbana viveu o acréscimo de seu contingente em razão da queda gradual da mortalidade. Embora se tenha um incremento de novo modelo de produção calcado na mecanização do território produzindo territórios desiguais.

Segundo Santos (1994), o Brasil provou de um acelerado processo de mecanização do território. A tecnologia da informação favoreceu a intercomunicação entre os diversos territórios provocando a integração entre eles. O advento do uso das estradas de ferro e das rodovias, juntamente com o aumento da infraestrutura, resultou num espaço apropriado para acúmulo de pessoas e atividades econômicas. Além desta consequência, teve-se ainda a integração do país, a internacionalização da economia, modernização da agricultura por meio da sua mecanização, o Brasil se tornou num exportador de produtos agrícolas e transformados, proporcionando também o aumento do consumo interno da população.

Tais mudanças criaram no Brasil novas frentes de desenvolvimento, dentre elas novos sistemas de engenharia que suportasse a implantação de infraestrutura, mudança na estrutura da produção agrícola e industrial, novas formas de geração de energia, construção de grandes rodovias, melhorias nas áreas de saúde, educação, lazer, entre outras. Diante de tal panorama de crescimento, a urbanização ficou concentrada, inicialmente, em algumas capitais, tais como: São Paulo e Rio de Janeiro, propiciando a formação de cidades polarizadoras.

O desenvolvimento que ocorreu nas cidades acima referidas não foi um fenômeno presente noutras capitais. O território brasileiro teve regiões com manchas de desenvolvimento, segundo Santos (1994). O

campo incorpora o capitalismo, passando a desenvolver diversas formas de produção. Essas modalidades produtivas geraram a necessidade de criação de uma rede articulada de comunicação entre os territórios, proporcionando a criação de novas rodovias e ampliação do sistema logístico em todo país.

Junto com o desenvolvimento teve-se um aumento substancial do consumo interno, conforme já foi notificado, e isto gerou a necessidade de ampliação do crédito, aquecendo o fluxo de capitais. Com o advento de maior circulação financeira abriu-se as oportunidades para produzir a modernização da tecnologia, fazendo com que houvesse o intercâmbio entre os territórios. A partir da agregação dessas novas tecnologias, aumentou-se a mobilidade das pessoas e dos produtos.

A partir do incremento dessas novas tecnologias (transporte e comunicação) o País passaria, segundo Santos (1994, p. 44), “[...] conhecer uma ocupação periférica”. A fluidez de capital estimulou a produção em vários territórios, provocando acúmulo de pessoas em várias cidades. Outro fator que interferiu diretamente na “fluidez do território” foi a ampliação da venda de veículos.

Para Santos (1994), a “diversificação e complexidade” dos meios de produção do território brasileiro tem uma nova dimensão da urbanização. Aumenta-se a quantidade de trabalho intelectual sem que houvesse acréscimo na cultura da população em geral. Houve uma ampliação dos serviços terceirizados e uma socialização maior dos serviços de saúde, educação e lazer.

A ampliação do consumo incrementa o uso do crédito e as operações financeiras para satisfazer as necessidades criadas no campo e nas cidades. Os territórios ficaram mais diferenciados em razão do aumento das atividades mecanizadas, a partir do emprego de mais recursos financeiros. As funções administrativas do Estado favoreceram a concentração de atividades econômicas privadas nas grandes cidades. Nesse quadro de consumo, Santos (1994) ressalta dois aspectos a ele relacionados, são: “consumo consultivo” e “consumo produtivo”. No primeiro tipo de consumo a demanda é diferenciada, em razão da renda de cada classe social e dos produtos oferecidos pelos territórios. No segundo tipo de consumo, houve uma busca por produtos que produzem a transformação, principalmente a de transformação agrícola. Houve, em grande medida, uma adaptação da produção vinculada à cidade. Tem-se então a mudança de perfis de cidades.

A cidade econômica assume o papel de reguladora das atividades do campo. Tem-se nessa nova cidade a concentração de produtos agrícola, levando a administração do campo para as cidades. Nelas refletem a divisão dos territórios, os quais se diferenciam pela “propensão a consumir” e “produzir”. Quanto maior a divisão, maior o nível de consumo e de produção. Um dos efeitos da divisão territorial do trabalho é a polarização, fato este que ocorreu com a cidade de São Paulo, a qual funcionou como uma região com forte atratividade de fluxo migratório. O reflexo imediato foi a divisão da classe média e o aumento da possibilidade de acolhimento da população pobre.

As urbes de porte médio acumularam também a capacidade de atrair população com certo grau de intelectualidade, constituindo assim uma nova classe média, a qual foi inserida em novos mercados de trabalho, tendo que prestar serviços de modo geral. Por outro lado, as cidades provaram de grande e contínuo processo migratório da população rural, população esta sem qualificação devida para desenvolver atividade presentes no meio urbano, constituindo-se num grande contingente populacional de pobres vivendo nas grandes cidades.

Essa diferente constituição do meio urbano, segundo o autor, ficaria mais complexa em decorrência da “Diversidade regional”. Tal diversidade era motivada por crescentes taxas de urbanização, requerendo novas demandas por infraestrutura e serviços urbanos.

A explosão urbana verificada a partir da década de 40, representada por uma taxa de urbanização de 31,2% da população total do Brasil iria nos anos 80 tornar-se aproximadamente em 68% das almas vivendo nas grandes metrópoles, tendo-se reconhecido que essa distribuição não era comum a todas as regiões. Embora se tenha alguma igualdade de taxa de urbanização para alguns períodos históricos, esse fenômeno é presente em algumas regiões motivado por fatores econômicos espasmódicos, a exemplo do ciclo da borracha no território amazônico. Nesse intervalo de tempo a taxa de urbanização da Amazônia era idêntica à do Sul do país. Esse fenômeno não se tratava de polarização, mas de macrocefalia territorial.

Já as regiões Sul e Sudeste formaram uma rede urbana articulada favorecendo uma maior divisão regional e participar da divisão internacional da produção. A industrialização produziu, entre outros efeitos, a modernização da sociedade, tendo que experienciar mudanças quantitativas e qualitativas. As interligações regionais produzidas pelos meios de transporte e de comunicação transformaram o território brasileiro em um todo integrado.

A “diversidade regional” notificada por Santos (1994) revela que houve integração entre as regiões, mas esses territórios não perderam suas características regionais produzidas pelos processos individuais de urbanização. O caso emblemático de Goiânia, proporcionado pela aplicação dos meios técnico-científicos de produção das atividades agrícolas, produziu um novo meio urbano fincado no cerrado brasileiro.

A região Nordeste apresentou processo de desenvolvimento diferenciado, principalmente em razão do conservadorismo da estrutura fundiária, ocasionando o acúmulo e manutenção da pobreza local. Essa vertente da economia nordestina fez atrasar a urbanização regional. Já a região Sudeste teve uma experiência de urbanização mais intensa, principalmente em razão da mecanização do território e emprego potencial dos meios técnico-científicos no modelo de produção. Ela também desenvolveu o processo de industrialização de forma pioneira.

O traço comum do processo de urbanização foi o surgimento de várias cidades com um contingente urbano muito grande sem que houvesse infraestrutura de equipamentos e serviços para suportá-lo. Embora não se tenha tido uma urbanização uniforme em todos os territórios, esse acúmulo de população urbana chega às cidades em tempos diferentes.

Milton Santos (1994, p. 69) trouxe uma reflexão sobre o “Brasil urbano e Brasil agrícola e não apenas Brasil urbano e Brasil rural”. Com o texto que precede esta expressão ele evidencia que a falta de emprego dos meios técnico-científicos nas atividades agrícolas em certas regiões inviabiliza a manutenção dos moradores no meio rural, pois a sua permanência neste espaço se dá em razão do exercício da atividade que lhe é própria. Como existe pouca atratividade no meio rural em decorrência da exiguidade de renda, a população busca a sobrevivência nos centros urbanos. Nesse sentido, é mais pertinente falar-se de Brasil agrícola e não rural.

Outro aspecto dentro da urbanização brasileira é o da “[...] concentração e metropolização”. Segundo Santos (1994), o Brasil teve a partir de 1970 uma nova configuração espacial nos seus aglomerados urbanos. A concentração de pessoas nas cidades mudou ao longo do tempo. Se uma cidade com 20.000 habitantes da década de 40 era considerada de médio porte, na década de 80, esse quantitativo passou a ser 100.000 habitantes no seu núcleo urbano para que uma cidade tivesse a mesma classificação.

O volume de cidades com população acima de 20.000 habitantes teve um aumento extraordinário no Brasil entre as décadas de 40 e 80. O au-

mento percentual foi de 58,20% em todo o país e de 690% na região Centro-Oeste. Já na região Norte, este volume de decrescimento foi de 21% de municípios com população acima de 20.000 habitantes. Entre as décadas de 50 e 80, a região Sudeste experimentou um enorme aumento populacional. Além de ter uma grande expansão de cidades com população acima de 20.000 habitantes, essa região passa a ter um maior número de cidades com mais de 100.000 moradores. Em todo Brasil, o quantitativo de aglomerados urbanos que possuía essa configuração, isto é, ter mais de cem mil habitantes, apresentou um aumento de 689% entre as décadas de 40 e 80. O aumento mais volumoso ficou concentrado nas cidades que até esse período conservou população entre 100.000 e 200.000 habitantes. Para esse grupo de cidades o aumento foi de 763,6%.

Um dos efeitos imediatos desse crescimento das cidades foi a necessidade de prestação de serviços públicos, tais como: transporte, saúde, educação, comunicação, segurança, entre outros, da demanda produzida pelo aumento substancial de população nos núcleos urbanos. Em torno dessas grandes cidades, criaram-se municípios de menor porte, os quais apresentaram crescimento agigantado. O aumento do volume populacional nessas cidades do entrono das grandes capitais produziu o efeito das chamadas regiões metropolitanas. O crescimento de tais municípios foi mais frequente nas regiões do Sul e Sudeste entre os anos de 1940 e 1980, conforme Santos (1994).

Esse aumento de fluxo populacional para algumas cidades proporcionou também maior fluxo de negócios. Nesses grandes municípios constatou-se a presença de uma “macrourbanização”, fenômeno este denominado de metropolização e que formaria as “cidades milionárias” presentes também no Brasil. Em 1960, segundo Santos (1994), existiam apenas duas cidade que ostentavam essa posição: São Paulo e Rio de Janeiro. Tais cidades e outras novas que emergiram desse conceito formariam as conhecidas, atualmente, como regiões metropolitanas.

O fenômeno das regiões metropolitanas se caracteriza pela união de vários municípios vizinhos ao redor de uma “megalópole” com o fim de desenvolverem atividades econômicas locais. Elas geram interdependência da grande metrópole. Nota-se que um aumento da população para a parte periférica das megalópoles ou para os municípios vizinhos provocou a expansão de diversos serviços de interesse coletivo.

No Brasil, o crescimento de suas maiores cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, se deu entre as décadas de 40/50. Nas décadas posteriores a ci-

dade de São Paulo teve crescimento diferenciado do que estava ocorrendo no restante do país. São Paulo, segundo Santos (1994, p. 77), cresceu “uma vez e meia” mais que o Rio de Janeiro. Esse aumento da população da região metropolitana de São Paulo potencializou-se após a 2ª Grande Guerra Mundial, tendo como motivação o advento do “milagre econômico”. Milton Santos (1994, p. 78) notifica que a macrourbanização teve maior impulsionamento entre as décadas de 70/80, o que levou um grande contingente de população pobre a residir nas cidades e provocar o esvaziamento do campo.

Outros fenômenos decorrentes dessa macrourbanização foram a irradiação dos processos mundiais da divisão internacional do trabalho, crise fiscal, maior expansão das ideologias e “difusão de ideias”, organização do trabalho e outras atividades econômicas típicas das cidades. Segundo o autor, a problemática metropolitana sofreu um viés interpretativo por meio de estudos técnicos voltados para análise de questões pontuais. O uso de pesquisas acadêmicas capazes de compreender a questão urbana contida num modelo de globalizado de relações sociourbanas dificultou ou limitou o processo de solução dessa problemática.

Um questionamento trazido à tona por Santos (1994, p. 81) foi: “Tendência à desmetropolização?”. Para responder essa indagação o autor passou a analisar a tendência de crescimento das cidades com mais de um milhão de habitantes. Ele percebeu que houve um decréscimo da participação da população urbana contida nos municípios com mais de 2.000.000 habitantes em relação à população total do Brasil. O contraponto dessa constatação foi a ocorrência de maior número de cidades com população entre 50.000 e 500.000 habitantes. O que se percebeu foi o pouco crescimento da população concentrada nas cidades “milionárias” e “bilionárias” de habitantes, enquanto que nas cidades que tinha mais de 50.000 moradores teve sua participação total aumentada. Já os municípios que possuíam população entre 50 e 100 mil habitantes teve uma evolução irregular no período analisado, isto é, entre 1950 e 1980.

O indicador probatório utilizado pelo autor foi a relativização dos contingentes urbanos presentes os anos de 1980 e 1950. Nessa relação apurou-se um aumento relativo da ordem de 4,58 para a população total do Brasil, enquanto as cidades que possuíam mais de 2.000.000 habitantes de 3,11. Já as cidades que apresentaram maior crescimento foram aquelas que tinham entre 50 e 100 habitantes, essas aumentaram proporcionalmente em 5,93.

O fenômeno apontado como de desmetropolização indicou a redução do aumento proporcional da população das megacidades em relação às de menor porte. Houve em verdade uma evolução populacional das cidades menores sem que tivesse a mesma proporção de aumento nas grandes metrópoles. O advento da desmetropolização, segundo Santos (1994), foi uma redução do processo de gigantismo das cidades milionárias, contrapondo a aceleração de crescimento das pequenas e médias cidades.

Enquanto o processo de desmetropolização produziu o aparecimento de novos centros urbanos, Santos (1994, p.89) induz que houve “A ‘dissolução’ da metrópole”, na medida em que se teve a dispersão geográfica da produção industrial e intelectual no território. O autor ressalta que a metrópole apresentou quatro momentos distintos na sua formação: no primeiro, os territórios metropolitanos tiveram sua formação sem que houvesse adequação de comunicação entre os centros urbanos; num segundo instante teve-se uma integração de algumas cidades se situavam no Sudeste; no terceiro momento da formação das metrópoles, estas se constituíram em territórios que compartilharam um “mercado único nacional”; ultimando esses momentos, as cidades tiveram que se ajustar às novas demandas de mercado, tendo que se adequar aos modos de produção ditados pelas organizações nacionais e internacionais.

O que ficou perceptível nesses quatro instantes foi o movimento de concentração e dispersão de diversas atividades que eram próprias dos territórios metropolitanos. A região Sudeste, nesse novo contexto, se apresentou como região concentradora dos fluxos de produção, tendo em si uma divisão territorial do trabalho. A cidade de São Paulo passou a funcionar como megacidade polarizadora da região e do país, passando a ter uma forma urbana bastante diferenciada.

“A organização interna das cidades” e sua forma caótica foi analisada por Santos M. (1994, p. 95) como um traço comum às grandes cidades e as que possuem mais de 50.000 habitantes. As aglomerações urbanas apresentam formas bem similares. A inexistência de igualdade se deu pelo fato da presença de maior complexidade e diversidade social e ecológica manifestado em cada território. Segundo o autor, quanto maior o quantitativo populacional, maior será a diversidade. Em cada um desses espaços urbanos tem-se problemas de ordem de infraestrutura, transporte, educação, saúde, entre outros.

A composição do espaço urbano foi constituída de vários territórios e os diversos extratos sociais. As cidades são formadas por grandes espaços

vazios e essa forma urbana difere de acordo com o quantitativo populacional presente em cada território. Por outro lado, os benefícios são dirigidos à parcela da cidade que possui atividade econômica ou que tem a parcela da população econômica mais bem sucedida. Outro fator urbano presente em todas as cidades diz respeito à especulação do espaço imobiliário. O tamanho e a complexidade de cada município é que determina o grau de especulação nele presente. Os diversos espaços da urbe são divididos de tal forma que os loteamentos públicos e privados servem como forma de acumulação de capital para se ter lucros futuros.

O contraponto da forma caótica de urbanização das grandes cidades foi o fato das corporações determinarem o controle do território por meio da “[...] produção e consumo” (SANTOS, M., 1994, p. 101). A maneira como isso foi realizado se deu através da hegemonia do domínio da produção, gerando uma parcela considerável de consumidores através do salário. Essas empresas criaram um contingente de trabalhadores que dependem diretamente dos salários que lhes são pagos, determinando assim o nível de consumo em cada parcela do território.

Na medida em que as grandes empresas aplicam internamente seus capitais, tem-se a produção de novos espaços necessários à manutenção de suas atividades econômicas. Em todas as cidades que possuem influência dos grandes capitais há um aumento da classe média, porém, não se nota a redução da pobreza urbana. A instalação de grandes empresas no Brasil, principalmente após a Grande Guerra Mundial, produziu um efeito econômico que seria entendido como o “milagre brasileiro” ocorrido entre as décadas de 60/70 que produziria mudanças socioculturais, política e do território nesse período.

O autor tratou do “espaço da modernização contemporânea” no âmbito da urbanização, trazendo uma revelação acerca da forma como o território é produzido a partir do monopólio de certas atividades produtivas. Para ele, a existência fraca de uma competitividade reduz a aplicação e modernização dos meios tecnológicos, enfraquecendo ou fragilizando algumas atividades, tais como: agricultura e pecuária. Desta forma, tornou-as vulneráveis às oscilações econômicas.

A estruturação do poder econômico nesse período se deu por meio de empresas públicas e privadas, as quais tiveram um papel direto e fundamental no processo de urbanização das grandes cidades. Isto se deu através da criação e manutenção do emprego de milhões de brasileiros, aumentando-se o fluxo financeiro das cidades, que por meio da mais-va-

lia direta, proporcionou os financiamentos imobiliários para ocupação dos espaços vazios presentes nos territórios.

A urbanização das cidades promovidas pelos empreendedores, quer sejam eles públicos ou privados, definem por si só os espaços que devem ser ocupados, à revelia da participação da população mais carente. Por outro lado, segundo Santos M. (1994), a cidade cria em seu espaço territórios que se identificam com seu desenvolvimento regional e divisão territorial do trabalho. Cada um desses territórios terá importância diferente para os poderes públicos, de acordo com o poder econômico de seus usuários. A cidade neste contexto fica segmentada, tendo os grupos sociais menos favorecidos que buscam melhorias através de associações e reclamos de acordo com suas carências mais imediatas.

Ultimando as considerações sobre a “urbanização brasileira”, Santos aponta algumas previsões para além do período analisado. A urbanização das cidades tenderá a crescer e já no ano de 1990 essa tendência já se confirmaria. Acredita-se que o aporte de meios técnico-científico poderá produzir territórios com maior divisão do trabalho e fluidez de capitais, pessoas, produção e consumo. Espera-se uma tendência de urbanização ainda maior em relação ao período analisado, mesmo que essa urbanização signifique aumento da pobreza. O comando das atividades econômicas e de direção ainda continuará apenso às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Espera-se que as cidades intermediárias tenham um crescimento diferenciado das grandes cidades. Nelas se concentrarão também as atividades de desenvolvimento intelectual e técnico-científico. O futuro das cidades estará a cargo da sua complexidade e da flexibilização das decisões políticas para prover o seu desenvolvimento.

A importância dessa urbanização produziu a transformação urbana de diversas cidades brasileiras acentuando o processo de cristalização das cidades centrais. É fato que o estudo sobre a teoria da localização oferece diversos esclarecimentos sobre a dinâmica social dentro de um território. Acerca deste propósito Spinola (2003) examina a “Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia” na qual investigou o insucesso da execução da “[...] política de industrialização do Estado da Bahia” (SPINOLA, 2003, p. 311), tendo chegado à seguinte conclusão:

A Bahia, *locus* deste estudo, no período examinado (1967 – 1999), cresceu significativamente em termos econômicos, mas não se desenvolveu na mesma proporção no plano social, como

desejavam os planejadores do governo estadual. A despeito do progresso material e dos avanços tecnológicos alcançados nesse período, o conjunto dos benefícios gerados não está disponível para milhões de excluídos que constituem, preponderantemente, a população estadual. Ou seja, somos um Estado rico, mas, ainda, extremamente desigual.

Isso reforça a ideia de que os processos sociais concentrados em determinados territórios possuem efeitos mensuráveis, tais como o que foi medido por Spínola (2003), porém os subprodutos do insucesso não são elucidados de forma mais categórica.

A localização econômica das atividades produtivas é também responsável pelos processos de propagação, inovações de novos modelos produtivos e tecnológicos. Segundo Silva S. (1976, p. 17), a visão de Torsten Hägerstrand em meados do século XX, trouxe a análise do processo de inovação e propagação dessa inovação no mundo agrário. Após o enunciado dessa teoria, ela foi testada para diversos fenômenos. Para tanto, foram examinados os seguintes parâmetros na forma de difusão de inovações: a área ou meio, o tempo, o componente (material ou não) a ser difundido, a origem, o destino e o movimento do componente.

Para Silva S. (1976, p. 18), o “[...] início da difusão espacial [se dá] com a formação de centros de irradiação das inovações. Estas serão mais aceitas por uma população, quanto maior for a proximidade dos centros de irradiação”. Essa forma de propagação se torna mais efervescente na medida em que os centros polarizadores são responsáveis pelo desenvolvimento de novas tecnologias, bem como ter boa localização em relação aos centros de distribuição. No sentido da difusão da inovação vê-se ainda a multiplicação de outros eventos sociais que se juntam às inovações tecnológicas. Se houve a difusão da tecnologia da informática, viu-se espalhar com ela os crimes cibernéticos numa grande velocidade. Notadamente, a partir das cidades centrais e imitado pelos moradores das cidades de influência.

Outro fator da concentração populacional nas cidades centrais brasileiras foi o acúmulo de grande concentração de população urbana vivendo em áreas com moradias subnormais conhecidas como favelas, produzindo grandes regiões desprovidas de condições de habitabilidade. Nota-se esse fenômeno, na Bahia em particular, e nas cidades que possuem mais de 100.000 habitantes, conforme se destacou anteriormente.

A distribuição da população nas cidades baianas com mais de cem mil habitantes encontra-se descrita na tabela 10.

Tabela 10 – Municípios com população superior a 100.000 habitantes e grau de urbanização, Bahia 2000

Município	Região Econômica	População	Participação no estado (%)	Grau de urbanização
Salvador	Região Metropolitana de Salvador	2.443.107	18,68	99,96
Feira de Santana	Paraguaçu	480.949	3,68	89,77
Vitória da Conquista	Sudoeste	262.494	2,01	85,92
Ilhéus	Litoral Sul	222.127	1,70	72,99
Itabuna	Litoral Sul	196.675	1,50	97,21
Juazeiro	Baixo Médio São Francisco	174.567	1,33	76,28
Camaçari	Região Metropolitana de Salvador	161.727	1,23	95,47
Jequié	Sudoeste	147.202	1,13	88,52
Barreiras	Oeste	131.849	1,00	87,82
Alagoinhas	Litoral Norte	130.095	0,99	86,43
Lauro de Freitas	Região Metropolitana de Salvador	113.543	0,87	95,46
Teixeira de Freitas	Extremo Sul	107.486	0,82	91,81
Total		4.571.821	34,94	88,97

Fonte: IBGE (2000).

No ano 2000 o Estado da Bahia contava com doze cidades com população acima de 100.000 habitantes. No ano 2009 se estimava quinze cidades com população acima de 100.000 habitantes. São elas com seus números de habitantes: Salvador (2.998.058), Feira de Santana (540.446), Vitória da Conquista (318.904), Juazeiro (243.897), Camaçari (234.555), Ilhéus (219.265), Itabuna (213.654), Lauro de Freitas (156.935), Jequié (150.541), Barreiras (137.834), Alagoinhas (137.807), Teixeira de Freitas (125.433), Porto Seguro (122.990), Simões Filho (116.667) e Paulo Afonso (106.701). Esse contingente populacional morando em cidades que não possuem infraestrutura de produtos e serviços urbanos capazes de atender a todos de maneira uniforme produziria um grande contingente de pessoas morando em favela ou em assentamentos urbanos de moradias subnormais. Tais espaços historicamente são celeiros para acolhimento de população com conduta desviante.

O quadro de municípios com assentamentos urbanos morando em favelas é o seguinte, conforme tabela 11:

Tabela 11 – Municípios totais e que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, por critérios de classificação usados pelos municípios, na Região Nordeste e Unidades da Federação – no ano de 2008.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados								
		Total	Critérios de classificação usados pelo município							
			Ocupação de terreno de propriedade alheia	A maioria das unidades habitacionais não possui título de propriedade	Vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular	Lotes de tamanho e forma desiguais	Ocupação densa de unidades habitacionais	Construções não regularizadas por órgãos públicos	Precariedade de serviços públicos essenciais	Outros
Brasil	5 564	1 837	1 119	1 292	1 135	1 238	719	1 386	952	242
Nordeste	1 793	586	337	440	386	423	228	445	380	87
Maranhão	217	31	25	23	20	23	12	23	23	3
Piauí	223	58	27	34	34	43	9	36	46	7
Ceará	184	83	40	64	56	56	28	60	46	13
Rio Grande do Norte	167	31	18	25	24	25	16	24	23	4
Paraíba	223	45	30	35	35	29	19	32	26	2
Pernambuco	185	109	66	82	84	82	48	91	78	19
Alagoas	102	48	22	28	26	27	21	28	25	9
Sergipe	75	30	17	22	16	19	11	27	17	3
Bahia	417	151	92	127	91	119	64	124	96	27

Fonte: IBGE (2008).

A distribuição dos municípios, segundo seu grau de urbanização, declara não somente o quantitativo de população morando em áreas urbanas, como também evidencia o grau de precariedade do modo de vida desses assentamentos urbanos. No Brasil, em 2008, tinha-se 33,0% da população morando em assentamentos subnormais. A favela, segundo Zaluar e Alvito (1999), também ficou conhecida como aglomerado urbano desprovido das condições básicas de sobrevivência, tais como: condições sanitárias, arruamento, eletricidade, água e sistema de esgotamento sanitário. Tais carências denunciam a forma como os poderes públicos lidam com a população mais pobre que vivem nas grandes cidades. O Norte do Brasil acumula a maior taxa de moradores vivendo em favela. O Nordeste brasileiro acumulava uma cifra um pouco inferior à média nacional, 32,7%. Nas outras regiões do Brasil, o quadro de população vivendo em favelas e similares é descrito na tabela 12.

Tabela 12 – Distribuição percentual da população brasileira que mora em favelas e similares, por regiões, no ano de 2008

Região	Percentual de População morando em favelas e similares
Brasil	33,0%
Norte	41,0%
Sul	40,5%
Nordeste	32,7%
Sudeste	29,7%
Centro-Oeste	19,5%

Fonte: IBGE (2008).

A distribuição da população morando nessas condições é bastante desigual nas regiões, principalmente quando se considera a região que possui o maior adensamento populacional – região Sudeste. Já no Nordeste, as cidades possuem distribuição bastante desigual na forma de moradia, tendo a Bahia uma posição mediana na distribuição das cidades que possuem população vivendo em favelas e similares, conforme se demonstra na figura 21.

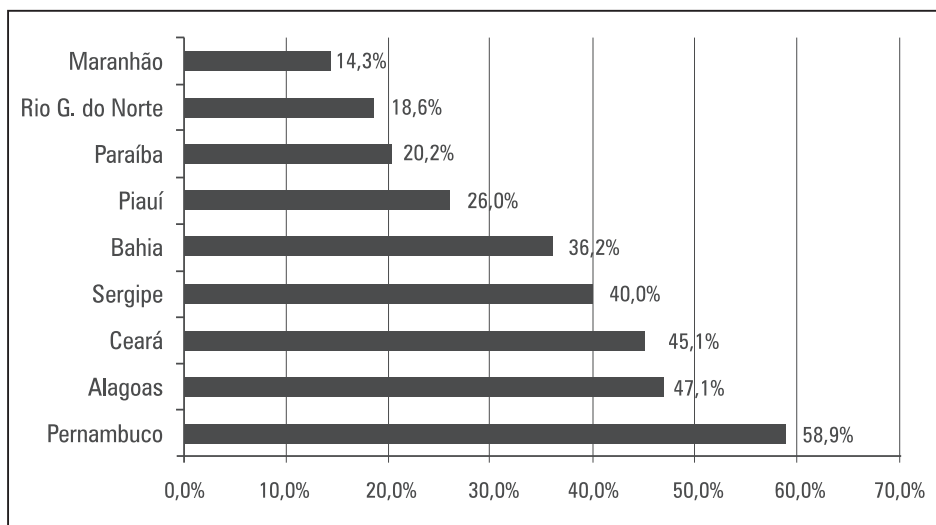


Figura 21 – Distribuição dos Estados da região Nordeste do Brasil, segundo o percentual de moradores vivendo em favelas ou similares – 2008

Fonte: IBGE (2008).

Essa população estará sujeita às condições desfavoráveis para a sobrevivência, o que pode determinar maior ou menor grau de criminalidade em seus territórios. Tal fenômeno ainda está sujeito às condições explicitadas anteriormente (psicológicas, socioeconômicas e ecológicas), pois segundo Fromm (1987), o adensamento populacional somente não responde pela criminalidade. Tal fato é confirmado nos trabalhos de Carpenter (1851) e Brace (1872).

O aumento da população urbana não é devido a fatores espontâneos. A busca da melhoria da qualidade alimentada pelo sonho de encontrá-la nas grandes cidades tem impulsionado o êxodo rural. Alia-se a esse fenômeno as dificuldades encontradas no modo de apropriação da terra e mais valia decorrente da prestação do serviço agrário. A cidade alimenta ilusão de uma vida melhor e oferece bens e serviços que encanta os que buscam o consumo. Não se pode descartar o sucesso alcançado por diversas pessoas que o busca nas grandes metrópoles, contudo, a desesperança e a busca incessante por essa vida bem sucedida alcançam diversos moradores que se vêm tragados pela vida difícil imposta àqueles que não possuem condições para viver nessas grandes cidades.

A cidade central é aquela que oferece uma gama de produtos e serviços que produzem o bem estar da população que acorrem para a localidade. A centralidade da cidade e sua importância regional, segundo Christaller (1966), tem uma relação muito próxima com a quantidade de organizações dos poderes públicos e da administração e produção de bens e serviços urbanos. À medida que se tem maior número de organizações concentradas numa certa localidade ela produz a aglomeração de pessoas. Também é lícito acreditar que a concentração populacional produz a polarização de produção de bens urbanos e prestação de serviços para a população local, assim como para os indivíduos que concorrem para tais centros urbanos.

Christaller (1966, p. 140-141) prevê nove grupos de fatores que formam o conteúdo concreto de bens e serviços que dão importância à cidade central. São eles:

I) Instituições das administrações

- a. Administração local ou pequeno nível da administração: Cartórios de registro civil de casamento, nascimento e óbito, sede da delegacia local, sede da prefeitura, agência bancária ou posto de prestação de serviço bancário e de crédito bancário;

- b. Administração de porte médio: escritórios de prestação de serviços (contabilidade, advocacia, consultoria etc.), juizado de primeira instância, escritórios de administração fazendária estadual;
- c. Administração de grande porte: sede do governo do Estado, sede dos tribunais colegiados, administração gerencial de empresas nacionais e representações de empresa multinacionais, tribunais da justiça do trabalho;
- d. Administração de alto nível: Sede do governo federal, sede de representações de ministérios federais e sede de empresa estatal e multinacional, sede de tribunais superiores.

II) Instituições de importância cultural e religiosa

- a. Escolas de ensino fundamental, escolas do ensino médio, bibliotecas públicas, a sede da administração religiosa paroquial;
- b. Escolas de ensino médio profissional, sede de administração de serviços rurais e a igreja com presença de bispo;
- c. Escritórios de pesquisa e desenvolvimento; universidades, institutos de pesquisa científica, bibliotecas estaduais, museus, teatros, sede da alta administração religiosa;

III) Instituições de administração da saúde e saneamento

- a. Médicos, veterinários, dentistas;
- b. Grandes drogarias, médicos especialistas, hospitais de emergência;
- c. Especialistas, institutos científicos, grandes hospitais, administração de serviços de tratamento sanitários;

IV) Instituições da importância social

- a. Hotéis, cinemas, jornais locais;
- b. Instituições assistenciais de grande importância

- c. Clubes noturnos, produções teatrais, grandes jornais, estádios de futebol, estação de rádio e televisão

V) Instituições para a organização da vida econômica e social

- a. Associação de classes, sindicatos, cooperativas de consumidores, clubes sociais locais;
- b. Conselho de Organização de classe e também advogados notórios;
- c. Organismos do Estado, câmaras de comércio, da agricultura e de artífices;

VI) Instituições de comércio e Finanças

- a. Lojas de todos os tipos, panificação de grande porte, armazéns com variedade de produtos, corretores agrícolas, mercados semanais; agências de empréstimo;
- b. Lojas especiais, cadeias de lojas, cooperativas de consumo, poupança e empréstimo, associações, banco e suas sucursais;
- c. Lojas de departamento, atacadistas, corretores (não agrícolas), agentes de comércio exterior e agências de organismos estrangeiros, bolsas de valores, sucursais do banco nacional e internacional;

VII) Instituições profissionais

- a. Prestadores de serviços gerais, oficinas de reparação, cervejarias, moinhos;
- b. Prestadores de serviços especiais, grandes padarias, matadouros, serviços de gás, distribuidora de energia elétrica;
- c. Serviços de alta complexidade.

VIII) Importância como um mercado de trabalho

- a. Grande procura por trabalho, grande capacidade de produção de postos de trabalho, grande oferta de trabalho e alta disponibilidade de oferta de mão de obra e serviços especializados.

IX) Instituições de transporte e comunicação

- a. Estações de ônibus intermunicipal, terminais de ônibus, estrada convergentes e com entroncamentos e estações de correios;
- b. Parada para trens expressos, entroncamentos ferroviários, agências regional de correios, central de telefônica;
- c. Terminais de trens expressos, escritórios de administração da ferrovia, distritos e agência central dos correios.

Dentro dessa grande dispersão de instituições e de serviços e produtos urbanos que são oferecidos nas cidades, pode-se avaliar o quantitativo de população que tem cada centro regional e o nível da criminalidade que é presente em tais territórios. Considerando que em cada nível de cidade tem-se uma dinâmica da economia diferenciada, a qual é mobilizada pelo incremento da oferta e do consumo, bem como o quantitativo populacional, espera-se que haja maior quantitativo de crimes nessas cidades. Os pequenos centros concentram os bens e serviços de grande consumo e pouco valor agregado. Os moradores desses centros tendem a procurar outros centros em busca de serviços especializados ou alternativos formando fluxos de pessoas. Por outro lado, os bens e serviços de consumo menos frequente tendem a apresentar-se minimamente nesses mercados e sua disponibilidade está a alcance em lugares espacialmente bem espalhados.

A centralidade da cidade, segundo os produtos e serviços que são oferecidos à população, produz segundo Christaller (1966), Andrade (1974), Corrêa (1987) e Santos (2004) dois circuitos econômicos: os circuitos superior e inferior, os quais determinam o grau de atratividade da população para as cidades. Essa atratividade decorre da diferenciação da oferta de bens e serviços urbanos, devido à frequência da demanda exercida na localidade. Dentro de cada um desses circuitos tem-se a disponibilidade de economias que alcança rendas da população de forma diferenciada, assim como determina o nível de consumo. A oferta de bens e serviços de valor agregado muito alto possui mercado escasso e atrai compradores com grande poder aquisitivo, contrariamente ocorre alta concentração de compradores nos circuitos inferiores da economia formada nos municípios que ofertam bens e serviços de ordem inferior.

Esse fenômeno pode impulsionar a quantidade de crimes presente nos territórios. Nesse sentido, será válido destacar o quantitativo de po-

pulação presente nas cidades baianas e avaliar o quantitativo de crimes nessas cidades, apenas no que diz respeito ao quantitativo da população. A tabela 13 aponta a distribuição dos municípios baianos por intervalo de população de 10.000 habitantes ou mais com os respectivos índices de homicídio.

Tabela 13 – Distribuição dos municípios baianos, segundo seu quantitativo populacional no ano 2009, com os respectivos índices de homicídio

Quant.	População		Número de Municípios	Índice de Homicídio
1	0	10.000	72	9,0
2	10000	20.000	167	11,0
3	20000	30.000	84	19,7
4	30000	40.000	37	15,8
5	40000	50.000	15	17,0
6	50000	60.000	9	19,3
7	60000	70.000	10	19,3
8	70000	80.000	4	18,9
9	80000	90.000	3	22,7
10	90000	100.000	1	40,2
11	100000	110.000	1	28,1
12	110000	120.000	1	59,1
13	120000	130.000	2	52,8
14	130000	140.000	2	38,5
15	150000	160.000	2	41,5
16	210000	220.000	2	54,5
17	230000	240.000	1	50,3
18	240000	250.000	1	23,0
19	310000	320.000	1	53,3
20	590000	600.000	1	48,1
21	2.990.000	3.000.000	1	51,9
Total geral			417	

Fontes: Brasil. Ministério da Saúde. Datasus. SSP–BA.

Nota: Os Índices de homicídio de cada município foram calculados pelo quociente entre o número de homicídio pela população residente, tomado por grupo de 100.000 habitantes.

Embora os intervalos de classes da população não sejam constantes, foi possível observar que não há relação entre o índice de homicídio e o tamanho da população. A correlação linear entre o tamanho da população e o índice de homicídio é da ordem de 0,8776, apontando para uma correlação forte positiva, indicando que quanto maior o contingente populacional, maior será o índice de homicídio, conforme indica a figura 22. A reta de regressão que aponta o crescimento das duas variáveis tem o modelo de potência, indicando que há uma curva racional de crescimento, contrariando qualquer indicação de que a criminalidade cresça exponencialmente. A população explica 77,01% da variação dos homicídios, tendo outras causas explicações da ordem de 22,99%.

Uma visão da figura 22 aponta para conclusões que direcionam a aceitação de que quanto maior o número de pessoas no assentamento urbano, maior será o índice de homicídio, contudo há determinadas cidades em que esse padrão é destoante, tendo uma acentuada inclinação no grupo de cidades com população entre 100.000 a 110.000 de habitantes.

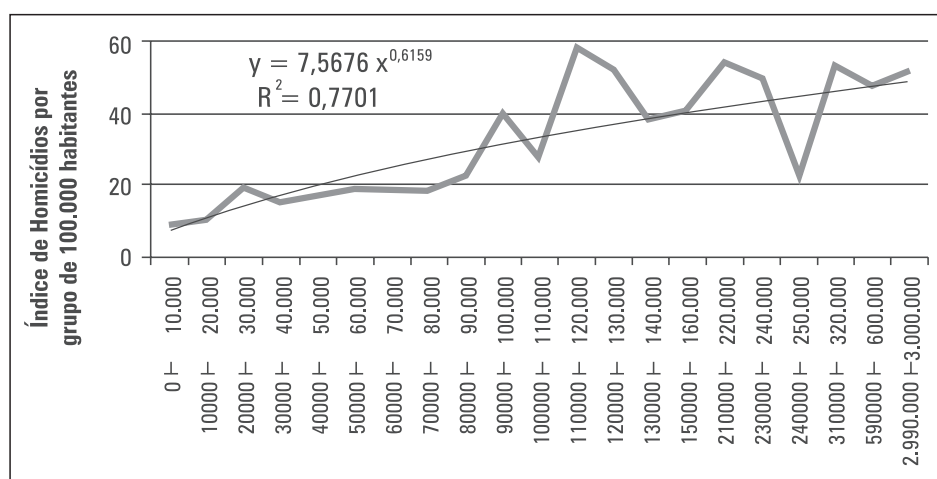


Figura 22 – Distribuição dos índices de homicídio nas cidades baianas, segundo seu contingente populacional, no ano de 2009

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popBA.def> para a população; SSP –BA, para os indicadores de homicídio.

Quando se considera um padrão de distribuição da população em intervalos de 50.000 habitantes, constante na tabela 14, nota-se que há aproximação de padrão de comportamento para os indicadores de homicídios

entre as cidades. Considerando os índices de homicídio contabilizados para países europeus, americanos, asiáticos e africanos, nota-se que os índices medidos nas cidades baianas estão muito acima dos valores já analisados. O quadro se agrava quando as cidades ultrapassam o quantitativo de 100.000 mil habitantes. O nível de incivilidade, contabilizado, através do índice de homicídio, aponta o quanto os habitantes das grandes cidades, vivendo em condições tão desiguais, acabam ficando, também, despossuídos do sentimento de piedade (GARÓFALO, 1893). Embora esse tipo de crime esteja presente no meio rural, a cidade é o espaço onde ele é banalizado. O homicídio está presente nas formas de resolução de pequenos conflitos de trânsito e cobrança de pequenas dívidas, quer seja de dívidas decorrentes de despesas familiares ou das contraídas pelo uso de drogas. O ato de matar tem sido, como se constata através dos indicadores, uma forma mais rápida de se fazer justiça. Certamente a justiça privada, já que a justiça de Estado, tem tido repercussões pouco aceitas por parte da população, principalmente por ser lenta e injusta diante da pena atribuída aos criminosos em razão do crime cometido.

Tabela 14 – Distribuição do índice de homicídio nas cidades baianas, segundo o quantitativo da população, no ano de 2009.

População Residente	Índice de Homicídio
0 – 50.000	13,3
50.000 – 100.000	20,4
100.000 – 150.000	45,0
150.000 – 200.000	41,5
200.000 – 250.000	45,6
300.000 – 350.000	53,3
550.000 – 600.000	48,1
2.950.000 – 3.000.000	51,9

Fontes: Brasil. Ministério da Saúde. Datasus. SSP–BA.

Nota: Os Índices de homicídio de cada município foram calculados pelo quociente entre o número de homicídio pela população residente, tomado por grupo de 100.000 habitantes.

Para o cálculo do índice de homicídio, agrupou-se as cidades que possuem população residente com os valores referidos nos intervalos constantes na tabela 10, dividindo-se o total de crimes pelo total da população. Nesse sentido, é perceptível que há um acentuado aumento do índice de homicídio quando a cidade possui um contingente populacional acima de 100.000 habitantes, conforme tabela 14. Quando se alcança esse patamar, o índice de homicídio nas cidades baianas no período analisado é maior que o dobro das cidades que possuem população menor que este valor. Esse fato demonstra que há, nas cidades baianas, um grau de diferenciação dos crimes em função do tamanho da população que habita os territórios, e, seguindo a teoria dos lugares centrais, isso pode decorrer da importância que tem a localidade, importância esta que é determinada pela influência que ela exerce sobre a região circunvizinha. Essa influência sugere a formação de uma rede relacionamento entre as cidades, formando uma hierarquia entre elas.

A polarização econômica da cidade, transformando-a numa cidade central, é um dos fatores determinantes para formar uma região de influência no seu entorno. O dinamismo dessa influência se forma a partir da instalação de firmas que impulsionam o crescimento ou desenvolvimento da região, partindo-se da cidade central. A atratividade gerada pelo centro regional se dá pelo grau de relacionamento existente entre a cidade central e as cidades de seu entorno. Essa influência é marcada principalmente pela existência de convergência de fluxo financeiro e de pessoas para a região central.

No caso brasileiro, o nascimento dos primeiros centros regionais surgiu a partir da necessidade do escoamento dos produtos agrícolas para serem comercializados nas cidades e para aquisição de bens importados das metrópoles europeias (SANTOS, M., 1994). Esse tipo de centralidade se deu de fora para dentro da cidade. Havia uma convergência de população rural que demandava os serviços urbanos, tais como: educação, religião, escrituração pública, entre outros, os quais eram os fatores que polarizavam a cidade. Na percepção de Andrade (1987), um centro urbano nasce a partir do volume das transações e dos negócios realizados no seu núcleo central. Outro fator determinante para essa centralidade é a presença de serviços administrativos estatais, promovendo grande intensidade de fluxo de pessoas e concentração de funcionários, o que favorece o aumento do consumo. A visão de Andrade tem o mesmo sentido da de Santos quando examinam a importância da cidade para os moradores das

localidades que se situam no seu entorno. Decorre da concentração populacional a oferta de bens e serviços, assim como provoca a instalação de empresas industriais e de comércio para atender as necessidades dos moradores.

O adensamento de população nas cidades produz efeitos de concentração econômica, contudo, esse cúmulo de pessoas num território não responde sozinho como fator determinante para sua centralidade. A partir do aglomerado de pessoas é que se tem o oferecimento de produtos e serviços para atender às necessidades da população, porém, a instalação de uma indústria motriz pode produzir o efeito de atratividade da população para aquela localidade, fazendo com que haja ampliação das carências de serviços públicos, segurança, saúde, saneamento, educação, entre outros, para atender a todos.

A cidade centralizada produz uma região de influência no seu entorno, produzindo a atração de população para seu núcleo urbano. A cidade central oferece bens e serviços que agregam novas tecnologias e possuem meios de transportes mais eficientes que intensificam as relações com outras localidades, minimizando o tempo para fazer o intercâmbio entre vários territórios. Elas favorecem a circulação de mercadorias e aumentam o fluxo financeiro; tem-se a ampliação do consumo a partir do oferecimento de novos produtos e estímulo de demanda produzida pela mídia e uso do espaço para finalidade turística e mística pelos visitantes (SPÓSITO, 2008).

Com o grande volume de cidades numa região, nem todas são capazes de desenvolver, simultaneamente, características que as tornem cidades centrais. Entre as cidades acabam formando entre si uma “rede de cidades” onde são ofertadas e demandadas mercadorias e serviços que não estão presentes em todos os centros urbanos. Ressalta-se também que não há uma homogeneidade de ligações entre as cidades, vias e meios de transporte favorecendo o fluxo de pessoas e de mercadorias de forma igualitária. Essa ausência de condições similares de relacionamento conduz o surgimento da hierarquia entre as cidades, a qual tem sua gênese, segundo Santos (1989), na complexidade de deslocamento entre elas.

As primeiras redes urbanas tiveram sua formação a partir dos fluxos econômicos decorrentes da “circulação terrestre e fluviomarítimo” (SANTOS, M., 1989, p. 155). A partir do aprimoramento tecnológico dos meios de transporte foi possível ampliar as relações entre as cidades antigas e expandir a sua rede já formada. A ampliação das transações econômicas

junto a essas cidades antigas e novas cidades determinou o aparecimento de novos núcleos citadinos centrais, mudando os eixos do comércio e dos locais de produção e de consumo. Foi o desenvolvimento dos meios de transportes que produziu, mais rapidamente, o surgimento de novas redes de cidades e, conseqüentemente, uma hierarquia diferenciada entre velhas e novas cidades.

Os centros urbanos hierarquizados têm funcionalidades distintas, no que diz respeito à distribuição de bens e serviços, ocasionando a diferenciação das localidades em função da oferta e da demanda produzida. Segundo Corrêa (1987, p. 11),

A hierarquia dos centros se processa de modo que as localidades centrais de abaixo nível hierárquico distribuam bens e serviços procurados mais frequentemente, possuindo área de influência espacialmente restrita; as de nível imediatamente superior distribuem além daqueles bens e serviços distribuídos pelos centros inferiores, bens e serviços menos procurados, possuindo uma área de influência maior que inclui centros menores e suas respectivas áreas de influência. O centro de mais alto nível distribui, finalmente, todos os bens e serviços já distribuídos pelos centros inferiores, distribuindo, ainda, alguns para os quais se constitui no único centro distribuidor para uma ampla região do país.

A rede de cidades que segue a lógica da cidade central conforma um conjunto de lugares nos quais há uma ascensão de novos centros regionais que acumulam os bens e serviços existentes nos centros menores presentes na sua região de influência. Nas cidades atuais, há uma interligação entre os centros produtores, através da logística de distribuição que torna possível o consumo de bens sem que a cidade seja o lugar produtor. Isso dá uma nova direção à rede formada entre as cidades. Contudo, segundo Corrêa (1987, p. 12), “A rede de localidades centrais aparece, assim, como uma das cristalizações materiais do sistema de produção: circulação – distribuição – consumo”.

A formação da rede de cidade está circunscrita no processo de transformação e evolução das cidades em que o espaço conduz a organização do tempo e dos fluxos entre as sociedades nas cidades. Essa organização, segundo Castells (1999), se dá por meio do “fluxo da informação” a qual é responsável pela arquitetura do processo produtivo e de prestação de serviço que se organiza globalmente, formando redes econômicas. Para Castells (1999, p. 469).

A economia global/informacional é organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas. Serviços avançados, inclusive finanças, seguros, projetos, *marketing*, relações públicas, segurança, coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, bem como P & D e inovação científica, estão no cerne de todos os processos econômicos, seja na indústria, agricultura, energia, seja em serviços de diferentes tipos.

A concentração de que trata Castells (1999) é a mesma referida por Christaller (1966) que é formada segundo a importância dos produtos e serviços que são ofertados e demandados dentro da hierarquia das cidades. Os centros de maior importância regional reúnem as “[...] funções de nível mais alto, tanto em termos de poder quanto de qualificação [...]” (CASTELLS, 1999, p. 469). Esses centros são interligados por meio da cadeia produtiva, mantendo a hierarquia das cidades em constante estado de instabilidade (CASTELLS, 1999). A concorrência entre as cidades pode promover a ascensão hierárquica entre elas. O sucesso passado não garante a manutenção do *status* futuro da hierarquia urbana da cidade.

Alguns fatores são responsáveis pela flexibilidade da hierarquia urbana e a rede de cidades centrais. Castells (1999) faz referência ao sistema de telecomunicações e de transporte aéreo como meios auxiliares que integram as redes globais para fortalecer os nós que interligam as cidades segundo sua importância local, regional e global. As telecomunicações produzem uma mudança substancial na diversificação das condições de trabalho, contribuindo para a modificação da dinâmica de grupos de profissões (CASTELLS, 1999). O transporte aéreo produz o encurtamento do tempo de mobilidade entre os espaços, fazendo com que os fluxos de pessoas e da economia se tornem mais dinâmicos entre as cidades centrais. Essa flexibilidade, decorrente da incorporação de meios tecnológicos, impulsiona a solidificação da rede entre as cidades centrais.

O sentido dado pela rede de cidade é que ela tem uma íntima relação com o volume populacional do centro urbano e o nível de renda de seus habitantes. No primeiro caso, como já discutido anteriormente, tem-se maior oferta de bens e serviços, entretanto, o nível da renda dos moradores da cidade é que determina o fluxo das mercadorias e dos serviços direcionados para a cidade. Essa renda também será fator determinante para a atração da modernização das atividades desenvolvidas no território (CORRÊA, 1987).

A relação existente entre contingente populacional e a influência dos centros urbanos, estreita a compreensão da importância da hierarquia entre as cidades, pois quanto menor a população de uma cidade, menor será a renda de seus moradores (CORRÊA, 1987). As cidades com pequeno volume de população não têm acesso a bens de alto valor agregado ou a serviços especializados. Tal impedimento é decorrente da falta de oferta e possivelmente o nível de renda. O consumo de bens e serviços dessa natureza é mais prevalente nas grandes cidades, considerando que há oferta e renda suficiente para consumir. O aumento da população produziria, segundo a teoria da localidade central, o aumento da renda dos moradores e, por conseguinte, o acesso a bens e serviços de alto valor agregado.

Deriva dessa premissa a constatação de que a hierarquia urbana produz os circuitos inferior e superior entre as cidades e, conforme Santos (2004), dentro de uma mesma cidade esse fenômeno é revelado, decorrente da incapacidade da renda da população para exercer o consumo de bens e serviços que possuem alto valor tecnológico agregado. Para Santos (2004), a modernização tecnológica não ampliou a oferta de emprego, produziu a retração ou extinção de postos de trabalho nas grandes cidades (a exemplo dos serviços bancários), na agricultura houve o emprego maciço de novas tecnologias, ampliando a desocupação do campo e o êxodo rural. Tais fatos são as evidências que demonstram o aumento do volume de moradores nos centros urbanos tendo pouca renda ou rendas incertas.

Nesses termos, o aumento da população nas cidades, com esse nível de renda, não produziria o aumento do consumo de todos os bens e serviços ofertados, nem tais ofertas estariam disponíveis a todos os moradores da cidade. O consumo dos moradores está relacionado à sua renda e determina a formação de circuitos econômicos dentro das cidades e entre as cidades. A ideia dos dois circuitos (superior e inferior) contempla a capacidade de consumo nos diversos níveis de renda da população, mas demonstra o nível de desigualdade social existente entre os territórios e dentro das grandes cidades. Para Santos (2004, p. 37),

A existência de uma massa de pessoas com salários baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas ne-

cessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são as causas e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Os circuitos diferenciam as formas de consumo e também marcam o nível de acesso às oportunidades de melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade. O circuito superior tem como elementos os serviços bancários, setor de comércio e indústria de exportação. A indústria e os serviços são elementos modernos e atualizados, além dos setores atacadistas e de transporte. Já o “circuito inferior é constituído por formas de fabricação não ‘capital intensivo’, pelos serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2004, p. 40). Enquanto o circuito superior se caracteriza pela aplicação de capital intensivo, o circuito inferior aplica o “trabalho intensivo”.

Outro olhar sobre a urbanização da cidade é feito por Pedrão (2002) quando a analisa sob a perspectiva da economia urbana. Para ele “As cidades tornaram-se os lugares da maior desigualdade de renda, com as maiores concentrações de pobreza, assim como, de contravenção, violência e de formas espúrias de poder” (PEDRÃO, 2002, p. 13). Esses são, segundo Fromm (1987), os ingredientes que dão a intensidade do poder da destrutividade humana.

Se há diferenças econômicas no interior de uma cidade, Santos (2004) analisa a formação dos circuitos econômicos que marcam as diferenças entre as cidades. Esses circuitos definem a separação dos indivíduos dentro de um mesmo território. Essa desigualdade é, também, que revela a exacerbação do crime e da forma como eles são cometidos. Além do aspecto urbano, que muda diante da urbanização das cidades, ela também se caracteriza como um mecanismo de produção da desigualdade social, contudo, o tamanho dessa cidade não é responsável sozinho para explicar a expansão da criminalidade no seu interior. O que se busca compreender é a importância da hierarquia entre elas e de qual maneira a criminalidade se manifesta.

Nesse contexto, tem-se a hierarquia urbana, principalmente nas cidades brasileiras como ferramenta para tornar possível a compreensão da complexidade dos aglomerados urbanos e da diversidade das relações sociais presentes neles.

A operacionalização da pesquisa determinou a hierarquia urbana para as cidades brasileiras com base no levantamento das informações da distribuição de oferta e demanda dos bens e serviços que são localizados nas sedes desses municípios. A pesquisa concluída no ano de 1983 tinha o objetivo de conhecer os ramos de atividade e bens e serviços presentes nos quatro níveis hierárquicos formados, denominados como Centro Metropolitano, Capital Regional Centro Sub-Regional e Centro de Zona (CORRÊA, 1987, p. 18). No primeiro nível hierárquico (Centro Metropolitano), foram medidos três ramos de atividade: comércio varejista, comércio atacadista e representações e serviços, conforme anexo XX.

Já em 2007, a pesquisa classifica os municípios em nove categorias, cinco a mais que a classificação de 1983. As cidades são classificadas em: Metrôpoles, as quais foram subdivididas em três categorias: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole. A capital regional passou a ter três subcategorias: Capital regional A, Capital regional B e Capital regional C. O Centro sub-regional apresentou apenas duas classificações: Centro sub-regional A e Centro sub-regional B. O Centro de zona apresentou duas divisões: Centro de zona A e Centro de Zona B. Por fim, tem-se os Centros locais (IBGE, 2008). A pesquisa buscou conhecer as informações sobre os municípios pesquisados onde se

[...] investigou: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários). (IBGE, 2008, p. 9).

No conjunto total dos municípios pesquisados destacam-se as cidades de São Paulo como Grande Metrópole Nacional, Rio de Janeiro e Brasília como Metrôpoles Nacionais e seguem-se as demais cidades com as classificações constantes na tabela 15, com os agrupamentos das regiões centrais compostas ainda pela tipologia: Metrópole, Capital Regional A, Capital Regional B, Capital Regional C, Centro Sub-regional A, Centro Sub-regional B, Centro de Zona A, Centro de Zona B e Centro Local.

Tabela 15 – Quantitativo de cidades brasileiras classificadas segundo sua região de influência – ano 2007

Metrópole	Municípios	População predominante em 2007
Grande Metrópole Nacional	1	19, 5 milhões
Metrópole Nacional	2	11,8 a 3,2 milhões
Metrópole	9	5,1 a 1,6 milhões
Capital Regional A	11	955 a 487 mil
Capital Regional B	20	435 a 406 mil
Capital Regional C	39	250 a 162 mil
Centro Sub-regional A	85	95 mil (mediana)
Centro Sub-regional B	79	71 mil (mediana)
Centro Zona A	192	45 mil (mediana)
Centro Zona B	364	23 mil (mediana)
Centro Local	4.473	10 mil (mediana)

Fonte: IBGE (2008).

A distribuição das cidades segundo sua importância regional expõe a grande desigualdade econômica e hierárquica presentes no território brasileiro. A compreensão dessa classificação fica mais bem explicitada na figura seguinte, onde se tem a mostra dos níveis de subordinação entre as cidades e as ligações entre elas.

Dentro dessa configuração, as cidades hierarquizadas possuem as seguintes características dentro da rede urbana (IBGE, 2008, p. 11 – 12): Metrópoles: “caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta”. Na metrópole são encontrados todos os bens e serviços que estão presentes nas cidades que estão subordinadas hierarquicamente. Capital Regional: Ela se relaciona de forma ascendente com as metrópoles e têm “[...] capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios”. Os Centros sub-regionais: estão cidades que possuem nível de gestão menos complexos, “[...] têm área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais”. Centro de zona: essas cidades são de menor porte, considerando as demais que estão posicionadas imediatamente superior na hierarquia e “[...] exercem funções de gestão ele-

mentares”. O Centro local: engloba a maioria das cidades brasileiras e sua “[...] centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes [...]”.

A ligação entre as cidades, formando suas regiões de influência, está descrita na figura 23, onde se tem a representação gráfica da tipologia “hierárquica dos centros urbano” e as linhas que ligam as cidades centrais às “regiões de influência”.

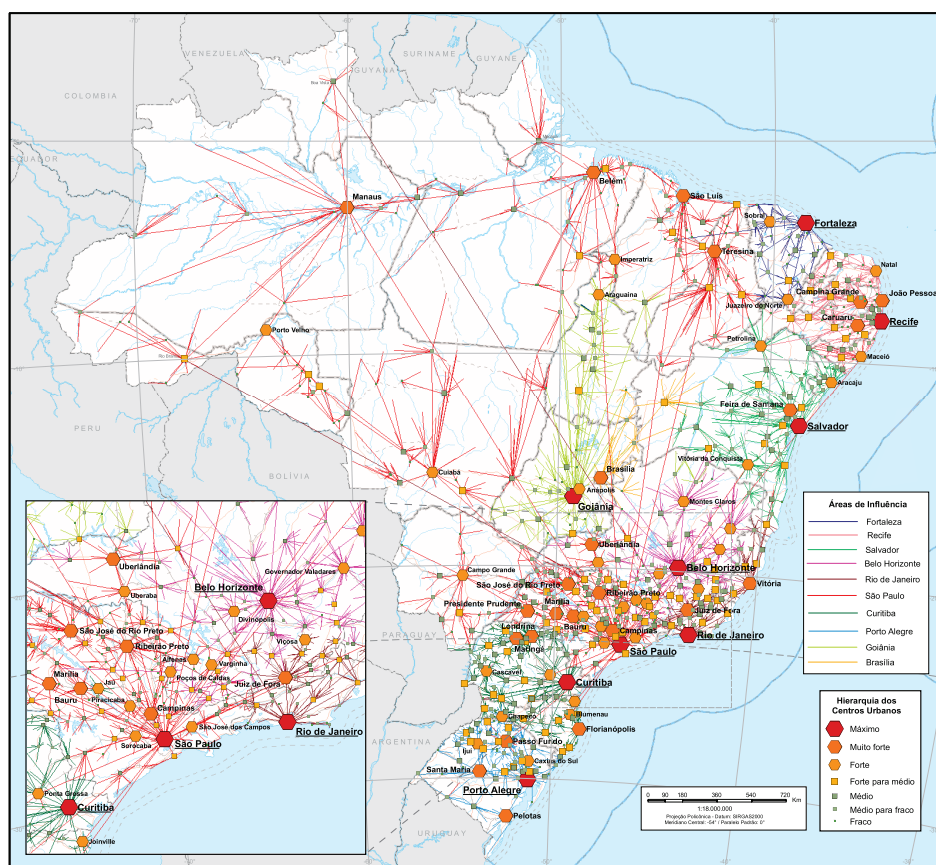


Figura 23 - Rede urbana – Brasil – 2007

Fonte: Regiões de Influências das cidades brasileiras – IBGE (2008).

Já na tabela 16, tem-se o quantitativo de cidades baianas classificadas segundo suas regiões de influência, seguindo a mesma padronização do IBGE (2008). No Estado da Bahia a hierarquia das cidades tem a seguinte configuração no que diz respeito à distribuição das cidades, segundo a classificação das cidades e sua região de influência: Metrópole, Capital

Regional B, Capital Regional C, Centro Sub-regional A, Centro Sub-regional B, Centro de Zona A, Centro de Zona B e Centro Local.

Tabela 16 – Quantitativo de cidades baianas classificadas segundo sua região de influência – ano 2007

Hierarquia	Municípios	População predominante em 2007
Metrópole	1	1,6 a 5,1 milhões
Capital Regional B	4	406 a 435 mil
Capital Regional C	2	162 a 250 mil
Centro Sub-regional A	6	95 mil (mediana)
Centro Sub-regional B	9	71 mil (mediana)
Centro Zona A	11	45 mil (mediana)
Centro Zona B	20	23 mil (mediana)
Centro Local	364	10 mil (mediana)

Fonte: Regiões de Influências das cidades brasileiras – IBGE (2008).

Na Bahia, a metrópole é representada por sua capital: Salvador; as capitais regionais de nível B são as cidades de Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista. A capital regional C é representada pelas cidades de Juazeiro e Barreiras. Os Centros sub-regionais A comportam as cidades de Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Guanambi. Os Centros sub-regionais B têm as seguintes cidades: Senhor do Bonfim, Eunápolis, Alagoinhas, Cruz das Almas, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Valença, Brumado e Bom Jesus da Lapa. Os centros de Zona A são compostos pelas cidades de Xique-Xique, Ipiaú, Porto Seguro, Conceição do Coité, Serrinha, Seabra, Camacan, Itapetinga, Caetité, Santa Maria da Vitória e Macaúbas. Os Centros de Zona B têm as cidades de Barra, Jaguaquara, Amargosa, Ibotirama, Serra Dourada, Riachão do Jacuipe, Valente, Capim Grosso, Nazaré, Rio Real, Euclides da Cunha, Gandú, Ibicaraí, Porções, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Caculé, Boquira, Santana e Cícero Dantas. Os outros municípios fazem parte dos Centros Locais.

Salvador tem influência direta sobre a cidade de Aracajú – SE, classificada pelo IBGE como Capital Regional A, expandindo a rede para as Capitais Regionais B, de Petrolina – Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista e Itabuna-Ilhéus. A rede de influência das cidades baianas a partir da metrópole Salvador está representada na figura 24, segundo o IBGE (2008, p. 93):

Fonte: Regiões de Influências das cidades brasileiras – IBGE (2008).

O nível da influência sofrida e exercida pela cidade produz alguns efeitos, dentre eles supõem-se a difusão da criminalidade. Essa influência pode estar relacionada com os níveis de oferta de produtos e serviços de cada grau hierárquico na rede de relacionamento. Os tipos de serviços, tais como: financeiro, comercial, consultorias, entre outros, tem grande atratividade de crimes contra o patrimônio. Nessa categoria, destacam-se os furtos contra instituições financeiras, roubos a casas comerciais, furtos e roubos de veículos, furtos a transeuntes. Essa categoria de delitos é mais prevalente nas regiões que agregam maior número de pessoas residentes e população flutuante.

A disposição da hierarquia das cidades baianas, segundo sua distribuição geográfica, está representada na figura 25, destacando a cidade do Salvador (cor vermelha) como a metrópole regional e as demais cidades, conforme indicação na legenda na figura. Nota-se uma alta concentração de cidades classificadas como Centro Local, com 87,3% das cidades, Centro de Zona B - 4,8%, Centro de Zona A - 2,6%, Centro Sub-regional B - 2,2%, Centro Sub-regional B - 1,4%, Capital Regional C - 0,5%, Capital

Regional B - 1,0% e a Metrópole com 0,2% de representação sobre o total das cidades regionais.

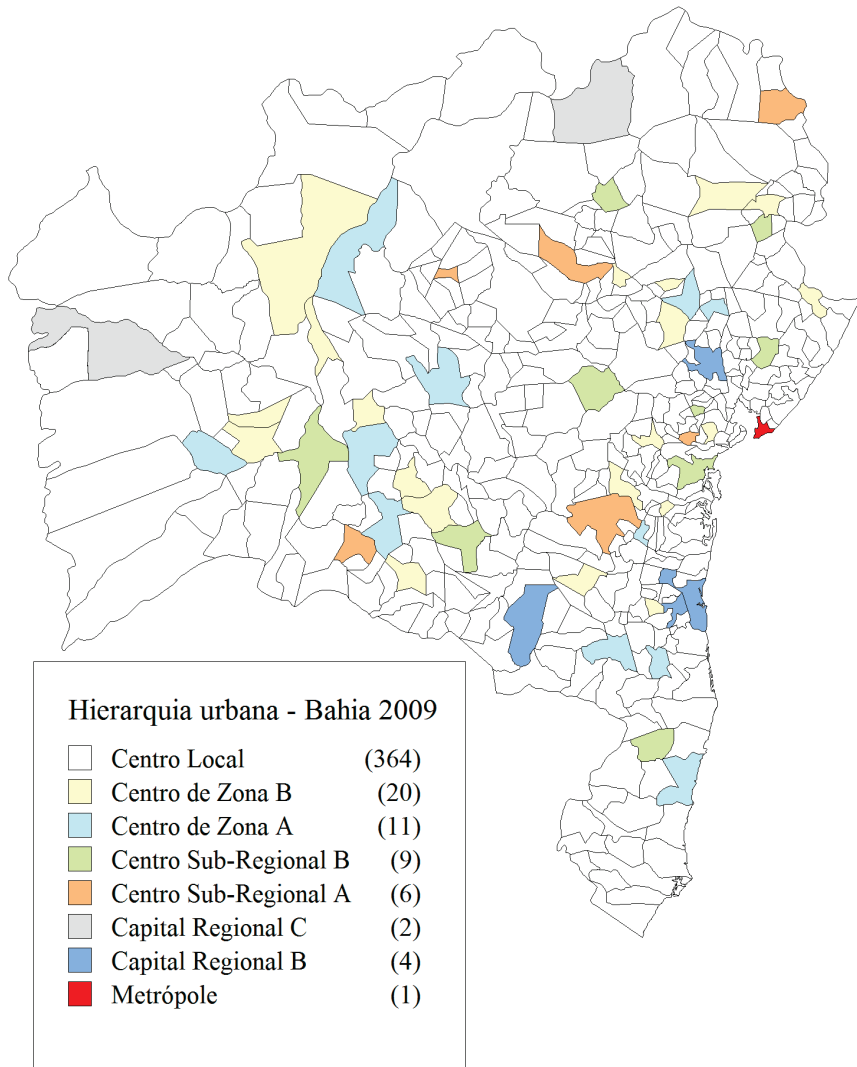


Figura 25 – Disposição geográfica das cidades baianas segundo a hierarquia das cidades

Fonte: IBGE (2008).

Há uma difusão da hierarquia onde se nota que o crescimento das cidades ocorre de forma aglomerada, inclusive na Região Metropolitana do Salvador, produzindo efeitos de aglomeração da criminalidade de forma desigual em todas as cidades centrais baianas. A criminalidade é presente

em países centrais, contudo não se manifesta na mesma magnitude que se contabiliza para o Estado da Bahia.

O caso do Estado de São Paulo é notório dentro da realidade brasileira. Embora o território tenha influência regional de grande amplitude e intensidade, ele registra índices de criminalidade menores que o das cidades centrais baianas. A complexidade do município, evidenciada pelo quantitativo populacional residente em seu território, é fator condicionante para atração da criminalidade. As cidades que possuem maior contingente populacional possuem também maiores indicadores de homicídios. Não se pode aderir a tese de que o volume populacional produz a criminalidade, mas é importante trazer a questão de que nessas cidades poderá existir acentuados níveis de exclusão social, gerando cisão nas relações sociais (COSTA, A., 1998), produzindo efeitos que resultam em agressividade (FROMM, 1997). A presença exagerada de população num território, fruto da macrocefalia urbana, produz, inevitavelmente, mudanças na estrutura da sociedade, alterando as relações sociais entre os indivíduos. Assim, segundo Pedrão (2002, p. 81),

A cidade contemporânea é produto de um processo de transformação que tem sido conduzido mediante uma progressão de impulsos de urbanização – correspondente à própria descontinuidade da formação de capital – que se materializa, primeiro, em modificações dos seus sistemas de infra-estrutura, depois, em alterações dos custos, para localização de atividades produtiva e, finalmente, em mudanças nas condições para localização de habitações.

Nesse contexto, a cidade se reproduziu no mosaico de habitações espontâneas e planejadas, tendo no seu interior perfil de moradores que são vitimados por uma criminalidade cada vez mais intensa. Na etapa seguinte, busca-se compreender qual a prevalência da criminalidade nessas cidades e qual a sua intensidade, segundo a sua centralidade.

7.3 APLICAÇÃO DE ANÁLISE DA CRIMINAL ESTRATÉGICA REGIONAL NAS CIDADES CENTRAIS BAIANAS

A cidade se revelou ao longo de sua existência como palco de vários processos sociais de acumulação. Nela se tem o acúmulo de população e riquezas, bem como de prazeres e frustrações. A cidade contemporânea se revelou numa nova configuração socioespacial onde produziu alguns

efeitos ainda pouco mensurados, dentre eles, o crescimento da criminalidade concentrada em seus centros urbanos. Existem vários diagnósticos indicando soluções para se resolver esse problema, porém, o que se vê é o aumento gradual e sucessivo da insegurança nessas cidades. A atividade criminosa tem sido uma das consequências mais danosas dentro dos processos de concentração de riquezas e aumento da população pobre espalhada em vários espaços urbanos. Existe a necessidade de se ter uma visão desses espaços, sob a perspectiva analítica da compreensão das mudanças socioeconômicas, a fim de se entender o sujeito, a sociedade e os espaços de reprodução social, buscando os vieses das transformações dentro de um novo mundo que concentra centros urbanos superpovoados, regionalmente polarizados e globalmente interligados.

Estudos recentes sobre a ocorrência de crime em algumas cidades brasileiras (CALDEIRA, 2000; SOUZA, 2000; MISSE, 2003) indicam a existência de transformações da criminalidade nas suas dimensões qualitativa e quantitativa. Particularmente, para Salvador, Silva J. A. (2004) mostrou, através de pesquisa, que a transformação da criminalidade se deu junto com as transformações urbanas, socioeconômicas, no recorte temporal compreendido entre as duas décadas finais do século passado. Esse fenômeno não ocorreu de forma isolada dentro do Brasil. Para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foi constatado que houve esse mesmo processo de transformação do crime, segundo Caldeira (2000) e Souza (2000). Os crimes, nessas cidades, assim como ocorreu em Salvador, ficaram mais frequentes e mais violentos. As ações criminosas passaram a ser cometidas com maior requinte de perversidade e a população desenvolveu, diante do medo crescente, novas formas de convívio dentro das cidades. Nesses centros urbanos, os moradores não se sentem tão seguros quanto no passado, buscam, através do isolamento em condomínios fechados ou atrás de grandes muros e grades fortificadas, proteção contra as ações violentas dos criminosos.

Esse fenômeno, também notificado por Souza (2000), foi exaustivamente analisado pelo autor, o qual assegura que a década de 80 foi marcada por uma profunda crise econômica e social no Brasil, transformando, definitivamente, os centros urbanos em zonas de conflitos sociais, principalmente com o aprofundamento da pobreza e da desigualdade social.

Embora as atenções estejam voltadas para as grandes metrópoles, aquelas que são as capitais dos Estados, nota-se que o fenômeno da criminalidade

alcança outros centros urbanos de menor porte, notadamente as cidades que se destacam como núcleos concentradores das atividades econômicas de certa região. Essas cidades possuem características regionais e econômicas bem distintas, porém, a criminalidade é o traço comum entre elas.

Ora, se existe transformação urbana e socioeconômica nas cidades fazendo com que estas tenham melhoria na renda e outros indicadores sociais, principalmente para as que gozam de crescimento e desenvolvimento da economia, destacando-as das demais enquanto cidades centrais e polarizadoras, nota-se que é preciso conhecer o ponto de inflexão que torna tais cidades vulneráveis ao aparecimento e crescimento da criminalidade e a respectiva mudança para um estágio mais violento. Nesse sentido, os estudos de desenvolvimento regional poderão apontar discrepâncias e semelhanças presentes nos diversos municípios do Estado da Bahia que poderão auxiliar na compreensão da concentração da criminalidade nos municípios que são considerados polarizadores das diversas regiões baianas.

Analisando-se a cidade do Salvador enquanto cidade polarizadora, esta possuía, segundo o IBGE, uma população de 2.440.886 habitantes no ano de 2000, configurando num núcleo urbano com 99,96% da sua população. A capital do Estado da Bahia é constituída basicamente de uma população urbana que se distribui em seus 313 km² de área, dividida em 289,14 km² de área continental e uma área insular de 32,86 km², conforme cita Gordilho (2000). Salvador é a terceira cidade mais populosa do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, formando assim uma metrópole.

Este contingente humano, dentro de uma configuração espacial peculiar, onde mais de “[...] 60% das habitações de Salvador são irregulares, construídas em áreas de invasão e demais parcelamentos não-apropriados pela Prefeitura.” (GORDILHO, 2000, p. 167), dá à cidade uma aparência bem peculiar, constituindo-se num grande e pobre centro urbano. Para Gordilho (2000), a forma de ajuntamento da população em territórios diferenciados, separando pobres e ricos, promove a segregação espacial constituindo, na sua essência, “uma questão violenta e desagregadora” que, invariavelmente, reúne condições férteis para acumular problemas relacionados à criminalidade e à violência urbana.

O aumento populacional registrado até o início da década de 80 juntou-se ao deslocamento da população do meio rural para o urbano, fazendo crescer as dificuldades para se conservar boa qualidade de vida para todos os indivíduos. A população soteropolitana passou a viver em con-

dições bastante precárias, originando bairros periféricos carentes e, em alguns casos, caracterizados por moradias subnormais ou favelas, favorecendo o surgimento de diversos problemas sociais, dentre eles a criminalidade e violência urbana. Estudos feitos por Ledrut (1971), Milton Santos (1989) e Souza (1996) constataram que cidades que se provaram do mesmo processo de crescimento urbano vivido por Salvador tiveram problemas semelhantes relacionados ao crescimento da violência urbana.

Não é uma verdade absoluta o fato de haver crescimento urbano e se ter aumento da criminalidade e violência urbana, porém, o que se constata é que os aglomerados urbanos imersos nas péssimas condições urbanísticas e socioeconômicas, desprovidos de condições mínimas de sobrevivência, são mais atingidos pela violência letal e a morbidade decorrente dela. (CANO; SANTOS, 2001).

Gordilho (2000), ao estudar a questão da condição da “Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX” da população de Salvador, constatou que, entre outros aspectos, a população desta cidade sofre de segregação socioespacial e aponta diversos problemas causados por este fenômeno, dentre eles o recrudescimento da criminalidade urbana.

Ao analisar essa criminalidade presente em Salvador, Laniado (2000, p. 99), “[...] sugere uma diretriz para entendimento das condições sob as quais a violência urbana aparece numa conjuntura de acentuada desigualdade e exclusão social e a complexa relação que existe entre o crime e a pobreza”. Outro aspecto relevante para este estudo é do ponto de vista histórico onde a questão da violência urbana, motivada pela criminalidade, recrudescer e tem maior visibilidade para a população brasileira a partir da década de 80, conforme constatação realizada em alguns estados brasileiros por Souza (1996), Burgos (1999), Peralva (2000), Lengruber (2000) e Adorno (1999).

Considerando estudos realizados por Silva J. A. (2004), este comprovou que nos últimos vinte anos do século XX, Salvador teve o índice de homicídio de 14,13 delitos por grupo de cem mil habitantes contabilizado para o ano de 1980, passando para 27,29 homicídios para grupo de 100.000 mil habitantes no ano 2000, tendo tal indicador apresentado um aumento de 93,15% no período analisado. Porém, a criminalidade não se restringe apenas aos crimes violentos, o incremento dos homicídios é seguido pelo aumento de crimes contra o patrimônio em suas diversas modalidades.

Os crimes contra pessoa assumem novas dimensões, passando a ter novas modalidades, tais como: sequestro, sequestro relâmpago, chacinhas, entre outros. Os crimes contra o patrimônio mudaram de características e passaram a ter mais violência no seu cometimento. Segundo dados da Secretaria da Segurança Pública, no ano de 1980, o número de registros de furtos era 8,66 vezes maior que o número de registros de roubos; um ano depois essa cifra aumentou para 14,19 e, a partir desse ano, essa proporção vai decrescendo, até que, nos anos de 1996 e 97, essa proporção é de 0,81 e 0,56, respectivamente. Essa transformação visível nos faz crer que os criminosos passaram a ter práticas mais violentas para ter sucesso em suas investidas.

Além disso, nota-se o aparecimento de modalidades novas de práticas delituosas, a exemplo dos crimes contra o sistema financeiro, por meio do uso de computadores. As fraudes têm novas modalidades, contando com “clonagem” de cartões de crédito, falsificação de combustíveis, entre outras. Isso significa que, além da intensidade dos delitos, houve uma transformação quanto à sua padronização e do *modus operandi*.

Por outro lado, as conclusões de Wieviorka (1997) nos dão conta da existência de um novo paradigma da violência no mundo contemporâneo. A violência é portadora de um novo perfil de fatores a serem considerados, principalmente após o ano de 1960, em função da expansão de regimes totalitários, notadamente na América Latina. Para Wieviorka (1997), o paradigma está manifestado pelas mudanças existentes em três domínios: fatos, percepção e explicações científicas. No seu entendimento, o estudo da violência verificou nova tipologia deste fenômeno, ocorrendo assim mudanças nos fatos; houve, também, uma mudança na percepção coletiva sobre esta violência e por fim surgiram outras explicações científicas para categorias dos novos tipos de violências que apareceram no mundo contemporâneo que passam desde as relações sociais até o âmbito das relações internacionais e domésticas. Esse é um dado que preocupa a sociedade, já que todos os fatores que incidem sobre os fatos não podem ser vistos isoladamente.

Quando são analisados os dados empíricos de segurança pública da cidade do Salvador, se observa que as regiões mais castigadas pela criminalidade e violência física são as áreas mais pobres da periferia, onde há carência generalizada por falta de políticas públicas adequadas. Os indivíduos residentes nesses espaços pobres ainda são as principais vítimas da criminalidade e da violência, mas eles raramente têm rostos e suas vozes, cada vez mais inexpressivas, são traduzidas em grandes e frios números estatísticos publicados em jornais diários.

A cidade, repartida em seus diversos territórios, possui tratamento diferenciado quanto à função da distribuição de recursos para melhoria das condições de vida e prevenção da prática do crime, bem como dos seus efeitos. Estes espaços segregados, que reproduzem a vida social das classes de baixo poder econômico, contabilizam, sem cessar, taxas criminais cada vez mais elevadas nos espaços públicos.

O espaço e suas diversas representações sociais fazem parte de vários domínios e integram as práticas quotidianas num quadro de polissemia simbólica socioantropológica. No espaço se reúnem conjuntos variados de sujeitos, os quais são possuidores de hábitos culturais bem diversificados, provendo tais espaços de funcionalidades diversas. Nesse sentido, para se compreender o espaço é preciso descrever o conjunto físico que o compõe, qual o seu uso por parte dos grupos sociais que o compartilha e suas transformações ao longo do tempo.

A expressão “espaço” é utilizada de forma indiscriminada, referenciando-se a diversas escalas. Segundo Corrêa (1982, p. 15), esta palavra é empregada para descrever superfícies terrestres nas escalas “[...] global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior”. A noção de espaço ou seu conceito é utilizado nas diversas áreas do saber para especificar o *locus* onde se observa fenômenos físicos ou sociais. Outro aspecto relevante é a natureza temporal do espaço (“espaço-tempo”). Neste caso, o espaço é compreendido como interregno de tempo que medeia acontecimentos.

Nota-se que o uso do vocábulo espaço é empregado em sentido múltiplo, podendo representar diversas esferas da reprodução de fenômenos e fatos sociais. Para tanto, é preciso compreender os diversos conceitos desta palavra, para que se possa circunscrever o entendimento do significado do espaço público.

Cada área do conhecimento concebe ideias de espaço à luz do seu emprego. A geografia particularmente apropria-se da noção de espaço como um conjunto imbricado de conceitos. O sentido do espaço compreendido por Guermon e Piveteau, (1986) aponta para um designativo de uma dimensão geográfica, na qual assume uma representação delimitada no território, podendo ser o subsolo, solo e ar. O espaço possui uma abrangência “física, biológica e humana”. O espaço ainda representa a uma base de delimitação física que determina o *locus* de produção e reprodução social reconhecida como território.

A contribuição da geografia é relevante para tornar a noção de espaço físico compreensível. O espaço também é definido como delimitação territorial de produção social, onde a sociedade estabelece sua forma de sobrevivência. Tal visão de espaço fundamenta as diversas maneiras de se produzir e sobreviver, contudo, ela revela que cada parte da sociedade, e ela como um todo cria um modo particular de divisão de trabalho e produção cultural. As partes da sociedade que se estabelece em cada “espaço-territorial” criam um lugar próprio.

A noção de lugar aponta para um complexo conjunto de relações onde se pode determinar a sua localização (SANTOS, 1996; SOUZAM., 1996). O lugar tem suas categorias definidas, segundo sua ocupação. O lugar natural retoma a compreensão de um espaço ocupado pela natureza sem que tenha havido a transformação por meio da ação humana. O lugar também tem sua dimensão territorial de reprodução social e de trabalho. Assim, o espaço e o lugar não podem se constituírem em conceitos isolados.

Algumas ilações contingentes podem se apor a esses dois conceitos, são elas: um conjunto de lugares são partes constitutivas de um espaço; os lugares são conjuntos das partes de um espaço, excetuando-se o espaço vazio enquanto representação física da falta de aplicação do espaço construído. Para essa aporia, isto é, a representação do espaço vazio, ter-se-ia uma alusão à metáfora do domínio ou superposição da cultura que tornaria os espaços em diversos lugares de supremacia de dominação de ideias. Nesse sentido, o lugar natural é aquele em que se encontra no espaço vazio das representações culturais. Neste caso, seria necessária a ocupação humana para que se tenha o não vazio, segundo essa concepção.

O que se depreende de tais conceitos é que o espaço se subdivide em lugares, estes possuem ocupações humana e natural e são ocupados e transformados pelos homens, nos quais se exercem atividades de produção e reprodução social. Nesses lugares tem-se a criação dos territórios. Já os territórios são lugares, dentro dos territórios, em que os grupos sociais desenvolvem atividades vitais e promovem delimitações socioantropológica, econômica e cultural para a identificação dos que participam do grupo.

O espaço territorial é delimitado por diversos fatores de abrangência, tais como: função simbólica sociopolítica, econômica, temporal, religiosa, entre outros. Tais representações são criadas para manutenção homogênea de características dos participantes do grupo. O espaço enquanto ocupação conduz às inteligíveis formas de identificação, isto é, espaço de ocupação natural e espaço transformado. Cada um destes espaços,

identificados como lugares. Em particular, esses lugares transformados e ocupados pelos homens serão reconhecidos como territórios. Os territórios serão ainda reconhecidos como território urbano e rural. Um território é rural quando nele a sociedade se apropria dos recursos naturais para o exercício das atividades econômicas. Já o espaço urbano é aquele no qual o ser humano produziu transformações no espaço natural. Segundo Buttimer (1986, p. 71),

[...] o espaço social urbano conota uma hierarquia de espaços, dentro dos quais os grupos vivem, movem-se e interagem. Primeiro vem o ‘espaço familiar’, ou a rede de relacionamentos, característico do nível doméstico da interação social; depois o ‘espaço da vizinhança’, ou a rede que abrange o movimento diário e local; o ‘espaço econômico’, que abarca alguns centros de emprego; e, enfim, o ‘setor urbano’, ou espaço social ‘urbano regional’. As dimensões cada vez maiores e abrangentes desses horizontes espaciais refletem as órbitas diárias, semanais e ocasionais da atividade social dos grupos e constitui a estrutura espacial normal dentro da qual os grupos se sentem à vontade.

O espaço urbano se caracteriza como aquele em que as relações sociais são mais próximas. Há uma multiplicidade de interesses. Os sujeitos devem buscar suas formas de sobrevivência através de empregos, nos quais apresentam renda suficiente para ter meios de sobrevivência. É no espaço urbano que se nota “[...] com a ruptura dos laços de parentesco e a substituição do controle social patriarcal por um controle social ‘político’.” (LEDROUT, 1971, p. 26), o espaço urbano que se caracteriza pela limitação bem definida de espaços de convivência pública e privada.

O espaço público é também aquele cujos investimentos são feitos por meio de verbas públicos. Há espaços públicos no meio rural e urbano. Entretanto, o cerne deste trabalho está voltado para análise dos espaços públicos nos centros urbanos. Segundo Jacobs (2003), as ruas e calçadas são os principais espaços públicos de uma cidade. Já Mons (1992, p. 120) descreve o espaço público como aquele que:

[...] pode assumir formas abstratas (jurisdição, liberdade de expressão e crítica etc.) ou concretas (constituição das cidades, arquitetura, projetos urbanos [...]). A materialização do ‘espaço público’ efectua-se, portanto, através de um funcionamento da cidade, mais exactamente, ela opera manifestadamente em ‘lugares’. Os lugares públicos têm cada um uma função específica

na cidade; cada um produz uma socialidade, uma proximidade, uma inter-subjectividade singular: a praça, a rua, o jardim, o metro, o bairro, o monumento... são outras tantas sequências espaciais que constituem as referências identitárias variáveis no infinito urbano.

Na percepção de Mons (1992), há uma diferença singular entre “espaço urbano” e “lugar urbano”. O primeiro possui uma dimensão política. Tal dimensão se refere a uma função política totalizante na qual todos os sujeitos possuem direitos e obrigações nesse espaço. Há um domínio público em que o direito de ir e vir é regulado apenas por meio da regra da moral social. Para Mons (1992), esse espaço público engloba parâmetros “geográficos, político, jurídico, administrativo e sociológico”.

Já o lugar público é dimensionado, segundo Mons (1992, p. 120) como sendo “[...] essencialmente uma tipologia social, uma referência espacial que permite arborescência de formas de interação social específicas.” Mons (1992) constrói a ideia de espaço público como sendo a reunião de diversos lugares públicos, tal qual se forma o espaço como uma reunião de lugares.

Os espaços e lugares públicos são, relativamente, públicos no tempo. As ruas são públicas, porém, algumas delas possuem uso limitado no tempo. Já os lugares públicos podem ter administração pública ou privada. Nos dois casos o uso do lugar é restrito no que diz respeito à acessibilidade às suas dependências, assim como há limitação de uso no tempo. Um lugar privado só pode ser acessado de “forma pública” quando, no seu interior, estiver ocorrendo ação criminosa ou de calamidade pública. São os casos em que qualquer pessoa do povo pode e o poder público deverá acessar o local privado para fazer socorrer a vida de terceiros, quando lá estiver um indivíduo com a vida em perigo de morte ou grave ameaça.

O espaço público é de uso comum e sua delimitação depende do ente que o administra. As ruas são espaços públicos e suas margens – as calçadas – fazem parte dos limites que indicam o uso dos espaços por parte da população. As ruas possuem destinação principal para veículos, porém, os automóveis dividem os espaços com os pedestres. Já as calçadas são de uso exclusivo para os pedestres, não se excetuando o uso para os veículos. A invasão desse espaço contraria as regras sociais e cabe penalidade.

Os lugares públicos se dividem em: de natureza pública e privada. Os edifícios da administração estatal (município, estado ou união) possuem alguns espaços controlados que se revestem de caráter de uso público, tais

como: corredores, saguões, átrios, auditórios, entre outros. Já as salas reservadas aos despachos das autoridades públicas não são portadoras de uso indiscriminadamente público. Vários espaços privados possuem lugares públicos destinados a um público restrito. Alguns lugares públicos que se situam em espaços públicos, tais como: praças, jardins ou estádios de esportes, têm uso limitado, mesmo se tratando de um bem público.

Outra característica dos espaços públicos e dos lugares públicos é que eles possuem regras sociais para uso. Elas podem ser de natureza consuetudinária ou normativa. As regras de uso consuetudinárias dizem respeito ao uso regular do espaço público sob condições das tradições da sociedade local. O uso do lugar público da praia não é o mesmo das ruas e praças distantes dela. Este pode ser dito como um caso clássico dos costumes em relação ao uso do lugar público regulado por meio dos costumes. Já um exemplo do uso normativo dos lugares públicos pode ser o seguinte: o uso de um estádio de prática desportiva e o uso de um prédio do tribunal de justiça. As regras de uso de cada um dos espaços públicos são descritas por normas próprias de cada gerente do espaço ou por leis normativas que regulam o uso desses espaços.

A parcela do espaço privado tornada pública só o é para um conjunto restrito de usuários, tais como: áreas comuns de edifícios residenciais (o espaço é público apenas para os moradores do condomínio), clubes privados (as áreas públicas só podem ser frequentadas por seus associados, quando estes estão quites com seus compromissos financeiros junto ao clube), cinemas (o uso para o público é limitado e restrito por algumas horas), entre outros.

Nota-se que o espaço público possui uma enormidade de referência e seu uso está sempre relacionado ao tempo e as regras sociais impostas por seus gerentes ou seus grupos sociais dominantes. Eles são constituídos de lugares públicos onde se desenvolvem as diversas interações humanas, inclusive o crime.

As discussões em torno do espaço são cada vez mais eivadas de circunscrições espaço-temporal. O espaço se transforma no tempo e este determina o seu uso. As transformações sociais delimitam o uso do espaço e a sua modificação de *status* ocorre junto com a necessidade de nova condição de acessibilidade. Um espaço privado pode se tornar público (desapropriação) ou vice-versa. Os sujeitos submetidos à condição de usuário de um espaço público ou lugar público deve se sujeitar às regras ou normas legais de utilização de tais espaços.

Nos espaços e nos lugares públicos cada um dos usuários possui um domínio comum e responsabilidade compartilhada. O bom uso desses espaços irá determinar o grau de sociabilidade dos grupos sociais que os frequentam. A sua manutenção é de vital importância para a sociedade, pois é nele que se perfazem as diversas inteirações sociais e onde há proliferação da cultura e reprodução do *modus vivendi* de uma sociedade.

Outro aspecto relevante é que não existe investigação científica da criminalidade no território baiano, assim como ainda não existe fonte de estudo sobre a estruturação de estratégias, a partir de diferentes características territoriais das cidades e de seus habitantes, para conter o aumento da criminalidade. O que se tem é um conjunto gigantesco de informações quantitativas e qualitativas, não estruturadas, que são pouco utilizadas para se traçar políticas e planejamento territorial urbano com vistas à segurança pública no Estado.

Por outro lado, o desconhecimento do desenvolvimento da criminalidade dentro do contexto socioeconômico da sociedade, observando-se sua configuração e transformação socioespacial prejudica ainda mais a utilização dos dados estatísticos existentes para se dar formas adequadas a serviços proativos de prevenção aos atos violentos decorrentes da criminalidade. A transformação urbana também é um dos fatores que proporcionam grande variedade de tipologia criminal dentro da cidade. A condicionante ecológica ou ambiental tem forte relação com a quantidade e qualidade do crime, embora se reconheça a participação das outras condicionantes agindo em todo o cenário do delito.

Assim, para se ter uma melhor compreensão do fenômeno da criminalidade é preciso oferecer uma leitura diferenciada que possibilite uma análise regional, sob a perspectiva dos acontecimentos transformadores da sociedade e da região, a fim de avaliar qual é o impacto dessas transformações no transcorrer da alteração temporal do crime. O caráter mutante da atividade criminosa acompanha as transformação e evolução das cidades, bem como se estabelece de forma diferenciada dentro da rede urbana.

A mensuração da criminalidade na cidade central será medida nas perspectivas das condicionantes que podem ser fatores mobilizadores de ações criminosas. Partindo-se dos princípios enunciados por Garófalo (1893) em que um indivíduo comete um crime quando está desprovido dos sentimentos de piedade e probidade. No primeiro sentimento o crime se constitui em uma ação violenta que produz grande estado de indignação pública.

Os crimes são formados na sua categoria de crimes contra a vida, principalmente aqueles que anulam a vida da vítima.

Os crimes que englobam o sentimento de piedade, cujos dados fizeram parte da presente análise são os seguintes: homicídio culposo no trânsito, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, outros crimes resultantes em morte, outros homicídios culposos e roubo seguido de morte (latrocínio). Tais crimes descrevem o enredo da produção do medo nas grandes cidades (SOUZA, 2008). Sua frequência nos últimos seis anos está demonstrada na tabela 17.

Tabela 17 – Distribuição dos crimes letais na Bahia, nos anos de 2004 – 2009

Crime Letal	Anos					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Homicídio culposo de trânsito	1035	961	986	1035	984	953
Homicídio doloso	2844	2942	3109	3632	4303	4291
Lesão corporal seguida de morte	80	82	82	95	100	213
Outros crimes resultantes em morte	38	35	33	21	13	17
Outros homicídios culposos	66	73	52	51	49	38
Roubo seguido de morte (latrocínio)	143	135	109	126	115	126
Total	4206	4228	4319	4960	5564	5638

Fonte: SSP – BA.

O crime letal na Bahia tem experimentado grande crescimento, embora a categoria de outros crimes com resultado de morte tenha apresentado redução. Nessa categoria, contabilizam-se os crimes cujas causas são indeterminadas. Decrescem, também, os outros homicídios culposos, os quais são, em grande parte de autoria revelada. Contudo, a causa morte aponta para crimes sem dolo da autoria.

Há um forte acréscimo percentual dos homicídios na Bahia, a partir do ano de 2007, conforme figura na tabela 18. Até o ano de 2006 o crescimento era pouco acentuado, podendo-se considerar insignificante. Quando comparado com o aumento populacional, observa-se que os homicídios tiveram comparadamente bem diferenciado para os anos de 2007 a 2009, principalmente após o ano de 2006. A elevação percentual demonstra um volume de

crimes que excede de forma vultuosa o crescimento da população para o mesmo período. No período que antecede o ano de 2006 os homicídios tiveram crescimento inferior ao incremento da população.

Tabela 18 – Taxa de crescimento dos homicídios e da população residente na Bahia entre os anos de 2004 – 2009

Anos	Taxa de crescimento de homicídios (Ano base 2004)	Taxa de crescimento da população (Ano base 2004)
2004	100,0	100,0
2005	100,5	101,9
2006	102,7	102,9
2007	117,9	103,9
2008	132,3	107,0
2009	134,0	108,0

Fontes: Brasil. Ministério da Saúde. Datasul.

SSP-BA.

A partir dos dados, nota-se que os homicídios dolosos tiveram aumento substancial (50,88%) em cinco anos no Estado da Bahia. A atividade predatória ou a agressividade humana tem se registrado com grande ênfase no Estado. A totalidade de crimes letais não apresenta sinais de decrescimento, constatando-se no período um aumento anual na ordem 6%. Além do aumento quantitativo dos crimes, esses se espalham por todo Estado, fazendo com que as cidades centrais fiquem evidenciadas pelo seu quantitativo de registro de crimes, principalmente de homicídios.

Na figura 26 tem-se a distribuição dos homicídios no Estado da Bahia, segundo a sua ocorrência espacial. Buscou-se determinar as regiões que possuíam menor quantidade de crimes até as que tinham altos índices de crimes letais. O método considerado para discriminar os níveis de criminalidade existentes em seus territórios, tomando-se os intervalos fixos, tem origem nos trabalhos de Jenks e Caspall (1971). “*Error on choroplethic maps: Definition, measurement, reductions*”. Esse método, também utilizado no Estado de Minas Gerais, através do “Boletim de informações Criminais de Minas Gerais”, traz uma classificação de áreas segundo o uso do método: *choropleth maps*. Para os níveis calculados foram classificados do menor para o maior nas se-

guintes categorias: nenhuma criminalidade, baixa criminalidade, média criminalidade, alta criminalidade e altíssima criminalidade. Esse método, também utilizado por Maceachren (1994), Kraak (1999) e Hallisey (2005) consiste na construção de mapas temáticos onde as áreas hachuradas, segundo uma padronização em proporções calculadas a partir da variável estatística escolhida. A variável deve fazer parte da região de um mapa em referência. Os mapas *choropleth* foram construídos com base em dados estatísticos colhidos na Secretaria de Segurança Pública e agregados sobre regiões do Estado da Bahia.

As regiões sombreadas em cinco níveis são encontradas a partir do método *natural break*, através do uso do software MapInfo, empregado para georeferenciamento das informações criminais. Para as variáveis observadas foi construído um conjunto de intervalos diferenciados de acordo com a medida dos valores observados pelo critério de cálculo do software (MACEACHREN, 1994; KRAAK, 1999; HALLISEY, 2005).

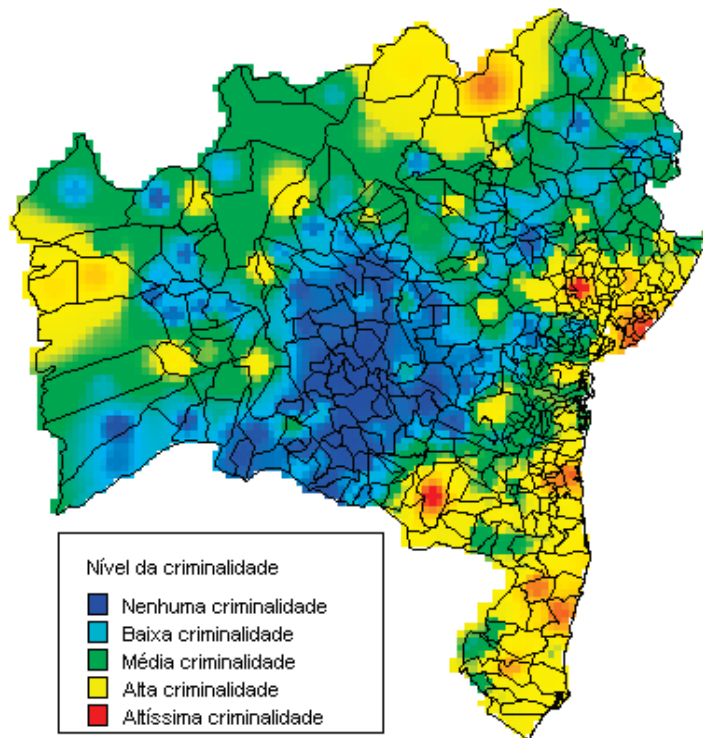


Figura 26 – Distribuição dos crimes de homicídios dolosos nos municípios baianos, segundo seu nível de criminalidade – 2009

Fonte: SSP – Bahia.

A criminalidade nos seus níveis está espalhada nas cidades centrais do Estado, conforme descrição apontada na cor vermelha pelas manchas do *hots plots* (figura 26) anterior, principalmente nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna. Contudo, há uma tendência que este crime esteja se espalhando pelas regiões limítrofes do Estado, convergindo para o seu centro. O indicador de nenhuma criminalidade refere-se ao estado de não existência do crime, para baixa criminalidade, tem-se entre 1 a 10 (exclusive) homicídios por grupos de 100.000 habitantes; para média criminalidade tem-se entre 10 e 18 (exclusive) homicídios por grupos de 100.000 habitantes; a alta criminalidade, entre 18 a 30 (inclusive) homicídios por grupo de 100.000 habitantes e; altíssima criminalidade, acima de 30 homicídios por grupo de 100.000 habitantes.

Ouro tipo de crime bem prevalente nessas cidades é o crime de homicídio culposo no trânsito, conforme distribuição constante na figura 27. O incentivo à produção e consumo de veículos automotores produziu o grande volume de carros nos centros urbanos das cidades brasileiras. Inicialmente, verificou-se o grande aumento desse tipo de crime, contudo, com o aumento substancial da venda de veículos ocorreu o super acúmulo de veículos nas cidades, produzindo a redução de acidentes em função da redução da velocidade média motivada pela pouca disposição de vias para sua circulação.

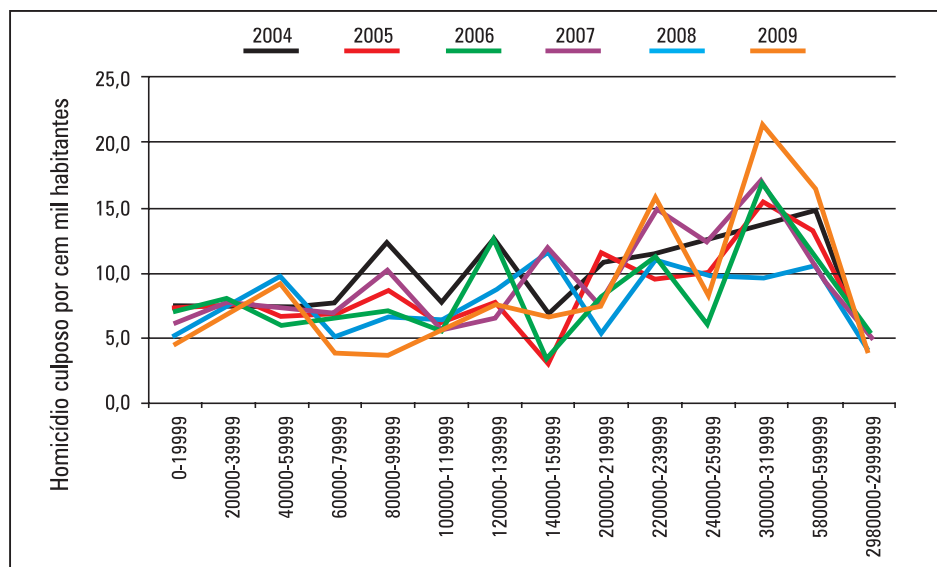


Figura 27 – Evolução do crime de homicídio culposo no trânsito nos municípios baianos, distribuídos segundo o quantitativo da população entre os anos de 2004 – 2009

Fonte: SSP – Bahia.

Os acidentes de maior gravidade ficam circunscritos ao período noturno e nos finais de semana, em função do pequeno número de veículos circulando pela cidade. Outro fator relevante é a presença do consumo de substância psicoativa, alterando de maneira significativa o estado de alerta dos condutores, favorecendo o aumento de crimes de homicídios culposos no trânsito.

As cidades que possuem população acima de 100.000 e que estão no papel de cidades centrais começam a apresentar aumento de homicídios culposos no trânsito. As cidades que apresentam grande contingente populacional e que não possuem aumento nos seus sistemas viários têm baixo nível de acidente de veículo em função de engarrafamentos produzidos pelo enorme número de veículos nas vias.

Esse tipo de delito, embora não tenha sido comparado com a frota existente na cidade, traz um dado revelador no que diz respeito à mortalidade dentro do grupo de 100.000 habitantes. As cidades que estão provando de aumento de frota ainda possuem avenidas suficientes para a trafegabilidade dos automóveis, contudo, nas cidades que possuem população acima de 400.000 habitantes começa a existir problemas de trânsito intenso, produzindo engarrafamentos em seu sistema viário, provocando diminuição da velocidade média e tem como consequência a redução das mortes decorrente do trânsito.

Além dos efeitos da evolução dos crimes letais, evidenciando a falta do sentimento de piedade, esse sentimento é explicitado pela presença da condicionante psicológica na ação de alguns indivíduos, principalmente daqueles que praticam crimes de estupro. O estuprador é um indivíduo que não completou seu processo de socialização (VIGARELLO, 1998), seus crimes não causam apenas danos físicos, com eles produzem danos psíquicos às suas vítimas que são quase irreparáveis. A violação das mulheres destrói os preceitos elementares da sociedade, quando não atinge diretamente as famílias vitimadas. A ação do criminoso atinge diretamente a honra da vítima, vilipendiando sua dignidade enquanto pessoa humana.

A punibilidade desse crime é bem diferenciada ao longo do tempo e de acordo com o *status* social da vítima. Quando esta é partícipe das classes sociais mais abastadas, a punição do criminoso é rápida e exemplar, contudo, quando a vítima é da população pobre a pressa por justiça é negligenciada. A punição é também diferenciada em razão do agressor. Para um estuprador pobre e uma vítima rica, aarceragem é seu destino certo. Porém, quando a vítima é uma pessoa pobre e seu algoz um sujeito de

posses, essa justiça é cega por deficiência. Quando os sujeitos (vítima e agressor) são de classes mais abastadas, os acordos são as medidas mais corriqueiras para se atingir a justiça. Outro aspecto relevante é a proximidade familiar entre a vítima e seu violentador. As ocorrências que trazem histórico familiar entre as partes tendem ao ocultamento das vítimas e autores para que não haja publicidade do crime.

Alguns criminosos se escondem por traz do pátrio poder para exercer o crime no seio familiar. São os casos mais cruéis dos estupros, principalmente quando são cometidos contra crianças.

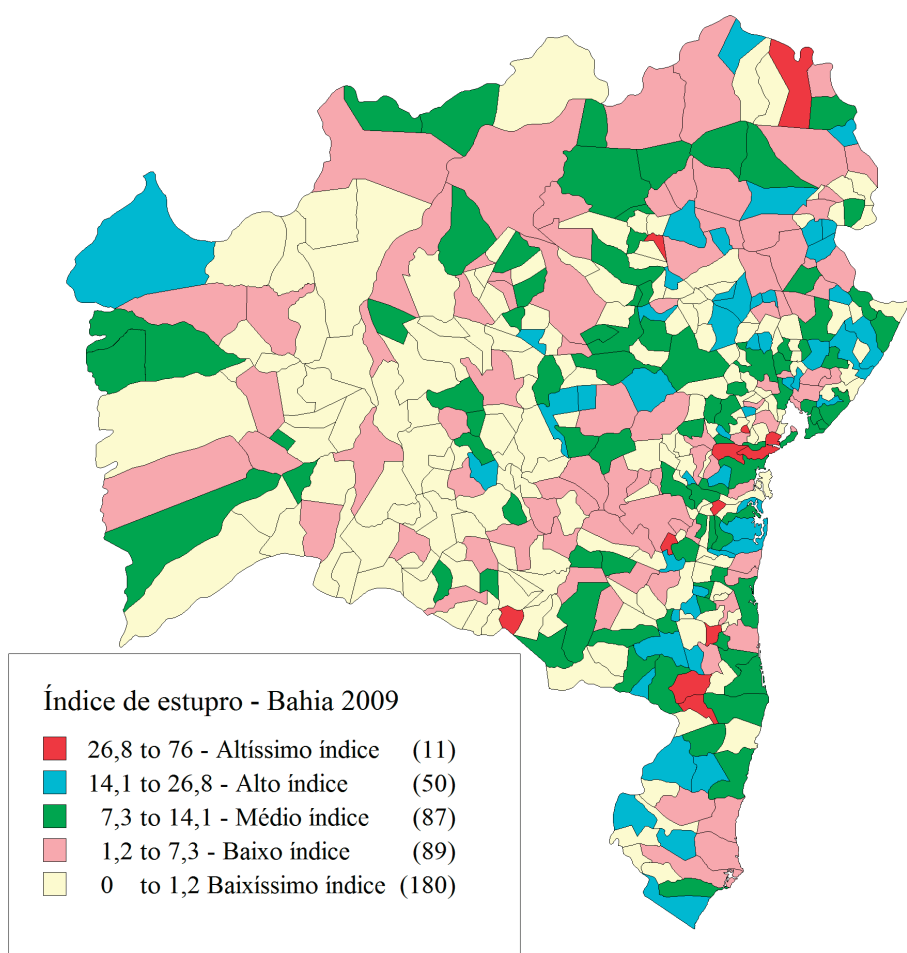


Figura 28 – Distribuição dos crimes de estupro nos municípios baianos, segundo seu nível de intensidade – 2009

Fonte: SSP – Bahia.

A lógica do espalhamento do crime de estupro não obedece a dos crimes de homicídios dolosos. A figura 28 aponta maior incidência para cidades de menor porte. Isso ocorre em função da proporção do delito quando a população é muito pequena. Já os valores absolutos tende a seguir a lógica dos crimes de homicídio registrados nas cidades centrais da Bahia.

Por outro lado, houve um aumento substancial de roubos de veículos nas localidades centrais, conforme se demonstra na figura tabela 19.

Tabela 19 – Evolução dos roubos de veículos na Bahia entre os anos de 2004 – 2009, ano base 2004, segundo a hierarquia da cidade

Hierarquia	Evolução de roubos de veículos na Bahia, ano base 2004.					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Metrópole	100	72,9	82,1	127,1	191,2	181,5
Capital Regional B	100	99,2	93,5	107,8	145,1	197,5
Capital Regional C	100	84,1	125,6	147,6	211,0	148,8
Centro Sub-Regional A	100	89,8	73,4	65,6	63,3	90,6
Centro Sub-Regional B	100	113,3	75,8	115,8	111,7	143,3
Centro de Zona A	100	125,4	83,1	110,2	108,5	169,5
Centro de Zona B	100	109,0	91,0	91,0	70,8	138,2
Centro Local	100	97,5	85,0	108,0	127,3	160,0
Total geral	100	85,9	84,8	117,0	159,7	172,8

Fonte: SSP – BA.

As cidades que formam a Capital Regional B: Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista, apresentaram maior crescimento em relação ao ano de 2004, seguidos pela cidade do Salvador (metrópole). Houve queda apenas nas cidades que forma o Centro Sub-regional A. O mesmo crescimento não foi observado para os furtos conforme tabela 20.

Tabela 20 – Evolução dos furtos de veículos na Bahia entre os anos de 2004 – 2009, ano base 2004, segundo a hierarquia da cidade

Hierarquia	Evolução de furtos de veículos na Bahia, ano base 2004.					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Metrópole	100	69,3	52,6	62,7	67,8	76,6
Capital Regional B	100	165,1	111,4	122,3	110,3	101,7
Capital Regional C	100	103,3	129,2	127,5	150,0	148,3
Centro Sub-Regional A	100	91,4	65,1	66,7	69,4	71,0
Centro Sub-Regional B	100	91,2	112,2	111,5	101,4	116,9
Centro de Zona A	100	70,1	81,6	75,3	72,4	87,4
Centro de Zona B	100	57,6	71,5	74,3	109,7	97,9
Centro Local	100	90,2	87,6	90,2	110,8	114,4
Total geral	100	85,8	71,7	78,6	85,6	90,8

Fonte: SSP – BA.

As evidências contidas nas tabelas 19 e 20 mostram que houve maior violência nos anos examinados. Teve-se no período um aumento maior para os delitos de roubo em detrimento da pequena evolução dos crimes de furto. A prática de roubo impõe o uso de violência ou grave ameaça sobre a vítima, o que não ocorre com os crimes de furto. As cidades tiveram ao longo desse período um aumento substancial de crimes violentos.

Os crimes de roubo de veículo possuem o mesmo padrão de crimes de homicídio doloso, homicídio culposo no trânsito e estupro, evidenciando o quanto a criminalidade é aderente às cidades centrais no Estado da Bahia, conforme distribuição dos crimes contida na figura 29.

Os exemplos no mapa demonstram bem a aplicação da Análise Criminal Estratégica para elaboração de políticas públicas mais abrangentes para conter a criminalidade num espaço bem definido ou que seja abrangente a uma quantidade maior de territórios. Esse tipo de Análise Criminal é, segundo sua própria definição, aplicada para horizontes temporais mais amplo e que tenha alcance um número grande de população.

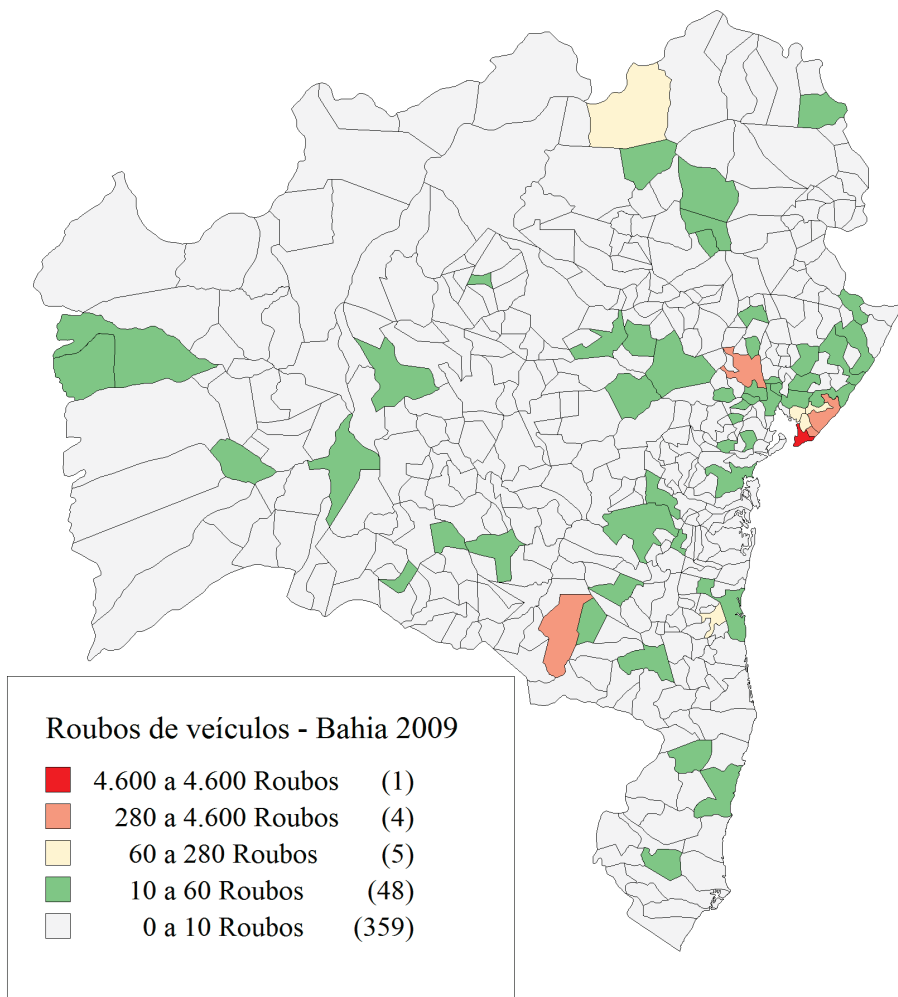


Figura 29 – Distribuição dos crimes de furto de veículo nos municípios baianos, segundo seu nível de intensidade – 2009

Fonte: SSP – Bahia.

8. ANÁLISE CRIMINAL DE INTELIGÊNCIA

Este texto busca examinar e diferenciar as atividades da Análise Criminal de Inteligência dos demais tipos de análise. Há uma estreita relação entre este tipo de análise e a Análise Criminal Investigativa, Tática e Estratégica, porém é conveniente fazermos uma diferenciação entre ambas para circunscrevermos os diversos papéis dos analistas criminais.

A Análise Criminal de Inteligência tem seu objetivo, segundo Santos R. (2006, p. 60) descrito da seguinte forma:

O objetivo da análise de inteligência é identificar as redes de criminosos e suas atividades, bem como ajudar a polícia a prender esses ofensores (Petersen, 1994). Visa ainda identificar as redes tipicamente relacionadas ao crime organizado (Máfia), gangues, traficantes de drogas, redes de prostituição, redes de fraude financeira, ou combinação dessas empresas criminosas. A Análise de Inteligência é realizada no âmbito dos departamentos de polícia e, de forma centralizada se ocupam com outras atividades criminosas que ocorrem entre territórios específicos (por exemplo, os limites das cidades, municípios, ou dos estados); no entanto, departamentos policiais muitas vezes trabalham com unidades policiais vizinhas e com serviços de inteligência nacional quando estão diante de matérias que envolvem atividades criminosas em suas áreas que ultrapassam os limites legais de atuação.

Grande parte dos dados analisados na análise de inteligência é coletada pela polícia através da vigilância, de escutas telefônicas, de informantes e observação participante (exemplo: trabalho disfarçado). O tipo de informação não se limita às informações criminais; ele poderá incluir as conversas por telefone, informações de viagem, informações financeiras e fiscais, e as relações familiares dos que estavam sob investigações. Ao analisar estes

dados, os analistas de inteligência buscam vincular as informações, para fins de identificar relacionamento e distinguir as áreas para futuras investigações e atuação dos grupos organizados. Os analistas de inteligência trabalham em estreita colaboração com os agentes que trabalham em unidades especiais, como uma unidade de narcóticos ou unidades de crime organizado, e muitas vezes são os próprios diretores. (Tradução livre)

A partir desta definição, destacam-se algumas características de atuação de um analista criminal de inteligência: identificar redes criminosas e “ajudar” a polícia a prender criminosos. Trata-se de um serviço de análise por unidade policial, agência regional e nacional. Na análise regional de inteligência a coleta de informação não se limita apenas aos crimes, mas a identificação de relacionamentos e de territórios dos crimes e criminosos. Já o trabalho de inteligência em rede atua na investigação preventiva do crime. Tais características são inerentes à atividade do analista de inteligência.

Nesta parte do texto é importante estabelecer as diferenças entre Análise Criminal Investigativa e Análise Criminal de Inteligência. A primeira refere-se à análise do crime realizada depois que o crime ocorre. Ela também é referida como parte do policiamento repressivo. A Análise Investigativa pode ser sumária ou qualificada. Uma investigação sumária é aquela desenvolvida quando o crime ocorrido tem características de vítima(s) e autor(es) conhecidos e os fatos bem definidos (Exemplo: acidente de veículo com auto lesão fatal). Ela também é realizada quando se tem crime de menor potencial ofensivo, cuja notificação feita à justiça se dá por meio de termo circunstanciado. Neste tipo de investigação tem-se o menor emprego de meios para esclarecer o crime.

Já o segundo tipo de investigação (investigação qualificada) é corriqueiramente e inadequadamente chamada de emprego da inteligência para resolver problemas de crime, vulgarizando ou desviando o trabalho do serviço de inteligência. A investigação qualificada é aquela que necessita de grande emprego de esforço de investigação, meios e recursos para conhecer autor(es) do crime e suas relações com a(s) vítima(s). É comum o emprego de escuta telefônica, quebra de sigilo fiscal e telefônico, exames periciais complexos e acompanhamento das atividades dos suspeitos para concluir por autoria do delito e as associações para cometê-lo.

Uma investigação qualificada necessita de informações minudentes para a realização da averiguação, precisa construir metodologicamente os

passos para reunir as evidências e colher as informações. A investigação requer meios judiciais para alcançar os culpados por cometer o crime em investigação.

Segundo as United Nations (2014), a palavra inteligência pode ser usada para descrever o processo de interpretação da informação para dar-lhe um significado. Também tem sido utilizada para descrever as atividades de trabalho de grupos de investigação ou de um departamento responsável por coletar ou lidar com a informação na condição de produto da atividade realizada. Na sua forma mais simples, inteligência poderia ser descrita como “processamento da informação”. Vinculada à aplicação da lei, a “inteligência” poderia ser descrita como processo de coleta, análise, interpretação, difusão e proteção da informação disponível, para fins de desenvolver atividades legais das instituições responsáveis pela segurança da sociedade, visando auxiliar o processo decisório e apoiar a investigação penal.

Inteligência sempre envolve um certo nível de interpretação, resultando em um grau inevitável de especulação e risco. A quantidade de risco e especulação depende da qualidade e quantidade de informação e envolvimento de pessoas. A atividade de Inteligência geralmente divide-se em duas grandes áreas: a Inteligência Estratégica e a Operacional. Segundo o manual das United Nations (2014, p. 15):

Inteligência estratégica: Concentra-se em objetivos de longo prazo das agências encarregadas da segurança pública. Tais agências, se concentram, normalmente, com os cenários atuais e tendências emergentes de mudanças no ambiente das atividades do crime, ameaças à segurança e ordem pública. Concentra-se ainda nas oportunidades para implementar ações de controle e o desenvolvimento de programas de monitoramento e formas prováveis para a mudança de políticas públicas, programas de governo e legislação aplicada ao controle criminal.

Inteligência Operacional: Tem como função prover as equipes de investigação com hipóteses e inferências relativas a aspectos específicos das atividades criminosas, de qualquer tipo. As equipes incluirão essas hipóteses e inferências sobre as redes criminosas específicas, indivíduos ou grupos envolvidos em atividades ilegais, discutindo os seus métodos, recursos, vulnerabilidades, limitações e estratégias que poderiam ser usados para tornar a execução das ações a serem desenvolvidas mais eficazes. (Tradução livre).

Um bom conhecimento de inteligência operacional é um pré-requisito altamente recomendado para o desenvolvimento da capacidade de inteligência estratégica. O desenvolvimento da inteligência operacional em si deve ser considerado uma importante fonte de conhecimento a partir de uma perspectiva estratégica. As duas grandes áreas se complementam e estão imbricadas entre si. O desenvolvimento da Inteligência Estratégica na área de Segurança Pública, busca identificar os padrões e as redes criminosas que atuam no país, para fins de evitar conflagração do crime em todo território. O estudo precoce das atividades criminosas evita graves violações de direitos humanos.

A inteligência empregada na segurança pública difere muito da Inteligência Estratégica de Estado. Esta se ocupa com o estudo de cenários a partir da coleta, processamento, análise e difusão da informação, a qual é necessária para a formação de políticas estratégicas e planos militares de defesa do território nacional. As habilidades do analista estratégico de Estado, difere do analista de segurança pública. O analista estratégico de Estado deve ter a capacidade de atuar com clarividência, buscando compreender as tendências que se apresentam diante das mudanças de cenários e de ameaças e oportunidades advindas das organizações empresariais e dos Estados-nação. A capacidade de antevisão do futuro deve ser implementada a partir do estabelecimento dos modelos preditivos. Deve também ser capaz de sintetizar e integrar elementos que funcionam de forma sistêmica e atuam para alcançar um objetivo único. Motivar-se para convencer as equipes a atuarem de forma proativa e desenvolver as habilidades de interpretação do conhecimento. Trabalhar em rede e desenvolver alianças estratégicas com pessoas e organizações.

Por outro lado, a Inteligência de Segurança Pública busca compreender o fenômeno da criminalidade para fins de obtenção de evidências dentro da atividade criminosa e estabelecer provas. Neste ponto pode-se confundir a atividade de Inteligência com a Análise Investigativa. A Análise de Inteligência se ocupa com a criminalidade estrutural enquanto que a Análise Investigativa se concentra na elucidação de um crime já praticado.

A análise de inteligência é preventiva e visa reprimir a atividade criminosa em andamento.

Considere os registros de furto qualificado cometidos contra agências bancárias no Estado da Paraíba, conforme figura 30.

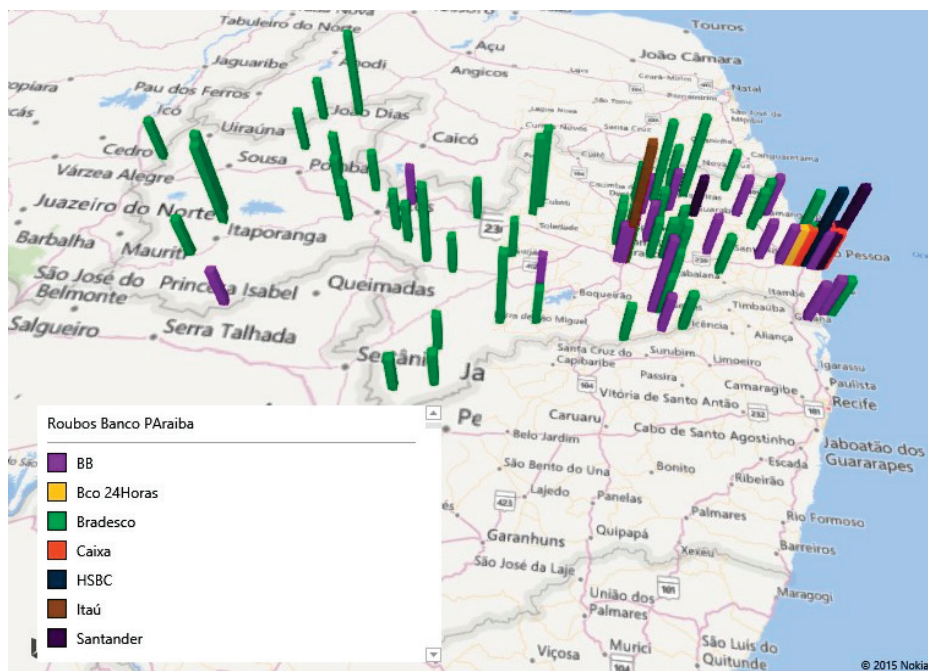


Figura 30 – Furtos qualificados registrados nas agências bancárias no Estado da Paraíba no ano de 2014.

Fonte: <http://www.bancariospb.com.br/index.php/notcias-mainmenu-138/ocorrncias-violncia-mainmenu-165/22194-mapa-da-violencia-contra-bancos-na-paraiba-em-2014>

Ao analista de inteligência cabe examinar o padrão dos furtos, sequência temporal, *modus operandi*, características dos envolvidos, meios empregados, conexões entre ocorrências de mesmo padrão com registros em outros Estados da federação, examinar as investigações de cada delegacia circunscricional, solicitar informações de outras corporações sobre a questão em exame, e outras investigações necessárias para determinar as probabilidades de ocorrências noutras localidades.

Para o exame da questão proposta, o analista deverá examinar as facilidades encontradas pelos violadores de direitos humanos, avaliar a predição quanto aos tipos de bancos, a sequência de datas entre os eventos, a distância entre as agência, a probabilidade de ocorrência espacial e temporal, as rotas de convergência e fuga, o rastreamento da quantia furtada, o envolvimento com servidores, a quebra de sigilo bancário e telefônico de suspeitos (efetuadas por meio judicial), entre outras possibilidade de prevenir o próximo evento criminoso.

Quando se examina a probabilidade de ocorrência, segundo o tipo de banco, a distribuição de frequência se comporta da seguinte maneira (tabela 21):

Tabela 21 - Furtos qualificados registrados nas agências bancárias no Estado da Paraíba no ano de 2014.

Bancos	Furtos Qualificados	Frequência
Bradesco	58	50,0%
BB	29	25,0%
Itaú	10	8,6%
Santander	10	8,6%
Caixa	6	5,2%
HSBC	2	1,7%
Banco 24Horas	1	0,9%
Total Geral	116	100%

Fonte: <http://www.bancariospb.com.br/index.php/notcias-mainmenu-138/ocorrncias-violncia-mainmenu-165/22194-mapa-da-violencia-contr-bancos-na-paraiba-em-2014>

A partir dessa estatística descritiva, o analista de inteligência já aponta que há uma maior chance de que o próximo furto qualificado ocorra de forma mais prevalente numa agência do banco Bradesco. Nesse sentido, a fonte que registrou as ocorrências acima descritas relatou os seguintes dados para os primeiros dias do mês de janeiro de 2015.

Quadro 3 - Furtos qualificados registrados nas agências bancárias no Estado da Paraíba, nos oito primeiros dias do mês de janeiro de 2015.

Nº	Cidade	Banco	Ocorrência	Data
1	Av. Canal – Campina Grande	Itaú	Arrombamento	01/01/2014
2	Bairro dos Estados – João Pessoa	Santander	Saidinha	07/01/2014
3	Jericó	Bradesco	Explosão	08/01/2014
4	São Vicente do Seridó	Bradesco	Explosão	08/01/2014

Fonte: <http://www.bancariospb.com.br/index.php/notcias-mainmenu-138/ocorrncias-violncia-mainmenu-165/22194-mapa-da-violencia-contr-bancos-na-paraiba-em-2014>

A probabilidade de ocorrência de um furto qualificado no banco Bradesco se manteve constante nos primeiros oito dias do mês subsequente à série, isto é, 50% dos furtos ocorreram nas agências do Bradesco. A partir desta perspectiva, o analista de inteligência se dedica a examinar outras fontes de informações.

A Análise de Inteligência deve obter informações de todas as outras formas de análise criminal e avançar quanto à qualidade da fonte e confiabilidade do dado, ou seja, selecionar fontes de informação em função de sua relevância para o problema criminal em questão, além de avaliar a disponibilidade e/ou a facilidade de acesso. Um analista deve evitar se tornar vítima de uma percepção tradicional de que o serviço de inteligência é algo fechado e apenas um classificador de fontes de dados. Por outro lado, não se deve descuidar de manter suas fontes atualizadas e preservar os dados válidos e relevantes. O uso de fontes abertas, muitas vezes dá credibilidade adicional ao produto final da análise.

As informações fragmentadas coletadas a partir de diversas fontes, tais como: escutas, informantes, registros bancários, ou de vigilância, entre outros, são dados brutos que frequentemente têm significado limitado e isolado. O produto da Análise de Inteligência é quando uma grande variedade de informação em estado bruto é avaliada quanto à sua validade e confiabilidade, concorrendo para comprovar a materialidade das questões em exame, tendo a seu favor a construção de significado, quando se aplica suporte metodológico para sua análise. Em grande medida, a Análise de Inteligência entrega um produto decorrente de um processo analítico, a partir de uma perspectiva integradora das informações difusas sobre o crime, a sua evolução e as ameaças à segurança pública da sociedade (CARTER, 2015).

8.1 APLICAÇÕES E FERRAMENTAS DA ANÁLISE CRIMINAL DE INTELIGÊNCIA

Cada agência de análise de inteligência tem sua própria estruturação e nomenclatura. Este texto não tem o objetivo de examinar tais composições, mas descrever algumas aplicações de ferramentas que são usadas para realizar o trabalho de análise de dados para fins de produção de relatórios analíticos de inteligência. Também não é um trabalho conclusivo nem ideal. Descreve-se alguns exemplos de aplicações analíticas.

A Inteligência aplicada para identificar o padrão de crime cometido por gangues e circunscrever os territórios de atuação é uma das aplicações mais recorrentes deste tipo de análise. O estudo das gangues de rua reúne informações sobre tráfico de armas e drogas, assaltos, furtos e roubos, homicídios e outros crimes relacionados a este tipo de associação para prática de crime. Não se deve confundir tais crimes com crime organizado. É evidente que eles possuem algum tipo de articulação, mas não têm grande

evidência com o crime organizado ou de colarinho branco e seus líderes não acumulam grandes fortunas ou tiram proveito excessivo da atividade. Os participantes das gangues são aliciados nas comunidades pobres das médias e grandes cidades e atuam de forma violenta nesses territórios.

Normalmente, os especialistas em gangues incluem “indicadores” sob a rubrica de “análise de inteligência”; por exemplo, informações sobre comportamentos de gangues, sinais e símbolos das diferentes gangues (cores, tatuagens ou numeração), o *modus operandi* de diferentes grupos e tendências nas diferentes atividades de cometimento de crimes.

Esse tipo de associação para o crime tem sido muito comum em diversos países. No Brasil não se tem tratado este tipo de delito de forma devida. Identifica-se esse tipo de crime como incluso na categoria de crime organizado. Há, certamente, uma conexão entre os violadores de direitos humanos que integram as gangues com crimes cometidos pelo crime organizado, a exemplo de compra de armas, drogas, munição e explosivos. Porém, a atuação das gangues fica circunscrita aos bairros das cidades.

Um fator que favorece o crescimento das gangues para aproximação do crime organizado é o sistema penal. Um exemplo dessa afirmação foi a construção do presídio da cidade de Itabuna, no interior da Bahia. Naquela cidade, em dezembro do ano de 2006, foi inaugurado um novo presídio, construído com dois pavilhões nominados por “Ala A” e “Ala B”. À medida em que os presos eram internados no sistema penal da cidade eles passavam a ser divididos em cada um dos pavilhões, inclusive a pedido dos próprios presos. Essa preferência se dava em razão da afinidade com os presos já internados. Surge então as gangues denominadas “Raio A” e “Raio B”. A partir deste evento, os violadores de direitos humanos iniciaram uma disputa por territórios na cidade, ordenando o crime em vários pontos do município onde tinha o domínio do grupo rival. O que ocorreu a partir da organização das gangues, favorecida pela organização do equipamento do sistema penal, foi a estruturação dos bairros mais pobres da cidade como sendo território de domínio de cada gangue.

A partir do uso de ferramentas de análise é possível identificar onde as gangues atuam e os territórios ocupados por elas.

8.1.1 Georeferenciamento

A localização geográfica dos ofensores de direitos humanos é importante para se traçar as políticas públicas e as operações de caráter preventivo e repressivo. Diferentemente do uso que é dado pelos tipos de Análise

Criminal: Tática, Operacional, Investigativa e Estratégica, a Análise de Inteligência busca identificar aglomerados de atuação de um tipo específico de crime, a fim de avaliar a força e abrangência de atuação dos grupos criminosos.

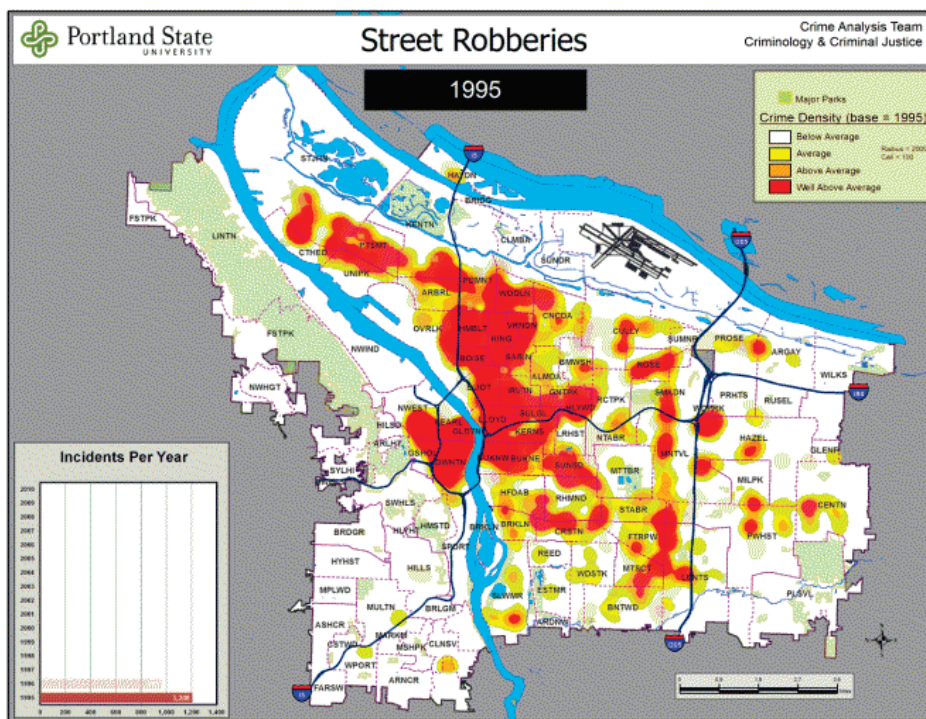


Figura 31 – Roubos em vias públicas em Portland State – USA, no ano 1995.

Fonte: <http://www.pdx.edu/cjpri/hot-spot-map>

O que se vê na figura 31 é uma concentração de crimes em pontos específicos da cidade. O analista deve buscar compreender o seguinte (BRUCE, 2001, p. 21):

- Porque é que este ofensor em particular comete este tipo de crime?
- Por que ele escolhe este tipo específico de alvo ou vítima?
- Por que ele gravita nesta área geográfica, ou durante este período de tempo?
- Por que ele usa este tipo de arma, ou busca seus alvos através deste método?
- Por que ele rouba este tipo de propriedade?
- Por que ele foge neste sentido?

Tais indagações fazem parte da procura de explicações sobre as condicionantes do crime e do criminoso, na tentativa de compreender as relações do crime, criminoso e seu *modus operandi* com o meio ambiente. A resolução de questões desta ordem, quer por meio da ação policial ou por meio de políticas públicas poderá alterar o volume de crime que ocorre numa certa localidade. As medidas de ordem policial serão tomadas à medida em que o analista de inteligência aponta quais são os indivíduos ou grupos (ganges) que atuam nos territórios específicos. As medidas de ordem política poderão ser adotadas se o analista propuser alterações de ordem estrutural que permita maior vigilância nas localidades.

Um conjunto de alterações propostas poderá mudar a lógica do crime. Observe-se a figura 32, a seguir.

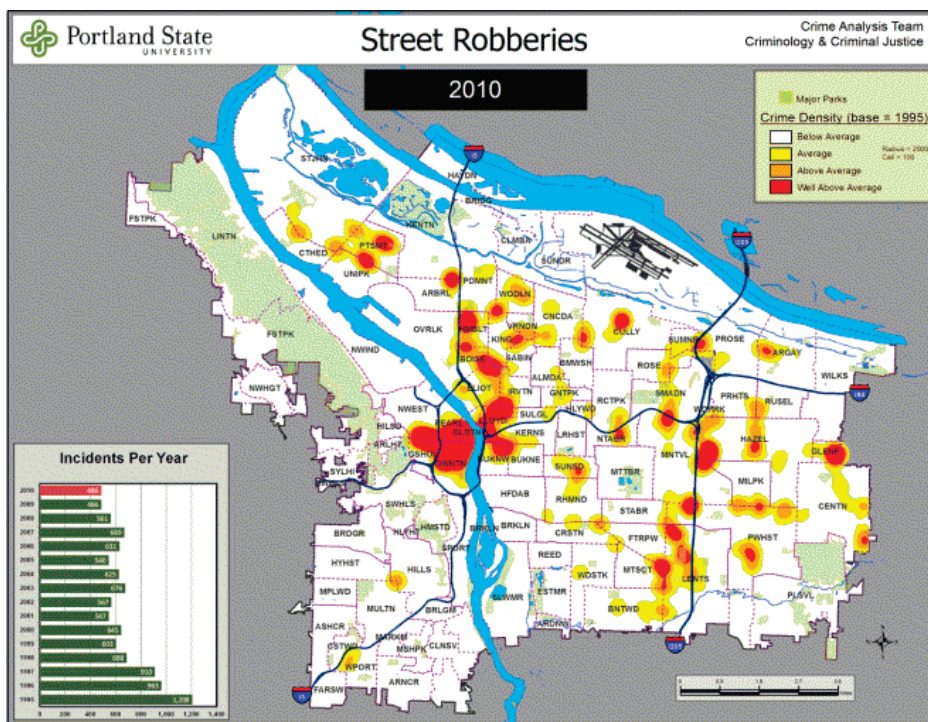


Figura 32 – Roubos em vias públicas em Portland State – USA, no ano 2010.

Fonte: <http://www.pdx.edu/cjpri/hot-spot-map>

Nota-se que quinze anos depois, a distribuição do crime descrita na figura 31 está bem alterada em relação à figura 32 que reporta-se à mesma localidade. A queda do mesmo tipo de crime foi de 60% entre os anos de 1995 e 2010, demonstrando que houve a tomada de decisão para alteração do *status quo* vigente.

As análises decorrentes do uso do georeferenciamento auxiliam a tomada de decisão acerca de fenômenos criminais no território. Uma interpretação coerente sobre a mancha criminal pode conduzir a medidas eficientes para minimizar os efeitos do crime e ajudar o policiamento a prender criminosos.

8.1.2 Análise das redes sociais

Notadamente o fenômeno da comunicação através da rede de computadores trouxe algum nível de vulnerabilidade para o trânsito da comunicação além aglutinar um conjunto de informações úteis para o serviço de análise das relações de comunicação e amizade entre as pessoas. Um caso notável é a rede de relacionamento construída a partir do aplicativo Facebook¹. A figura 33 aponta um exemplo de relacionamento a partir da página que este autor mantém no referido site.

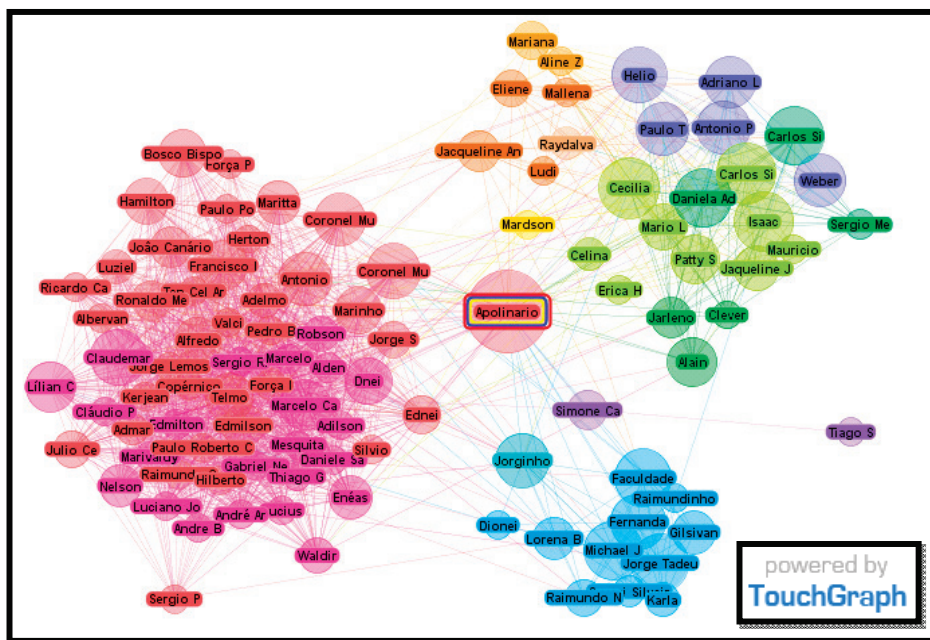


Figura 33 – Rede social extraída do Facebook.

Nota: Para extração da rede foi executado o procedimento do aplicativo Powered by TouchGraph².

¹ www.facebook.com

² Aplicativo disponível em: < <http://escoladeredes.net/profiles/blogs/gerando-grafos-do-seu-facebook>>. Acessado em: 28 fev 2015.

Tal descrição permite ao analista avaliar qual a rede de pertencimento do investigado e traçar um perfil de quem ele mantém relacionamento de comunicação e de amizade direta e indireta. Nota-se que em torno do alvo tem-se a formação de três grandes grupos, indicando em cada grupo o seu elemento centroeide. Logo, a partir de cada centro de grupo pode-se estabelecer um novo grupo de relacionamento, possibilitando o estabelecimento de novas redes.

Nas redes pode-se identificar seus integrantes fazendo apologia ao crime ou ostentando armamento e produtos de suas atividades criminosas. É também possível encontrar descrição e publicação de cometimentos de crimes em dispositivos de comunicação em rede (youtube, watszap, etc.), apontando para o setor de investigação e inteligência linhas de investigação para a captura de criminosos.

Há uma variedade de ferramentas e recursos que estão disponíveis para a Análise Criminal de Inteligência. Foram apresentadas apenas duas ferramentas, mas o rol de recursos é bem maior. Dentre eles pode-se apontar os softwares de *business intelligence* (BI), software estatísticos com uso de suas técnicas de análise, escutas telefônicas autorizadas judicialmente, software de análise financeira, crimes cibernéticos, entre outros.

Esse tipo de análise é bastante complexa e envolve a necessidade de atualização constante de seus analistas, considerando o grande volume de construção de novas tecnologias e a transformação dos meios utilizados para cometer crimes.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS E FUTURO DA ANÁLISE CRIMINAL

O propósito deste texto foi trazer aos leitores saberes básicos do corpo de conhecimento de Análise Criminal. Não se buscou examinar os pormenores da construção de cada tipo de análise, mas instruir sobre as possibilidades de aplicação destas. Há muito para ser desenvolvido. Conforme se viu na história da Análise Criminal, este conhecimento é muito recente, logo precisa ser tratado de forma mais metodológica. Espera-se que surjam outras obras para tornar as aplicações de análise mais evidentes.

Outro fator que precisa ser melhor trabalhado é a difusão do uso das ferramentas de Análise Criminal, considerando todas as suas tipologias. A inserção de novas ferramentas e atores que possam contribuir para a difusão e aplicação desse conhecimento. Isto só será possível se lidarmos com alguns aspectos básicos: formação, treinamento e uso dos produtos decorrentes da análise.

Quanto à formação, é necessário de um lado a conscientização do policial sobre a aquisição deste tipo de saber e do outro lado, o Estado precisa oferecer a formação para obter o máximo de rendimento do servidor. Essas duas vias não podem trabalhar isoladamente. Não basta apenas que o Estado ofereça ou financie a formação do analista, o interesse individual pelo aprimoramento é o ponto crucial na forma de aquisição do aprendizado nesta área (como qualquer outra). Desta forma, os analistas devem ser estimulados a buscarem uma formação continuada para tornar suas análises mais proveitosas.

A formação envolve a busca pela formação básica em uma área específica do conhecimento: Antropologia, Estatística, Matemática, Sociologia, Geografia, Ciências Econômicas, Psicologia, Criminologia, Ciência da Computação e tantas outras que são importantíssimas para o desenvolvimento da análise do crime. Este aprendizado independe de fomento por parte do Estado, pois as inteligências de cada analista derivarão para aquisição de habilidades e competências diferenciadas. Por outro lado, o trei-

namento para habilidades específicas deve ter uma atenção especial por parte das agências de segurança pública.

Independentemente da formação básica do analista criminal, ele precisa conhecer as técnicas de: georeferenciamento, análise de dados, sistemas computacionais e outras que se aplicam ao trabalho de análise. Tais técnicas dependem do modelo de hardware e software implantado na agência policial. Neste caso, as competências adquiridas na formação básica podem ser rapidamente aplicadas diante das habilidades requeridas para cada tipo de análise. Espera-se que a equipe de analistas seja multidisciplinar para se conseguir uma boa rede colaborativa de conhecimento.

O terceiro aspecto, e julgo um dos mais importantes, é a aplicação dos produtos decorrentes da análise. Não terá qualquer serventia uma boa técnica analítica e bons resultados de análise de crime se os gestores de segurança pública ignorarem as constatações. Isto significa que deve ocorrer uma formação básica para o *staff* das agências policiais para que eles consigam construir o planejamento dentro de parâmetros indicados pelo trabalho da Análise Criminal.

Outro aspecto importante é desvincular a Análise Criminal dos atuais “serviços de inteligência”. Há uma forte corrente no interior das organizações policiais no Brasil que defende que todo conhecimento, com uso de ferramentas de análise, deve ser produzidos por “agentes de inteligência”. Por desconhecer os tipos de análise criminal e seu uso, alguns gestores deformam o uso e aplicação das análises e seus produtos. Usualmente os resultados das análises da inteligência, como é hoje, assessora apenas o gestor máximo, não chegando aos agentes que trabalham quotidianamente nas ruas. Porém, tal fato não ocorre por deliberação decorrente de reserva de domínio de produção do conhecimento, mas pelo desconhecimento das aplicações de cada tipo de análise criminal.

No contexto do uso da informação, é necessário que cada unidade policial crie a sua “Unidade de Análise Criminal – UAC”. Embora não tratado no corpo da pesquisa, esta unidade é que irá dirigir todo o trabalho de análise e difusão do conhecimento produzido. A centralidade de produção das análises favorecerá a especialização e a educação integrada e continuada.

Os saberes acerca das técnicas de análise criminal devem ser do conhecimento de todos dentro da unidade policial, embora os analistas tenham funções específicas e especializadas, mas o sucesso da análise depende da coleta de dados. Como a coleta de informações do crime depende do poli-

cial que atende a ocorrência, os policiais e outros operadores de segurança precisam saber das técnicas de análise para aprimorarem a forma como coletam a informação. O fator principal nessa assertiva é “a coleta de dados constitui-se na fase mais importante para a análise criminal”. Se houver falha na coleta, a análise será enviesada.

Se por um lado, o policial que atende a ocorrência deve dar suporte à análise criminal, do outro, os gestores devem investir no processo de análise. O uso continuado da análise e possibilitar a alocação de meios para fomentar a produção de conhecimento, são imprescindíveis para produção e aperfeiçoamento da Análise Criminal.

Notadamente, a redução do crime em determinados territórios é fruto da análise do crime e seu uso no planejamento e aplicação de recursos públicos para transformação da segurança nas comunidades. As possibilidades de aplicação deste tipo de conhecimento e seus resultados são determinantes na busca de melhorias sociais. Desta forma, a difusão da análise criminal pode ser um dos fatores de sucesso na redução do crime.

A produção de obras literárias que difundam a análise criminal ainda é muito precária no Brasil. Nota-se um conjunto de obras acadêmicas (monografias, dissertações e teses) que tratam de forma parcial os tipos de análise. O Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional da Segurança Pública, promove a formação técnica de agentes policiais para lidar com a análise do crime, mas é imprescindível a sistematização das técnicas e seus usos para tornar a Análise Criminal mais profissionalizada.

A profissionalização esperada é aquela decorrente do bom uso dos tipos de análise criminal. Quando se tratou da Análise Criminal Tática, neste texto, buscou-se transmitir o uso da técnica analítica para fazer com que o analista compreenda que esta Análise se aplica em eventos de curto prazo. Porém, não foi possível esgotar todas as técnicas aplicáveis para prover uma sistematização da análise criminal na sua completude. É certo que não foram incluídas as ferramentas de análise de georeferenciamento (que seja através de software livre ou não), métodos quantitativos, teorias criminológicas aplicadas aos eventos de curto prazo, entre outros. Note que há uma necessidade de ampliar o conhecimento sobre a forma de se efetuar uma boa Análise Criminal Tática.

Quando se tratou da Análise Criminal Investigativa, só foi possível trabalhar para introduzir algumas ferramentas de análise. Mas, há um grupo de saberes complexos, os quais envolvem questões jurídicas e éti-

cas para suas aplicações, que precisam ser explorados. Um dos exemplos é o *profiling criminal*. Esta técnica precisa ser ampliada no Brasil. Temos a cada dia a descoberta de crimes em série que só são desvendados quando o autor de um dos crimes resolve confessar os demais. Caso tivéssemos a aplicação do conhecimento sobre a psicologia criminal empregada à investigação do crime teríamos melhores chances de salvar vidas. Dentro desta mesma perspectiva encontra-se o perfil do local de crime. Tal estudo deve ser desenvolvido por todas as categorias de análise, mas não se tem pessoal para se dedicar à análise do crime de forma mais profissionalizada. Os grupos de analistas criminais, comumente trabalham nas agências centrais (Secretarias de Segurança ou Quartéis de Comando) e os resultados não têm efeito nas pequenas unidades operacionais de área. Quando tais resultados são entregues, servem para discussão com o *staff* de cada Unidade, ficando o policial de linha sem conhecer e discutir soluções (considere que toda medida que será desenvolvida é o policial de linha que vai executar). Outra questão importante dentro da Análise Criminal Investigativa é a abordagem realizada ao criminoso após sua prisão. Neste caso, é importante rediscutir as técnicas de entrevista e interrogatório. É notável o quanto de informações pode-se obter no momento do interrogatório do suspeito. Esta fase pode oferecer ferramentas para elucidar uma grande quantidade de crimes, bem como encaminhar outras linhas investigativas.

Além da Análise Investigativa, buscou-se examinar as técnicas de Análise Criminal Operacional. Esta modalidade de análise está muito pouco descrita no Brasil. Lidar com os meios, pessoal, formação e treinamento, distribuição de horário e local de trabalho policial, técnicas de trabalho policial, armamento, segmentação territorial de áreas de policiamento e outras formas de administrar e estruturar as organizações policiais para redução do crime, são as temáticas tratadas pela Análise Operacional. A forma de gestão do trabalho policial deve convergir para redução do crime, essa é a temática principal da Análise Criminal Operacional. Neste sentido, será preciso discutir os modelos de gestão que têm maior impacto, não apenas criticar os modismos de emprego do trabalho policial. É comum, na área de Administração, a admissão de várias formas de gestão. Desde a invenção da “Administração Científica” à “Gestão por Qualidade” tivemos um repertório considerável de modelos de gestão. No trabalho policial isto não é diferente. As técnicas são importadas de outros países e empregadas sem estudo prelimi-

nar consistentes de adequação. Ou mais grave, aplica-se numa região do Brasil e, sem ter resultados duradouros comprovados, são copiadas para outras localidades.

A análise do trabalho policial dever ser um tema constante nas organizações policiais. Estudos de caso de atuação, adequação das técnicas às mudanças da legislação ou o impacto da legislação na atividade criminosa e adequar a ação policial, são temas de suma importância para o analista criminal operacional.

Outro setor pouco desenvolvido na área de segurança pública é a Análise Criminal Administrativa. Os gestores públicos têm pouca habilidade em lidar com os números da Segurança Pública. Da mesma maneira alguns setores da sociedade tratam os quantitativos de crimes à luz da conveniência de seus discursos. Nessa “guerra” de números, a sociedade se vê assustada e recolhida com medo do crime. Não se deve desprezar que certo volume de crime causa medo às comunidades, mas potencializar a ocorrência de alguns crimes causa a sensação ainda maior da insegurança. Neste sentido é que o papel do Analista Criminal Administrativo tem atuação imprescindível. A escolha da informação que deve ser dirigida ao público alvo é uma das formas de lidar com os números da criminalidade na busca da solução do problema e não para causar medo às comunidades. A informação sobre o crime deve ser útil para: alertar a população sobre ocorrências de crimes, prevenir quanto ao *modus operandi* de alguns criminosos, aumentar o sentido da vigilância da população, entre outros. A informação deve ser transmitida com a responsabilidade de promover a redução do crime e aumentar a segurança da população. Nunca espalhar o pânico entre as pessoas. Logo, o analista criminal administrativo tem uma missão importante na análise criminal.

Já a Análise Criminal Estratégica ocupa um papel importante no contexto de planejamento das políticas públicas. Os estudos em profundidade e longitudinal são ferramentas para uso dos gestores da segurança públicas e de outras agências do Estado para planejarem a alocação de recursos públicos dentro das verbas orçamentárias. Ela se ocupa com as tendências da criminalidade a longo prazo. Apropria-se de uma gama de conhecimento que conduz o analista criminal estratégico a construir cenários prospectivos diante das transformações políticas e socioeconômicas nacional e internacional que causam interferência na criminalidade. Os estudos regionais, planejamento urbano e territorial, instalação de indústrias e outros acontecimentos que produzem efeitos sobre os movimentos demo-

gráficos são importantes para compreender as possibilidades de dinâmica do crime e da criminalidade. O analista criminal estratégico deve ter uma visão mais ampliada dos fenômenos sociais e produzir estudos de antevisão dos problemas de segurança pública.

Por fim, a Análise Criminal de Inteligência se separa dos outros tipos de análise já que possui um arcabouço doutrinário próprio para atuação de seus intérpretes. O que se buscou discutir neste texto foi a aplicação de ferramentas para a análise que estão disponíveis para a Análise Criminal de Inteligência, sem contudo direcionar a atividade unicamente com uso de tais implementos. As associações de analistas criminais de inteligências já produzem literatura própria, contendo uma linguagem simbólica que difere dos outros tipos de análise. O sentido discutido neste texto é buscar compreender a Análise de Inteligência como usuária de todos os resultados de análises produzidos pelos analistas tático, administrativo, de operações, estratégico e investigativo e não como a única capaz de produzir análise criminal para uso do sistema de segurança pública. É importante e extremamente necessário o trabalho do analista de inteligência, contudo o secretismo que envolve a atividade de inteligência impossibilita o uso dos resultados de análise para aplicação imediata no cotidiano do policiamento, principalmente o ostensivo.

Há várias lacunas no texto que precisam ser complementadas, a exemplo de métodos quantitativos, mapeamento criminal, criminologia, *profiling* criminal e geográfico entre outros. As possibilidades de complementação dependem do futuro da Análise Criminal.

9.1 O FUTURO DA ANÁLISE CRIMINAL

A análise criminal no Brasil ainda está em estágio embrionário. Resalto os esforços do Ministério da Justiça para oferecer formação básica e treinamentos para policiais em todo o Brasil. Contudo a logística para essa formação é muito dispendiosa. Não se tem grupos de pesquisas dentro das universidades que lidem com a Análise Criminal de forma mais profissionalizada. Abra “parênteses” para as iniciativas da Universidade Federal de Minas Gerais, através do CRISP que faz um trabalho pioneiro na formação de analistas criminais naquele Estado. No Nordeste do país temos a iniciativa da Faculdade Maurício de Nassau, através da coordenação da Agência Brasileira de Análise Criminal, que oferece também formação (pós-graduação *lato sensu*) em análise criminal. Tais iniciativas são importantes, mas ainda tímidas para posicionar a análise criminal diante do

cenário que clama por novas tecnologias para enfrentar a criminalidade presente nos estados brasileiros.

Quanto às ferramentas de análise, temos boas iniciativas de construção de hardware e software que podem ser aplicados à Análise Criminal. Os aplicativos de georeferenciamento estão cada dia mais aprimorados, quer sejam aqueles de plataforma aberta ou pagos. Existem grupos de trabalho nas universidades que buscam desenvolver plataformas de georeferenciamento aplicadas à segurança pública, mas precisa-se estreitar o intercâmbio entre as produções científicas e o seu uso por parte das polícias. É notório que os bancos de dados de segurança pública são hermeticamente fechados, impossibilitando seu uso por parte da Academia. A solução possível é a formação do policial para uso das ferramentas e aplicá-las aos bancos de dados disponíveis. Essa é mais uma barreira para otimizar as boas práticas de análise criminal.

A Análise Criminal precisa ser estruturada com base científica. É necessário estabelecer métodos e literatura para formar doutrinariamente os analistas criminais. Isto é possível através da criação de grupos de pesquisa e formação de analistas criminais. Outra medida que deve ser adotada é a inclusão de disciplinas de formação básicas em análise criminal nas Academias de Polícia. Por outro lado, as academias devem diversificar o conceito de aperfeiçoamento profissional, principalmente entre oficiais. O mais comum é oferecer um curso com matriz única como sendo “o curso de aperfeiçoamento”. É preciso que se ofereça ou se reconheça outras formas de se considerar o policial aperfeiçoado, por exemplo: curso de aperfeiçoamento em Análise Criminal, formando a cultura de construção de conhecimento com a aplicação na área de segurança pública.

Outra medida é o fomento da produção científica e literária de conhecimento nesta área. As organizações de fomento à pesquisa deveriam ampliar seus editais para acolher o desenvolvimento de pesquisa nesta área. Urge a necessidade de produção de artigos científicos publicados em revistas científicas para fins de difusão do conhecimento.

Mas deve-se reconhecer que esta disciplina é extremamente jovem e que o seu estado inicial de produção analítica e de conhecimento está em pleno desenvolvimento. O futuro da Análise Criminal é promissor. É preciso difundir as técnicas de análises já existentes e desenvolver novas técnicas e tecnologias capazes de contribuir para a redução da criminalidade. Tais medidas podem favorecer o desenvolvimento deste campo de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, v.11, n. 2, p.129 – 153, out.1999.

ADORNO, Sérgio. **Insegurança versus direitos humanos**: entre a lei e a ordem. Tempo Social. Ver. Sociologia, USP. São Paulo: USP, out. 1999, 129-153.

AGIER, Michel. O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n.2, p. 35-60, 2. sem. 1990.

AGUIAR, Luiz José Bueno. As guardas civis municipais e a segurança pública nas grandes cidades. In: SILVEIRA Sérgio Amadeu; FRATESCHI, Paulo (Org.). **Questão de segurança**: polícia, justiça e prisões. São Paulo: Brasil Urgente, 1990. p. 55 – 70.

AINSWORTH, Peter B. **Offender Profiling and Crime Analysis**. USA: Willan Publishing, 2001.

ALBERGARIA, Jason. **Noções de criminologia**. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.

ALMEIDA, Paulo Henrique (Coord.). **Salvador dinâmica**: a economia soteropolitana pela ótica da ocupação. Salvador: Coordenação de Planejamento Municipal, 2001.

_____. **Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador**. Salvador: Coordenação de Planejamento Municipal, 2001.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1974.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAÚJO, Lídia Ramos de. **Crimes contra os costumes na Bahia: evolução e peculiaridades em três décadas.** Texto apresentado no BRASIL FORENSE 2002, Rio Grande do Sul. 1 disquete, 3 ½ pol. Word for Windows 2000.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência.** Tradução: André Duarte. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey.** Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. EFMG, 1999.

BAHIA. Governo do Estado. **Modernização administrativa da Secretaria da Segurança Pública.** Salvador, 1977.

_____. Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. **Base cartográfica do quadro ambiental da Região Metropolitana de Salvador.** Salvador: Conder, 2000.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. **Balanço das estatísticas policiais e criminais nos últimos cinco anos. Região Metropolitana, Estado da Bahia: 1987 – 1991.** Salvador, 1993.

_____. **Principais ocorrências registradas nas unidades policiais do Estado da Bahia: 1990 – 1997.** Salvador, 1997.

_____. **Principais ocorrências registradas nas unidades policiais do Estado da Bahia: 1998 – 2000.** Salvador, 2001.

_____. **Crimes e contravenções: 1971.** Salvador, 1974.

_____. **Indicadores de dados policiais: 1972 – 1982.** Salvador, 1982.

_____. **Primeiro anuário de estatística policial criminal feito no Estado da Bahia.** Salvador, 1941.

_____. **Principais ocorrências registradas nas unidades policiais do Estado da Bahia: 1990 a 1997.** Salvador, 1998

_____. **Relatório de atividades: 1972 – 1974.** Salvador, 1975.

_____. **Relatório estatístico: ano 1973.** Salvador, 1974

_____. **Relatório estatístico: ano 1975.** Salvador, 1976.

_____. **Relatório estatístico: ano 1976.** Salvador, 1977.

_____. **Relatório estatístico: ano 1977.** Salvador, 1978.

_____. **Relatório estatístico: ano 1978.** Salvador, 1979.

- _____. **Relatório estatístico: ano 1979.** Salvador, 1980.
- _____. **Relatório estatístico: ano 1980.** Salvador, 1981.
- _____. **Relatório estatístico: ano 1981.** Salvador, 1982.
- _____. **Relatório estatístico: ano 1982.** Salvador, 1983.
- _____. **Relatório estatístico: ano 1983.** Salvador, 1984.
- _____. **Relatório estatístico: ano 1984.** Salvador, 1985.
- _____. **Relatório estatístico: 1984 – 1985.** Salvador, 1986.
- _____. **Relatório estatístico 1985 – 1986.** Salvador, 1989.
- BAIR, Sean. et. al. **Advanced Crime Mapping Topics.** Denver, CO - USA: University of Denver, 2001.
- BARBOSA, Alvacir Brito. **A distribuição espacial da criminalidade em Salvador.** 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa.** Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 – (Polícia e Sociedade n.1).
- BRACE, Charles Loring. **Dangerous classes of New York and twenty year's work among them.** New York: Wynkoop & Hallenbeck publishers, 1872.
- BORGES, Alberto Sales Paraíso; BOAVENTURA, Pedro Nascimento. **Policiamento ostensivo integrado: o que fizemos, como estamos, para onde vamos.** Salvador: Polícia Militar da Bahia, 1991.
- BORGES, Alberto Sales Paraíso. **Entrevista.** Salvador: 2003. Concedida a João Apolinário da Silva.
- BRITTO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional.** São Paulo: Nobel, 1986.
- BROOKS, Pierce R. Foreword to the Third Edition, In: GEBERTH, Vernon J. **Practical homicide investigation: tactics, procedures, and forensic techniques.** USA: CRC Press, 2006.
- BRUCE, Chistopher. **Exploring crime analysis: readings on essential skills.** Overland Park, KS, USA: International Association of Crime Analysts - IACA, 2012.

BRUCE, Chistopher. Fundamentos del análisis delictual. In: **Análisis delictual: enfoque y metodología para la reducción del delito**. Chile: Fundacion Paz Ciudadana, 2010. Disponível em: http://www.pazciudadana.cl/docs/pub_20101129130944.pdf. Acessado em : 112/03/2013. 16:44:12.

BRUCE, Christopher W. Killing Crime at Its Root: An Introduction to Cause Analysis. In: BAIR, Sean. et. al. **Advanced Crime Mapping Topics**. Denver, CO - USA: University of Denver, 2001.

BRUCE, Christopher W.; SMITH, Susan C. **Spatial Statistics in Crime Analysis: Using CrimeStat III®**. Disponível em www.cbuce.com/CrimeStatIII.pdf. Acessado em 22 jan 2013.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos parques proletários da Favela-Bairro**: as políticas na favela do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs). Um século de favela. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BUTTIMER, Anne. O espaço social numa perspectiva interdisciplinar. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio Caldeira. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, Editora 34 Ltda, 2000.

CANO, Ignácio, SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CARPENTER, Mary. **Reformatory schools, for the children of the perishing and dangerous classes, and for juvenile offenders**. London: C. Gilpin, 1851.

_____. **Juvenile delinquents, condition and treatment**. London: W. & F. G. Cash, 1853.

CARTER, David L. **Law Enforcement Intelligence: A Guide for State, Local, and Tribal Law Enforcement Agencies**. Disponível em: < <http://fas.org/irp/agency/doj/lei.pdf> >. Acessado em: 28 fev 2015.

CARVALHO, Ana Lúcia Borges de; FREITAS, Mário André Soares de; CAMPANÁRIO, Paulo. Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana na segunda metade do século XX. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.10, n.1, p.35-48, jul. 2000.

- CARVALHO NETO, José Francisco de. **A condição da mulher policial civil**: um estudo sobre a mulher inserida no aparelho policial. 1991, 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Segurança global da população**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007. Acessado em 09 de janeiro de 2008, às 22:21 horas no site: http://www.defesacivil.gov.br/download/download.asp?endereco=/publicacoes/publicacoes/seguranca.pdf&nome_arquivo=seguranca.pdf.
- CASTRO, Izail Arnaldo de. **Bairros e microbairros da cidade de Salvador**. Salvador: IBGE, 1999.
- CATÃO, Yolanda. **Mortes violentas**: um panorama dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas – Departamentos de População e Indicadores Sociais, 1999.
- CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- CISNEROS, Henry G. **Defensible Space: Detering Crime and Building Community**. Rockville, MD: U.S. Department of Housing and Urban Development, 1995.
- CLARKE, Ronald V. **Situational Crime Prevention: Theory and Practice**. *British Journal of Criminology*: 20:136–147, 1980.
- _____. **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies**. Albany, NY: Harrow and Heston, 1992.
- COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. **Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach**. *American Sociological Review* 44:588–608, 1979.
- CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Base cartográfica do quadro ambiental da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador, 2000.
- CORNISH, Derek; CLARKE, Ronald (eds.). **The Reasoning Criminal: Rational Choice Perspectives on Offending**. New York: Springer-Verlag, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo. Espaço Geográfico: algumas considerações. In: CORREA, Roberto Lobato. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 25-34.

CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo (Coord.). **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE; DGC, 1987.

CORDEIRO, Maria Francisca Neves. **Estatística aplicada à educação**. Goiânia: Ed. Da UCG, 1988.

COSTA, Luiz Afonso. Um salto planejado. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 5, n. 4. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001. p. 5 – 12.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **Cenários Sócio-Econômico para a Cidade de Salvador**. Relatório Final. Salvador, 2000.

DOMIGUES, José Maurício. Anthony Giddens e a Modernidade. In: GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. **Distribuição de renda na cidade de Salvador**: quadro atual e perspectivas. Séries estudos e pesquisas. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas 2. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Mestrado em Análise Regional. Salvador: Unifacs, 2000 (documento eletrônico)

DUBEY, Vinod. Definição de economia regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

DaMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DEPONTI, Cidonea Machado; ECKERT, Córdula; AZAMBUJA, José Luiz Bortoli de. **Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas**. Agroecol. e Desenvol. Rur. Sustent. Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez 2002

DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo (Org.). **O Brasil no rastro da crise**: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90. São Paulo: HUCITEC, 1994.

DOMIGUES, José Maurício. Anthony Giddens e a modernidade. In: GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 11-25.

DOWDNEY, Luke. Dos aviãozinhos a soldado: o crescente envolvimento de crianças de grupos armados do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). **Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p. 86–129.

DURKHEIM, Émilie. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELEUTÉRIO, Fernando. **Análise do conceito de crime**. 2002. Disponível em <www.uepg.br/rj/alvlat09.htm>. Acesso em 20 jun.2002.

ESPINHEIRA, Gey. Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 1, n.01 – Violência. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001. p. 8-16.

FÉR, Dalva Débora. Análise. In: BAHIA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Crimes e contravenções 1971**. Salvador: SSP-BA, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERGUNSON, Marylin. **A conspiração aquariana**. Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 2000.

FRANCO, Ângela Maria de Almeida, **Habitação popular e solo urbano em Salvador**. 1983, 228 F. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FROMM, Erich. **Anatomia da destrutividade humana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRY, Peter. Cor e estado de direito no Brasil. In: MÉNDEZ, Juan E.;

O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia, violência e injustiça**: o não-estado de direito na América Latina. São Paulo: paz e Terra, 2000.

FURTADO, Castro. **Tecnologia e gestão da informação na Segurança Pública**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2002.

GARCIA, Antonia. Movimentos sociais da cidade d'Oxum. In: LIMA, Paulo Costa et. al. (Coord.). **Quem faz Salvador**. Salvador: UFBA, 2002. p. 251 – 257.

GARÓFALO, R. **Criminologia**: estudo sobre o delicto e a repressão penal. São Paulo: Teixeira & Irmão – Editores, 1893.

GEBERTH, Vernon J. **Practical homicide investigation**: tactics, procedures, and forensic techniques. USA: CRC Press, 2006. <Disponível em: <https://ia902306.us.archive.org/27/items/pdfy-Ur-c1lNbnIBx7gou/Practical%20Homicide%20Investigation%20-%20Tactics%20Procedures%20and%20Forensic%20Techniques%204th%20ed.%20-%20V.%20Geberth%20%28CRC%2C%202006%29%20BBS.pdf>. Acessado em 17 fev 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**. São Paulo: EDUSP, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. **Pelo Pelô**: história, cultura e cidade. (Org.). Salvador: EDUFBA, 1995.

GORDILHO, Ângela. **Limites do habitat**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectiva no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

GOTTLIEB, Steven; ARENBERG, Sheldon; SINGH, Raj. **Crime analysis**: from first report to final arrest. California, USA: Alpha Publishing, 1998.

GUDJONSSON, Gisli H. **The Psychology of Interrogations and Confessions**. <Disponível em: <http://cryptome.org/2013/01/aaron-swartz/Interrogations-and-Confessions-Handbook.pdf>>. Acessado em: 20 fev. 2015.

GUERMOND, Yves, e Jean-Luc. PIVETEAN. Debate: os espaços e os não-geógrafos. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

GUERMOND, Yves, e Jean-Luc. PIVETEAN. Debate: os espaços e os não-geógrafos. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA E ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA. **Opinião e imagem da Polícia Militar**. Relatório de pesquisa P & A. Salvador, 1995.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

JENKS, George F., CASPALL Fred c. (1971). **Error on choroplethic maps**: Definition, measurement, reductions. Annals of the Association of American Geographers, Volume 61, Number 2, Pages: 217 – 244.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

HALLISEY, Elaine J. (2005). **Cartographic Visualization: An Assessment and Epistemological Review**. The Professional Geographer, Volume 57, número 3, p. 350 - 364.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980.

KONVALINA-SIMAS, Tânia. **Profiling Criminal**: Introdução à Análise Comportamental no Contexto Investigativo. Portugal: Letras e Conceitos, 2012.

KRAAK, Menno-Jan (1999). Visualising spatial distributions. In: **Geographical Information Systems** (Volume 1: Principles and Technical Issues), 2 ed., editado por: Paul A. Longley, Michael F. Goodchild, David

J. Maguire, and David W. Rhind. New York: John Wiley & Sons, Inc. p: 157 – 173.

LANIADO, Ruthy Nadia. Políticas públicas e desempenho institucional em relação à criminalidade. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 7, n. 17, p. 99-112, jan./abr. 2000.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimento básico, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEDROUT, Raymond. **Sociologia urbana**. Traduzido por: Maria Heloisa de Souza Reis. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENGRUBER, Julita. Pena alternativa: cortando a verba da pós-graduação do crime. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p. 70-89.

LÖIC, Wacquant, **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001, 174 p.

_____. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa - Portugal: Edições 70, 1999.

MACEACHREN, Alan M. (1994). Visualization in modern cartography: Setting the agenda. In: **Visualization in Modern Cartography**, editado por Alan M. MacEachren e D. R. Fraser Taylor, Pergamon, Oxford, England. p. 1 – 12.

MAFRA, Francisco. SILVA, J. Amado da. **Planejamento e gestão do território**. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. Porto. 2004. Disponível em www.spi.pt/inovaut/docs/Manual_X.pdf. Acessado em 12/10/2007.

MATTEDI, Maria Raquel. **As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional**. 1979. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- MENDONÇA, Francisco. **Clima e criminalidade**: ensaio analítico da correlação entre a temperatura do ar e a incidência da criminalidade urbana. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. 182 p
- MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.
- MIRANDA, Dilmar. Carnavalização e multidimensionalidade cultural: antropologia e tropicalismo. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n.2, p. 125-154, out. 1997.
- MISSE, Michel. **As ligações perigosas**. Rio de Janeiro: 2003. 26 p. Disponível em <<http://www.ifcs.ufrj.br/~misse/textos/perigo.pdf>>. Acesso em 2 nov.2003.
- MOURA, Milton. Quem quer comprar a cara desta cidade? **Bahia Análises e Dados, Salvador**, v. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1998, p. 25 – 32.
- MONS, Alain. **A metáfora social**: imagem, território, comunicação. Tradução: M.F. Sá Correia. Porto: RÉ-S-Editora, 1992.
- NEWMAN, Oscar. 1976. **Defensible Space**: Crime Prevention Through Urban Design. New York: Collier, 1976.
- PAELINCK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- PALMA, Alcides Passos (Coord.). **A história da Polícia Civil da Bahia**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1978.
- PARKER, Donn. **Crime por computador**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Agents, 1977.
- PEDRÃO, Fernando. **Economia urbana**. Ilhéus: Editus, 2002.
- _____. **A economia urbana em Salvador**: ensaio introdutório a uma nova política urbana. Salvador: Centro do Planejamento Municipal, 1994.
- _____. **Urbanização, informalidade e saúde em Salvador**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1990.
- _____. **Urbanização e formação de regiões**. Cadernos de Análise Regional da Universidade Salvador. Salvador: UNIFACS, 1998.
- _____. A dimensão regional da sociedade econômica. In: **RDE – Revista de desenvolvimento econômico**. UNIFACS/Departamento de Ciências

Aplicadas II. Ano I, n. 2. junho 1999. Salvador: P&A, 1999.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

_____. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. **Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador**. Salvador, janeiro/2001.

_____. Salvador Dinâmica: **A economia soteropolitana pela ótica da ocupação**. Salvador, janeiro/2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v.9, n.1, p. 43–52, maio 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Informis: sistema de informação geográfica da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: Conder, 1997.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900 – 1930)**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.

RIOS, José Arthur. Crime e violência no Brasil. **Problemas Brasileiros: revista mensal de cultura**, São Paulo, ano 16, n. 181, p. 6 – 15, 1979.

ROBINSON, Jeffrey. **A globalização do crime**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 485 p.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto Masseder et al. (Org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 144-162.

ROSSMO, D. Kim; LAVERTY, Ian; MOORE, Brad. Geographic Profiling for Serial Crime Investigation. In: WANG, Fahui. **Geographic**

Information Systems and Crime Analysis. United States of America: Idea Group Inc., 2005.

ROSSMO, D. Kim; ROMBOUTS Sacha. Geographic profiling. In: WORTLEY, Richard; MAZEROLLE, Lorraine. **Environmental Criminology and Crime Analysis.** USA: Willan Publishing, 2008.

SAMPAIO, Antônio Hiliodoro Lima. **Formas urbanas:** cidade real & cidade ideal, contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto, 1999.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**, 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **Espaço e método.** 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1996.

_____. **Manual de geografia urbana.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **Espaço do cidadão.** 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

SANTOS, Raquel Boba. **Crime analysis and crime mapping.** United States: Sage Publications, Inc. 2006.

SANTANA, Francisco dos Santos; KALIL, Maria Eunice Xavier; OLIVEIRA, Zenaide Calazans. **O rastro da violência em Salvador – II:** morte de residentes em Salvador, de 1998 a 2001. Salvador: FCCV, 2002.

SANTANA, Cátia. Aumenta a ação de grupos de extermínio. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 21 out. 1998. Caderno Polícia. p. 5.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador.** Salvador: EGBA, 1998.

SERPA, Ângelo. **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001.

SILVA, Armando Corrêa da. As categorias como fundamentos do conhecimento. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. de. **O espaço interdisciplinar.** São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA FILHO, José Vicente da. Homicídio: que a polícia pode fazer? In:

OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). **Insegurança pública: reflexos sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p. 68-74.

SILVA, João Apolinário da. **Transformações urbana, socioeconômica e da criminalidade em Salvador (1980 – 2000)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Análise regional) – Universidade Salvador. Salvador.

_____. **CRIMINALIDADE NAS CIDADES CENTRAIS DA BAHIA**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador – UNIFACS.

_____. Indicadores estadísticos de la actividad de la Policía Militar para el análisis del delito. In: JORQUERA, Fernanda Varela (Editora). **Buenas Prácticas para el Análisis Delictual en América Latina**. Disponível em: http://www.pazciudadana.cl/wp-content/uploads/2013/06/buenas-practicas_reducido_web.pdf. Acessado em 08 out 2013.

SILVA, Jorge da. Representação e ação social dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 95-114, maio 1997.

SIMÕES, Rodrigo. Método de análise regional: diagnóstico para o planejamento regional. In: DINIZ, Clélio Campolina, CROCCO, Marco. **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. **Teorias de localização e de desenvolvimento regional**. In: Geografia, 1(2): 1 - 23 out 1976. Rio Claro - SP.

SILVESTRE, Vicente. Em defesa da carreira única. In: SILVEIRA Sérgio Amadeu, FRATESCHI, Paulo. (Org.). **Questão de segurança: polícia, justiça e prisões**. São Paulo: Brasil Urgente, 1990. p. 125 – 134.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policciamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. Tradução de Ana Luisa Amêdola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, Carlos Alberto Masseder et al. (Org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 23 – 46.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do habitat: segregação e exclusão na**

configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectiva no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Ática, 1996.

_____. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marconi de. Violência cresce 50% em Salvador. **A Tarde**, Salvador, 21 out. 1998. Caderno Polícia, p. 5.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: Universidade Salvador – Unifacs / Departamento de Ciências Sociais Aplicada II / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI, **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980 – 2000**. Salvador: SEI, 2003.

TEIXEIRA, Elenalvo. Movimentos sociais urbanos em Salvador: um mapeamento. In: LIMA, Paulo Costa et. al. (Coord.). **Quem faz Salvador**. Salvador: UFBA, 2002. p. 245–250.

TEIXEIRA, Fernando S. B., **Retrospectiva do planejamento urbano de Salvador. Planos específicos**: 1976 a 1996. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1998.

TRZESNIAK, Piotr. **Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento**. Ci. Inf., Brasília, v. 27, n. 2, p. 159-164, maio/ago. 1998.

TURVEY, Brent E. **Criminal Profiling**: An Introduction to Behavioral Evidence Analysis. Alaska, USA: Elsevier, 2012.

UNITED NATIONS. **Criminal Intelligence**: Manual for Analysts. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/organized-crime/Law->

Enforcement/Criminal_Intelligence_for_Analysts.pdf. Acessado em> 10 dez. 2014.

VANAGUANA, Stanley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack R. (Org.) **A administração do trabalho policial: questões e análises**. Tradução de Ana Luisa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 43-60.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p. 11-25.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. **Brasil acossado pelo crime**. Porto Alegre: Diálogo, 2002. 254 p.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI – XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

WAISLFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência II**. Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **Mapa da violência III**. Brasília: UNESCO, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensivista**. 3. ed. v. 1. Brasília – DF: Editora universidade de Brasília, 1994.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997.

WORTLEY, Richard; MAZEROLLE, Lorraine. **Environmental criminology and crime analysis**. Portland, Oregon , USA: Willan Publishing, 2008.

YOUNG, Theresa M. **Profiling pros and cons: na evaluation of contemporary criminal profiling methods**. Disponível em: < http://iris.lib.neu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=honors_projects>, acessado em: 16 fev. 2015.

ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p. 49-69.

_____. **Debate 3**: criminalidade e violência. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000. p. 266 - 290.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. 2. ed. Rio de Janeiro: G.Vargas, 1999. p. 7 – 24.

Este livro foi composto na tipologia Times New Roman 12/14,3
formato 165 x 240 mm, em papel Alta Alvura 90 g/m²
Impresso na Graphium Gráfica e Editora



João Apolinário da Silva

Pós-Doutor em Administração (UFBA), Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano (Universidade Salvador), Mestre em Análise Regional (Universidade Salvador), Especialista em Assessoria em Métodos Quantitativos (UnB), Gestão de Instituição de Ensino Superior (FMN), Especialista em Segurança Pública (UNEB), graduado em Matemática (UCSal), em Administração (FBB), Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar pela Academia de Polícia Militar da Bahia, formação em Psicanálise. Atualmente é professor Universidade Salvador – UNIFACS, atua como professor na Graduação e colaborador do

Programa stricto sensu de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano, professor titular do Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas (UNIFACS) e professor colaborador do mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania - UFBA, Coordenador e professor do Curso de Pós-Graduação em Análise Criminal (FMN), professor da Faculdade Maurício de Nassau (Salvador). Tem experiência na área de Análise Criminal, Gestão de Segurança Pública, Gestão de Projetos, Metodologia da Pesquisa Científica e Métodos Quantitativos, com ênfase em gestão de segurança pública, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de segurança pública, controle de criminalidade, gestão integrada de segurança pública e Análise Criminal. É presidente da Agência Brasileira de Análise Criminal e membro da The International Association of Crime Analysts - IACA e da International Public Safety Association - IPSA.



Análise Criminal

Teoria e Prática

Esta obra discute os conceitos básicos do Corpo de Conhecimento da Análise Criminal, trazendo alguns exemplos de sua aplicação. Busca-se descrever os conceitos aplicados à análise do crime para atender a dois fundamentos principais: o primeiro é para ajudar na resolução do crime, e o segundo, para auxiliar na gestão da atividade de segurança pública. A Análise Criminal compreende seis tipos: Análise Criminal Tática, Análise Criminal de Operações, Análise Criminal Investigativa, Análise Criminal Administrativa, Análise Criminal Estratégica e Análise Criminal de Inteligência. Cada tipo tem uma aplicação específica na segurança pública. O texto tem como referência a base doutrinária da *The International Association Crime Analysts*, da qual o autor é membro.

A produção acadêmica faz uma introdução ao tema e demonstra elementos importantes para o trabalho do analista criminal e para aqueles que pretendem avançar na atividade prática, nos estudos e nas pesquisas desta área do conhecimento.



João Apolinário da Silva